Evandro Fadel

Terra da Gente

EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA PARANAENSE
1853-2023

Eu, por mim

Ibaiti, no Norte Pioneiro do Paraná, abraçou-me no berço. Nasci Evandro Cesar Fadel, filho de João e Maria. Da terra vermelha retirei frutas, verduras, legumes, raízes e grãos. No chão do chiqueiro e nos poleiros do galinheiro aprendi a respeitar os animais. Nas covas e terreiros de café derramei suores infantis, que se misturaram a brincadeiras e às primeiras lições escolares. Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, acolheu-me aos 10 anos. Os estudos de Filosofia e Teologia não me afastaram da enxada e da horta. Com 17 passei a escrever sobre alimentos na Revista Entre Amigos, sem remuneração. Aos 21 iniciei a carreira formal de trabalho como professor em Ibaiti. Os intervalos, mesmo curtos, foram proveitosos no futebol, na engorda do gado com napier e capim-gordura e no último estágio no campo, com a sericicultura. O Jornalismo arrebatou-me aos 22, a criação do bicho-da-seda tornou-se atividade das férias, logo abandonada com a venda das propriedades familiares. Mas não se fez suficiente para interromper a ligação com o setor rural, área do Jornalismo com a qual mais me identifiquei, ainda que a Editoria de Assuntos Gerais e Política da Folha de Londrina e a função de correspondente da Agência Estado e de O Estado de S.Paulo em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná exigissem bem mais que isso. A paixão pelo jornalismo agropecuário que habita em mim entrou novamente em erupção em 2019, ao aceitar convite para a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. Dali para este livro passaram-se quatro safras.

Evandro Fadel

Terra da Gente

EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA PARANAENSE
1853-2023

Fecomércio PR
Sesc Senac IFPD
Sesc
SistemaOcepar
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

Evandro Fadel

Terra da Gente

EVOLUÇÃO DA AGROPECUÁRIA PARANAENSE
1853-2023

1ª Edição
Curitiba - PR

Fecomércio PR
Sesc Senac IFPD

Sesc

SistemaOcepar
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

AUTOR
Evandro Fadel

REVISÃO
Mayara Saad Fadel

PROJETO GRÁFICO
Celso Arimatéia

FOTO DA CAPA
Evandro Fadel

IMPRESSÃO
Impressoart Editora Gráfica Ltda.

TIRAGEM
1.000 exemplares

F144 Fadel, Evandro

Terra da gente: evolução da agropecuária paranaense 1853-2023 / Evandro Fadel. 1. ed. - Curitiba : Fecomércio PR, 2025.
335 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-65-86651-28-7

1. Cooperativismo - Paraná. 2. Agricultura Paranaense - História. I. Fadel, Evandro. II. Título

CDD 334.098162

Rosilda Rosowski dos Santos – CRB9/1238

© Todos os direitos e responsabilidade pelo conteúdo reservados ao autor Evandro Fadel

“Cumpramos corajosamente o nosso dever e veremos dentro de algum tempo nossa bela província, hoje assoberbada por seu passivo, próspera e feliz. Seu clima é sem rival no mundo; seu abençoado solo presta-se aos mais ricos e variados produtos: mate, vinho, chá, café, cana-de-açúcar, algodão, todos os cereais, além de possuir grande riqueza florestal e pastoril. Com um litoral no oceano, outro no rio Paraná e vias internas navegáveis, a natureza prodigalizou à Província os mais preciosos dotes. Aí nos chega a imigração, o trabalho, a indústria, o desenvolvimento das estradas de ferro. Comparem os homens do meu tempo, o Paraná de 1853 com o de 1889, e, pelo imenso progresso realizado neste período, prelibem comigo o grandioso futuro que nossa bela província reserva a nossos filhos. Trabalhemos por eles, como por nós trabalharam nossos pais.”

Presidente Jesuíno Marcondes de Oliveira,
em 15 de julho de 1889

Nossa história agrícola é a história do Paraná

Por Darci Piana (*)

Ao ser desmembrado de São Paulo, em 29 de agosto de 1953, por lei imperial, o Paraná deixava de ser mera comarca (a 10ª, naquele momento, depois de ser a 5ª durante as primeiras décadas pós-independência do país) para se tornar uma nova província, destinada a se tornar potência agroindustrial com o correr dos anos.

À cultura de subsistência, marca das pequenas comunidades da época, o Paraná incorporou desde cedo a produção em larga escala de duas riquezas que a natureza pródiga lhe havia presenteado: a erva-mate e a madeira. Produtos de ampla aceitação em mercados internacionais, foi a partir deles que a economia paranaense tratou de se consolidar, especialmente nas regiões Sul e Centro-Sul do território.

Apenas com a colonização do Norte e do Noroeste é que foi possível diversificar a nossa agricultura, o que coincide com a decadência dos ciclos econômicos originais. A revolução gerada pelo café permitiu a criação de um dos exemplos mais bem acabados de planejamento urbano-rural da humanidade, transformando as regiões abaixo do Rio Paranapanema em eldorado. E isso apenas a partir do final dos anos 1920. Londrina, à época decantada como Capital Mundial do Café, é uma jovem e pujante cidade de apenas 90 anos de idade, um quase nada em termos de datação histórica.

Mostra-se importante destacar que tudo o que o Paraná conquistou no seu primeiro século, como província e, depois, estado da Federação, foi realizado sem planos estratégicos. A primeira mudança de rumos políticos capaz de influenciar a atividade econômica foi resultado do governo Manoel Ribas, a partir de 1932.

Nos 13 anos seguintes, Ribas ganhou o apelido de Maneco Facão, por diminuir despesas à custa de corte no funcionalismo e nos fornecedores da máquina estadual. Ajustou as finanças e tratou de impulsionar o desenvolvimento, construindo a Estrada do Cerne, a primeira rodovia a unir o antigo Paraná com as novas fronteiras abertas ao Norte.

Foi só no primeiro governo de Moyses Lupion, na segunda metade dos anos 1950, é que o Paraná conheceu seu primeiro planejamento. Era um simples Plano de Obras, mas já sinalizava a nova realidade que iria se materializar no período seguinte, com o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto preparando o futuro com a criação de empresas, como a Copel, e autarquias voltadas ao desenvolvimento do estado.

Por todas essas razões, este livro do jornalista Evandro Fadel é um marco na história paranaense. Pela primeira vez, toda a atividade agrícola foi pesquisada – e está bem contada. Um trabalho de mil fôlegos, mostrando o que aqui se plantava e se planta, do tempo de Zacarias de Góis e Vasconcellos até os dias tecno-agroindustriais contemporâneos.

O Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná tem orgulho em apoiar, por intermédio do Sesc, este volume essencial para o entendimento de quem somos e o que produzimos. Mesmo porque nossa história agrícola é a nossa própria história.

(*) Vice-governador do Paraná
Presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná

Oito décadas de parceria com o cooperativismo no Paraná

Por José Roberto Ricken (*)

A trajetória da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) confunde-se com a evolução do cooperativismo no estado. Esse modelo de organização, essencial para unir esforços e potencializar a produção agrícola, foi semeado no Paraná no início do século XIX, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes europeus, como alemães, italianos e poloneses. Esses povos trouxeram em sua bagagem, além da esperança de uma vida melhor, uma filosofia cooperativista, fundamentada na união, solidariedade e partilha de recursos, princípios que ecoaram nas comunidades agrícolas e deram origem às primeiras cooperativas do estado.

Embora as primeiras iniciativas cooperativistas tenham sido simples, focadas em atender demandas locais, como armazenamento de grãos e comercialização de produtos, elas logo demonstraram seu potencial transformador. Nas décadas seguintes, o cooperativismo evoluiu de forma acelerada, assumindo um papel estratégico no fortalecimento da economia rural paranaense. Esse avanço foi amplamente apoiado pela Seab, que implementou programas de capacitação, assistência técnica e incentivo à organização de milhares de cooperados.

Um marco nessa história foi a fundação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), em 1971. Criada para representar e fortalecer o sistema cooperativo, a Ocepar contou com o apoio decisivo do Departamento de Agricultura e Cooperativismo (DAC), órgão vinculado à Seab. Essa parceria impulsionou o crescimento das cooperativas agropecuárias, garantindo mais competitividade aos pequenos e médios produtores e promovendo o acesso aos mercados nacionais e internacionais.

Ao longo dos anos, a Seab tem colaborado de forma significativa para que o Paraná se torne uma referência no cooperativismo, que atualmente responde por uma parcela expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Com destaque para áreas como grãos, carnes, lácteos e agroindústria, as cooperativas paranaenses têm se consolidado como exemplos de gestão eficiente e sustentabilidade, mantendo os valores de responsabilidade social e ambiental.

A comemoração dos 80 anos da Seab é uma oportunidade de refletir sobre os avanços, progressos e os desafios futuros. A secretaria segue comprometida em apoiar a inovação no campo, com investimentos em tecnologia, pesquisa e sustentabilidade, além de fortalecer ainda mais as parcerias com as cooperativas. Entre alguns exemplos dessas parcerias está a criação da Adapar, Fundepec e a conquista de área livre de febre aftosa, entre outras. Essa sinergia entre o setor público e o cooperativismo continuará a ser um motor de desenvolvimento para o Paraná, garantindo competitividade de sua agricultura em um cenário global.

Assim, a história da Seab e do cooperativismo no Paraná é um testemunho de como a união e o planejamento podem transformar desafios em oportunidades. Com a edição deste livro, de autoria do jornalista Evandro Fadel, a Seab reafirma seu compromisso com o desenvolvimento rural, celebrando um legado que é tradição e modernidade em benefício de todos os paranaenses.

(*) Engenheiro agrônomo e presidente do Sistema Ocepar, entidade que reúne a Fecoopar, Ocepar e Sescoop/PR

Sumário

Prefácio — PÁGINA 10

Primeiro Capítulo
Conhecer a Terra — PÁGINA 15

Segundo Capítulo
Ensino, Capacitação e Propaganda — PÁGINA 65

Terceiro Capítulo
Uma Nova Secretaria — PÁGINA 121

Quarto Capítulo
Programas e Projetos — PÁGINA 155

Secretários
A História por Quem a Fez
PÁGINA 265

Febre Aftosa
PÁGINA 316

Plantio Direto
PÁGINA 323

Textos Explicativos
PÁGINA 324

Gratidão
PÁGINA 332

Referências Bibliográficas
PÁGINA 334

Prefácio

A primeira ideia, quando me aventurei a contar esta história, era falar da conquista do certificado de Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, em 27 de maio de 2021, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA, à época conhecida pela sigla OIE, de seu nascimento como Office International des Epizooties). Enquanto realizava pesquisas e entrevistas, me foi sugerido escrever algo para marcar os 80 anos do Decreto-Lei 251, de 18 de setembro de 1944, que criou a Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Topei. Apesar de outras leis e decretos antes e depois desse dando contornos diferentes à instituição, é consenso ser esse Decreto-Lei uma certidão de nascimento.

Tão logo comecei os estudos senti que não poderia me ater a apenas 80 anos. Havia muito mais, outros formatos da secretaria, dezenas de outros secretários que não apenas os 45 pós-18 de setembro de 1944, outros 90 presidentes e governadores titulares e interinos anteriores, centenas de servidores do Sistema Estadual de Agricultura que dedicaram parte de suas vidas a construir o Estado, milhares de agricultores que, mesmo incógnitos, estão impressos nestas folhas, e um Paraná com terra fértil capaz de, bem cuidada por quem nela labuta e por quem dita as políticas públicas, atender aos anseios de que pode ser o celeiro do Brasil e do mundo. Com ambições de se transformar em supermercado. Há várias formas de apresentar estudos sobre documentos históricos. Optei por mostrar o comportamento da agropecuária paranaense a partir da visão do

gestor público desde a emancipação da Província do Paraná em relação à de São Paulo, efetivada em 19 de dezembro de 1853.

Não sou historiador, não domino técnicas que fazem desses profissionais analistas da humanidade, não tenho a disciplina e muito menos a paciência que uma imersão na antiguidade exige. Sou jornalista.Gosto de contar fatos, atuais ou passados. É o que me proponho, ainda que me atenha à visão unilateral de quem esteve à frente da gestão. Não há muitas análises dos fatos, ainda que seja impossível ler arquivos históricos sem que o cérebro processe cada informação dentro do contexto administrativo, político, econômico, social, cultural e ambiental, para citar os que considero mais importantes. O rigor jornalístico permitiu apenas relatar fatos para que cada um exercite o direito de pensar a respeito.

Pesquisa sempre envolve esforço. Neste caso facilitado pelo trabalho minucioso que alguns presidentes da Província e governadores do Paraná fizeram. Desde que o Estado deixou de ser a Quinta Comarca de São Paulo, anualmente o administrador maior tem, por determinação constitucional, a obrigação de enviar à Assembleia Legislativa um relatório dos atos administrativos ou daqueles que influenciaram as ações do governo no ano anterior. São 170 anos entre 1853 e 2023.Apesar da busca quase obsessiva, não consegui encontrar os documentos de 19 anos. Poderiam acrescer um ou outro detalhe, mas não creio que tenham deixado menos rica a história da agropecuária paranaense. Além das mensagens aos deputados, alguns chefes do Executivo deixaram escritos a seus auxiliares ou ao presidente da República. Da mesma forma secretários de Agricultura enviaram textos a seus sucessores ou aos governantes, tornando-os fontes documentais primárias. Ajudaram no trabalho que lhe apresento.

Debrucei-me nessas obras que já foram dilapidadas em letras por muitos historiadores desta terra, e que ainda muito podem oferecer de riqueza a quem gosta de história. Aliás, o principal conselho que poderia dar é: busque e leia. Muitas estão disponíveis em formato

digital no Arquivo Público do Paraná e endereços eletrônicos de secretarias de Estado, outras encontraram espaço na Biblioteca Pública do Paraná, algumas estão no Museu Paranaense e talvez aquelas 19 que me faltaram estejam espalhadas em locais que deveria ter investigado com mais afinco. Nelas há muito mais que a história da agropecuária. Ao final há uma relação de referências bibliográficas que ajudaram a compor alguns quadros.

Algumas palavras utilizadas pelas autoridades foram, por mera escolha minha, vertidas para a moderna ortografia sem alterar o significado. Optei por dividir em quatro capítulos e alguns textos adicionais. O inicial percorre o Império. O primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, teve o trabalho mais esmiuçado, por ser o retrato pioneiro. Naquele período os administradores mostravam interesse no desenvolvimento de alguns produtos agropecuários específicos e em questões de resolução imediata, como a colonização, primordial para o trabalho na terra, e a construção de estradas. Assim, além de apresentar a visão geral que absorveram da Província – apenas 11 dos 41 presidentes ou vices que assumiram interinamente nasceram no Paraná; os outros foram nomeados por envolvimento político ou pela proximidade com pessoas influentes da Corte –, discorri de forma mais detalhada sobre algumas culturas ou assuntos prioritários, como eles mesmos fizeram em suas mensagens, por terem, como eu, acreditado que seria mais didático.

O segundo período, que começa na Proclamação da República e vai até a década de 30, teve na maioria governantes oriundos do Estado ou radicados havia tempo no Paraná, por isso conhecedores da terra e das necessidades dos produtores. Começava a tentativa de encontrar espaço para a agricultura dentro de alguma secretaria, e havia forte preocupação com o ensino agronômico, com a capacitação e modernização dos produtores e com a propaganda dos produtos paranaenses.

O terceiro período segue da década de 30 até 1946. Coincide com o chamado Estado Novo, que teve na presidência Getúlio Vargas. Foi

quando surgiu a Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e deu-se um novo direcionamento ao setor agropecuário do ponto de vista das políticas públicas. Ainda estava focado em alguns produtos, o que também levou a abordá-los de forma individual. No período que se desenrola a partir de meados da década de 40 e se estendia até o término das pesquisas para este livro, destacado no quarto capítulo, continuou o interesse por culturas específicas, mas os governos procuravam primordialmente implantar programas e projetos de trabalho. É certo que nem sempre houve continuidade. Nessas situações o que prevaleceu e desponta para nós é a fertilidade do solo e o empenho dos agricultores e pecuaristas, a maioria de pequeno ou médio porte, que, independentemente da orientação governamental, continuavam a produzir.

Em um texto adicional optei por buscar o resgate histórico nas lembranças de quem esteve à frente da Secretaria de Estado da Agricultura. Os 16 ex-ocupantes do cargo de secretário que continuam a contribuir para o engrandecimento do Paraná foram receptivos à proposta de contar suas histórias e analisar ações do período em que estiveram no comando. Acrescentei dois textos sobre temas de relevância na evolução da agropecuária paranaense – plantio direto e febre aftosa –, além de tópicos explicativos de termos que aparecem assinalados no trabalho.

Espero que o tempero do passado ajude na absorção do presente e acrescente ingredientes para orientar o futuro, que tem se apresentado como um período de inovação constante, alta tecnologia, ação cada vez mais intensa de microrganismos, inteligência artificial e algoritmos a revolucionar o complexo – e essencial – exercício de produzir alimentos. Com certeza há lacunas, talvez imprecisões, e eventualmente equívocos no trabalho. Podem e devem ser apontados. Quem sabe em uma segunda edição sejam esclarecidos. Ou podem suscitar o desejo em alguém de elaborar uma obra que venha complementar ou substituir este estudo. Ficarei feliz se puder ler.

Primeiro Capítulo

Conhecer a Terra

Art. 1.º – A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província com a denominação de Província do Paraná – A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2.º – A nova Província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembleia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3.º – A Província do Paraná terá um senador e um deputado à Assembleia Geral; sua Assembleia Provincial constará de 20 membros.

Art. 4.º – O governo fica autorizado para criar na mesma Província as estações fiscais indispensáveis para a arrecadação e administração das contas gerais, submetendo depois o que houver determinando ao conhecimento da Assembleia Geral para definitiva aprovação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário. Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr.

A Certidão de Nascimento do Paraná – Lei n.º 704 –, aprovada pelo Senado em 2 de agosto de 1853, foi sancionada pelo imperador D. Pedro II no Palácio Imperial, no Rio de Janeiro, 27 dias depois. Era o desfecho de cerca de 40 anos de tentativas e mobilizações para que a Quinta Comarca se emancipasse da Província de São Paulo. Em 19 de dezembro do mesmo ano a Província do Paraná – "rio caudaloso" ou "semelhante ao mar" na língua tupi-guarani – foi instalada, e o influente advogado, professor e político baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos tomou posse como primeiro presidente[1], nomeado pelo imperador.

Uma das tarefas iniciais a ele atribuídas foi a de eleger um senador, um deputado geral e 20 membros para a Assembleia Provincial. À época o Paraná possuía aproximadamente 62 mil habitantes e 135 eleitores distribuídos em cinco colégios eleitorais: Curitiba, Paranaguá, Castro, Lapa e Guarapuava. O pleito realizou-se em 28 de março de 1854 e a instalação solene da primeira Assembleia, em 15 de julho. Foi quando Zacarias de Góes e Vasconcelos iniciou a tradição, tornada obrigatória constitucionalmente, de o administrador do Estado apresentar na primeira sessão anual legislativa um resumo dos atos do ano anterior.

Sob a presidência de Joaquim José Pinto Bandeira, os deputados da primeira legislatura ouviram o relato do presidente Zacarias sobre os negócios públicos do Paraná e as providências que julgava importante adotar. Mas antes Vasconcelos derrama felicitações "confundindo com os vossos os meus sentimentos de aplauso ao ato do Poder Legislativo que conferiu a esta importante porção do território do império a categoria que há muito tempo aspirava".

A referência ao imperador aparece já nesta primeira mensagem, o que será constante nas de seus sucessores, por vezes apenas para relatar a respeito da saúde da família imperial. A D. Pedro II, Zacarias de Góes e Vasconcelos rende homenagens "pela solicitude com que, sempre fiel à grandiosa missão de encaminhar o Brasil à sua maior prosperidade, julgou que era, enfim, chegada a ocasião de transformar-se a antiga e atrasada comarca de Curitiba na esperançosa Província do Paraná".

Ele reforça que não se podia mais retardar aquele ato. "Banhada de um lado pelo Oceano, onde lhe não faltam bons portos, de outro pelo majestoso Paraná, cortada de rios consideráveis, no gozo de um clima reconhecidamente saudável, com terrenos fertilíssimos, que se prestam aos mais abundantes e variados produtos, tinha a 5ª Comarca da Província de São Paulo direito e pro-

porções para haver subido a um elevado grau na escala dos melhoramentos que caracterizam a civilização moderna", defende.

Mas salienta que tudo estava por principiar e que o povo da Província se mostrava ansioso, à espera de que seus primeiros representantes lançassem "as bases de seu progresso indispensável no presente, e ulterior desenvolvimento no futuro". E termina: "A vossa tarefa, senhores, é árdua, e eu reconheço-me um auxiliar impróprio para tamanha empresa. Não importa: metamos mão à obra. A legislação de uma Província não é trabalho de uma só assembleia nem de uma só administração, é um edifício de futuro para o qual cada assembleia e cada administração conduz alguma pedra. Se, obreiro desjeitoso, eu não souber ajudar-vos na primeira pedra que aqui vindes lançar, não me negareis, ao menos, o sincero desejo de inscrever nela estas palavras – Concórdia e prosperidade do Paraná".

Ao redigir a mensagem, o primeiro presidente da Província contatou as câmaras municipais para conhecer as necessidades mais urgentes, sobre as quais discorre de forma exaustiva, além de entregar os documentos originais aos deputados. A maioria deles permanece em arquivos do Estado. Para o presente trabalho interessam sobretudo os que dizem respeito ao setor agropecuário.

No caso de Curitiba, a câmara municipal registrou a necessidade de uma praça para comercialização dos produtos agrícolas, além de um matadouro regular. Na falta do mercado, "são esses produtores constrangidos a recorrer ao bom gasalhado de cer-

Não me negareis, ao menos, o sincero desejo de inscrever nela (primeira pedra) estas palavras - Concórdia e prosperidade do Paraná.

tos e determinados fregueses, que tiram dessa circunstância novas forças e incremento para o monopólio com que oprimem o povo".

Para o presidente, seria benéfico à cidade ter um local amplo que facilitasse o contato direto entre vendedores e compradores, "obstando a danosa influência dos atravessadores". Quanto ao matadouro, classifica ser obra indispensável, primeiro porque matar gado nas imediações da capital era fatal à salubridade pública e, segundo, por ser essa uma prática que se opunha ao interesse fiscal na cobrança do imposto devido.

Uma das preocupações constantes dos presidentes da Província era com a colonização, tanto para a produção de alimentos quanto para a catequização de índios e segurança das fronteiras do Brasil. Por isso Zacarias de Góes e Vasconcelos chama a atenção: "Especificadamente recordarei que existe na parte superior da província um município na fronteira do império com repúblicas de língua espanhola, tão vasto que se lhe não podem assinalar limites, pois que não está ainda todo explorado; falo de Guarapuava e Palmas. A vizinhança de países estrangeiros, a necessidade de promover, pela colonização, a cultura de tanto terreno esperdiçado, e de chamar à civilização milhares de indígenas que ali andam errantes e bárbaros, pedem que o governo da nova província se aproxime, quanto seja possível, desses lugares onde tamanhos interesses tem a fiscalizar e superintender".

Duas colônias chamavam a atenção do político baiano que acabara de chegar ao Paraná. A primeira, instalada havia dois anos na península do Superagui pelo cônsul suíço Charles Perret Gentil, tinha 13 famílias, a maioria proveniente da Suíça. O sistema adotado fora o de aforamento ou a venda de lotes. Dali saíam café, cana, arroz, mandioca, milho, feijão, legumes e fumo. E preparava-se a instalação de um engenho com grande capacidade, além do início de plantio de anil e amoreira.

"Reduzido ainda a tão mesquinhas proporções, presta, contudo, já o estabelecimento o inapreciável serviço de ensinar, de um modo prático, aos habitantes daquelas paragens que melhor cem vezes do que a pesca, de que muitos subsistem miseravelmente, é lavrar a terra, e de atrair se, como é de se esperar, for prosperando, novos empreendedores a seguir o exemplo do fundador da colônia, aproveitando-se assim tantos terrenos incultos e desprezados nos municípios serra abaixo, aliás, muito férteis", afirma.

A segunda colônia destacada é a Thereza Cristina, implantada pelo médico naturalista Jean-Maurice Faivre às margens do Rio Ivaí, na confluência do Ribeirão das Campinas, hoje município de Cândido de Abreu. "Diferente da do Superagui no plano, fim e filantropia que se propõe, a Colônia Thereza afastou-se da costa do mar e dos grandes centros de população para que o influxo da escravidão e das tendências mercantis que nelas há não obrasse malignamente sob o seu destino que é (expressão de seu fundador) tornar o homem feliz e virtuoso".

Para Zacarias de Góes e Vasconcelos, estar às margens de um rio navegável que se lançava no Rio Paraná, quase na embocadura com o Rio Ivinhema do Mato Grosso, era outra das vantagens da colônia. "Oferece assim uma cômoda via fluvial, por onde, no presente não, mas em um futuro talvez pouco remoto para aquela Província, é possível fazer não só remessa de quaisquer objetos do governo ou de particulares, mas fornecimento de sal, que com profusão são capazes de produzir aqueles lugares", discursa.

E não apenas o sal. "Os seus terrenos são de notável fertilidade. Dá-se perfeitamente ali a cana, o trigo, o milho, o arroz, a mandioca, o feijão, a banana, o fumo e o algodão; prospera a criação de porcos e galinhas, e de animais em geral; e cultiva-se com vantagem a laranjeira e outras árvores frutíferas". Em 1853 os moradores preparavam-se para produzir 12 mil botelhas de aguardente, superior em qualidade à de São Paulo, vendidas a 200 réis cada,

e 50 arrobas de rapaduras. A previsão para o ano seguinte era duplicar a produção.

O entusiasmo do presidente da Província pelas colônias estende-se à composição étnica dos habitantes. No caso da Colônia Thereza Cristina, havia 20 casas ocupadas por 90 pessoas, algumas de nacionalidade francesa, mas também muitos brasileiros, o que ia ao encontro dos objetivos traçados pelo Dr. Faivre. "Seria um contrassenso despender dinheiro e esforços em mandar vir de países remotos colonos para cultivar nossas terras devolutas, deixando, no entanto, entregues ao ócio e à miséria não poucos brasileiros".

Ao discorrer sobre a agricultura, Zacarias de Góes e Vasconcelos novamente elogia as condições climáticas da Província. "A benigna influência do clima desta Província ostenta-se na variedade de artigos que o terreno produz, e na profusão com que recompensa o suor do trabalhador", registra. "O trigo, o centeio, a cevada, o milho, o arroz, a batata, a cana-de-açúcar, o chá, o café, o fumo, o algodão, etc., tudo isso produz o País, senão em umas, noutras localidades, e tudo, se bem que alguns objetos em mínimas proporções, se cultiva, às vezes só para consumo do produtor".

Político experiente, com passagens como presidente das províncias do Piauí e Sergipe, deputado provincial e senador pela Bahia, presidente da Câmara dos Deputados, ministro da Marinha, da Justiça e da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros por três vezes, Zacarias de Góes e Vasconcelos tinha conhecimento das atividades agrícolas e das motivações dos agricultores para se dedicarem a uma ou outra cultura. Até porque gostava de conversar com produtores e de relatar partes dessas conversas aos deputados.

Segundo o presidente da Província, houve um tempo em que o trigo era cultivado em quantidade superior à necessidade de consumo da população, o que possibilitava que parte desse "pri-

meiro dos cereais" fosse exportada. Aponta que os lavradores, para justificar o desalento e o quase abandono da cultura, alegavam a presença da ferrugem. No entanto, pondera que na Europa a ferrugem e outros males também atingiam o trigo, e não se deixou de produzir em razão disso.

Pelo contrário, foram realizados estudos para encontrar meios práticos de combate, experimentando o que poderia trazer mais vantagem: se a mudança de semente ordinária por outra mais frutífera, se o método de semear em linha ou densamente, se o plantio na flor da terra ou em certa profundidade. "Aqui não foi assim: apareceu a ferrugem no trigo, e logo o desânimo do lavrador", lamenta. E continua: "A verdadeira razão, porém, do desprezo de uma cultura tão profícua, é outra que não a alegada. A produção de trigo exige paciência e trabalho aturado: cumpre preparar a terra, depor a semente, esperar que germine e frutifique, etc."

Em contraponto, ele apresenta o processo da cultura da erva-mate. "Os ervais silvestres aí estão por toda a parte, sem custarem aos habitantes o mínimo trabalho, colhem as folhas, secam ao fogo, no carijo, e, quebrada miudamente, está pronta a erva, e vão vender às fábricas, que beneficiam para exportar", descreve. "Não é, logo, tanto a ferrugem, como a erva que faz mal ao trigo".

Mesmo assim pede atenção especial dos deputados para estudar seriamente a doença da ferrugem. Atenção que igualmente reivindica para o café e o chá – "dois ramos de trabalho agrícola a que o futuro parece tão risonho, quanto se mostra sombrio e triste a predileta congonha". Sobre a congonha, nome pelo qual era conhecida a erva-mate *(Ilex paraguariensis)*, Vasconcelos reconhece ser o principal produto provincial, visto nascer de forma espontânea e estar ao alcance da maioria da população, mas não imaginava um futuro favorável para a planta.

Naquele ano os artigos de exportação da Província do Paraná que deram alguma renda foram mate (527:619$780)[2], madeira

Mesmo assim pede atenção especial dos deputados para estudar seriamente a doença da ferrugem. Atenção que igualmente reivindica para o café e o chá.

(42:070$070) e arroz pilado (15:130$090). Os principais compradores do mate paranaense foram Buenos Aires, na Argentina, e Montevidéu, no Uruguai, mas também seguia em bom volume para Valparaíso, no Chile, e em menor escala para Rio de Janeiro e Santa Catarina. Nos dois principais mercados, a concorrência com a erva-mate paraguaia, que tinha qualidade e preços melhores, era "temível". "A posição do mate da Província no Rio da Prata, relativamente às ervas concorrentes, é já desvantajosa no presente e muito mais pode ser no futuro", alerta Góes e Vasconcelos.

E não somente isso. "A fraude em má hora inspirada pela maldita sede de ganho vem piorar notavelmente a condição do mate do País, porque os indivíduos que dão às folhas da congonha a primeira preparação costumam adicionar folhas estranhas, mas difíceis de discriminar, dolo acoroçoado pela sordidez com que os possuidores de fábricas, não cuidadosos do crédito de seus estabelecimentos nem do nome e interesses da Província, e atendendo somente ao abatimento de alguns réis que custa a menos a erva ruim, pronta e sofregamente a compram, e assim o vício do produto vai ser descoberto no mercado estrangeiro, onde, perdida a confiança que lhes mantinha o preço e a extração, desacredita-se consideravelmente e estraga-se nos depósitos".

Diante desse quadro, Zacarias de Góes e Vasconcelos referenda em 1854 o pedido feito pela Câmara Municipal de Curitiba para que a Assembleia Provincial criasse mecanismos de inspeção eficientes, rápidos e severos em todo o processo produtivo. O que foi efetivado em 6 de dezembro do ano seguinte com a expe-

dição, pelo próprio presidente, do Regulamento da Erva-Mate, em que se determinava a forma adequada de produção, sob pena de multa a quem fabricasse sem seguir as regras e a quem comprasse. Além de obrigar "qualquer pessoa do povo" e os inspetores de quarteirão a denunciar eventuais infrações.

Sobre a pecuária, reconhece a falta de conhecimento para maiores comentários, admitindo apenas que os animais estavam entregues à natureza, "desprezados os conselhos, com que a experiência e prática de outros países mostram a possibilidade de melhorar progressivamente as diversas raças". Mas estimula que corridas de cavalos deixassem de ser apenas "uma ocasião de apostas, de rixas e malquerenças entre o povo" e começassem a "produzir emulação entre os fazendeiros acerca da criação de cavalos mais fortes e ligeiros".

No mesmo grau de importância do aperfeiçoamento da agricultura da Província, o presidente coloca a necessidade de melhoramento das vias de comunicação. "A lavoura, tão atrasada como a descrevemos, não pode alar, o comércio não pode se desenvolver, enquanto as estradas se conservarem como estão", avalia. "Sobretudo, por em fácil comunicação o interior da Província com a marinha, e os municípios de serra abaixo com os de serra acima, é negócio de tão vital interesse que não sei que utilidade haveria em se criar esta Província, se os seus mandatários não cuidassem em resolver, a todo o transe, essa questão que há mais de cem anos agita-se, sem solução satisfatória".

Em razão disso, no dia seguinte à posse ele ordenou que todas as estradas da Província fossem examinadas. Mas havia interesse especial na ligação entre o litoral e Curitiba. Os estudos estenderam-se para as estradas da Graciosa, do Itupava e do Arraial, que eram bastante precárias. A conclusão foi de que nenhuma delas cumpria plenamente os objetivos, particularmente em razão da declividade. Por isso o presidente determinou o aprimoramento,

com vistas a reduzir esse empecilho. A partir dos relatórios apresentados pelos engenheiros nomeados para a tarefa, restaram na disputa as estradas da Graciosa e do Itupava. Dos nove critérios estabelecidos, a Graciosa venceu em oito, perdendo apenas na extensão.

"Nestas circunstâncias, tendo sido submetida à decisão da presidência a questão – qual das duas picadas era mais vantajosa aos interesses da Província – não hesitei em pronunciar-me, de acordo com as ideias e dados fornecidos pelos engenheiros, em favor da picada da Graciosa", advoga. "Tenho dito o que entendo: resolvei o que vos parece melhor".

A construção ou melhoria das estradas continuou sendo prioridade para os presidentes que sucederam a Zacarias de Góes e Vasconcelos, não apenas para o transporte dos produtos e mercadorias, mas também como motivador para que os agricultores passassem a produzir outras culturas, a exemplo do trigo, que era tão do desejo dos governantes. O destaque permanecerá para a Estrada da Graciosa. "É esta estrada a obra mais importante e necessária da Província", escreve o presidente Antônio Augusto da Fonseca no final de 1860.

Ainda que soubesse da importância e tivesse sido autorizado a contrair empréstimo para terminar a Graciosa e estendê-la até Castro, Fonseca resistiu. Afinal, a nascente Província passava por situação financeira difícil, consumindo quase 10% de toda a renda para pagamento de empréstimos, e, portanto, considerava imprudência acrescentar qualquer ônus. Em 1870, além da Graciosa, outras estradas estavam em construção no litoral, com Morretes e Paranaguá no epicentro. No planalto trabalhava-se na que ligava São José dos Pinhais a Rio Negro e Curitiba, na que seguia da capital à Vila do Príncipe (Lapa), Palmeira e Assungui (Cerro Azul), desta a Castro, de lá a Itararé e Ponta Grossa, e dali a Guarapuava e Colônia Thereza Cristina, entre outras.

O início da estrada de ferro ligando Paranaguá a Curitiba foi um grande marco para o transporte e comércio dos produtos agrícolas.

Em 15 de janeiro de 1873 o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa finalmente anuncia o término da Estrada da Graciosa. "Agora é justamente que chega, para mim, a época mais difícil dessa estrada que tem consumido perto de dois mil contos de réis, a sua conservação é o ponto mais delicado. Essa estrada, feita para suportar o trânsito muito inferior ao que ela atualmente tem, pois passam por ela anualmente cerca de cinco mil carroças e trezentos mil animais de carga, além de carros e passageiros a cavalo, não pode resistir a tão pesado tráfego concorrendo o rigor do clima no mato e na serra para o seu estrago".

Em 1875 a Província possuía cerca de 40 estradas, mas apenas a da Graciosa em bom estado. "Cumpre fazer todo o sacrifício para melhorar a viação pública, que é o principal elemento para o desenvolvimento de nossas fontes de riqueza", apela o presidente Adolpho Lamenha Lins. Sobre a Graciosa, ele pondera da necessidade de ter um regulamento de polícia. "Não se trata somente de fixar as dimensões das partes constitutivas dos veículos, de evitar-se o peso máximo das cargas que deverão transportar, e empregar os meios de coibir os estragos que carroceiros e tropeiros praticam intencionalmente; é preciso cuidar seriamente em regular o trânsito com o fim de evitar conflitos, desastres e mortes, como tem acontecido". O engenheiro Francisco Monteiro Tourinho foi encarregado de redigir o regulamento.

Lamenha Lins lembra as discussões para se ter uma via de comunicação entre o litoral paranaense e a Província de Mato Grosso. Os primeiros estudos foram para uma estrada de rodagem que também aproveitasse os rios navegáveis do percurso. Mas

houve divergência em relação ao traçado. Posteriormente foram apresentadas ao governo imperial propostas para estrada de ferro, agradando a administração federal uma que ligaria Antonina a Miranda, no Mato Grosso, passando pelo vale do Piquiri, com prolongamento até o Pacífico, atravessando o Paraguai, Bolívia e a parte meridional do Peru. O engenheiro Monteiro Tourinho também foi encarregado dos estudos. "Por mais prematura que esta ideia pareça a muitos, não a reputo impossível; sua realização está mais no interesse daquelas repúblicas que no do Brasil", pontua Lamenha Lins.

O início da construção da estrada de ferro ligando Paranaguá a Curitiba, um grande marco para o transporte e comércio dos produtos agrícolas, foi prestigiado pelo imperador D. Pedro II e pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Buarque de Macedo. Em 5 de junho de 1880 a primeira pedra foi assentada na cidade litorânea, registra o presidente da Província Manuel Pinto de Souza Dantas Filho.

Em 1881 começaram as obras da estação ferroviária na capital da província, o que é comemorado pelo presidente João José Pedrosa, pois poderia empregar os imigrantes que viviam sem ocupação. Mas ele alerta que a empresa férrea, apesar da crise que o País vivia à época, tinha a obrigação de reanimar o comércio da província. "Está a seu alcance promover novas indústrias, estimular o desenvolvimento das já existentes, reanimando assim o espírito público abatido, com o auxílio de capitais que nos faltam e cuja importação muito lhe aproveitaria", propõe.

"Compreendeis, com efeito, senhores, que se, construída a estrada de ferro, nosso movimento comercial for o mesmo, não vindo novos produtos alargar o tráfego, a consequência será que a província há de lucrar apenas um transporte mais rápido para a mesma porção de mercadorias, a empresa tirará tão somente vantagens do juro que foi garantido a seu capital, e o Estado terá

de suportar o encargo de contribuinte por dilatado espaço de tempo".

A primeira locomotiva chegou a Curitiba em 19 de dezembro de 1884. A viagem teve como convidada a Princesa Isabel, filha de D. Pedro II. O transporte comercial começou no ano seguinte, já com reclamações sobre os valores da tarifa.

Colonização

A temática da colonização frequentava os relatórios de forma constante durante o império. O objetivo era atrair brasileiros e emigrantes estrangeiros, de preferência que já estivessem em outras Províncias, para trabalhar prioritariamente em estradas. Para aqueles que ficassem empregados durante cinco anos o governo garantia o pagamento sem indenização de metade da passagem. A Lei n.º 29, de 21 de março de 1855, que autorizou a promoção da emigração, também possibilitou o trabalho na agricultura. Quem não tivesse meios próprios para empreender poderia se empregar em lavouras, sobretudo de café, chá e trigo, mas nesse caso os empregadores deveriam se comprometer a pagar em prestações, dentro de três anos e sem juro, as despesas que o governo fizera.

Ainda que sancionada pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, a lei recebeu críticas de seu vice, o político paulista Theofilo Ribeiro de Rezende, ao passar o mesmo cargo para o militar carioca Henrique de Beaurepaire Rohan. Primeiro por não se conformar com a necessidade da devolução de metade dos recursos investidos pelo governo em passagem e alimentação. "Quando outras províncias (como a de São Paulo acaba de fazer), onde há grandes recursos e todos os meios de receber e empregar os colonos recém-chegados, não se limitam a tão pequena vantagem, não sei como se poderão atrair emigrados para esta, onde faltam todos os recursos até para os naturais do país,

e não há modos de recebê-los, nem de empregá-los", reclama. E, segundo, porque não existiam grandes lavouras, pelo menos nas imediações da capital. "Há um único lavrador neste município que cultiva o café em ponto um pouco mais vasto, não há plantação alguma nem de chá, nem de trigo, e só agora começam alguns ensaios em ponto pequeno, é manifesto que atrair colonos com estas vistas seria sacrificá-los, deixá-los entregues a si e vagabundos".

O relatório apresentado pelo presidente Francisco Liberato Mattos em 7 de janeiro de 1859 é particularmente detalhado a respeito da situação da Colônia Superagui, onde se destacavam produtos exportáveis, como café, aguardente, arroz e farinhas. Iniciada por suíços, atraiu brasileiros. Em 1852 havia 22 pessoas, número que seis anos depois se elevou a 496, dos quais 60 estrangeiros. Às margens do Rio Tibagi, a Colônia do Jatahy intensificava a produção de cana-de-açúcar à medida que as 154 pessoas que a ocupavam decidiram permanecer definitivamente no local.

Elogios recebe a Colônia Thereza Cristina em 15 de fevereiro de 1862, em documento do presidente Antônio Barbosa Gomes Nogueira. De clima excelente e solo fértil, tinha produção boa de café, cana-de-açúcar, tabaco, arroz, milho, feijão, algodão, banana e laranja. A distância do Porto de Antonina era de 50 léguas (210 quilômetros) e podia ser percorrida em veículos de roda. À época viviam ali 289 pessoas, habitando 68 casas. "Esta colônia está talhada para tornar-se em breve uma importante povoação", estima.

O administrador provincial relata que na nascente Colônia do Assungui os brasileiros recebiam os mesmos favores concedidos aos estrangeiros, caso quisessem comprar terras. "E muito confio nos resultados desta medida para o futuro, à proporção que as famílias pobres brasileiras conhecerem a vantagem da aquisição de terras medidas e livres de contestação", afirma Nogueira. Naquele mesmo ano o imperador aceitou pedido de dinamarque-

ses para criar uma colônia às margens do Rio Serra Negra, em Paranaguá.

A década de 1860 estava quase no término quando as terras da Província atraíram cinco argelinos, precursores de outros 90 que chegaram logo depois para se estabelecerem na região onde atualmente estão os bairros Bacacheri e Boa Vista, em Curitiba. O objetivo era que se dedicassem à agricultura. "Mandou-se fornecer a cada colono maior uma enxada e uma foice e a cada família um machado e, além disso, a cada colono maior um alqueire de batatas, 10 libras de trigo, 10 de centeio e 6 de cevada para semente", relata o presidente Antônio Augusto da Fonseca. No entanto, não teve o resultado esperado. Em 1875 o presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches conclui ser essa "uma infeliz tentativa por parte do governo e inútil sacrifício de algumas somas".

Assim que 1870 inicia o presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho comenta a chegada de 328 estrangeiros à Província. "Se há província que deve nutrir animadoras esperanças de obter vantajosos resultados na imigração estrangeira, é, sem dúvida, esta, tanto pelas suas riquezas naturais e situação topográfica, como pelo crédito que vai adquirindo", acentua. No entanto, salienta que a colonização, particularmente dos vastos sertões, dependia de vias de comunicação. "Por esta razão, insisto com firme convicção na aplicação de grande parte da renda para obras de estradas e pontes". Quatro anos depois o presidente Frederico Abranches reforça a mesma ideia: "Sulque a terra de boas vias de comunicação, facilite a deslocação dos produtos, ladeie-se a lavoura e o comércio das garantias de que precisam e o problema da colonização estará resolvido".

O esforço para atrair colonos resultava também da certeza de que a abolição da escravatura[3] era apenas uma questão de tempo. Nos anos 1870, cerca de 10% da população da província era es-

cravizada e atuava quase exclusivamente nas lavouras. Mas, além de disponibilidade de mão de obra, era preciso formação para os agricultores. O ideal, apregoa Carvalho, seria um instituto agrícola. No entanto, na falta deste, apresenta a possibilidade de assinar a Revista Agrícola, publicada pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, com remessa para as 11 câmaras municipais da província. "Se por ora não se pode formar aqui um instituto agrícola à imitação desses que a munificência imperial criou nas Províncias do Norte, procure-se pela imprensa preencher parte desse encargo, generalizando ideias úteis à lavoura, destruindo os preconceitos e a rotina, e preparando os espíritos para as reformas que se aproximam".

Os imigrantes alemães, particularmente os que vinham da Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, eram muito bem recebidos pela população da nova província, e foi o que aconteceu entre os anos de 1869 e 1870, quando um grupo cobiçou as terras do Pilarzinho, em Curitiba. "Considerando o estado próspero em que se acha o núcleo da população alemã, que se estende por todo o rocio, e as vantagens colhidas da agricultura e indústria pelos colonos espontâneos ali estabelecidos sem o menor dispêndio dos cofres do Estado, não duvidei em atender o pedido daqueles emigrantes", diz Agostinho Ermelino de Leão. "Entendi que não devia perder a ocasião de atrair a emigração de tão bons colonos para a Província, que luta com a falta de braços para a cultura de seus vastos e férteis terrenos".

O esforço para atrair colonos resultava também da certeza de que a abolição da escravatura era apenas uma questão de tempo.

No mesmo período poloneses estabelecidos em Santa Catarina interessaram-se por fixar residência nas proximidades de Curitiba. O governo bancou as despesas e também os enviou ao Pilarzinho, recomendando que começassem a trabalhar em obras públicas para ganharem recursos suficientes e se estabelecerem por definitivo. "Trabalhadores e morigerados como são esses colonos, é de se esperar que a província tire resultados dos sacrifícios que com ele fez", acredita o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa.

Vinte anos após a criação da Província o levantamento estatístico apresentava 126.722 habitantes, dos quais 10.560 escravizados. Em relação ao sexo, havia 64.810 homens e 61.912 mulheres. O número de brasileiros chegava a 121.095, enquanto 5.627 eram estrangeiros. A Província tinha 19.162 casas. A qualidade da colonização, e não apenas um número maior de imigrantes estrangeiros, é uma das preocupações demonstradas pelo presidente Adolpho Lamenha Lins na mensagem enviada aos deputados provinciais em 15 de fevereiro de 1876. Segundo ele, havia um "vício original" na forma como se escolhia na Europa a pessoa que se deslocaria ao Brasil para se tornar "lavrador laborioso e morigerado". Muitos recebiam os favores do governo, mas desistiam sem satisfazer os ônus a que se obrigavam, desacreditando o processo de imigração.

Por isso ele sugere algumas condições para preparar o terreno à imigração espontânea. Entre elas dizer a verdade sobre as terras férteis, garantir que não houvesse privações na viagem, dividir bons lotes, promover o estabelecimento na propriedade e facilitar a aquisição da terra. "Tiremos o nosso agricultor deste estado contemplativo e estático, com o socorro da instrução profissional, com o auxílio dos instrumentos aperfeiçoados que multiplicam as forças e aumentam a produção, e com o favor do capital que dá origem e complemento a esses imprescindíveis fatores", discursa Lamenha Lins.

E continua: "A parte mais difícil do problema, a que preocupa os grandes economistas do mundo – a propriedade, a posse da terra – ainda não entra em linha de conta para o agricultor brasileiro, pela sua abundância e uberdade; mas esta mãe carinhosa e grata aos que a cultivam, para expandir de seu seio os salutares frutos que alimenta a vida do homem, demanda atividade, inteligência e forças, que se traduzem por braços que só a colonização pode dar, instrumentos aratórios que só a esclarecida indústria pode ministrar, por capitais que só as instituições de crédito podem fornecer".

No relato enviado à Assembleia Provincial ele conta ter visitado a Colônia do Assungui, o que o deixou preocupado. As dificuldades do acidentado terreno e a falta de mercado para os produtos, aliado à situação das estradas, desanimavam o lavrador. "O desânimo entre os colonos é geral; nestes últimos meses tem sido frequente o abandono da colônia por famílias que chegam à capital em procura de trabalho", lastima. Em contraponto, e de acordo com sua proposta de criar novas colônias próximas a centros populosos e com boas estradas, ele narra ter destinado uma área para instalar 200 colonos poloneses vindos da Antuérpia, na Bélgica, criando a Colônia Santa Cândida e dando início a um cinturão verde para abastecer Curitiba. "Os terrenos são fertilíssimos e prestam-se a todo o gênero de cultura. Este núcleo vai em grande desenvolvimento", exorta. Da mesma forma que se refere à Colônia Orleans, a mais nova da província, que abrigava 211 pessoas, entre poloneses, alemães e franceses: "São morigerados, trabalhadores, e mostram-se animados e contentes". No mesmo ano, igualmente por iniciativa de Lamenha Lins, foi criada a Colônia Nova Itália, na região de Morretes, que somava 1.241 pessoas, mas que não prosperou, pois os colonos preferiram as cercanias da capital.

Em 1.º de outubro de 1882 o presidente Carlos Augusto de Car-

Para Carvalho, os diversos tipos de terrenos e as possibilidades de culturas deviam orientar a povoação.

valho comunica a suspensão de todo o serviço de colonização, permanecendo apenas uma pessoa no quadro de comissionados. Ele lembra que os presidentes antecessores já haviam relatado as diversas fases pelas quais o processo de colonização passara. "Muito esforço desenvolveu-se, é verdade, mas não obedecendo a um sistema, a um plano regular, os resultados traíram as esperanças do poder público", critica. Segundo ele, as leis, sobretudo as relacionadas às terras públicas, não foram devidamente cumpridas e as atribuições do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas estavam confusas ou revestidas de indecisões. "Tudo é incerto e o mal-estar geral", acrescenta. "Condição de êxito para a colonização, o regime da propriedade rural será o *criterium* do desenvolvimento do Brasil e nele vejo, em grande parte, a solução dos problemas financeiros que se levantam diante do Tesouro Público".

Para Carvalho, os diversos tipos de terrenos e as possibilidades de culturas deviam orientar a povoação. Para a região de Ponta Grossa, por exemplo, "apertada pelo deserto e pela imobilidade das colônias abandonadas", ele se manifesta favorável à ocupação preferencialmente por nacionais, "sem dúvida mais aptos para as atuais culturas, de modo a transformá-los em forças ativas e permanentes". "O que convém, antes de tudo, é sistematizar esse serviço de colonização nacional", escreve. No seu entender, a divisão em pequenas propriedades rurais era o caminho mais viável tanto do ponto de vista econômico quanto da indústria agrícola. O administrador da província propõe ainda a criação de um fun-

do para organizar colônias orfanológicas, onde fossem recebidos e educados os filhos livres de mulheres escravizadas.

Em 1885 o presidente Alfredo D´Escragnolle Taunay, também renomado escritor, tece elogios a Lamenha Lins que dez anos antes havia decidido reduzir recursos para colonos ocuparem regiões mais desertas e estimulado a vinda de imigrantes para terras próximas de grandes centros populacionais, que eram ajudados financeiramente apenas no início da atividade. "Nada de diretoria, nada de tutelas indefinidas, nada de despesas incessantes e inconvenientes, que afinal acostumam o imigrante à indolência e a viver queixoso", reage. Por isso ele expediu portaria determinando que nos documentos oficiais a palavra colono fosse substituída por imigrante – "muito mais expressivo e de maior exatidão científica" – e que os estabelecimentos agrícolas da província passassem a ser chamados de núcleos, "por terem absolutamente cessado as circunstâncias especiais que até certo ponto justificavam aquela denominação de colônias, atualmente imprópria, sem significação mais, e à qual se prendem ideias, um tanto deprimentes, de tutela e direção".

Os imigrantes não paravam de chegar. Acompanhados de elogios. "Se com efeito aos políticos e pensadores deste país fosse dado vir ao Paraná, a fim de observarem de perto os fatos da imigração e do trabalho assíduo nas propriedades subdivididas, não haveria nenhum, estou bem convencido, que deixasse de ficar im-

Em 1885 o presidente Alfredo D´Escragnolle Taunay expediu portaria determinando que nos documentos oficiais a palavra colono fosse sustituída por imigrante.

pressionado com o que visse, constituindo-se não poucos deles em centros de propaganda ativa e convencida, em favor da ideia, que em si resume a solução mais pronta de todas as dificuldades econômicas e sociais do Brasil", enaltece o presidente Taunay ao passar a administração para Joaquim de Almeida Faria Sobrinho em 3 de maio de 1886. "Não fosse a imigração e esta zona administrativa não ostentaria de certo as esperanças que a estimulam e a animação que a distingue".

Taunay cita os arredores de Curitiba como "áreas de grande e salutar agitação agrícola". Ali ressalta Pilarzinho, Abranches, Lamenha, Santa Cândida, Santo Ignácio, Nova Órleans, Riviér, Muricy e Alfredo Chaves "para apreciar o esforço constante e sincero, o desejo de progredir, aplicação do trabalho cotidiano, a esperança no futuro, a felicidade ganha com o suor do rosto, a confiança em si, a moralidade e o sossego, o empenho moral e material em conseguir o conforto tão indispensável ao homem, tudo isso a desenvolver-se em um país de instituições livres, firmes e generosas". Entusiasta da imigração, o presidente Taunay criou Sociedades de Imigração em várias cidades com o objetivo de organizar o trabalho na lavoura e melhorar a infraestrutura, motivando inclusive os brasileiros a se empenharem com mais vigor. "Hoje em dia, o melhor e maior sinal de patriotismo é cuidar de imigração europeia", defende. O que levou a dispender recursos para custear publicações em revistas de Bruxelas e Liége, na Bélgica, para "tornar mais conhecida na Europa esta rica e esperançosa zona do Império do Brasil".

Em 1.º de outubro daquele ano, no contato com os deputados provinciais, Sobrinho fala que nos cinco meses de sua administração entraram 565 imigrantes, a maioria poloneses e italianos. "E, o que é bastante significativo, muitos deles se expatriam já com destino ao Paraná, atraídos por seus compatriotas aqui estabelecidos. O bem-estar destes, firmando os bons créditos de nossa

Taunay cita os arredores de Curitiba como "áreas de grande e salutar agitação agrícola". Ali ressalta Pilarzinho, Abranches, Lamenha, Santa Cândida, Santo Ignácio, Nova Órleans, Riviér, Muricy e Alfredo Chaves.

província, vai sendo assim o mais profícuo meio de propaganda em seu favor", acentua. "Resta, agora, animar e desenvolver aquela propaganda, bem como assegurar os seus vantajosos resultados, proporcionando aos *desanimados* da Europa que procuram esta bela região os meios de exercerem sua atividade em condições prometedoras de um próspero porvir".

Aquela situação, no entanto, foi perdendo força. Em 29 de dezembro de 1888 Sobrinho enviou uma tabela a seu vice Antônio Ricardo dos Santos, discriminando a entrada de apenas 383 imigrantes no ano. "Semelhante resultado, sem dúvida pouco satisfatório, seria desanimador, se não tivesse explicação em uma causa extraordinária, a que não se pode atribuir o caráter de permanência. Provém, a meu ver, da forte corrente imigratória que se desenvolveu para a província de São Paulo, a qual há recebido este ano mais de 23.000 imigrantes, devido isso ao adiantamento da passagem desde o porto de embarque na Europa", evidencia. "Pudéssemos garantir este mesmo favor, e o movimento imigratório com certeza cresceria entre nós".

Independentemente disso, o presidente comemora a chegada de 10 famílias alemãs que se instalaram na região de Rio Negro, comprando terras com recursos próprios e preparando terreno para a vinda de outras 90 famílias. "Convém animá-los nesse propósito, a fim de que se encaminhe para nós essa corrente de imigração espontânea, de que temos tudo a esperar", assinala. Ao mesmo tempo declara estar se preparando para receber novos colonos na região de Curitiba, e para isso completara a compra

de todo o lugar denominado Canguiri, dividido em 51 lotes, e adquirira outros lotes no município de Arraial Queimado, atual Bocaiúva do Sul.

Trigo

Acatando o conselho apresentado pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos de que a produção de trigo precisava ser estimulada em razão de seu "futuro profícuo", a Assembleia Provincial aprovou a Lei n.º 28, de 20 de março de 1855:

> *Art. 1.º Fica o governo autorizado a promover o estabelecimento de uma seara normal, onde se ensaie a cultura do trigo, podendo para isso despender até a quantia de 6:000$000.*
> *Art. 2.º Aos lavradores que se quiserem entregar a essa cultura distribuir-se-á gratuitamente a semente que, por conta dos cofres públicos, se mandar vir do exterior.*
> *Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.*

A medida ganhou elogios, mas também ponderações por parte do vice-presidente Theofilo Ribeiro de Rezende, quando da transmissão do cargo para o militar carioca Henrique de Beaurepaire Rohan em 6 de setembro de 1854: "A falta de sementes apropriadas, de instruções ou memórias relativas ao modo prático de preparar ou rotear a terra, de semear, conservar a semente e preservá-la ou curá-la da ferrugem ou moléstia que a ataca, a falta de moinhos, ou pelo menos modelos adaptados à preparação da farinha, e mais ainda de pessoas competentemente habilitadas, que desde logo se pusessem com proveito à testa de um estabelecimento dessa ordem, obstaram a que se desse pronta e mediata execução ao patriótico pensamento que ditou essa lei, a qual,

sem contestação, modificará os hábitos presentes e estacionários da província, e promete-lhe, após de mais consistente abundância e riqueza, melhoramentos consideráveis".

Rohan, em 1856, retoma as críticas feitas anteriormente por Góes e Vasconcelos. Segundo ele, 30 anos antes o trigo "fazia a riqueza de Curitiba". No entanto, os lavradores foram desanimando, sob a justificativa de que a ferrugem estragava as searas, o que fez com que o preço da farinha se elevasse em dez vezes no período. Para o vice-presidente, a doença poderia ser vencida, assim como estava sendo na Europa. Ao elaborar seu relatório para os deputados provinciais, ele culpa o mate. "A fabricação da erva-mate, que, com pouco trabalho, oferecia um produto lucrativo aos nossos íncolas, deu o último garrote àquela interessante indústria. Foi uma verdadeira vitória da barbaridade sobre a civilização", decreta.

Em junho do ano anterior, época favorável ao plantio de trigo na região de Curitiba, o governo havia comprado e distribuído quatro alqueires de sementes, que produziram 90. "Resultado verdadeiramente esperançoso", escreve o vice-presidente Beaurepaire Rohan. Também foram encomendados 40 alqueires de sementes de Buenos Aires e da espécie que se cultivava na Bélgica, pela qualidade e por se adequar melhor ao clima. No entanto, a europeia demoraria a chegar devido aos processos diplomáticos. A previsão era produzir 1.010 arrobas de farinha, insuficiente para suprir Curitiba, que consumia à época 4.580 arrobas. O desequilíbrio poderia influir no preço do pão, que custava 20 réis a onça.

"Se a próxima colheita for boa, pode-se afirmar que a do ano seguinte será suficiente para o consumo do país, e que dentro de pouco tempo poderemos exportar farinha de trigo para o Rio de Janeiro e outras cidades marítimas. Então se tornará a província do Paraná o celeiro do Brasil, esse novo ramo de indústria, com o da criação dos gados, virá a ser a riqueza principal da terra; e a congonha, reduzida ao estado de planta agreste, não ocupará

senão em pequena escala a atenção dos nossos antepassados", prevê Rohan.

Novamente não aconteceu como planejado. As sementes compradas em Buenos Aires, que deveriam chegar em abril, foram remetidas somente em 11 de julho, e a distribuição começou em 5 de agosto, quando terminara o período ideal para o plantio. Mesmo assim o entusiasmo com a possibilidade de a cultura florescer levou a administração paranaense a comprar quatro arados modernos no Rio de Janeiro. Se fossem aprovados, serviriam de modelo para a construção de outros na própria Província. Ao mesmo tempo a administração provincial estudava a compra de sementes do Chile devido à melhor qualidade em relação às que existiam no Paraná.

Em 1858 o presidente Francisco Liberato Mattos lamenta que a cultura, apesar de ter se desenvolvido bem, fora abandonada. Mesmo assim, na tentativa de retomar o plantio do trigo, ele atesta a chegada de sementes importadas da Turquia. Dois anos depois o presidente José Francisco Cardoso reconhece, como outros tinham feito, que o trigo, cultura que ocupava as terras havia quase 40 anos, era uma das que mais vantagens poderia trazer à Província, ainda que a ferrugem tivesse desanimado o lavrador. "Não me descuidarei, pois, de acoroçar o desenvolvimento deste ramo de riqueza pública", promete. Mesmo encontrando resistência entre os agricultores, que preferiam o centeio e a cevada, lavouras mais grosseiras e com menos exigências de preparo do terreno.

Por mais que os presidentes da Província se esforçassem para convencer os lavradores dos benefícios de plantar trigo e fornecessem as sementes, a erva-mate continuava a ser a cultura preponderante. "Aqui, o espírito rotineiro, a facilidade com que o homem obtém o necessário para viver, os incômodos e dificuldades com que luta o produtor para encontrar mercado certo e que compense as despesas de produção e transporte, acanham a la-

voura restringindo-a à mesquinha condição em que a temos", lamenta José Feliciano Horta de Araújo em 15 de fevereiro de 1868.

Em 1876 o presidente Adolpho Lamenha Lins volta a recordar o desânimo dos triticultores em razão da ferrugem. Mas também mostra entusiasmo com o que poderia se tornar essa cultura. "Me informam conscienciosos práticos que o vício da terra que inquinava a semente parece achar-se extinto, pois nos subúrbios desta capital se tem feito boas colheitas de excelente trigo, como o chamado Grão de Ouro, cuja amostra foi remetida ultimamente para a exposição de Filadélfia. O que cumpre fazer para desenvolver tão esperançosa cultura é invocar os preceitos de agronomia e geologia agrícola que ensinam que um hectare de terra bem lavrada e adubada vale por três que não tem merecido tal cuidado".

Quatro anos depois os campos de Curitiba garantiam bons resultados aos colonos que se dedicavam ao trigo. O que levou o presidente João José Pedrosa a propor em documento enviado à Assembleia no início de 1881 a concessão de um prêmio pecuniário a quem na Província, durante aquele ano e no seguinte, colhesse a maior quantidade do cereal. Da mesma forma sugeriu prêmio para a maior colheita de chá.

A necessidade de diversificação de culturas para descortinar novas fronteiras estava no esforço de cada um dos presidentes da Província. Assim que, em 1883, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello abriu concorrência para empresas que quisessem investir. Apenas uma, de Carlos Napoleão Poeta, coronel do Exército residente em

Os preceitos de agronomia e geologia agrícola ensinam que um hectare de terra bem lavrada e adubada vale por três que não têm merecido tal cuidado.

Santa Catarina, apresentou-se e assinou contrato para plantio gradual de trigo, começando por semear 800 litros. No entanto, três anos depois o presidente Alfredo D´Escragnolle Taunay avisa que o contrato havia caducado e fora repassado para João Conrado Bührer, proprietário de terras nos Campos Gerais e Sul do Estado. Ele assumiu a tarefa de iniciar com 400 litros de sementes para alcançar 4 mil no décimo ano, renovando-as de dois em dois anos com remessas do exterior, a fim de evitar a propagação da ferrugem. A partir do segundo ano Bührer deveria fornecer sementes de 50 alqueires de suas propriedades para distribuição a toda a Província. Também se comprometeu a construir um moinho com capacidade quatro vezes maior que o volume colhido por ele e pelos vizinhos, além de ficar responsável pela divulgação da cultura e de técnicas para o cultivo. Para isso ele passaria a receber subvenção anual de Rs 2:500$000 a partir da criação de sua empresa, benefício que se prolongaria pelos dez anos seguintes.

Erva-mate

Apesar das tentativas dos primeiros governantes da Província de incentivar novas culturas para reduzir a dependência econômica da erva-mate, o esforço mostrou-se ineficaz diante da pouca necessidade de trabalho para a produção e dos bons preços conseguidos na exportação. Para o presidente Francisco Liberato Mattos, esse era um fato a lamentar porque a Província possuía terras com possibilidades de cultivar em abundância produtos de subsistência como mandioca, arroz, café, cana, fumo, milho, centeio, cevada, trigo e outros gêneros alimentícios, o que possibilitaria reduzir um pouco as importações. “Este estado de coisas, porém, tenho que continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas apare-

cerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras de consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas", diz em 7 de janeiro de 1858.

Enquanto os colonos não chegavam, o presidente optou por orientar sobre a melhor forma de se produzir a erva-mate e colocá-la em condições de concorrer com a do Paraguai. Para isso mandou publicar e remeter às câmaras municipais as instruções recebidas do governo imperial, com o objetivo de reduzir os até seis meses gastos entre o corte e o embarque para as 30 horas que o método paraguaio possibilitava. "Segundo essa memória, a causa de não gozar a erva-mate desta Província o mesmo preço da do Paraguai não está em sua qualidade intrínseca, mas no mal e perda que lhe advém pela imperfeição e vícios de sua fabricação, os quais podem ser facilmente corrigidos", exorta.

A primeira grande crise[4] econômica mundial, em 1857, afetou os países do Hemisfério Sul, o que levou Argentina e Uruguai, principais compradores da erva-mate paranaense, a recuarem nas importações. Os preços tiveram queda de 50%. Aliado a isso, o Rio Grande do Sul começou a incrementar a exportação do produto de seu território, beneficiando-se do "grande desleixo" observado na Província do Paraná, o que espantava o comprador, mesmo que o preço fosse ínfimo.

"A crise comercial há de passar; aquele excesso de importação também, mas a competência da erva do Paraguai e do Rio Grande do Sul é permanente", alerta o presidente Francisco Liberato Mattos em 7 de janeiro de 1859. "Se nossos fabricantes não se esmerarem na manipulação do mate, se ao abuso e fraude de alguns não se opuser corretivo, virá a ser inteiramente excluído dos mercados consumidores esse, aliás, importante ramo de riqueza agrícola da Província".

Com a Guerra do Paraguai[5], iniciada em 1864, uma nova perspectiva abriu-se para a erva produzida no Paraná. "A concorrência

No Continente Sul-Americano, a guerra com o Paraguai foi um bom negócio comercial para a Província do Paraná, que observou incremento de receitas nos cinco anos em que ela se estendeu.

afrouxará com a guerra, que vamos levar a Assunção; mas, ainda assim, é conveniente que aquele excelente chá procure algures um consumidor mais numeroso e garantidor de larga e generosa indenização", propõe o presidente André Augusto de Pádua Fleury em 21 de março de 1865. Por isso ele remeteu 50 latas ao ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio da França. A intenção era torná-la conhecida na Europa, visto que pesquisas internacionais mostravam que a teína era mais presente na erva-mate do que no café e no chá. Além de prazerosa, a bebida poderia ser utilizada em prescrições dietéticas para enfermos.

No Continente Sul-Americano, a guerra com o Paraguai foi um bom negócio comercial para a Província do Paraná, que observou incremento de receitas nos cinco anos em que ela se estendeu. Mas, a partir do exercício 1871/72, o país vizinho voltou ao mercado, resultando em declínio para a exportação paranaense. Diante disso o presidente Adolpho Lamenha Lins convoca para um esforço maior, em 1876. "As exposições industriais nas quais esta província tem sido tão feliz hão de concorrer para fazer conhecidos nos mercados estrangeiros esta planta e as vantagens de seu uso", acredita.

Ele informa ter mandado imprimir em quatro línguas o resumo de monografia sobre a erva-mate escrita pelo jurista e historiador paulista Macedo Soares. "Estes folhetos deverão ser largamente distribuídos na exposição de Filadélfia e acompanhar as amostras de erva-mate que o Ministério da Agricultura mandou

preparar aqui para serem remetidas aos nossos agentes consulares no estrangeiro, com o fim de desenvolver o seu comércio", escreve Lamenha Lins. No entanto adverte para a necessidade de ter mais cuidado tanto no processo de fabricação quanto na apresentação do produto ao comprador. "Cumpre, pois, incutir no ânimo do produtor que ele é o único zelador de seu crédito e responsável pela depreciação de um produto que deve merecer toda a sua solicitude, pois ele representa um dos mais apreciáveis dotes naturais que a Providência fez a esta província", orienta.

Até 1881 vários presidentes justificaram a não adesão dos lavradores paranaenses à cultura de trigo pela pouca disposição para trabalhar arduamente, enquanto a erva-mate poderia ser colhida sem muito esforço. Em 16 de fevereiro daquele ano o presidente João José Pedrosa coloca um fim nesses comentários. "Diz-se frequentemente que o paranaense, como a generalidade dos brasileiros, é preguiçoso e sem iniciativa alguma, por *índole própria*. Há grande injustiça nesta apreciação do nosso caráter, relativamente ao trabalho", afirma. "Sem dúvida alguma, o brasileiro, por via de regra, não tira senão um pequeno proveito das forças produtivas do solo, empregando apenas uma pequena parte dos esforços de que é capaz para aproveitar as riquezas que o cercam. Não o faz, porém, por negação ao trabalho, por falta de desejo de aumentar a soma do bem-estar de que goza. Fá-lo, sim, por deficiência de instrução que lhe permita conhecer essas riquezas e os modos de bem aproveitá-las".

Até 1881 vários presidentes justificaram a não adesão dos lavradores paranaenses à cultura de trigo pela pouca disposição para trabalhar arduamente, enquanto a erva-mate poderia ser colhida sem muito esforço.

Ele continua apresentando um desafio social: "Dê-se, entretanto, instrução ao brasileiro, predisponham-lhe os meios, os capitais, e vereis se ele tem iniciativa para as empresas úteis". Segundo Pedrosa, a busca pelo menor esforço, como o da colheita e do fabrico de erva-mate, era algo da natureza humana. "A ciência econômica explica, pois que o ideal da humanidade é conseguir sempre os cômodos da vida com a menor soma de sacrifício possível", discursa. "Mas daí não se deve inferir que o mate seja a causa do atraso da indústria da Província". Pelo contrário. "O mate tem sido uma fonte inexaurível de riqueza para o Paraná, que, apesar de possuir uma população escassa, apresenta, contudo, um desenvolvimento de comércio e de rendas que muitas províncias maiores lhe invejam".

Para ele, o "nosso *caipira* procura os trabalhos agrícolas sempre que a indústria extrativista a que se dedica lhe dá tempo". "A indústria do mate é, pois, merecedora da maior animação da nossa parte, a bem da prosperidade da Província", defende. A dúvida, continua Pedrosa, é saber quais ramos da indústria agrícola os paranaenses deveriam explorar. "Eis aí problemas complexos, para cuja solução tornam-se precisos certos conhecimentos, certa instrução que os nossos lavradores ainda não possuem e que só irão adquirindo à proporção que o nível intelectual da Província for subindo". Para isso acentua a necessidade de bons compêndios de agricultura para as escolas e não apenas catecismos religiosos, e que fosse favorecida a entrada de bons imigrantes e agricultores com conhecimentos mais avançados, que estimulassem os lavradores nativos.

A preocupação com alternativas agropecuárias também está presente na mensagem do presidente Carlos Augusto Cavalcanti, de 1.º de outubro de 1882. "A erva-mate não deve ser a principal, senão única, exportação da Província. É um perigo", alerta. "Sem abandonar o esforço para criar novos mercados consumidores,

sem arrefecer a propaganda das qualidades nutritivas desse produto e o empenho de melhorar as condições de preparação e fabrico, a Província do Paraná pode e deve variar sua indústria agrícola".

Ainda que o esforço exportador fizesse parte das ações das autoridades da Província, o presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, em 1.º de outubro de 1883, chama a atenção para a necessidade de se discutir a questão dos impostos. "Os impostos de exportação, em condições dadas, são essencialmente vexatórios, quando os produtos têm de ir lutar em mercados estrangeiros na competência dos preços com gêneros similares. Acabrunhados aqueles pelos encargos que levam do próprio país, entram na concorrência em condições desiguais, uma vez que, e é quase regra, os contendores com quem tem de arcar, quando não são protegidos, são poupados pelo fisco de sua pátria".

A situação da erva-mate é tomada como exemplo. "Atentas às dificuldades que tem de superar para atingir preço remunerador nos poucos mercados em que se oferece, manifesta-se naturalmente sensível ao peso do imposto de saída; seria de indubitável vantagem para a indústria extrativa dela um alívio de taxa nessa contribuição", propõe. "Não professo na escola protecionista; mas entendo que arredar embaraços artificiais, desonerar de encargos vexadores, não é diretamente ser protecionista; é ser justo e razoável, e não ser hostil". À época os impostos sobre produtos da lavoura e da indústria, quando exportados, giravam entre 4% e 10%.

Ao término de 1888 o presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho comemora o resultado da extração e exportação de erva-mate. "Esta indústria é atualmente, e será talvez por muito tempo ainda, a mais importante da Província, aquela, portanto, que mais tem contribuído para sua riqueza e prosperidade", declara. Os dados estatísticos apontavam que desde 1867 a Província do

Com vistas a melhorar o desempenho fiscal da erva-mate, responsável por pelo menos um quarto da renda da Província, e aumentar os ganhos do produtor, o presidente critica o imposto cobrado pela recém-inaugurada via férrea ligando Curitiba a Paranaguá.

Paraná ocupava o primeiro lugar entre as exportadoras, com crescimento contínuo ano a ano, sem que os destinos tivessem se alterado. Entre as causas, Sobrinho aponta a melhoria da qualidade e a imposição de taxa maior para exportação de matéria-prima bruta pelo porto, o que veio em benefício da indústria e agregou valor ao produto. Os ganhos eram significativos, mesmo que a legislação tributária não pudesse ser aplicada nas exportações para Santa Catarina devido à discussão sobre os limites fronteiriços.

Com vistas a melhorar o desempenho fiscal da erva-mate, responsável por pelo menos um quarto da renda da Província, e aumentar os ganhos do produtor, o presidente critica o imposto cobrado pela recém-inaugurada via férrea ligando Curitiba a Paranaguá, o que excederia em mais de um terço do frete do mesmo artigo conduzido em carroças pela Estrada da Graciosa. "Compreende-se perfeitamente que isto é uma anomalia que não deve continuar, reclamando providências", reage. "Tal tarifa oprime o comércio da erva-mate, prejudica o Estado que paga garantia de juros e prejudica a própria companhia, visto que dá lugar a sustentar-se uma competência absurda e inconveniente, qual é a da Estrada da Graciosa".

Em 23 de março de 1888 o presidente instala a Associação Paranaense Propagadora da Erva-Mate, com o objetivo de difundir o produto nos mercados europeu e americano. E logo depois, em 1890, é criada a Associação Comercial do Paraná, tendo na liderança Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, à época

maior produtor de erva-mate do mundo e maior exportador do produto no Paraná, e que fora presidente interino da Província entre 30 de junho e 4 de julho de 1888.

Café

Produto que ganhará destaque anos depois na economia estadual, o café tinha produção incipiente no período do Império. Em 1876 o presidente Adolpho Lamenha Lins enviou seu relato à Assembleia Provincial destacando que a cultura, em razão das fortes geadas, não poderia prosperar nos planaltos de Curitiba, Campos Gerais e Guarapuava. No entanto, no litoral, na região do Rio Ivaí e às margens do Ribeira produzia de modo admirável. "Em um futuro não remoto hão de constituir uma das principais fontes de riqueza daqueles ubérrimos terrenos", profetiza. "É desnecessário demonstrar a necessidade de animar a cultura deste interessante arbusto, que tantas vantagens dá com relação ao terreno ocupado".

Pecuária

Entre as culturas sugeridas para a Província estava a amoreira, com o objetivo de alimentar a larva e produzir seda. "Pode-se, desde já, afirmar que se cada um dos lavradores, e, sobretudo, dos menos abastados, cuidassem, ainda que em pequena escala, de especular sobre este gênero, em breve tempo teria a Província mais um importante artigo de exportação", entusiasma-se o vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan em 1.º de março de 1856.

A indústria da pesca igualmente começou a ser vislumbrada no início da Província. Em 1856 Rohan descreve que na região

costeira do Paraná havia mais de 90 espécies de peixes, além de cetáceos, crustáceos e moluscos, mas utilizados apenas para sustento dos habitantes locais. Segundo ele, seria conveniente criar uma colônia de pescadores para industrializar os peixes e ter mais um componente na pauta de exportação. "Assim como os europeus tiram tão bom partido do salmão, e eles e os norte-americanos do bacalhau, poderíamos muito provavelmente converter a tainha e outras espécies nossas em peixes de salga, que adquirissem muita aceitação, e tornariam importante esta indústria, lucrativa para a Província, e de muita utilidade para a população das grandes cidades do Brasil".

A criação sistematizada de gado e outras espécies de animais não era o forte da Província. O balanço divulgado em 1858 apresentava aproximadamente 228 mil cabeças, das quais 134 mil eram bovinos, 66 mil equinos e 7 mil ovinos, entre outros. "Como nos mais pontos do império, em geral, acha-se nesta província degenerada a raça dos animais, e nenhum cuidado se tem aplicado ao seu melhoramento", lamenta o presidente Francisco Liberato Mattos. Mesma conclusão a que chega quando analisa a situação da agroindústria: "A indústria não pode deixar de estar na infância, quando sem progresso se acha a agricultura, cujos produtos a alimentam". Naquele mesmo ano, para melhorar a alimentação dos animais, o governo comprou e distribuiu sementes de alfafa, esperando ter um produto resistente à geada e que pudesse ser cortado todo mês.

O presidente José Francisco Cardoso observa em 1860 que, em relação à pecuária, a criação de gado era a atividade mais importante e a indústria que maior riqueza representava em todo o município de Guarapuava, sobretudo na freguesia de Palmas, e em parte de Castro. "Se houvesse método e sistema e se procurasse o melhoramento das raças, ali tão degeneradas, sem dúvida que a criação cresceria de valor", garante.

Em 1864, de acordo com o presidente André Augusto de Pádua Fleury, a criação de bovinos continuava em crescimento na Província, mas se fortificava a de ovinos. Satisfeito, ele agradece a autorização da Assembleia para compra de carneiros apropriados à produção de lã, mas ainda não concretizada por falta de recursos. Também o Ministério da Agricultura adquirira um rebanho em Buenos Aires, destinado à distribuição entre produtores. "Tenho recebido pedidos de quase todos os pontos, e creio que esta animação não será infrutífera", presume.

O quadro para a pecuária paranaense continuava deprimente em 1876. "Percorrendo os Campos Gerais, de que se tem feito tão belas descrições, sempre aquém da realidade, notei que a criação do gado ali não corresponde à grande extensão e riqueza dos pastos", lamenta o presidente Adolpho Lamenha Lins. "Tem havido tentativas de propagar a raça tourina, mas até agora pouco resultado se tem obtido". A criação do gado lanígero não teve sorte diferente. Assim como a raça cavalar: "Está degenerada nestes campos, e só por exceção aparece um ou outro cavalo de estatura regular e sangue um pouco mais fino". Os suínos, no entanto, prosperavam, sobretudo em razão do grande consumo de toucinho.

Em 1882 o presidente Carlos Augusto Cavalcanti insiste na força da agropecuária. "Está fora de discussão o laço estreito que une cultura do solo e produção animal, sendo, como é o gado, ensina Mohl[6], a base fundamental, a condição primária da existência e do progresso da agricultura", escreve. Para se ter melhor conhecimento das raças que se adaptariam ao território paranaense e fortalecer a indústria pecuária, ele sugere a realização de exposições. "Nessa exposição, que deve ser periódica e variar de localidade, serão admitidos animais nascidos na Província ou nela entrados como reprodutores. A ela devem igualmente concorrer as forragens atualmente cultivadas, as que se procuram introduzir, as máquinas e utensílios", ressalta. "A Província distri-

buirá prêmios aos expositores que mais se distinguirem, devendo as condições de sua distribuição serem designadas em um Regulamento especial da exposição".

Mas havia muita dificuldade para a introdução da pecuária de forma mais profissional. "São constantes, há dois anos, as queixas dos criadores pela aglomeração do gado em suas fazendas, sem aparecerem interessados", lamenta Joaquim de Almeida Faria Sobrinho em 1886. "Longe, porém, de cogitarem na agremiação de todos os seus recursos para debelar a crise que os flagela, aguardam do tempo e dos acontecimentos incertas evoluções para o melhoramento de seu negócio". Ele chama a atenção dos fazendeiros, atribuindo somente a eles a tarefa de sair dessa "desanimadora situação", pois a falta de cruzamento de raças e melhoramento de pastagens fazia a carne do gado paranaense ter qualidade inferior. Além de que a Província de São Paulo, único mercado consumidor, estava desenvolvendo e melhorando a sua própria criação.

Madeira

A madeira é apresentada como mais uma fonte de renda futura para os agricultores. "É esta Província uma grande floresta", atesta o vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan em 1856. Das cerca de cem espécies de madeiras que se encontravam nos terrenos de serra acima, a que mais avultava era o pinheiro. "O pinheiro do Brasil, exposto às alternativas do sol e da chuva, tem uma duração de poucos anos; porém, mergulhado na água, é eterno, e empregado nas construções interiores de edifícios, é indestrutível". No entanto, ele se posiciona contrário a cortes indiscriminados. "O destruidor machado derruba as nossas mais ricas florestas; e cada cultivador é um verdadeiro Eróstrato[7], quando

(O pinheiro) este rei das florestas paranaenses, em suas diversas aplicações, constitui uma verdadeira riqueza.

trata de fazer a sua roça. As árvores, as mais altas, esses mais belos monumentos da nossa vegetação, são barbaramente derrubados para dar lugar à plantação do milho e do feijão".

Em 1859, após notícias de devastações nas florestas para exportação de madeiras de construção naval, o presidente José Francisco Cardoso proibiu o embarque de produto derrubado fora dos locais autorizados por lei, ainda que isso desanimasse alguns extrativistas. E recebeu do governo imperial sementes de teca, apropriada para a indústria naval e para proteção de margens de rios e lagoas. Dois anos depois o pinho da Província começou a ser cobiçado para a mesma finalidade. O então presidente Antônio Barbosa Gomes Nogueira não esperou muito tempo após um aviso da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo imperial, e remeteu várias amostras ao Rio de Janeiro.

Vinte anos depois Lamenha Lins retoma os elogios feitos em 1856 pelo vice-presidente Beaurepaire Rohan em relação às florestas. O pinheiro como centro das atenções. "Este rei das florestas paranaenses, em suas diversas aplicações, constitui uma verdadeira riqueza", exalta. "Pode ser utilizado como madeira exposta ao ar livre ou imersa na água, quando transformada em grandes traves sustenta peso de fortes construções, os marceneiros fazem com o pinheiro delicados e elegantes trabalhos, o fruto é saboroso e alimento para animais domésticos, a cortiça produz cinza para a fabricação de sabão e os nós são matéria combustível de força igual à do carvão de pedra".

Organizou-se na corte imperial a Companhia Florestal Paranaense, que implantou uma fábrica a vapor na Borda do Campo, com o fim de explorar comercialmente a madeira. Mas os trabalhos realizados por ela foram interrompidos em razão das dificuldades no transporte. As dezenas de curvas da Estrada da Graciosa tornavam árdua a condução até o porto. "É provável, porém, que reconstruída como está agora a Estrada da Graciosa, e abertos os trabalhos da estrada de ferro, a Companhia se possa livrar dos embaraços com que luta, e recomece seus trabalhos, para o que tem ainda em perfeito estado todo o seu material", provoca Lamenha Lins.

A grande abertura para as madeiras paranaenses aconteceu em setembro de 1886. O Brasil foi convidado a mostrar seus produtos na Exposição Sul-Americana de Berlim. A circular do Ministério da Agricultura pedindo que as províncias apresentassem suas riquezas chegou no início do governo de Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. A comissão encarregada da análise apontou 91 volumes de madeiras, particularmente o pinheiro, "em cuja indústria o Paraná deposita as mais animadoras e bem fundadas esperanças". O presidente também mandou imprimir folhetos com o mapa do Estado e fotografias, em italiano, alemão, francês e polonês, para serem distribuídos na feira.

Em correspondência a seu vice, Antônio Ricardo dos San-

Organizou-se na corte imperial a Companhia Florestal Paranaense, que implantou uma fábrica a vapor na Borda do Campo, com o fim de explorar comercialmente a madeira.

tos, em dezembro de 1888, ele manifesta "lisonjeiro apreço" aos produtos. "Colocados na primeira galeria a Oeste do Palácio da Exposição, na melhor disposição possível, foram os mesmos examinados com atenção, solicitando-se as nossas madeiras, a erva-mate, drogas, fumo em folha e seus preparos, licores, vinho de laranja, cascas e folhas para curtume, mármore e vários vegetais medicamentosos". Ainda que os expositores estivessem quase que restritos a Curitiba, em razão do pouco tempo de divulgação, os representantes conquistaram quatro primeiros prêmios, nove segundos lugares e cinco terceiras colocações. "A Província do Paraná, pois, saiu-se galhardamente do torneio civilizador a que foi chamada com suas coirmãs para mostrar as suas forças produtoras, seu desenvolvimento industrial e riquezas naturais", informa Santos.

Diversificação

No decorrer de 1856 uma constatação desanimadora do presidente interino José Antônio Vaz de Carvalhaes: "A indústria agrícola pouco adiantamento tem tido nesta província. À exceção das fazendas de criar não há nela estabelecimentos rurais importantes, e o corte da erva-mate, pela suavidade do trabalho e exorbitância do lucro, continua a monopolizar a atividade dos lavradores de serra acima. Na marinha, afora a exportação de algum arroz e madeiras, nada também atesta os progressos da agricultura". De acordo com sua análise, as lavouras que pareciam mais promissoras eram as de cereais nos arredores da capital. Em 1857, sentindo a necessidade de introdução de novas culturas e que, por assim serem, deveriam ter incentivo governamental, foi editada a Lei n.º 26, oferecendo quatro contos de réis em empréstimo para produção de mandioca e farinha. Mesmo assim a ideia não prosperou e Carvalhaes reconhece: "A indústria não quer fa-

vores, quer liberdade; isto é, que a deixem passar, sem estorvar-lhe o passo, nem com peias inúteis, nem com favores parciais".

Um lamento à destruição das matas e à falta de cuidado com o solo aparece em 1.º de março de 1860 no relato do presidente José Francisco Cardoso. Segundo ele, os lavradores desconheciam e, portanto, não utilizavam a maior parte dos instrumentos destinados ao cultivo. "A terra se prepara ao dobrar constante e desapiedado da foice e do machado sobre as ricas matas, que contamos; e o fogo é o grande elemento que concorre para o amanho do terreno", discursa. "A devastação sem fim, cotidianamente se emprega na pequena lavoura, sobretudo, que não volta no ano seguinte ao cultivo do terreno que no anterior preparara. Pasma mesmo que essa cruzada de extermínio não enxergue a fatalidade de pesadas consequências que mais tarde se hão de fazer sentir".

Entre as causas para o atraso da agricultura da Província, ele aponta a insuficiência de mão de obra, o alto preço do transporte e a falta de conhecimentos agrícolas. "Não me refiro ao estudo teórico, adotado em alguns países da Europa, porque julgo não estarmos ainda preparados para recebê-los; e mesmo porque mais vale, por agora, a prática, que supre a teoria até ocasião oportuna", prega. "O roteamento de terra, seu semeamento, sua cultura, produção e colheita, tudo tem processos especiais que a rotina desconhece, e que a ciência e o estudo indicam como mais expeditos e econômicos.Generalizá-los, pois, é adiantar muito a indústria agrícola". Mas reconhece que não era o momento adequado para criação de escolas agronômicas. "Penso ser impossível, ante a exiguidade dos cofres, que atendais agora a este estabelecimento, muito embora necessário", conforma-se.

Cardoso também leva para a discussão da Assembleia Provincial a questão do crédito para os produtores rurais, o que, na opinião dele, pode representar a prosperidade da indústria agrícola

nascente. "Uma caixa filial do Banco do Brasil nos traria grande expansão e muitos serviços prestaria ao comércio", defende. "Eu não me olvidarei de, com os dados que procuro colher, provocar a fundação de semelhante caixa que, entretanto, não desejo sem elementos seguros de garantia e estabilidade".

O elogio à agricultura é algo constante nos relatórios. "Só as nações agricultoras podem subsistir por si mesmas, as que se dão ao comércio e às manufaturas estão dependentes daquelas", diz Venâncio José de Oliveira Lisboa em 15 de fevereiro de 1872. "A agricultura, as artes e o comércio são os três mananciais da riqueza de um país, mas a primeira é que encerra o princípio das outras. A agricultura nos dá os produtos da terra, as artes aumentam-lhes o valor, o comércio, trocando e transportando-os a outras regiões, dá-lhes novo valor". No entanto, vem o lamento: "A agricultura na Província é quase nula, e mal seus produtos dão para suprir as necessidades da população da localidade produtora". Lisboa admite que parte da culpa é da legislação: "Cumpre, para salvarmos a Província do estado de decadência a que chegou a sua agricultura, que se promova e anime a emigração, para que nos traga braços afeitos aos trabalhos agrícolas; convém animar o agricultor, dando-lhe um prêmio quando apresente um certo número de arrobas de cereais de qualidade superior e introduza na Província sementes de melhor qualidade do que a existente".

Ao relatar a situação de algumas culturas na Província em 1876, Lamenha Lins junta feijão, arroz, milho e mandioca no mesmo capítulo, por, segundo ele, constituírem a base da pequena lavoura e o ganha-pão de grande número de lavradores. Mas ele é altamente crítico em relação à forma como se produzia. "Na vasta extensão deste território, a derrubada e a queima, este processo de extermínio que um sábio agrônomo chama de 'agricultura vampiro'[8] é o que se aplica no plantio do milho e do feijão, que sem mais trabalho recompensa o lavrador com 100 por um, afir-

A agricultura, as artes e o comércio são os três mananciais da riqueza de um país, mas a primeira é que encerra o princípio das outras.

mando-se que nas terras de Guarapuava o milho dá 200 por um".

O mesmo presidente continua seu relato destacando que a videira crescia quase que espontaneamente em todo o solo do Paraná. Em Curitiba, Campo Largo, Superagui e outros lugares até se fabricava excelente vinho. Segundo ele, o mais fino era o de Rio Negro, fruto do trabalho de colonos alemães. Mas, registra, em Castro havia um cidadão francês[9] que produzia um vinho muito superior ao Bordeaux que se vendia geralmente. "O desenvolvimento desta indústria muito pode concorrer para a riqueza do Paraná", acentua. "A *vitis vinifera*, precioso vegetal como gênero de lucro e de luxo merece a mais esmerada cultura".

Vislumbrada como uma boa alternativa de lavoura, a plantação e o fabrico de chá *(Camellia sinensis)* encontravam muita dificuldade para se desenvolver na Província, ainda que demandassem pouca mão de obra e o cultivo fosse menos custoso. O governo imperial até tentou fortalecê-lo com a compra de uma propriedade e a proposta de envio de colonos chineses à Província. "Esta feliz ideia, como muitas outras, não foi adiante e nunca vieram os esperados colonos", lamenta o presidente Lamenha Lins em 1876. Quem perseverou, no entanto, estava conseguindo bons preços. "É esta uma cultura digna de animação", reforça o presidente.

Àquela época o linho era produzido tanto à beira-mar quanto a 800 metros acima. Amostras apresentadas em exposições provaram "ser o produto maior que na Europa em razão do gran-

de vigor da planta alongando-se destarte a fibra e dando grande quantidade de sementes". Lamenha Lins reativa o entusiasmo em relação à produção de abelhas e bicho-da-seda. "É certo que não temos fábricas de fiação de seda, porém a exportação deste gênero em bruto para os grandes mercados é extraordinariamente lucrativa", estimula.

A mensagem do presidente Joaquim D´Almeida Faria Sobrinho, de 30 de outubro de 1886, inicia o capítulo sobre agricultura de forma melancólica: "Não há em nossa província, como sabeis, produções importantes do ramo industrial classificado sob este título". Mas salienta que a plantação de cana-de-açúcar, mais do que fumo, café, arroz, milho, feijão e centeio, tinha preferência entre os pequenos lavradores. A vinicultura começava a chamar sua atenção devido à imigração francesa e italiana. "Tenho esperança de que o Paraná, dentro em pouco, será exportador dos produtos do precioso arbusto", ressalta. Sobrinho também considera acertada a decisão, no ano anterior, de criar impostos especiais sobre importação de cachaça e arroz. Com isso os produtores animaram-se, houve abundância de cachaça, os preços baixaram e a indústria do açúcar foi inaugurada. O arroz passou a ter importância tanto no consumo interno quanto na exportação.

Quase ao final do regime imperial brasileiro, o presidente José

A mensagem do presidente Joaquim D´Almeida Faria Sobrinho, de 30 de outubro de 1886, inicia o capítulo sobre agricultura de forma melancólica: "Não há em nossa província, como sabeis, produções importantes do ramo industrial classificado sob este título".

Cesário de Miranda Ribeiro narra ao vice Ildefonso Pereira Correia suas impressões em relação à Província e propõe a criação de uma estação agronômica. "Trata-se de uma singela instituição, de utilidade incalculável e de efeitos imediatos sobre o desenvolvimento da produção agrícola", propagandeia. Também se declara favorável a uma estação zootécnica. "Um estabelecimento zootécnico, de módico custo, à semelhança dos que existem nos países criadores, virá dar impulsão extraordinária a essa indústria e abrir uma nova era de prosperidade para a Província".

Em 15 de julho de 1889 o presidente Jesuíno Marcondes de Oliveira apresenta um relatório curto, diante de um clima nacional envolto em "melindrosas circunstâncias". "Todos os brasileiros sentem que tocamos problemas cuja resolução influirá decisivamente nos altos destinos da grande pátria brasileira. A nenhum é lícito desinteressar-se deles", pontua. O quadro financeiro era ruim. "O que nos cumpre é encararmos resolutamente o abismo, sondá-lo prudentemente e transpô-lo, pedindo forças ao patriotismo de todos os paranaenses. A atualidade não pode continuar".

Segundo ele, os motivos para aquela situação eram:

1.º - Não termos seguido sempre o preceito constitucional de que as leis terão por base primordial a utilidade pública.

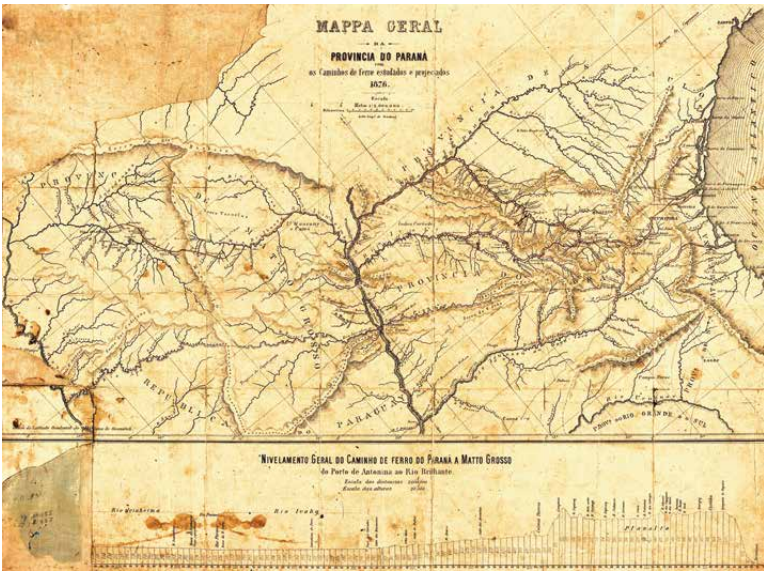
2.º - Termos, no ardor do progresso, antecipado prematuramen-

Tenho esperança de que o Paraná, dentro em pouco, será exportador dos produtos do precioso arbusto (videira).

te melhoramentos não adequados às nossas circunstâncias, e, sendo ainda pobres, termos montado os serviços como se fôssemos ricos.

3.º - E, principalmente, termos deixado enfraquecer o respeito e prestígio das leis, falseando a sua execução, ou deixando-a letra morta.

No entanto, reafirma a confiança na Província do Paraná: "Cumpramos corajosamente o nosso dever e veremos dentro de algum tempo nossa bela província, hoje assoberbada por seu passivo, próspera e feliz. Seu clima é sem rival no mundo; seu abençoado solo presta-se aos mais ricos e variados produtos: mate, vinho, chá, café, cana-de-açúcar, algodão, todos os cereais, além de possuir grande riqueza florestal e pastoril. Com um litoral no oceano, outro no rio Paraná e vias internas navegáveis, a natureza prodigalizou à Província os mais preciosos dotes. Aí nos chega a imigração, o trabalho, a indústria, o desenvolvimento das estradas de ferro. Comparem os homens do meu tempo, o Paraná de 1853 com o de 1889, e, pelo imenso progresso realizado neste período, prelibem comigo o grandioso futuro que nossa bela província reserva a nossos filhos. Trabalhemos por eles, como por nós trabalharam nossos pais", encerra o último presidente da Província no período imperial, que também ocupou o cargo de ministro da Agricultura entre 1864 e 1865.



1876 - Mapa com marcações para traçados de estrada de ferro.
PARANÁ. Instituto Água e Terra (IAT) - Divisão de Gestão Territorial

1881 - Mapa com indicações de colônias e número de imigrantes.
PARANÁ. Instituto Água e Terra (IAT) - Divisão de Gestão Territorial

Tropa de gado atravessando o Rio Iguaçu, em Araucária, 1900.
PARANÁ. Arquivo Público. Fotografia pertencente ao fundo documental Ruy Wachowicz PI 014.

Segundo Capítulo

Ensino, Capacitação e Propaganda

Durante os 36 anos da Província do Paraná no período imperial, 41 pessoas diferentes lideraram o poder político. No entanto, foram 55 alternâncias no poder, com alguns, como Agostinho Ermelino de Leão e Jesuíno Marcondes Oliveira, administrando por cinco períodos distintos. De outro lado, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul - maior produtor de erva-mate do mundo e maior exportador do produto no Paraná -, ocupou a presidência somente por cinco dias. A República começou com essa mesma característica. Nos primeiros 12 anos houve 28 alternâncias no poder, com 20 pessoas diferentes ocupando o cargo. A partir de 1912 e até 1930 os mandatos passaram a ser de quatro anos. Nesses 18 anos apenas três políticos estiveram na governança.

As primeiras manifestações dos presidentes, que se sucediam a cada um, dois ou três meses no exercício do mandato, resumiam-se quase sempre à situação delicada das finanças. As mensagens eram para pedir autorização em empréstimos ou para tornar mais efetiva a cobrança de impostos. Assim que, em 18 de fevereiro de 1890, quando deixava o cargo dois meses e meio após assumir, o presidente José Marques Guimarães escreve ao sucessor Uladislao Herculano de Freitas, que ficou apenas 15 dias no poder, sobre o imposto de transporte da estrada de ferro, que figurava nominalmente no orçamento desde 1884. "Considerando a necessidade de melhorar a situação do Tesouro resolvi conservá-lo no orçamento da receita do Estado para o corrente ano financeiro não para ficar improdutivo, mas para ser arrecadado", frisa.

Esse relato passa ao largo das questões da agropecuária do Estado[10], mas não esconde a preocupação com a situação de algumas colônias. A do Jatahy era a que inspirava maiores cuidados e observações. "É desolador o estado desta colônia. As constantes mudanças que tem tido em seu pessoal, devido a abusos ali cometidos, são a causa principal de sua decadência", principia Guimarães. Ele descreve que a colônia tivera lavoura regular e

trouxera recursos para os cofres públicos. Mas foi se deteriorando e acumulando apenas despesas. "Se o governo não tomar uma providência de modo a sanar este estado de coisas me parece que seria conveniente extinguir esta colônia", conclui.

As questões da agricultura paranaense estavam muito ligadas à colonização e centralizadas na Secretaria de Obras Públicas e Colonização. Em 4 de outubro de 1892, dirigindo-se ao Congresso Legislativo, como era chamada a Assembleia Legislativa, o presidente Francisco Xavier da Silva repassa aos deputados a missão de estudar a situação do povoamento, imigração e trabalho. "Possuindo vasta extensão de terras fertilíssimas, inteiramente desaproveitadas, e ameno clima, o Paraná reúne todas as condições para ser considerado como excelente ponto de destino aos imigrantes que quiserem vir dedicar a sua atividade à indústria agrícola, e explorar as riquezas que o nosso solo contém", salienta. Reconhece que o volume de estrangeiros cresce no Estado, mas mesmo assim defende a necessidade de massificação de propaganda nos centros populosos da Europa, por meio da imprensa e de folhetos.

Por falta de regras específicas, havia uma indefinição sobre quem eram os proprietários das terras, o que suscitava cobiça e atraia várias pessoas desejosas de ocuparem algum espaço. Por isso ele pede uma legislação sobre terras devolutas, que autorizasse o Estado a vender algumas, e recomenda as do vale do Paranapanema, ambicionadas por mineiros e paulistas para o plantio de café. "Eis uma fonte da qual o Estado poderá haurir abundantes recursos não só para o pagamento da sua dívida, como para a reconstrução das vias de comunicação e todos os mais melhoramentos que são tão instantemente reclamados", justifica. Ao mesmo tempo solicita o registro obrigatório das posses territoriais, separando estas daquelas que pertenciam ao governo, o que foi feito pelo Decreto n.º 1, de 8 de abril de 1893.

A Revolução Federalista[11], conflito que se desenrolou nos três estados do Sul entre 1893 e 1895, teve muitas batalhas no Paraná, particularmente na Lapa. Em 20 de outubro de 1894 o presidente Francisco Xavier da Silva lamenta as consequências para as finanças. "A invasão perturbou profundamente as finanças do Estado, já porque a arrecadação existente nas agências fiscais foi retirada pelos revoltosos e desviada da aplicação que lhe dera a lei do orçamento, já porque a exportação dos nossos produtos, fonte principal da nossa receita, ficou completamente paralisada", aponta.

Em 13 de novembro do ano seguinte retornou à Assembleia para dizer que a paz e a tranquilidade haviam renascido. "Parece que as classes laboriosas voltaram com mais ardor e energia ao trabalho, como que para, mais depressa, se indenizarem dos prejuízos que lhes causara a daninha revolta. Estes fatos revelam a índole pacífica e ordeira do povo paranaense, o seu respeito à lei e às instituições, e o amor ao trabalho", louva. Ele se sentia animado para falar da agricultura e da expansão para todo o Estado. Afinal, em fevereiro de 1895 o presidente norte-americano Grover Cleveland havia decidido a favor do Brasil na Questão de Palmas[12], garantindo que os mais de 30,6 mil quilômetros quadrados do Sudoeste paranaense e Oeste catarinense pertenciam ao Brasil e não à Argentina, que os reivindicava. "O povoamento das fertilíssimas regiões do imenso sertão ao Oeste do Estado é assunto que deve ocupar a vossa atenção, pois que é lá que há de se desenvolver a agricultura, e especialmente a grande lavoura de café, já iniciada com ótimos resultados nos vales dos rios Paranapanema, Cinza e Jatahy".

A imigração, constante e incentivada durante o Império, começava a esmorecer no início agitado da República. "O ano que decorre não nos tem sido propício relativamente à corrente imigratória que, há dez anos, demanda com avidez o nosso Estado, devido às suas condições especiais de clima e maneira porque

A imigração, constante e incentivada durante o Império, começava a esmorecer no início agitado da República.

são estabelecidos os imigrantes", lamenta o presidente José Pereira Santos Andrade em 1.º de outubro de 1897. O governo federal havia cortado as cotas subsidiárias para ajudar no fomento à colonização, e os estados ou precisavam dispor de seus próprios recursos para o trabalho ou deveriam estimular a corrente espontânea.

Mas não era apenas a vinda de colonos estrangeiros almejada pela administração para a modernização da indústria agrícola, considerada "a mais necessária para o desenvolvimento e manutenção da sociedade" e, no entanto, "entregue aos velhos processos da rotina". Santos Andrade chama a atenção dos deputados para a necessidade de escolas agrícolas. "As vossas luzes e o vosso patriotismo eximem-se de entrar em largas considerações a este respeito e, chamando a vossa esclarecida atenção para este ponto, seja-me lícito lembrar-vos a conveniência da criação do ensino prático das diferentes especialidades agrícolas", sugere. Em relação a isso, elogia o trabalho da recém-criada Sociedade de Agricultura, em Curitiba.

Independentemente da crise vivida pela Nação no início do século 20, Xavier da Silva, em seu terceiro mandato como presidente, exalta o progresso econômico do Estado. Como prova alude à exposição de produtos agrícolas e industriais realizada em maio de 1900 em Curitiba, por iniciativa da Sociedade de Agricultura e do Centro dos Industriais da Erva-Mate. "O êxito brilhante desse certame excedeu à expectativa pública", festeja. Para tornar

mais conhecidos os produtos do Estado, em abril daquele ano a Lei 366 criou uma exposição nacional permanente. A empresa Pereira, Santos & Cia venceu a concorrência pública e inaugurou em 1.º de janeiro de 1901 a do Rio de Janeiro, com obrigação de também difundir os produtos paranaenses nas capitais de outros estados, sobretudo Pará e Amazonas, e em capitais da Europa e da América do Norte. Mas o contrato foi rescindido em agosto de 1902, sem explicações.

Com o término da colonização oficial em 1896, período em que havia incentivos federais a quem quisesse ocupar os campos brasileiros, o presidente apela aos deputados estaduais para que dediquem atenção especial à povoação do solo. "Desde então (1896), bem fraca corrente imigratória espontânea se encaminhou para o Estado", escreve. No entanto, diz não ser favorável a que se reviva a colonização subsidiada. "Devemos nos limitar a conceder ao imigrante um lote de terra em plena propriedade, por preço módico e a longo prazo", propõe. "O Paraná, pela salubridade de seu clima e uberdade do seu solo, é um excelente ponto de destino ao imigrante, que aqui encontrará remunerada retribuição ao trabalho em todas as suas aplicações, amplas garantias de liberdade e igualdade, a par da franca e generosa hospitalidade".

A imigração era diminuta no início dos anos 1900, ainda que houvesse lotes disponíveis em Paranaguá, Antonina, Morretes, Cer-

Em 1.º de fevereiro de 1905 o presidente Vicente Machado lembra que o último núcleo formado por imigrantes estrangeiros foi o de Prudentópolis, em 1895.

ro Azul e Água Amarela, atual Antônio Olinto. Porém o processo migratório estava se avolumando, procedente sobretudo de Minas Gerais e São Paulo, para ocupar terras dos vales dos rios Paranapanema, Itararé e Cinza, no Norte Pioneiro. "Muitos fundaram importantes fazendas de café, cuja produção excede em muito as necessidades do nosso consumo", informa Xavier da Silva ao Congresso Legislativo em 1902. Da mesma forma a catequese dos índios era acompanhada de distribuição de instrumentos para a lavoura, com a intenção de mantê-los nas terras que lhes eram destinadas, como as devolutas em Tibagi e Guarapuava.

Em 1.º de fevereiro de 1905 o presidente Vicente Machado lembra que o último núcleo formado por imigrantes estrangeiros foi o de Prudentópolis, em 1895. "O trabalho de colonização do Estado se faz de modo moroso, porque por si ele não pode, sem sacrificar suas finanças, provocar o encaminhamento de correntes migratórias por aqui", justifica. Segundo ele, a Itália era o país que mais poderia ajudar nesse processo. "O que a nós muito convém, pelas afinidades de raça e pela facilidade de assimilação", completa. No entanto, reforça que o gasto era muito grande para agenciar e garantir transporte para eventuais imigrantes. Além da exigência legal de já ter lotes definidos, casas construídas e trabalho para o sustento inicial. Mas promete tentar tão logo as condições permitissem. "Acho que por todos os meios devemos cogitar do povoamento do nosso imenso e riquíssimo território, está nisso o futuro do Paraná".

O Estado viveu uma situação desconfortável nos meses iniciais de 1905, com chuvas e inundações que levaram quase à paralisação geral das atividades. No entanto, a recuperação foi excelente no segundo semestre. Por isso, sensível aos apelos, o Congresso Legislativo destinou 36 mil francos para a promoção da imigração na lei orçamentária daquele ano. Com o recurso, Vicente Machado contratou uma empresa para serviço regular de

navegação, pelo tempo prorrogável de um ano, entre os portos de Trieste, Fiume e Gênova, na Itália, e o Porto de Paranaguá, e deste com os de Montevidéu e Buenos Aires, no Rio da Prata.

No ano seguinte, aproveitando a situação favorável das finanças estaduais, a criação do novo Ministério da Agricultura e o retorno do investimento federal para angariar imigrantes, ele instituiu uma Comissão de Colonização, com a incumbência de verificar o aproveitamento de lotes devolutos e de examinar as melhores terras públicas e privadas, indicando a nacionalidade e aptidões necessárias aos colonos. "O aproveitamento de nossas riquezas naturais e cultura das vastíssimas e ferazes terras que possuímos é problema de cuja solução depende o futuro do Brasil", justifica. Após a retomada da colonização, um dos primeiros atos foi a aquisição, pelo governo, da Fazenda Águas Bellas, que era parte do hoje município de São José dos Pinhais, para criar uma colônia. A comissão passou também a publicar o Boletim Colonial e Agrícola, com orientações a todos os que se dedicavam à lavoura.

O presidente em exercício em 1908, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, cita o Instituto Agronômico do Bacacheri, criado no ano anterior. "O curto prazo de sua existência ainda não permitiu a publicação de experiências definitivas, porém já estão ali, felizmente, experimentadas variadíssimas culturas com êxito animador", acentua. Ao lado dele, o posto zootécnico possuía quatro cavalos árabes. A proposta era criar seções de avicultura, apicultura e outras. "Penso que este estabelecimento vai prestar aos colonos e cultivadores inestimáveis serviços, poupando-lhes custosas experiências e desanimadoras decepções", acrescenta.

Naquele mesmo ano o instituto iniciou um curso de manejo de instrumentos agrários e de processos de preparo da terra, com vistas a produzir mais, com menos esforço e menos dispêndio. "O governo cogita de, oportunamente, importar instrumentos agríco-

las a fim de oferecer, pelo custo, inclusive despesas, aos agricultores, despertando, assim, a sua iniciativa para o aperfeiçoamento", anuncia o presidente Francisco Xavier da Silva, no quarto e último mandato. "Igualmente, com o intuito de promover o desenvolvimento da indústria pastoril, o governo se encarregará da importação de reprodutores, mediante encomenda dos criadores que quiserem aproveitar as vantagens do Decreto Federal n.º 6.454, de 18 de abril de 1907". Entre outros benefícios, o decreto previa indenização das despesas de transporte até a propriedade do criador.

Secretaria

Em 1912, por meio da Lei n.º 1.093, de 11 de março, regulamentada pelo Decreto n.º 624, de 8 de julho, o Comércio e Indústria desligaram-se da Secretaria de Finanças e ambos foram unidos na Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria criada pelo presidente Carlos Cavalcanti, ficando o povoamento do território como um serviço. "Coordenando sistematicamente sua ação com a do Ministério correspondente da União, possa mais diretamente excitar o organismo econômico do Estado, por maneira a desenvolver racionalmente a agricultura e indústrias existentes; a promover o advento de outras que aqui tem os melhores elementos para um rápido e lisonjeiro florescimento e que se incumba da

Em 1912 o Comércio e Indústria desligaram-se da Secretaria das Finanças e ambos foram unidos na Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria.

reunião dos dados estatísticos necessários ao perfeito esclarecimento da verdadeira situação de cada uma delas; que facilite e estimule a formação de cooperativas, sindicatos agrícolas e instituição de auxílio à agricultura; que estabeleça e superintenda o ensino profissional correlativo em seus diversos graus, por meio de escolas especiais, de professores ambulantes, em campos de experiências e demonstração, especializados conforme a peculiaridade de cada zona agrícola, que atenda o comércio em suas múltiplas relações e necessidades", salienta.

O secretário era Ernesto Luiz de Oliveira. Nascido na Lapa, formou-se pastor evangélico e foi catedrático de Física Experimental e Engenharia Mecânica. Depois do asilo na Argentina, em razão da atuação na Revolução Federalista, voltou ao Paraná e assumiu a secretaria que à época tinha sede na Praça Carlos Gomes, n.º 5. Orador e escritor polêmico, foi o fundador da cadeira 23 da Academia Paranaense de Letras, ativo na implantação da Universidade Federal do Paraná e seu primeiro professor por concurso público. Não foi sem surpresa que teceu os comentários iniciais de forma contundente. "Ainda estamos em pleno regime das roças, das derrubadas, das queimadas e da devastação. Nossos homens de hoje, como os de quatro séculos atrás, embrenham-se nos matos com o machado e a enxada às costas. E diante deles abate-se a floresta virgem com toda a sua riqueza de fibras, de óleos, de essências e de frutos", esbraveja. "O fogo completa a obra. E para retirar da terra uma pequena colheita de feijão e de milho lançam no fogo uma fabulosa soma de energia química acumulada nas fibras daquelas árvores. No ano seguinte nova derrubada em outro lugar. E por onde eles passam vai a terra ficando desnudada e estéril".

Essa é uma das razões de Oliveira comemorar a instalação da Secretaria em 6 de agosto de 1912 como "necessidade palpitante, impondo-se como órgão imprescindível" do aparelho administra-

tivo do Estado. "A lavoura ressente-se da falta de estabelecimentos de instrução agrícola, onde os nossos lavradores e seus filhos, que serão os futuros lavradores, possam beber o ensino moderno, cientificamente metodizado, que lhes garanta o dia de amanhã, pondo-os aptos para enfrentar a intensidade da concorrência, fator poderoso da luta pela vida", apela Oliveira a Carlos Cavalcanti. "A escola fornece a teoria, os campos, a prática, e ambos fornecem o moderno agricultor".

Ao mesmo tempo em que registra essa necessidade apontada pelo secretário, o presidente derrama elogios para o Instituto Agronômico do Bacacheri e reafirma seu orgulho pelo estabelecimento. Em 1912 o local recebeu animais de raças qualificadas do exterior, além de ter instalado, "com surpreendente resultado", a seção de avicultura, iniciando a importação de aves. "Cumpre desenvolver e criar outros à sua semelhança, nos centros agrícolas e pastoris que existem em nosso território", aconselha. Para complementar seu projeto agropecuário, ele propõe instituir o crédito agrícola "pela cooperação e mediante a necessária propaganda até levá-la, por gradativa evolução, ao advento das caixas rurais raiffeisianas[13]". Em seu discurso ele explica: "De simples e engenhoso mecanismo, essas caixas resolvem com felicidade o problema do crédito popular e unidas por federação a um banco central, são poderosos aparelhos propulsores das forças produtivas das regiões a que servem, ao contrário dos grandes institutos hipotecários que já não oferecem a mesma segurança nos resultados, tantos e tão repetidos têm sido os desastres que há ocasionado".

As primeiras atividades após a instalação da nova secretaria foram conferências públicas nos principais municípios, com pedido para que os prefeitos indicassem duas pessoas para gratuitamente exercerem o cargo de Inspetores Regionais de Agricultura, com a incumbência de levantar dados do desenvolvimento das

Não se pode compreender que sejam feitos sacrifícios para a introdução desse produto (erva-mate) nos mercados do exterior, com descaso dos do interior do Brasil.

culturas, das pragas de plantas, das doenças de animais, da exportação e das necessidades dos trabalhadores rurais. Simultaneamente foi iniciada uma ativa propaganda para ampliar os mercados de consumo dos produtos de exportação, particularmente a erva-mate. De imediato foi negociada redução de preços por tonelada para que a Companhia Lloyd Brasileira levasse o produto aos estados do Norte. "Não se pode compreender que sejam feitos sacrifícios para a introdução desse produto nos mercados do exterior, com descaso dos do interior do Brasil, que oferecem condições perfeitamente adequadas ao seu consumo considerável e remunerador", cobra Cavalcanti em mensagem ao Congresso Legislativo em 1.º de fevereiro de 1913.

A secretaria passou a editar e distribuir gratuitamente a revista Casa do Lavrador. "Tem prestado os melhores serviços ao Estado, vulgarizando o conhecimento de suas riquezas, lavoura, comércio e indústrias, assim como orientando utilmente os interessados nos assuntos de que trata", elogia o presidente. Com o mesmo fim foi publicado um almanaque ilustrado, além da instalação de um laboratório fotográfico. Ele passou a ser fundamental na propaganda do Estado, com foto e texto sobre a história de vida do colono desde que chegou ao Paraná. No planejamento, a instalação de um laboratório cinematográfico. "Estamos certos de que estas demonstrações ao natural hão de despertar o mundo cheio de admiração, e grandes capitais estrangeiros virão colaborar conosco na grande obra do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial do vitorioso Estado paranaense", acentua o secretário Ernesto Luiz de Oliveira.

Naquele ano de 1912 o Estado exportou mais de Rs 27.000:000$000 e importou Rs 31.000:000$000. Existiam 645 fábricas e 3.135 casas comerciais. “Não falhando na erva-mate e madeiras, suficientemente acreditadas e que já constituem poderosos fatores dessa riqueza, o café em primeiro lugar, o centeio, o trigo, o linho, o arroz, o algodão, etc. são produtos de um grande e evidente futuro”, acrescenta Carlos Cavalcanti. “A indústria pastoril, obtida a regeneração das pastagens, pela guerra sistemática ao fogo e emprego dos meios racionais de melhorá-las, oferecerá, por seus espécimes selecionados, vantagens tão notáveis aos que nela empregarem sua atividade, que não é lícito duvidar de que em breve venceremos o período de abatimento em que jaz imersa”.

Ao lado do incentivo à produção, capacitação do produtor e à propaganda dos produtos, o governo tratou de instalar um almoxarifado e difundir a adoção de métodos mais racionais de cultura. Para isso foram adquiridos máquinas e instrumentos aratórios modernos das melhores fábricas da Europa. Cavalcanti fala aos deputados que o ensino agrícola, que era ministrado nas escolas primárias, teria um “novo centro de irradiação”, com a criação de uma Escola de Agricultura, anexa ao Instituto do Bacacheri.

Ao resumir o que foi o ano de 1913, o secretário Ernesto Luiz de Oliveira diz que a ação da secretaria não se irradiara de acordo com a proposta, em razão da dificuldade de substituir um sistema de rotina secular por um ensino metodizado, claro e de resultados

Ao lado do incentivo à produção, capacitação do produtor e à propaganda dos produtos, o governo tratou de instalar um almoxarifado e difundir a adoção de métodos mais racionais de cultura.

práticos. Mas, segundo ele, "pressente-se que, embora lentamente, o espírito do agricultor paranaense vai, aos poucos e com algum interesse já, se voltando para os novos métodos, já prende a sua atenção os maquinismos agrários, indaga de seu funcionamento, solicita informações sobre as diversas culturas, pede sementes e a remessa de publicações que o guiem pelos novos caminhos que o levarão por certo à felicidade pela agricultura".

Além disso, o Estado continuava a ser atrativo para a imigração devido à possibilidade de diversificar a produção. "São na verdade inapreciáveis, disse o ilustre engenheiro Antônio Rebouças[14] referindo-se ao Paraná, as vantagens que os imigrantes poderão tirar de uma região que, em um raio de 90 a 100 quilômetros, pode produzir os cereais da Europa, o trigo, a cevada, a aveia, o centeio e todos os frutos europeus, e simultaneamente, o café, o fumo, a cana-de-açúcar, o algodão e todos os frutos tropicais", escreve. "O Paraná, penso, é, entre os estados brasileiros, o que mais de perto compreendeu e pôs em execução o melhor sistema de fixar o imigrante ao solo".

A proposta para criação de instituições de crédito agrícola prosperou e o presidente comunica o Congresso Legislativo, em 1914, que está sendo consagrada por franca e entusiástica aceitação nos principais centros rurais do Estado. "Nossos agricultores, ao invés de refratários às ideias verdadeiramente úteis, só precisam de quem os esclareça e guie, arrancando-os dos processos empíricos a cujas práticas se acham de longo tempo escravizados pela ignorância e pela rotina", contemporiza Carlos Cavalcanti. "Anima-me a esperança de que em pouco tempo estará decuplicado o valor da nossa pequena lavoura com o auxílio desse poderoso instrumento de crédito".

Naquele ano algumas propostas do governo começaram a sucumbir diante da eclosão da Primeira Guerra Mundial[15]. Entre elas a decisão de incrementar o ensino agrícola em todo o território,

que não caminhou de acordo com o planejado. "As condições do mundo em geral, neste instante aflitivo da vida dos povos, são dolorosamente cruéis. A crise estadeia-se por todos os recantos da terra em sua máxima plenitude. Nenhum país, nenhum Estado lhe fugiu à terrível influência", justifica Oliveira. Restou o caminho da instrução por meio da revista A Casa do Lavrador – "o mais poderoso instrumento", no entender do secretário. "A propaganda bem orientada, sensatamente dirigida, é uma escola. É a escola de todos, onde todas as idades se nivelam e cujos resultados são infalíveis. É a semente que se lança em terreno fecundo e que germinará por certo".

Ao lado da revista, a secretaria usava o Almanaque anual, folhetos e circulares, difundidos entre os agricultores com orientações sobre o trato com as culturas. "Entre essas cumpre referir uma concitando os agricultores a aumentar suas plantações à vista da grande crise que atravessa o universo e que coloca todos os povos na contingência de altas de preços dos gêneros de primeiras necessidades e na iminência de uma grande miséria", estimula o secretário. Escritor afamado à época, ele não se descuidou da instrução por meio dos livros. "A biblioteca da Secretaria acha-se quase completa. Dispomos, hoje, de uma vasta coletânea de importantíssimas obras que constituem a última palavra nos diversos ramos da agricultura. Temo-las todas belamente encadernadas, em cômodas estantes, facilmente consultáveis numa das salas da Secretaria, onde organizamos a mesa de leitura e onde se encontram as melhores revistas agrícolas do País e do estrangeiro".

Na estruturação da secretaria, Oliveira cuidou de organizar um serviço de meteorologia, com estações ou pontos de observação no primeiro e segundo planaltos e em outros locais que não fossem atendidos pelo serviço federal, anexo às repartições de telégrafos. Ele definiu a criação de cinco estações – Curitiba,

Rio Negro, Foz do Iguaçu, Jaguariaíva e Ponta Grossa – e encomendou todos os equipamentos à Europa, que chegaram em junho de 1914. "Conto, apenas comecem a funcionar simultaneamente, centralizar na secretaria as observações diárias para a confecção de um boletim meteorológico do Estado e que, espero, será de muita utilidade", informa ao presidente Carlos Cavalcanti.

Entre as ações que exalta está a ideia das exposições agropecuárias regionais. A primeira foi realizada em Tomazina e outras se seguiram, como as de Campo Largo e de Araucária, além da exposição-feira de São José dos Pinhais, que era mensal. Também mereceu destaque a fundação de várias associações, como a Sociedade Agrícola da Colônia Affonso Pena, a Sociedade União Agrícola do Ivaí, o Centro Agrícola do Jacarezinho e o Comitê Pró-Agricultura do Ipiranga.

A mensagem de Carlos Cavalcanti enviada em 1.º de fevereiro de 1916 é de lamento pela crise mundial, provocada pela guerra na Europa, que, segundo ele, impediu de cumprir muitas das propostas de seu governo. "Até certo ponto não ficaram improfícuos os meus esforços; e se não fora o dever de restringir as despesas públicas ao mínimo, pela superveniência da crise, muito mais certamente teria conseguido", pondera. No ano anterior a Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria fora extinta pelo Decreto 470, de 30 de junho de 1915. De imediato foi criada a Inspetoria Geral de Agricultura, vinculada à Secretaria de Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. "Continuou aquela ação, conquanto restrita aos medíocres meios de que dispõe", expressa Cavalcanti.

A propaganda bem orientada, sensatamente dirigida, é uma escola.

Estado novo, com extenso território constituído de terras feracíssimas com climas diversos e salubres, está o Paraná destinado a aumentar de ano em ano sua produção.

O presidente Affonso Alves de Camargo assumiu em fevereiro de 1916, e em 20 de outubro do mesmo ano assinou o acordo que deu os contornos atuais ao Paraná na divisa com Santa Catarina, alterando principalmente as configurações do Oeste e do Sudoeste paranaenses. Ao mesmo tempo colocou fim a uma disputa que se estendia por centenas de anos e que culminou em um dos conflitos mais sangrentos do Brasil, a Guerra do Contestado[16].

Apesar da reforma administrativa promovida no ano anterior pela Lei 1.510, de 25 de março, somente em 4 de março de 1916, pela Lei 1.555, a fusão da Agricultura à Fazenda foi efetivada. "A principal vantagem que ressalta da formação da Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas é, sem dúvida, a unificação da direção de dois ramos que se entendem, um com o movimento financeiro e outro com a aplicação de parte considerável dos dinheiros públicos", justifica o secretário da pasta e vice-presidente Caetano Munhoz da Rocha. A nova entidade passou a funcionar em parte do prédio na esquina da Avenida São José (hoje Marechal Floriano Peixoto) com Avenida Iguaçu. A entrada ficava voltada para esta rua.

O novo presidente continua as entusiásticas apreciações feitas pelos antecessores em relação ao potencial agrícola. "Estado novo, com extenso território constituído de terras feracíssimas, com climas diversos e salubres, está o Paraná destinado a aumentar de ano em ano a sua produção, à medida que aumenta a sua população agrícola", avalia. No exercício findado em 30 de junho de 1916, por exemplo, a exportação paranaense alcançou

Rs 42.923:635$430. Desse total, a erva-mate foi responsável por Rs 32.918:447$000. Logo abaixo vinha madeira, com Rs 7.312:201$600. "Sintoma muito animador para o nosso futuro econômico é o fato das classes produtoras estarem se convencendo de que não devem aplicar toda a sua atividade somente na exploração das indústrias extrativas, meras auxiliares da riqueza pública, pois já se estão voltando para a agricultura e outras indústrias, nelas aplicando métodos novos e adiantados". Segundo Camargo, o governo participava dessa "tão patriótica quão animadora iniciativa particular" com bom estado de conservação das vias públicas para escoamento da produção e com distribuição de sementes selecionadas e instrumentos agrários, auxílio na importação de reprodutores e incentivo a exposições.

Em razão da carestia na Europa, agravada pela Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro criou em 1918 o Comissariado da Alimentação Pública, que tinha como missão controlar a exportação de alimentos aos países aliados e garantir que não faltasse para o consumo interno do País. Pela primeira vez aparece de forma explícita a preocupação com o abastecimento e com o consumidor paranaense. O presidente Affonso Camargo apresenta uma junta, composta pelo delegado fiscal do Tesouro Estadual, Paes de Oliveira; pelo prefeito de Curitiba, coronel João Antonio Xavier; e pelo administrador dos Correios, coronel Manoel Santerre Guimarães, para agir em nome do Comissariado sempre que necessário. "Essa junta tem prestado relevantes serviços e agido com muito critério, harmonizando os interesses do comércio com os do consumidor", elogia.

Um dos assuntos mais caros a Affonso Alves de Camargo, professor de Direito e promotor público, era o da educação agrícola de forma prática e com plantações experimentais. Pela Lei n.º 1.788, de 5 de abril de 1918, foi criada a Escola Agronômica do Paraná, "com aplicação especial à produção econômica das plantas

e dos animais mais úteis, adaptáveis às condições mesológicas do Estado, o conhecimento das indústrias mais intimamente ligadas à agricultura e a habilitação para a exploração racional das propriedades agrícolas". A direção ficou com Lysímaco Ferreira da Costa. As aulas teóricas eram ministradas no Gymnasio Paranaense e, para as aulas práticas, além de visitas a propriedades, o governo destinou terreno no Portão, bairro de Curitiba, dotado de várias máquinas agrícolas. Em 1919, dos 21 alunos do primeiro ano, apenas cinco passaram para o segundo, e dos 70 deste, 46 foram para o terceiro. Na primeira formatura, em 1920, dos 108 alunos que iniciaram o curso, apenas 34 conquistaram o título de agrônomo, o que demonstrava as rígidas exigências.

Além desse instituto público, o governo mantinha o Instituto Agronômico do Bacacheri, sobre o qual havia muita insistência para que se tornasse um campo experimental. Isso virou realidade em 1920, com um decreto do presidente Caetano Munhoz da Rocha, passando a administração às mãos da direção da Escola Agronômica do Paraná.

No mesmo ano ele instituiu o Patronato Agrícola, também no Bacacheri, com vistas a abrigar os menores desvalidos em regime de internato. Em Araucária havia, em vigorosa atuação, a Escola Prática de Agricultura, criada em 1916 pelo imigrante tcheco Zdenko Gayer, com acomodações para 20 alunos, e que era subvencionada pela União. Além de aulas teóricas, ele possuía um Campo Experimental em Tindiguera, de propriedade do Estado. "Parece-me que, seguindo a diretriz indicada, isto é, promovendo a disseminação do ensino agrícola, sem deixar de atender diretamente os nossos agricultores, facilitando-lhes a aquisição de sementes e instrumentos agrários, a par de conselhos e instruções, terá o Governo firmado os fundamentos do engrandecimento agrícola do Estado", afirma Munhoz da Rocha.

A situação da Europa no período pós-Primeira Guerra Mundial

Se a riqueza e tranquilidade dos povos repousam principalmente no seu desenvolvimento agrícola, certamente o Paraná está fadado a um futuro grandioso e seguro.

fez renascer com maior força a perspectiva de que houvesse uma corrente migratória muito forte. "Provavelmente o Paraná será um dos estados preferidos para essa colonização", prevê o presidente. Segundo ele, a procura era grande por agricultores brasileiros, sobretudo do Rio Grande do Sul, e descendentes de colonos italianos e alemães. "Além da vantagem de serem colonos já com recursos próprios, acresce a circunstância de já serem aclimatados e familiarizados com os nossos hábitos e sistemas de trabalho", considera. "Se a riqueza e tranquilidade dos povos repousam principalmente no seu desenvolvimento agrícola, certamente o Paraná está fadado a um futuro grandioso e seguro".

No início de 1920 a Secretaria Geral de Governo assumiu os serviços públicos que eram da alçada da Secretaria de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. No campo prático, o interesse era dotar seus centros de ensino, incluindo os agrícolas, dos mais modernos equipamentos. No ano seguinte chegaram os laboratórios de química agrícola e microbiologia, encomendados da Alemanha. Montados no Campo Experimental do Bacacheri passaram a ser usados para aulas e exames práticos de campo.

O retorno de Affonso Alves de Camargo ao governo em 1928 foi acompanhado de nova reforma na estrutura administrativa, fixada na Lei 2.502, de 25 de fevereiro. A Secretaria Geral foi dividida em três secretarias, entre elas a que unia Agricultura, Viação e Obras Públicas, sob o comando de Francisco Gutierrez Beltrão. O Departamento de Agricultura ficou responsável pelas atividades relacionadas à agropecuária. "Será ele o início de organização de

maior vulto que o futuro há de exigir para a condução de nossa progressiva economia agrícola", acredita o presidente. O departamento, por sua vez, foi organizado em cinco divisões: Inspeção e Fomento Agrícolas, Indústria Animal, Biologia e Defesa Sanitária Agrícola, Serviço Florestal e Serviço de Publicidade.

O Decreto n.º 2.123, de 22 de dezembro de 1928, criou cinco estações experimentais e de produção. O Campo de Sementes Tindiguera estava instalado em Araucária, onde já se utilizavam 80 hectares para a seleção e multiplicação de sementes, produção de variedades puras, experiência de variedades novas, cruzamento para criações de plantas econômicas e manutenção de curso prático de seleção. A segunda estava na Granja Canguiri, em Colombo, destinada à agrostologia e zootecnia, para cultura de plantas forrageiras, criação de animais de raças puras, seção de laticínios e manutenção de curso prático de tratadores de animais. Também foi criado o Horto do Palmital às margens da Graciosa, destinado a servir de estação experimental de fruticultura, silvicultura e horticultura, dividido em seções especiais de multiplicação de espécies nativas, aclimação de espécies exóticas, produção de essências para arborização, reflorestamento e jardinagem, e preparado para criar um curso prático para trabalhadores rurais. A quarta era a Estação Experimental do Cari, em Porto de Cima, distrito de Morretes, especialmente voltada à citricultura e sericicultura, à experimentação, seleção e distribuição de sementes de arroz e à cultura demonstrativa de plantas tropicais frutíferas, ornamentais e nativas. E, por fim, a Estação Experimental do Marumbi, no mesmo município, destinada à produção de vime, à demonstração de embalagem e acondicionamento de frutas e a culturas diversas, como cana-de-açúcar, abacaxi e fumo.

O presidente não se contentou com essas escolas e reivindica dos deputados incentivo ao aprendizado agrícola. "A terra oferece sempre frutos abundantes aos que lhe dispensam desvelo.

Não existem terras improdutivas para aqueles que dispõem dos recursos científicos de preparo e adubação. Se legislardes sobre o assunto, tratando da organização e criação de escolas agrícolas técnicas e profissionais, como espero de vosso patriotismo e sabedoria, fareis obra que vos tornará credores da gratidão do Paraná", apela.

A colonização, que desde o início da Província, e mesmo antes, era uma preocupação dos poderes públicos, passou a ser quase que exclusividade da iniciativa privada no final dos anos 20. Em 1929, por exemplo, o presidente Affonso Alves de Camargo expôs ao Congresso Legislativo que o Governo concorreu para a entrega de terras a diversos concessionários contratados. Foram 144 títulos naquele ano, correspondente a 661.849.934 metros quadrados de área. Paralelo a isso, a imigração não contou com incentivo público, restringindo-se ao apelo para que fosse realizada de forma espontânea.

Do primeiro trimestre de 1928 até o final de 1929 o número de sociedades regionais e municipais de agricultura aumentou de 10 para 105, com 7.350 sócios. Elas estavam congregadas na União Rural Paranaense, com sede em Curitiba. "Uma tal organização tem em vista congregar os profissionais da lavoura e da criação numa mesma diretriz de interesses, facilitar a difusão dos modernos processos agrícolas e as distribuições de sementes, maquinários e outros auxílios, com os quais o Governo há de concorrer para as comunidades rurais e, na ordem moral, despertar o sentimento de solidariedade fraternal na nossa disseminada população rural, de tão várias procedências nacionais e origens étnicas", pronuncia Camargo. Em janeiro de 1930 um encontro em Curitiba reuniu 12 sociedades, constituídas de lavradores de origem alemã, quando foram analisadas as bases para ampliação das atividades cooperativistas.

A mensagem do presidente em 1.º de fevereiro de 1930 traz

algumas informações a respeito da intensa atividade política que tomava conta do País. "Em tese, o movimento que agita nossa nacionalidade é salutar", proclama. "A existência de duas candidaturas à suprema direção do País é sinal patente de vitalidade, de civismo e de alta compreensão do regime sob o qual vivemos". Camargo adianta que o apoio paranaense era pelo nome de Júlio Prestes de Albuquerque contra o de Getúlio Vargas: "O meu governo, embora mantendo absoluto apoio à candidatura nacional, assegurará, como lhe compete, em toda sua plenitude, a liberdade de votos". Também se refere às dificuldades financeiras em razão da crise econômica mundial, que ficou conhecida como Grande Depressão[17]. "A despeito, porém, de sua intensidade, o nosso Estado pode suportar com firmeza e está resistindo com ânimo os choques consequentes dos desequilíbrios que ela gerou". Segundo ele, "apenas se registraram 22 falências de comerciantes, isso mesmo de pequenas casas, de firmas que, provavelmente, não operavam com capitais capazes de resistência, mesmo em épocas normais".

Estradas

A estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, que teve o trecho estendido da Capital a Ponta Grossa, com previsão de chegar a Rio Negro, era, na opinião de Francisco Xavier da Silva em 1892, a grande artéria para a qual deviam convergir as estradas de rodagem. E ele considerava isso fundamental. "Ao serviço de imigração liga-se intimamente o de viação pública. Pode-se afirmar que não temos estradas, que não temos pontes. Municípios há em que nunca se fez um caminho, nunca se construiu um pontilhão à custa do tesouro do Estado", critica. "Em vez de se distribuírem, todos os anos, para serem aplicadas às estradas, pequenas cotas que, afinal de contas, apenas bastarão para insignificantes repa-

ros, sem jamais se conseguir viação regular, consigne-se cada ano, na lei do orçamento, a quantia que for julgada necessária para a construção completa de uma estrada determinada, e assim sucessivamente até que a viação pública se torne uma realidade. Destarte, feitas todas as estradas, fácil será a sua conservação."

A crise econômico-financeira que tomou conta do País no início do século 20 exigia que o Estado priorizasse a destinação de recursos. Por isso, mesmo reforçando a importância da construção de novas estradas, o trabalho foi postergado pelo presidente em 1900. Mas ele manteve as obras que estavam em andamento, como a estrada do Mato Grosso, que ligava Curitiba à Serra do Purunã e ao Rio dos Papagaios, a de Imbituva a Guarapuava, e a de Piraí a Jaguariaíva. "As estradas, em geral, estão sendo conservadas mediante contratos assinados por concorrentes que, em hasta pública, apresentaram propostas mais vantajosas", explica.

Pede que o Congresso Legislativo autorize o Executivo e consigne no orçamento verba para estudar o aproveitamento da rede fluvial como alternativa de transporte. "Quer me parecer que não devemos continuar desprezando essa estrada criada pela natureza, antes que devemos remover os obstáculos que nos impedem de aproveitá-la", propõe. Se conseguisse estabelecer a mobilidade fluvial dentro do Paraná, o presidente declara que teria resolvido o problema de comunicação da Capital Federal com o Estado de Mato Grosso.

A crise econômico-financeira que tomou conta do País no início do século 20 exigia que o Estado priorizasse a destinação de recursos.

As vistas do governo Vicente Machado miravam aquela mesma região (Norte Velho), onde as obras da São Paulo-Rio Grande evoluíam e várias estradas de rodagem estavam planejadas.

Em 1902 Xavier da Silva comenta que as duas estradas de ferro que cruzavam o Estado – Paranaguá a Ponta Grossa e São Paulo ao Rio Grande do Sul – indicavam os caminhos para a rede da viação pública. "Tem o governo perseverado no pensamento de ligar com as aludidas ferrovias, por meio de estradas, as zonas mais povoadas e produtoras do Estado, para facilitar o transporte dos seus produtos aos mercados consumidores, animando assim a lavoura e o comércio", anota. Entre as estradas que mandou abrir com essa finalidade estava a ligação Jacarezinho à Colônia Mineira (atual Siqueira Campos), onde entroncava com a estrada que ia a Piraí, ponto terminal da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

As vistas do governo Vicente Machado miravam aquela mesma região, onde as obras da São Paulo-Rio Grande evoluíam e várias estradas de rodagem estavam planejadas. "Faz-nos antever que, muito proximamente, a produção de café paranaense poderá ser exportada pelos portos do Estado", prevê em 1.º de fevereiro de 1906. "Pelas distâncias e dificuldades de comunicação com o centro do Paraná, estão as populações e comércio dessa riquíssima zona subordinadas quase que a São Paulo, pelas comodidades que lhes oferece a facilidade de transporte para ali".

Em 1903 o governo terminou as obras da estrada entre Ponta Grossa e Guarapuava, permitindo a ligação com Curitiba, um dos objetivos desde o início do Império. No entanto, a ligação da capital com a Colônia do Assungui, considerada uma das mais prósperas, continuava sem solução. Vicente Machado assinou,

então, em 28 de julho de 1906, o contrato para a construção do primeiro trecho de uma estrada de ferro ligando Curitiba à localidade de Rocinha, na extensão de 43.300 metros. "Para essas zonas abandonadas devíamos volver os olhos e promover com os recursos disponíveis a criação de ferrovias", justifica. Em 1913 o Estado possuía 1.343 quilômetros de estradas de ferro. Em 1916, ano em que deixou a administração, o presidente Carlos Cavalcanti destaca que o serviço de conservação de estradas tinha sido "perfeitamente satisfatório" até meados de 1914, quando, em razão da crise mundial, foi obrigado a restringir despesas, sem que houvesse interrupção de trânsito.

No balanço de seu período de quatro anos à frente da administração estadual, apresentado ao Congresso Legislativo em 1.º de fevereiro de 1920, o presidente Affonso Alves de Camargo lamenta que a rede ferroviária continuasse deficiente, deixando muito a desejar em relação às necessidades de circulação das riquezas, com prejuízo para as indústrias. Em consequência disso o governo recorreu à construção de estradas de rodagem, o que acabou onerando o Tesouro. Naquele ano o Paraná era cortado por mais de 7 mil quilômetros de estradas, com conservação bastante satisfatória. Três dias depois da mensagem foi inaugurada a atual BR-277, ligando o Oceano Atlântico ao Rio Paraná. "É uma estrada internacional e, na espécie, a mais extensa do Brasil, com a particularidade de ser a única que atravessa todo o território de um Estado".

Erva-Mate

A primeira menção a produtos agrícolas nas mensagens enviadas pelos presidentes republicanos à Assembleia Legislativa vem de Francisco Xavier da Silva, em outubro de 1894, e não é lisonjeira. O cônsul brasileiro em Montevidéu havia chamado a atenção

do Governo do Estado em razão de falsificação no fabrico da erva-mate. O presidente diz que antes desse alerta fora informado que especuladores tentaram vender erva-mate misturada com outras espécies. "O comércio do Paraná, que se distingue pela sua honestidade, e, além disso, a bem dos seus próprios interesses, não concorrerá para a depreciação deste importante produto do Estado, tanto mais quanto, estando de sobreaviso, sabe distinguir a erva legítima da que não o é. Pode-se, portanto, afirmar que o abuso da falsificação acha-se cortado pela raiz", escreve.

Em 1899 o presidente José Pereira Santos Andrade expõe aos deputados a crise econômica em que o País mergulhara. "Esta não gera juízos desencontrados, todos a sentem, todos a conhecem", resigna-se. Segundo ele, a criação de novos impostos, sobretudo em produtos agrícolas, podia significar não a salvação, mas a ruína. "As taxações exageradas estão aproximando o termo fatal das sociedades, e elas concorrerão, fora de toda a dúvida, para diminuir a produção, que é a riqueza das nações".

Santos Andrade reconhece que o Paraná foi afetado pela situação, assim como outros estados. Mas salienta a importância da agricultura e particularmente da erva-mate para debelar a crise. "Felizmente, as condições excepcionais de nossa terra, a especialidade de sua produção, constante da indústria extrativista da erva-mate, com mercados seguros de consumo sem competência valiosa, tem notavelmente atenuado os efeitos da crise geral, e com um pouco de esforço e trabalho, com a colaboração da boa vontade de todos os interessados na prosperidade do Estado, estou convencido que este, com vantagem, poderá vencer as dificuldades atuais".

Em 1909 o presidente Francisco Xavier da Silva relata o trabalho feito para conquistar os mercados da Europa, Ásia e Estados Unidos com a erva-mate. A primeira medida foi a isenção de imposto nessas exportações. Também remeteu amostras para Paris,

Com vistas a enviar o mate para os estados do Norte do Brasil, a secretaria negociou o transporte com o Lloyd Brasileiro em condições vantajosas.

a fim de que o Serviço da Propaganda e Expansão Econômica do Brasil propagasse o mate paranaense na França, além de outras remessas a presidentes dos estados do Norte do País, "para distribuição à respectiva força pública e hospitais ou casas de caridade".

No ano seguinte Xavier da Silva reforçou a fiscalização do serviço de exportação em Rio Negro com a cobrança do imposto sobre a erva-mate que se dirigia para Santa Catarina. "Apesar da grita que se levantou por parte dos interessados na continuação do contrabando, está se exercendo em todos os pontos de saída do artigo", garante. Na mensagem celebra o aumento de arrecadação em Rs 340:783$569 além do orçado. Em 1911 ele evidencia grande acréscimo em volume, passando de 36,6 mil para 40,6 mil toneladas. "Este fato fala bem alto em favor da prosperidade da principal indústria do Estado", exalta. O que leva o governo a oferecer prêmios a comerciantes e industriais que conseguissem exportar para a Ásia, Europa e América do Norte.

Com a criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria em 1912, a campanha a favor da cultura fortaleceu-se, mas a concorrência com o produto falsificado criou um "período de aflitivas dificuldades". "A falsificação que prolifera abre um vasto campo à especulação ilegítima, tornando quase impossível a concorrência honesta dos nossos industriais", reclama o presidente Carlos Cavalcanti em 1.º de fevereiro de 1914. Segundo ele, o Estado agia para que a lei fosse cumprida e se mantivesse a qualidade do produto, reforçando a propaganda nos países com-

pradores para que impedissem a entrada da erva-mate falsificada. "Todavia, essas providências não dispensam a necessidade de procurar novos mercados consumidores", estimula. Ele também se refere ao aumento da produção do mate em Misiones, na Argentina, país que era o principal importador da erva paranaense. "Se não oferece perigo imediato, é, entretanto, de molde a dar inquietação para o futuro", alerta.

O secretário Ernesto Luiz de Oliveira mostra-se entusiasta do produto desde cedo. No relato enviado ao presidente em 1914, ele assegura que a secretaria estava "plenamente convencida" da urgência de ampliar o mercado, por se tratar de "bebida superior ao chá e ao café pelas suas inestimáveis propriedades tônicas e reconstituintes". E constata: "Enquanto estivermos obrigados a vender nossos produtos aos habitantes de um só país, todas as crises econômicas e especulações financeiras que lá sucederem virão se refletir em nosso mercado". No entanto, sabe das dificuldades que representa abrir novas frentes. "É preciso que, para a sua realização, absolutamente não se procure ouvir os interesses dos industriais porque estes preferem a guerra recíproca à cooperação franca e leal", dispara.

Com vistas a enviar o mate para os estados do Norte do Brasil, a secretaria negociou o transporte com o Lloyd Brasileiro em condições vantajosas. O próprio secretário viajou à região para fazer propaganda. Mas confessa a frustração. "A pavorosa crise que encontrei na Amazônia, que era uma de minhas esperanças, impediu-me de alargar ali minha ação", lamenta. Assim conseguiu que apenas uma casa comercial se interessasse pelos negócios do mate. Também enviou amostras a vários estados do Nordeste brasileiro, mas sem resultados práticos. O exterior igualmente foi alvo de propaganda, tanto por parte da secretaria quanto do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, notadamente nos Estados Unidos, França, Suíça e Itália.

O assunto continuou sendo de máxima apreciação pela secretaria. Em documento enviado ao presidente em 1915, Oliveira endossa a importância do produto como principal fonte de rendas na exportação ainda antes de o Estado se libertar da Província de São Paulo. "O mate é para nós uma questão vital, mantê-lo, pois, sempre bem cotado nos mercados consumidores, deve ser o supremo cuidado de todos os governos", orienta. Dessa forma, sustenta a necessidade de propaganda racional e perseverante para ampliar a exportação, ao mesmo tempo em que considera "medida de alto valor" conferir prêmio de 30 réis por arroba de erva enviada ao Chile, com vistas a manter igualdade de competição com Santa Catarina e reconquistar o mercado andino. A Lei n.º 1.453, de 11 de abril de 1914, criou um selo para a erva-mate destinada à exportação, que tinha como destaques o brasão do Estado e a palavra Paraná, assim como um livro de cadastro dos exportadores.

Prestes a deixar a administração, o presidente Carlos Cavalcanti registra em 1.º de fevereiro de 1916 que em nenhum momento titubeou em manter a propaganda da erva-mate na Europa e na América do Norte, ainda que isso acarretasse sacrifícios. Ele faz questão de reproduzir parte do relatório do diretor do escritório do governo brasileiro em Paris, em que cita ter propagandeado o produto nos hospitais lotados de feridos, em razão da Primeira Guerra. Com a boa aceitação, pediu que fossem enviados mais lotes. "Felizmente, o apelo encontrou favorável acolhimento por parte do Estado do Paraná, do qual recebemos regular quantidade de mate que estamos utilizando, para insistir na sua divulgação, não somente em hospitais, estabelecimento de ensino, etc., como na classe médica, onde temos conquistado progressivamente grande número de adeptos, muitos dos quais se declaram francamente convencidos, por experiência própria, das vantagens do uso dessa bebida, recomendando-a sem reservas nas respectivas

clínicas", escreve. Mas o representante brasileiro não se contentou com isso. Ele encomendou mais 10 mil quilos da erva-mate para distribuir ao exército francês, repetindo o que o escritório de Genebra fizera com o italiano.

Assim que assumiu o governo em 1916, Affonso Alves de Camargo tratou de assinar convênio com Santa Catarina, para que fosse cobrada taxa extra da erva-mate cancheada exportada pelos portos do estado vizinho. Isso porque os principais importadores, sobretudo a Argentina, davam desconto para essa erva, em detrimento da beneficiada, com o objetivo de abastecer a indústria própria. "O Estado não tem interesse em afastar dos mercados consumidores a erva cancheada e, pelo contrário, a sua saída, em concorrência leal e equitativa com a beneficiada, aumentará a nossa produção e riqueza", afirma aos deputados em 1.º de fevereiro de 1917. Uma riqueza que era visível nas contas públicas e resultado de propagandas massivas dos industriais, inclusive com a criação do Sindicato da Propaganda na Associação Comercial do Paraná. "É animadora a exportação de mate para a Europa e Norte do Brasil, além da reconquista do mercado do Chile, para onde aumentou a exportação no corrente exercício e início de sua introdução nos Estados Unidos da América do Norte", comemora Camargo.

Em 1920, sob o governo de Caetano Munhoz da Rocha, a erva-mate era responsável por 60% da arrecadação estadual. "Tem-se

Assim que assumiu o governo em 1916, Affonso Alves de Camargo tratou de assinar convênio com Santa Catarina, para que fosse cobrada taxa extra da erva-mate cancheada exportada pelos portos do estado vizinho.

dito, sem base e sem justificativa de qualquer natureza, que a erva-mate tem sido o mal do Paraná, pois se deveria dizer, a bem da verdade, de que dá insofismável testemunho o progresso do Estado, que a erva-mate tem constituído o grande bem deste abençoado torrão da pátria brasileira", vibra em 1.º de fevereiro de 1921. Segundo ele, o mal estava na falta de braços para explorar mais as riquezas que a terra e o subsolo podiam oferecer. "Em futuro não remoto, por certo, essas aspirações e esses anseios serão satisfeitos, quando o carvão, o ferro, o manganês se acharem aqui devidamente explorados e o café, o trigo, o algodão emprestarem novo aspecto às nossas lavouras, já bem desenvolvidas, mas, ainda então, a erva-mate terá sua primazia como fator primordial que há sido do nosso progresso".

No ano seguinte o presidente mantém o otimismo, mas novamente chama a atenção para a necessidade de se encontrar novos mercados, visto que a Argentina, uma das principais importadoras, expandia cada vez mais sua área de plantio e despontava como concorrente nas vendas para o Uruguai e o Chile. Ele apresenta os estados do Norte do Brasil como alternativas e a união de forças entre governo e indústrias como fundamental para isso. No exterior, o mercado a ser conquistado era o norte-americano. Munhoz da Rocha sugere a organização de um grupo propagandista, que poderia ser chamado de "Paraná Mate Corporation", e que seria financiado com a parte do imposto que anteriormente estava destinada a essa tarefa. Em 1928, no entanto, ele percebe a dificuldade em colocar em prática, diante da falta de verba e de pessoal capacitado.

Recém-empossado para o segundo mandato em 1928, Affonso Alves de Camargo publicou o regulamento para produção, beneficiamento e comércio da erva-mate. Junto ele determinou que se desse amplo conhecimento das normas e fosse aplicada severa e persistente fiscalização, com o objetivo de retirar do mercado

todo produto impuro, mal seco, desbotado ou mofado. Também firmou contrato para ampliar a propaganda na Europa, nos Balcãs e Estados Unidos, ao mesmo tempo em que encarregou pessoas de propagar no Norte do Brasil. Igualmente foi criado o Instituto de Mate do Estado do Paraná, com a incumbência, entre outras, de classificar os tipos de ervas de exportação. Mesmo com todas as medidas sendo respeitadas, ele alerta os deputados em 1930 para o momento difícil pelo qual passava a cultura, conclamando para que novas ações, principalmente um convênio entre os estados produtores, fossem implantadas a fim de se manter a hegemonia nesse produto.

Trigo

O fortalecimento da cultura do trigo não deixou de ser obsessão dos governantes com a mudança de regime de governo. Logo nos primeiros anos o presidente Francisco Xavier da Silva, como tantos outros haviam feito, encomendou 4,3 mil quilos de sementes do Rio da Prata. O destino foram os imigrantes das localidades de Rio Negro e Vila Iguassu, atual Foz do Iguaçu. Segundo ele, era preciso um esforço para reviver a cultura, que tinha sido florescente em diversas zonas do Estado. Em 1902, no entanto, as chuvas abundantes e geadas na época da florescência prejudicaram a colheita. "Não é isso motivo para desanimar", apela o presidente, que promete sementes de variedades mais adaptáveis ao clima das regiões produtoras.

O Instituto Agronômico já conquistara a atenção dos agricultores em 1910. O Campo do Bacacheri recebeu naquele ano 1.610 visitas, enquanto 154 pessoas estiveram no de Ponta Grossa – no ano seguinte este posto agronômico foi cedido ao governo federal que inaugurou ali uma estação experimental em 1919. Havia 20 hectares com plantios experimentais de cereais, parreiras, ár-

vores frutíferas, jardins e silvicultura. O destaque era o trigo algier que, segundo avaliação do instituto, melhor se adequava por não ser atacado pelos pássaros e nem pela ferrugem. "Suas espigas são grandes e os grãos grossos", anota Xavier da Silva. Os experimentos mostraram que o trigo barletta, muito plantado na Argentina, também era isento de ferrugem, mas perseguido pelos pássaros. "As outras qualidades são inferiores e o Instituto não as recomenda".

Na mensagem sobre o ano de 1914, o presidente Carlos Cavalcanti, que criara a Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria em 1912, relata a distribuição de bacelos de videira e de várias sementes, destacando as do trigo rietti, selecionadas da Itália. "A cultura cada vez mais se desenvolve e, não obstante a excepcional estiagem, deu não pequena colheita", atesta. Para complementar a informação, o secretário Ernesto Luiz de Oliveira diz que esse trigo satisfez o desejo de se ter uma espécie resistente à ferrugem. "Lamentando-se apenas que a atual Conflagração Europeia não nos permita importar daquelas sementes na medida das nossas necessidades". A Europa havia se tornado o epicentro da Primeira Guerra Mundial.

O mesmo sucesso não teve o centeio – principal alimentação das populações rurais – que, além da prolongada falta de chuvas, foi atacado pela ferrugem, perdendo-se quase toda a safra. "Para reparar o mal, o governo ordenará oportunamente a distribuição de trinta toneladas de sementes desse cereal, as quais encomen-

O destaque era o trigo algier que, segundo avaliação do instituto, melhor se adequava por não ser atacado pelos pássaros e nem pela ferrugem.

dou com urgência para a Áustria-Hungria", anuncia Carlos Cavalcanti. Como essa quantidade se mostrou insuficiente, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria trouxe mais 150 toneladas da região do Rio da Prata. "No corrente ano, as plantações de centeio ainda foram devastadas pela ferrugem, esta Secretaria parece que hoje está aparelhada para combater o mal, espera no próximo ano poder extingui-lo, se o tempo correr favorável", complementa o secretário Oliveira.

O ano de 1917 foi de "verdadeiro triunfo" no que diz respeito à produção agrícola, celebra o presidente Affonso Alves de Camargo em 1.º de fevereiro de 1918. "A cultura do trigo, recebida com gerais aplausos, é um fato que virá influir poderosamente nos nossos destinos econômicos", proclama. Não é sem motivos a exaltação. De um ano para o outro, a produção saltou de 1,8 mil toneladas para 15 mil toneladas. Por isso reforça que o objetivo de seu governo era fazer dessa cultura a principal do Estado: "Feliz o dia em que o Paraná, deixando de ser, dentro da Federação, o maior exportador de mate e madeiras, seja o maior exportador de trigo. Nesse dia seremos um dos expoentes máximos da riqueza econômica do Brasil".

Por essa razão promete intensificar a propaganda direta – em português, italiano e polonês – para instruir sobre a terra apropriada, o preparo, a época de plantio e colheita, além de reforço em sementes e instrumentos agrários. "O abandono do campo é a única hipótese de fracasso do nosso engrandecimento futuro", decreta. Mas ele não crê em declínio. Pelo contrário, articula com o Centro Agrícola para promover no Estado a Festa do Pão, nome da exposição de trigo. "Será a prova de que essa cultura triunfou e que o esforço do Governo foi eficazmente correspondido pela dedicação e trabalhos dos agricultores e pela exuberância e fertilidade das nossas terras", escreve em 1919. O evento foi sucesso. Produtos de 562 lavradores de 13 municípios foram expostos.

Após o término seguiram para a Exposição Nacional de Cereais, no Rio de Janeiro.

A produção de trigo e outros cereais ganhou impulso em 1921, quando da visita do ministro da Agricultura, Simões Lopes, para a instalação de uma estação experimental do trigo em Ponta Grossa. O terreno cedido pela municipalidade foi encampado posteriormente pelo Iapar e se transformaria anos depois em polo regional de pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná). Entre os anos de 1922 e 1923 a primeira variedade selecionada no Brasil, conhecida como PG1 ou Polysu, começou a dar fruto, adaptando-se às condições dos Campos Gerais. No entanto, depois das 15 mil toneladas de trigo produzidas em 1917, o volume baixou e, em 1927, o Estado colheu 6.500 toneladas. No ano seguinte os campos produziram 11.915 toneladas e, em 1929, foram colhidas aproximadamente 20 mil toneladas.

Na mensagem daquele ano o presidente Affonso Alves de Camargo, em seu segundo mandato, descreve que a cultura começou por meio de colonos interessados em consumo próprio ou em pequena escala. A produção cresceu com a ajuda de governos, que passaram a distribuir sementes com melhor qualidade e a difundir as técnicas de plantio. A safra de 1929, por exemplo, foi resultado da Cruzada do Trigo, realizada nos núcleos coloniais de 26 municípios. "Desta vez, o Governo não se limitou a distribuir sementes para esse fim adquiridas, mas sim o fez por meio do Comboio Agrícola, constituído de tratores, arados, grades e demais maquinário e material agrícola, dirigido por agrônomos", observa.

As sementes resultaram de seleção metódica e a distribuição foi acompanhada de instruções impressas, claras e precisas sobre os procedimentos a serem seguidos. Também foram estabelecidas searas modelo em vários locais, além da criação de sociedades de agricultura. "Já está evidenciado o resultado vantajoso da

propaganda e o aumento das futuras searas", garante. As variedades marumby, americana e barletta constituíram tanto as lavouras modelo quanto as de cooperação, que se estenderam pelo Estado devido à intensa propaganda. "Aproximamo-nos, pois, das possibilidades do Paraná com relação ao trigo", assegura Affonso Alves de Camargo em 1.º de fevereiro de 1930.

Café

Uma das primeiras menções ao café no Paraná, nas mensagens de presidentes do período republicano ao Congresso Legislativo, tratou não da produção, que estava em crescimento, mas do imposto que poderia ser auferido a partir do produto. "Urge também que autorizeis e tomeis providências sobre o imposto de exportação de café pelo Norte do Estado, na zona limítrofe com o Estado de São Paulo", chama a atenção o presidente José Pereira Santos Andrade em 25 de junho de 1898. "Segundo as melhores informações, a produção de café nessa zona já se eleva a quantidade superior a cem mil arrobas, que devem produzir mais de cem contos de réis de renda de imposto".

São as mesmas informações que três anos depois chegaram ao conhecimento do presidente Francisco Xavier da Silva. "O plantio do café está tomando notável desenvolvimento, principalmente nas fertilíssimas terras no Norte do Estado, que produzem tanto, senão mais, do que as afamadas terras roxas do vizinho Estado de São Paulo", comenta. Ele se referia principalmente à região do Norte Pioneiro, que se ligava ao estado vizinho por Itararé e Ourinhos. Em 1.º de fevereiro de 1901 comunica que negociava com São Paulo a fiscalização da cobrança dos impostos a que estavam sujeitos o café e outros produtos exportados por Santos. Mas no ano seguinte lamenta que o convênio não estava dando o resultado esperado. "Sou de parecer que este imposto passe a ser

Em relatório enviado ao presidente Carlos Cavalcanti sobre o ano de 1914, o secretário não se cansa de elogiar a indústria cafeeira do Estado.

arrecadado pelas nossas agências fiscais, elevando-se ao dobro a sua taxa, que atualmente é mínima", propõe.

Quatro anos depois a situação continuava tensa entre os dois estados e o presidente Vicente Machado recebeu da Assembleia autorização para realizar novo convênio. O primeiro fora denunciado por São Paulo, pois o Paraná cobrava 6% na exportação cafeeira, enquanto a alíquota paulista era de 11%. "Criava embaraços extraordinários, e tinha colocado os representantes do fisco daquele Estado diante de dificuldades enormes, entre outras a especulação de guias falsas, procurando-se com elas fazer passar por café de procedência do Paraná, café de produção paulista", critica. São Paulo respondeu com redução de sua alíquota para 9%.

No entanto, o presidente pondera que não era o momento adequado para firmar novo convênio. "É tão desigual a situação da lavoura de café, já de produção paulista em plena exuberância e vitalidade, já da produção paranaense apenas em começo e lutando com dificuldades de toda a ordem, entre as quais sobrelevam as de transporte, que julgo inconveniente a elaboração de um novo convênio, que não podia ter outra base que a equiparação de taxas de exportação dos dois estados", analisa. Pelo contrário, ele apregoa que os deputados prestariam grande serviço aos cafeicultores do Paraná reduzindo à taxa mínima – "nunca mais de 2% a 4% *ad valorem*" – tanto nos postos fiscais do Norte quanto no que se destinava ao litoral paranaense.

A questão da produção do café voltou com mais força a partir de 1912, com a criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria. Recém-empossado, o secretário Ernesto Luiz de Oliveira visitou uma fazenda do colonizador e major Antônio Barbosa Ferraz Junior, onde hoje estão os municípios de Andirá e Cambará, e classificou a região como "zona de ouro". Ele conta ter observado a camada de terra roxa atingir 16 metros de profundidade, além de a floresta estar coberta de pau-d´alho, figueira branca e ceboleiro, "que são o maior atestado das melhores terras para a cultura do café". Oliveira testemunha que o cafeeiro, com um ano e sete meses, soltava as primeiras flores, no terceiro ano dava em média 150 arrobas por mil pés, e com cinco anos atingia a altura de um homem a cavalo com o braço erguido. "Em qualquer mês do ano se pode plantar o feijão e o milho. Tive ocasião de assistir um colono arrancar um pé de milho e plantar outro no mesmo lugar", completa. "A riqueza florestal dessa zona, que é inteiramente virgem e quase sem vias de comunicação, é simplesmente colossal".

Em relatório enviado ao presidente Carlos Cavalcanti sobre o ano de 1914, o secretário não se cansa de elogiar a indústria cafeeira do Estado. "O principal obstáculo a que essa cultura não haja até agora atingido maiores proporções consiste unicamente na falta de estradas", lamenta. Aproveita para sugerir a construção de uma via férrea, o que traria um "avanço incapaz de ser imaginado". Segundo ele, mesmo a produção atingindo um terço a mais que nas melhores terras de São Paulo, a falta de infraestrutura viária fazia com que um alqueire em Jataí ou São Jerônimo custasse de 20 a 25 mil réis, enquanto o alqueire com qualidade inferior em Ribeirão Preto valia "contos de réis".

Ao assumir o governo em 1916, Affonso Alves de Camargo, em uma das primeiras ações com vistas a conquistar mais espaço para o café, assinou acordo com São Paulo para que este ficasse responsável pela fiscalização, arrecadação e liquidação de im-

postos e taxas de todo produto que fosse exportado por Santos, respeitando as leis paranaenses. "A exportação de café tem aumentado, sendo que, no corrente exercício, a renda arrecadada acusa uma exportação de mais de um terço da do ano anterior", diz na mensagem enviada em 1.º de fevereiro de 1917.

O entusiasmo, no entanto, foi mais contido no ano seguinte, em razão de geadas que atingiram o Norte do Paraná e as plantações de São Paulo e Minas Gerais, causando grandes prejuízos. "Dado esse desastre, o Governo tratou, desde logo, não só de aconselhar aos lavradores a insistirem na cultura do café, como também a cultivarem em grande escala o algodão, para assim ressarcirem imediatamente parte dos seus prejuízos, distribuindo, por sua vez, sementes para a intensificação de tão importante cultura", relata em 1.º de fevereiro de 1919. Em 1921 o presidente Caetano Munhoz da Rocha alerta que "já não pode o nosso Estado permanecer indiferente ante o serviço de propaganda deste produto (café) brasileiro". Ele sugere estabelecer uma taxa sobre cada saca visando unicamente a esse trabalho.

No ano seguinte partilha a observação a respeito da cultura: "O Norte do Paraná, com a exuberância e fertilidade das suas terras, continua a atrair incessantemente os lavradores de café dos estados de São Paulo e Minas. Dia a dia abrem-se novas lavouras da rica rubiácea naquela região e, desde já, deve preocupar a atenção do Governo e do Congresso, o melhor meio de canalizar para os portos de Paranaguá e Antonina a produção daquelas lavouras que, dentro de poucos anos, tornar-se-ão vultosas". O conselho foi seguido. Em 1.º de fevereiro de 1926 Munhoz da Rocha anuncia que a exportação do produto paranaense por Paranaguá, no ano anterior, foi de 48.624 sacas, enquanto por Santos saíram 17.047 sacas.

A safra 1925/26 foi magnífica para a cafeicultura paranaense. Em valores monetários rendeu mais que a soma dos seis exercí-

cios anteriores. Tão importante quanto isso, o Porto de Paranaguá projetou-se como grande ponto de embarque do produto paranaense. O Norte do Estado enviou café ao porto do Paraná duas vezes e meia mais que para Santos. Em volume, a safra 25/26 exportou 157.846 sacas, das quais 121.329 por Paranaguá. "Os dados estatísticos proclamam a prosperidade econômica do Paraná, de tal modo que, nos últimos cinco anos, duplicou o valor de nossa exportação e se, no exercício passado, a erva-mate e a madeira figuram com importâncias inferiores às do período anterior, o café, que começa a influir sensivelmente na situação financeira e econômica do Estado, compensa satisfatoriamente as diferenças verificadas", escreve o presidente.

Munhoz da Rocha estima a capacidade do Estado em dois bilhões e meio de pés. "Isto é, comporta a produção necessária ao consumo de todos os povos", afirma aos deputados estaduais. "Ao Governo cabe, pois, fomentar e favorecer o aproveitamento dessa portentosa riqueza, rasgando estradas, como já se tem feito nas extensas zonas da terra roxa, e dotando os nossos portos do aparelhamento necessário, como se está fazendo". A importância que o Paraná começava a ter nacionalmente levou o presidente Washington Luiz a convidar o Estado para participar do acordo de regulamentação dos transportes e defesa do café, juntamente com São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, para a safra de 1927. Alegando que a produção paranaense estava na fase inicial, o presidente recusou o convite, mas aceitou a fixação de exportação de 50 mil sacas pelos portos do Estado entre 1.º de setembro e 31 de dezembro, e, a partir de janeiro de 1928, a quantidade equivalente ao exportado no mês anterior. Com produção de até 600 mil sacas e exportação média de pouco mais de 47 mil sacas ao mês, ele sabia que aquela restrição não seria efetivada na prática.

Em 1928 Affonso Alves de Camargo aproveitou a taxa cobrada

por saca exportada para construir um armazém regulador em Paranaguá com capacidade para 80 mil sacas, além de desapropriar dois outros, para 50 mil e 22 mil sacas, respectivamente. Prevendo uma safra grande e a necessidade de regularizar a exportação, o governo planejou levantar outro armazém, para 160 mil sacas. De outro lado, o Paraná aderiu ao convênio dos estados produtores de café com o intuito de disciplinar a exportação. "Cumpre-me consignar aqui, de passagem, que o meu Governo não poupou medidas de proteção à lavoura cafeeira e continuará atento a todas as suas necessidades", registra em 1.º de fevereiro de 1929.

Mas naquele ano a Grande Depressão e a quebra da Bolsa de Nova York atingiram em cheio o comércio cafeeiro, com baixa no preço do produto e apreensão para todos os produtores. "Felizmente no Paraná foi onde menos se sentiu as consequências da anomalia, continuando a ser feita a exportação nas mesmas proporções anteriores", evidencia Camargo. "A queda dos preços trouxe, porém, certo desânimo aos fazendeiros que, por acertada previdência, fizeram reduzir as plantações até que as circunstâncias aconselhem maior atividade na cultura da rubiácea". No exercício 1928/29 Paranaguá embarcou 317.706 sacas somando Rs 57.187:080$000.

Pecuária

A falta de animais de raças mais aperfeiçoadas continuava a ser um problema para a pecuária paranaense em 1895. De acordo com o presidente Francisco Xavier da Silva, a indústria pastoril estava generalizada pelo Estado e era considerada uma das principais fontes de riqueza, mas ainda tratada como atividade rotineira. "Merece ser animada, facilitando-se aos criadores a introdução de animais de raças aperfeiçoadas", apregoa. Seis anos depois há um vislumbre de otimismo em suas palavras: "A indústria pastoril,

tão generalizada no Estado, se não produz tanto quanto produzia outrora, em compensação vai se libertando do sistema rotineiro; os criadores se esforçam por melhorar as raças dos seus animais pelo meio racional da seleção e cruzamentos".

Com a instalação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria em agosto de 1912, a tentativa de melhoria genética dos animais paranaenses ganhou força. "Analisando-se o estado atual da nossa pecuária, constata-se que ela necessita de sérias reformas e de poderosos auxílios, não só individuais e coletivos como também governamentais, para que possa prosperar", reconhece o secretário Ernesto Luiz de Oliveira em mensagem ao presidente Carlos Cavalcanti. Segundo ele, o sistema extensivo de criação foi vantajoso para os pioneiros, pois tinham uma natureza em pleno vigor que possibilitava vestimenta forrageira. "A fertilidade de uma terra não é eterna, ela desaparece à medida que as colheitas sucessivas roubam os elementos nutritivos que encerra nas suas entranhas", pontua. "Os nossos campos de criação acham-se hoje extraordinariamente depauperados pelo esgotamento dos elementos fertilizantes que os constituíam".

Oliveira conclama os criadores a reagirem. Uma das medidas propostas é a restauração da fertilidade e da flora forrageira. Para isso sugere a busca de forragens nativas, que se adaptassem ao inverno, visto terem sido infrutíferas as experiências com plantas de outras terras. "Felizmente, agora podemos anunciar um trevo que cresce espontaneamente em várias cidades do nosso interior e que tem as virtudes da alfafa, tem valor alimentício igual ao do milho para gado, cavalos, porcos e aves, e ainda tem a virtude de propagar-se espontaneamente nos pastos", exalta. A secretaria já começava a preparar mudas para promover a disseminação.

Mas ele apostava no desenvolvimento de uma raça própria. Como professor, ensina que a formação da raça pode ser feita pela seleção ou pelo cruzamento. "A seleção, apesar das suas in-

Pelo cruzamento podemos implantar no nosso estado, em poucas dezenas de anos, algumas das mais nobres raças europeias.

contáveis vantagens, não pode ser aconselhada como melhoradora da pecuária paranaense. Falta ao Paraná o principal: a raça ou raças para serem selecionadas", pondera. "Os animais que povoam nossos campos não formam zootecnicamente uma raça. Produtos de um cruzamento e de uma mestiçagem desordenadas, sem orientação científica, apresentam uma diversidade de exterior, porte, volume, cor, qualidades produtivas e inconstância na transmissão dos seus caracteres aos seus descendentes". Mesmo o caracu legítimo, importado de São Paulo e Minas Gerais, não era, segundo ele, "animal ideal, completo em conformação e aptidões". Mas incentiva que se prossiga a seleção para, em algumas gerações, "ser atingida a estética bovina almejada".

Com o objetivo de cortar o tempo que uma seleção levava para produzir raça melhorada, o secretário aponta o caminho do cruzamento unilateral, ligado a uma boa alimentação. Segundo ele, os insucessos observados tinham como razão apenas o fato de os animais importados não encontrarem no novo *habitat* os mesmos cuidados higiênicos e alimentares da origem. "Pelo cruzamento podemos implantar no nosso Estado, em poucas dezenas de anos, algumas das mais nobres raças europeias", entusiasma-se. Ele cita limousin, hereford e durahn como raças melhoradoras para carne; e para leite, holandesa e flamenga.

Antes do início da Primeira Guerra Mundial, em 28 de julho de 1914, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria tinha encomendado e pago cães pastores da Bélgica. No entanto, com

a deflagração do conflito, o envio ficou interrompido. Também éguas árabes para reprodução, encomendadas da França, ficaram retidas. Mas carneiros wilstermach conseguiram chegar e eram bastante procurados pelos produtores. O Instituto Agronômico trabalhava ainda na difusão de bezerros de vacas selecionadas, além de ser intermediário na importação de reprodutores cavalares, bovinos e suínos. "Devemos ser um Estado exportador. O Paraná tem elementos para isso", propagandeia Oliveira.

Em 1918 o presidente Affonso Alves de Camargo, entusiasta da força que percebeu na agricultura, não reproduz o mesmo otimismo em relação à pecuária, com exceção da criação de suínos e carneiros. Ele identifica melhorias, com a introdução de reprodutores e seleção de raças, o que, inclusive, garantiu vários primeiros prêmios em exposição no Rio de Janeiro, mas lamenta não verificar o aumento da produção de gado vacum. "Devido à grande procura dos mercados consumidores e preço elevado dos produtos, o que muito vai sacrificando essa indústria, pois os industriais, atraídos pelos lucros, vão dispondo até das vacas, se esquecendo do dia de amanhã", critica. Em função do declínio na produção, no ano seguinte ele ventila a possibilidade de se editar uma lei mais rigorosa relativa à matança de vacas.

Apesar dos percalços, a indústria pastoril era vista como promissora. "Rotineira, ainda, já é tempo de ser estimulada pela ação combinada dos próprios criadores e do Governo", diz Caetano Munhoz da Rocha em 1.º de fevereiro de 1922. "A seleção racio-

Em 1918 o presidente Affonso Alves de Camargo, entusiasta da força que percebeu na agricultura, não reproduz o mesmo otimismo em relação à pecuária, com exceção da criação de suínos e carneiros.

nal dos reprodutores e um prudente cruzamento das raças mais adaptáveis ao nosso meio devem ser o escopo principal daquela ação". Como primeira atividade o governo garantiu a importação de 20 mil vacas de Mato Grosso, divididas em quatro anos sucessivos. Por parte do setor privado, o presidente comemora a inauguração do frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva: "É também uma promissora expectativa para o desenvolvimento dessa indústria, principalmente a do gado suíno, que tem tomado notável incremento em todo Estado e promete se desenvolver ainda mais, constituindo assim uma das nossas maiores riquezas".

Mas o Estado não estava livre das doenças. Em 1925, pelo relato de Munhoz da Rocha, apareceu a febre aftosa no município de Palmas. A ação da Profilaxia Veterinária fez com que o foco fosse debelado rapidamente. O frigorífico Matarazzo resistiu até 1947, mas foi vencido pelos fatos. Três anos antes, uma estiagem prolongada foi bastante prejudicial para o milho, usado basicamente para a engorda dos animais soltos no campo, no sistema de safra. E em 1945 a peste suína contribuiu para a redução mais acentuada na população de animais.

Outros Produtos

O presidente Francisco Xavier da Silva observa as grandes possibilidades que a terra oferece para a produção de uvas. "Em futuro próximo, será uma das fontes de riqueza do Estado", prevê em 1895. "Animados pelos resultados que ela está produzindo, os agricultores procuram cultivar videiras apropriadas para o fabrico de vinho". Lamenta apenas que a *phylloxera*, praga que afetava vinhedos na Europa desde meados do século 19, se manifestara em lavouras nas redondezas de Curitiba, onde imigrantes franceses e italianos haviam se instalado. "O governo, auxiliado pela Sociedade de Agricultura, tomou medidas necessárias para

a extinção do terrível parasita", reforça. "O governo tem auxiliado, tanto quanto possível, a indústria agrícola".

Em 1910 a madeira começou a ter mais projeção dentro do quadro de exportações, passando de Rs 1.049:155$36 para Rs 1.729:813$286. "Esse aumento é um fato auspicioso para a importante indústria, que dia a dia se desenvolve no Estado, a julgar pela grande quantidade de máquinas importadas, já para a montagem de novos serviços, já para o melhoramento das existentes", expressa Xavier da Silva. O aumento vai em crescente, com grande salto a partir de 1918, quando o Estado conquistou o mercado da Argentina e do Uruguai. "E maior seria se não fora a precariedade de transportes, contra a qual vêm reclamando muito justamente, não só os industriais de madeira, como também os de outras indústrias", escreverá, então, o presidente Affonso Alves de Camargo.

A partir de 1912, com a criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria, uma das principais preocupações do secretário Ernesto Luiz de Oliveira era com a instrução dos agricultores em relação às boas práticas a serem aplicadas no campo. Esse trabalho ele fez com o uso de todos os instrumentos de propaganda que possuía à disposição: revista, boletins, circulares e até mesmo as mensagens enviadas ao presidente. Na que remeteu em 1915 ele verifica que os preços de vários produtos, entre eles feijão, cebola, milho e batata, tiveram uma queda devido à falta de cuidados contra os agentes destruidores, como os carunchos, ou o atraso na colheita, que levou ao apodrecimento da produção e à necessidade de importação. Didaticamente, então, explica cada uma das fases para se obter feijão ou qualquer outro produto com qualidade.

Entre as culturas promissoras estava a viticultura. Em 1914 foram distribuídos 120 mil bacelos de diversas qualidades. "A superioridade de nossas terras para a cultura da videira é proclamada pelo crescente desenvolvimento que entre nós vai dia a dia tendo

o plantio das videiras", evidencia o secretário. "Alguns viticultores já exportam para outros estados magníficas uvas que rivalizam com as melhores qualidades importadas do estrangeiro". Mas a *phylloxera* continuava a preocupar, a ponto de ele prever que poderia haver a devastação da cultura em dois anos, caso não se conseguisse ao menos dois milhões de bacelos de espécies resistentes. Por isso aconselha o uso da rupestris como porta-enxerto para videiras de qualidades finas.

Oliveira destaca que a secretaria conseguira distribuir sementes de arroz em tempo adequado. "Felizmente, o tempo tem corrido propício, as chuvas e o calor têm sido abundantes. As plantas estão viçosas e prometem larga produção", estima. Para aumentar e melhorar a cultura, sugere a Carlos Cavalcanti a criação de um posto agrícola em Morretes com vistas a ensinar aos agricultores os novos processos e o uso de maquinários no cultivo de arroz e cana-de-açúcar. "O agricultor da zona marítima do Estado, principalmente, que permanece ainda dentro do sistema rotineiro, é que mais necessidade tem de uma escola prática de experiências e demonstrações agrícolas, onde se possa convencer, diante das provas materiais que lhe forem dadas, das grandes e inestimáveis vantagens oferecidas ao trabalho da lavoura pelos mais aperfeiçoados instrumentos agrários".

O relato detalhado apresentado pelo secretário contempla ainda o linho, cujas sementes vieram da Europa e foram enviadas a prefeitos, inspetores agrícolas e estabelecimentos rurais, "mais aptos que o pequeno lavrador a compreender a importância dessa cultura e dar aos agricultores a conveniente orientação". Oliveira endossa que a produção superara as expectativas, com plantas alcançando até um metro e quinze centímetros. "Promete, para muito logo, tornar-se uma das mais sólidas fontes de renda do Paraná", imagina. "Várias casas daqui, do Rio de Janeiro e de São Paulo, comprometeram-se a comprar toda a produção, não só

Ao relatar a situação da pasta durante o ano de 1913, o secretário Ernesto Luiz de Oliveira dedica generoso espaço para a conservação das florestas e a indústria da madeira.

de fibras como de semente". Essas casas importavam da Europa não apenas a fibra, mas também a linhaça. No entanto, com a guerra, voltaram-se para a produção interna. "Podemos, portanto, garantir aos agricultores que sem receio algum podem plantar maior quantidade de linho que lhes seja possível", recomenda o secretário da Agricultura, Comércio e Indústria, enquanto ensina todo o processo de preparação para obter o máximo valor.

Ao relatar a situação da pasta durante o ano de 1913, o secretário Ernesto Luiz de Oliveira dedica generoso espaço para a conservação das florestas e a indústria da madeira. Alude ao fato de o País possuir um código florestal desde 1907, mas que, mesmo sem aplicação efetiva, já necessitava de reforma. "Assunto de palpitante interesse, principalmente em um Estado como o nosso, onde até agora nada foi feito em prol da conservação das nossas riquezas florestais e onde as devastações pelo machado e pelo fogo dia a dia vão criminosamente transformando em vastos e desolados campos os lugares onde outrora se erguiam imponentes florestas, fonte de vida, oxigenando o ambiente, regulando o curso de águas, os ventos, a atmosfera, enfim, reclama dos nossos poderes públicos urgentes medidas que o defendam da faina brutal e devastadora do machado e do incêndio criminoso", vocifera.

Conhecido por ser um escritor e orador amante da polêmica, Oliveira acusa: "Nossos colonos encontram na exploração da lenha um modo fácil de fazer dinheiro e, não contentes em devastar as matas de seus lotes, invadem as terras públicas para tirar le-

nha". Apresenta o exemplo da Colônia Affonso Pena, que, quando fundada, teve destinada como reserva as florestas às margens do Rio Iguaçu. "Causa pasmo que não se respeitem essas determinações e que essas matas estejam sendo criminosamente destruídas", revolta-se. Segundo ele, dentre as funestas consequências estava o fim dos obstáculos para que a erosão tomasse conta do rio. "No fim de algum tempo, essa importante via de comunicação com que fomos generosamente galardoados pela natureza estará entulhada. A sociedade toda sofrerá as consequências desse crime, fruto da ganância de alguns".

Novamente ele lamenta que os colonos estivessem ignorando o código florestal. Em razão disso anuncia que o controle dos interesses públicos passaria a ser feito por fiscais de floresta, caça e pesca e pelos inspetores regionais de Agricultura. Na questão do comércio de madeira, a preocupação nos anos iniciais da secretaria era com a obtenção de fretes mais vantajosos, o que o secretário garante ter conseguido. Mas vai além em sua análise, com críticas aos industriais por não manterem o padrão de qualidade dos produtos: "É necessário que nossos industriais se convençam que cada artigo inferior que sair de suas fábricas é uma arma que fornecem a seus concorrentes e um pretexto para desvalorização de suas mercadorias".

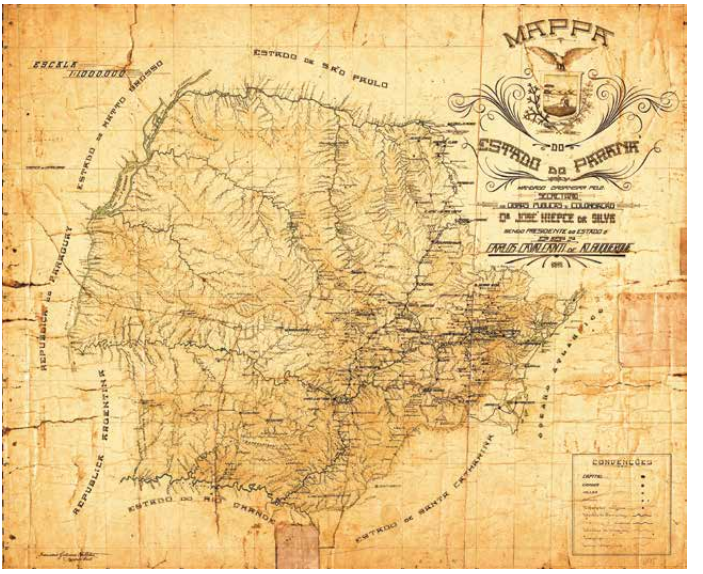
No relatório enviado ao presidente em 1915, Oliveira frisa que o Estado vivia o momento mais oportuno para tornar conhecidas as riquezas florestais. "Até agora nos orgulhamos, e com justa razão, de sermos o maior exportador de erva-mate, é natural que queiramos também ser o principal exportador de madeiras, não nos faltando para isso elementos, nós que possuímos grandes, variadas e riquíssimas florestas", ufana-se. Segundo ele, a guerra na Europa impedia que a Rússia exportasse o pinho de Riga, da mesma forma que a dificuldade de navegação congelava as vendas da Suécia e Noruega. Além disso, salienta a necessidade de

reconstrução das cidades europeias com grande consumo de madeira. "A ocasião é propícia para se iniciar a exportação direta para a Europa", assegura. "O pinho do Paraná tem, sobre os similares, vantagens eminentes. É mais forte, tem maior elasticidade, e é mais belo, é dócil à plaina, é magnífico ao polimento e é nosso". À época o Estado possuía mais de 800 milhões de pés de pinheiros, além de madeiras de lei. Cinco anos depois, em 1920, a Lei 1.986 estabeleceu época apropriada para cortes e determinou o replantio com espécie mais apropriada a cada região.

O período de 1916 a 1920, com Affonso Alves de Camargo à frente do governo, foi profícuo para a implantação de várias culturas. Pela primeira vez um presidente utiliza o termo policultura em relação às possibilidades oferecidas pelas terras paranaenses. Entre elas acentua com entusiasmo a produção de cevada maltada e os benefícios que trouxera para a indústria, pois naquele período duas maltarias floresciam no Estado, a Atlântida, em Curitiba, e a Adriática, em Ponta Grossa. Da mesma forma a produção de lúpulo crescia em Guarapuava, com a ajuda da Cervejaria Atlântida, que trouxera mudas norte-americanas.

Em 1925 o presidente Caetano Munhoz da Rocha reforça a ideia de implantar a produção de algodão no Norte. Para isso transferiu à Companhia Terras Norte Paraná uma extensa área às margens do Paranapanema, para que fosse dividida em lotes destinados à colonização e à cultura do produto. Na mesma escritura a empresa ficou obrigada a construir uma estrada de ferro, que faria entroncamento com a linha São Paulo-Rio Grande. "Promove destarte o Governo os meios necessários ao aproveitamento de uma das regiões mais opulentas do Estado", justifica.

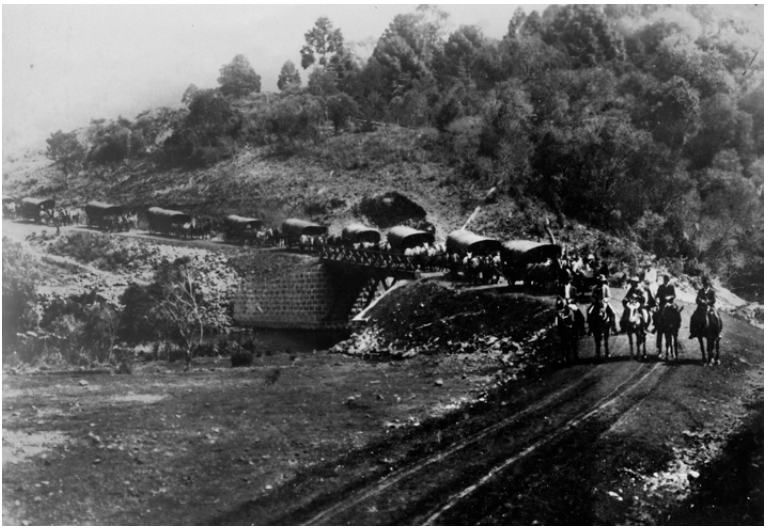
1908 - Mapa Agrícola do Paraná.
Sociedade Nacional de Agricultura (Brasil).
PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Acervo.



1912 - Mapa mostra o Paraná no início da Guerra do Contestado.
PARANÁ. Instituto Água e Terra (IAT) - Divisão de Gestão Territorial.

Secretaria da Agricultura, 1912.
CURITIBA. Casa da Memória. Coleção Julia Wanderley.

Lenhadores, década de 1920.
PARANÁ. Museu da Imagem e do Som. Coleção Guilherme Glück.



Caravana de Carroças rumo a Paranaguá, 1921.
PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná.
Fotografia pertencente ao fundo documental Ruy Wachowicz PI 014.

Coletores de mate, Lapa, década de 1920.
PARANÁ. Museu do Imagem e do Som. Coleção Guilherme Glück,

Colheita durante Cruzada do Trigo no Campo de Sementes de Tindiguera em Araucária, 1928.
CURITIBA. Casa da Memória.

Granja Canguiri, início da década de 1930.
PARANÁ. Secretaria de Estado e Agricultura e do Abastecimento. Acervo.

Terceiro Capítulo

Uma Nova Secretaria

O clima tenso tanto no aspecto econômico quanto político em que se encontrava o Brasil em 1930 culminou com a deposição do presidente Washington Luiz, o impedimento para que Júlio Prestes, considerado vencedor das eleições, assumisse, e a elevação de Getúlio Vargas, derrotado nas eleições, ao cargo de presidente. Começava o que se convencionou chamar de Era Vargas, com a nomeação de interventores nos estados. No Paraná a tarefa foi entregue ao general Mário Tourinho, que assumiu em outubro de 1930. Um ano depois, em 5 de outubro, ele enviou o primeiro relato sobre a situação diretamente ao presidente da República. Em meio aos desdobramentos políticos no País e à crise mundial, lamenta que seu trabalho estivesse "principalmente circunscrito às soluções dos problemas econômicos do Estado e à normalização preliminar de sua precária vida financeira".

A primeira medida, tomada pelo Decreto n.º 1, do mesmo dia, foi a substituição das três secretarias existentes por uma única Secretaria Geral do Estado, pois, segundo ele, o modelo anterior "trouxe como consequência a criação inútil e excessiva de departamentos novos, dotados de numeroso pessoal". "Tornava-se, porém, imprescindível e urgente a decretação de uma nova série de medidas mais radicais, que desarticulasse, de vez, as peças do antigo mecanismo político e administrativo do Estado, para facilitar, de futuro, a sua remodelação sob as bases moralizadoras que o evangelho revolucionário consagrara", reitera.

Por isso exonerou as altas autoridades, dissolveu o Congresso Legislativo e as Câmaras Municipais, cassou o mandato de todos os prefeitos, nomeando ele próprio pessoas mais afinadas ao novo governo. Vários departamentos, inspetorias, escritórios e coletorias foram fechados pelo Paraná todo. Ao mesmo tempo determinou a suspensão de todos os serviços de construção e conservação de estradas, assim como pagamentos de diárias e gratificações aos funcionários, além de dispensar os recém-admi-

tidos, "e cujas funções foram reconhecidas de inutilidade prática evidente".

Tourinho ainda determinou sindicância para apurar todos os atos realizados anteriormente nos mais variados departamentos de Estado e rescindiu unilateralmente o contrato com a Companhia Brasileira de Viação e Comércio para construção da estrada de ferro de Guarapuava, alegando falta de cumprimento do acordo. Também foi rescindido o contrato com a Companhia Nacional de Construções Hidráulicas, responsável pelas obras de melhoramento do Porto de Paranaguá. Neste caso, de comum acordo, em razão de o Estado não ter condições financeiras de honrar a cláusula que obrigava ao pagamento de 15% sobre todas as obras efetuadas, bem como sobre as compras e quaisquer outras despesas com o mesmo fim. Como eram benfeitorias que não poderiam ser abandonadas, o interventor apelou e conseguiu ajuda do governo federal. Com isso contratou a firma Cristiane & Nielsen para dar continuidade às obras.

A nova determinação baixada no governo era de que um território qualquer, para que se constituísse em município, precisava ter população de pelo menos 10 mil habitantes e renda mínima anual de Rs 20:000$000. Os primeiros extintos foram os municípios de Epitácio Pessoa e de Assungui, incorporados por Bocaiúva e Cerro Azul, respectivamente. Com vistas a conter a fome e garantir trabalho aos atingidos pela crise internacional, o interventor determinou a distribuição de gêneros alimentícios e a

O interventor Mário Tourinho exonerou as altas autoridades, dissolveu o Congresso Legislativo e as Câmaras Municipais, cassou o mandato de todos os prefeitos, nomeando ele próprio pessoas mais afinadas ao novo governo.

abertura de frentes de trabalho com a retomada da conservação das principais estradas de rodagem. "Vou também providenciar, como solução mais radical ao problema dos 'sem trabalho', sobre a loteação de terras devolutas nas proximidades dos centros produtores, onde sejam, com êxito seguro, localizadas as famílias proletárias que se quiserem dedicar à agricultura", promete.

Passados os primeiros dias do governo, Tourinho reconsiderou a decisão de concentrar todos os serviços administrativos em uma única secretaria. Em 10 de dezembro de 1930, pelo Decreto 758, criou outras duas, a do Interior, Justiça e Obras Públicas e a da Fazenda e Indústria. A Agricultura ficou como departamento, sob responsabilidade da segunda. Em 29 de dezembro de 1931 ele passou a administração do Estado para João Perneta, que ficou pouco mais de um mês, entregando o cargo a Manoel Ribas em 30 de janeiro de 1932. Esse interventor permanecerá até 3 de novembro de 1945. À frente da pasta da Fazenda e Obras Públicas, com responsabilidade sobre as questões agrárias, assumiu Rivadavia de Macedo, carregado de críticas à ação do governo deposto no que se referia à agropecuária.

Segundo ele, a proposta anterior era a de fundação de granjas modelos e campos experimentais, aquisição e instalação de moinhos para trigo e aumento da produção agrícola por meio da distribuição de máquinas, adubos e sementes. Mas, de acordo com Macedo, faltou critério na aplicação dos recursos. "Assim, não obstante ter sido despendida tão avultada quantia, o governo revolucionário muito pouco encontrou de todo o aparelhamento agrícola criado e organizado pela administração deposta, em condições de ser aproveitado vantajosamente no incremento da lavoura e da pecuária", critica em documento ao interventor. E enumera: o departamento estava reduzido a reduto de servidores sem ocupação e sem disciplina, as granjas estavam em completo abandono, e os serviços de expurgo de café e de distribuição de

sementes quase extintos, além de funcionários sem vencimentos.

A determinação do governo foi pelo corte de despesas e pessoal onde se mostrasse possível, o que valeu ao interventor o apelido de Maneco (Mané) Facão. No Departamento de Agricultura e Estatística, sob direção de Hegreville Hintz, a redução de funcionários ao estritamente necessário foi a primeira medida, seguida da entrega dos edifícios alugados e a concentração de todos os serviços no local ocupado pela Secretaria de Fazenda e Obras Públicas. A Granja do Canguiri, com 50 alqueires de extensão, e os experimentos que ali se faziam foram privilegiados na reestruturação. As granjas do Cari, Marumbi e o Campo Experimental de Tindiguera não tiveram a mesma sorte. A título de economia foram entregues ao Comando da Força Militar do Estado. O Campo Experimental de Tindiguera, em Araucária, transformou-se em coudelaria para melhoramento genético de cavalos do Exército. Posteriormente, no início da década de 1970, foi cedido para a Petrobrás e passou a fazer parte do complexo da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar).

"O Estado não subvenciona a colonização, porém recebe com satisfação e facilita a cessão de terras a todos que desejarem se fixar no solo paranaense e aqui empreender labor profícuo e honrado", afirma Rivadavia de Macedo. Segundo ele, as características capitais da legislação de terras eram o baixo preço, os prazos médios de quatro anos com pagamentos parcelados em quatro vezes e o limite de área respeitando o desejo do comprador até o máximo de 200 hectares por família. "Para adoção da política que o Governo atual tem mantido em matéria de colonização, contribui também a convicção em que está de que a melhor colonização é a espontânea e que o colono só se radica ao solo quando encontra recompensa remuneradora para o seu trabalho. Fora disso a colonização é fictícia e os resultados duvidosos quando são excessivamente remotos".

As obras de construção dos cais Leste e Oeste, aterro, linhas férreas internas, calçamento e dois armazéns no Porto de Paranaguá, que tinham sido retomadas em fevereiro de 1933, foram inauguradas oficialmente em 17 de março de 1935.

Em 4 de abril de 1934 Macedo pediu exoneração do cargo de secretário, substituído por Flávio Carvalho Guimarães. Mas, postulando uma cadeira de deputado federal, Guimarães deixou a função em 1.º de dezembro, assumindo Othon Mäder como responsável pela Secretaria de Fazenda e Obras Públicas. O primeiro relato ao governador Manoel Ribas, em junho de 1935, é triste. "Sem meios para realizar trabalhos externos em prol da agricultura e da pecuária, resignou-se o Departamento a constatar os resultados da iniciativa privada sem fiscalizar culturas nem a aplicação das próprias sementes distribuídas com escassez", diz. Por ter assumido os trabalhos de Estatística, foi a essa tarefa que o número reduzidíssimo de pessoal se dedicara, "desviando assim da verdadeira finalidade do Departamento".

As obras de construção dos cais Leste e Oeste, aterro, linhas férreas internas, calçamento e dois armazéns no Porto de Paranaguá, que tinham sido retomadas em fevereiro de 1933, foram inauguradas oficialmente em 17 de março de 1935, com a atracação do navio-escola Saldanha da Gama, pertencente à Marinha de Guerra. "Tem, afinal, o Paraná, o seu porto, fator importantíssimo para podermos desenvolver o nosso comércio com os mercados nacionais e estrangeiros", vibra Mäder ao entregar o relatório de 1934 a Manoel Ribas. "Os frutos dessa obra benemérita não tardarão a aparecer e notável será o surto de progresso que experimentará a economia paranaense".

O governo passou a olhar com mais atenção para o Porto de Antonina, com a proposta de torná-lo ponto terminal de uma grande ferrovia que, partindo de Cornélio Procópio ou outro ponto mais conveniente no Norte do Estado, passasse por Tomazina, Jaguariaíva, Cerro Azul e Rio Branco. Aquela região, que estava em grande expansão pela cafeicultura, inclusive com a fundação de Londrina em 10 de dezembro de 1934, era um dos focos do governo, com vários trechos de estradas de rodagem sendo abertos e algumas ligações ferroviárias em estudo.

A Constituição de 1934 encontrou o Estado dividido em 54 municípios. No ano seguinte, por meio do Decreto 133, de 9 de fevereiro, o Departamento de Agricultura, vinculado à Secretaria de Fazenda e Obras Públicas, anexou novos serviços e uma seção foi inaugurada: a Seção do Arquivo Público, Estatística e Imprensa Oficial. Em 1.º de janeiro de 1936, em razão da Lei 26, de 21 de outubro de 1935, houve nova alteração nas secretarias, com o objetivo de melhor distribuir os servidores. A Obras Públicas desvinculou-se da Fazenda e foi criada a Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura. Em 16 de outubro de 1936 o engenheiro civil Ângelo Lopes passou a comandar a pasta, com a orientação de que "fossem convenientemente desenvolvidos e iniciados em mais amplos moldes os serviços de agricultura, para os quais tenho (governador Manoel Ribas) devotado grande parte das atenções do meu governo".

No final de 1936 o governador determinou o cadastro de todos os agricultores e criadores de rebanhos, com vistas à execução de um programa que tinha como bases: 1 – instituição de inspetorias de fomentos vegetal, animal e de análises, criação de estações fitotécnicas e estabelecimento de campos de multiplicação de sementes; 2 – levantamento do cadastro rural, permitindo identificação e classificação agrológica das terras; 3 – divisão do Estado em circunscrições rurais para melhor atendimento aos agricul-

tores por profissionais, aos quais se facultava especialização em estabelecimentos científicos; 4 – instalação de postos de monta nas principais regiões criadoras; 5 – instituição de registro genealógico oficial; e 6 – concessão de assistência técnica imediata e constante aos agricultores e criadores.

O ano de 1937 trouxe boas notícias. "Folgo em poder registrar que, sob um ambiente de absoluta tranquilidade, mantida a ordem pública em todos os setores, o Paraná ressurge econômica e financeiramente e apresenta o organismo de sua administração pública completamente curado dos males que o afligiam e que são do vosso conhecimento", escreve o governador em 1.º de setembro. "De ano para ano, cresce o volume dos nossos negócios, numa demonstração cabal da vitalidade das nossas fontes de produção, que colocam o Paraná entre os mais ricos e prósperos estados da Federação".

Ao relatar a evolução do Estado para o presidente Getúlio Vargas, no período que se estendeu de 1932 a 1939, Manoel Ribas lembra que quando assumira havia uma estrada de 80 quilômetros revestida com material duro e que, naquele ano de 1939, a extensão de estradas com macadame, pedregulho ou paralelepípedos subira para mais de 500 quilômetros. No caso da colonização, ele cita que era inteiramente de iniciativa particular e o governo apenas fiscalizava. No entanto, ressalta que alguns colonizadores foram considerados inidôneos e excluídos por decreto, revertendo-se para o Estado mais de 2,3 milhões de hectares de terras de primeira ordem. O governo continuava a incentivar e facilitar a colonização, com a ressalva de que queria "elementos estrangeiros selecionados".

Ao mesmo tempo, e com a justificativa de defesa do patrimônio territorial, Manoel Ribas determinou o levantamento completo da situação do domínio das terras. "O resultado das providências objetivadas deu a conhecer, em suas proporções assustadoras, a pro-

liferação dos chamados 'grilos'[18] de terras, atingindo extensões superficiais imensas", comunica. Do total de 20.021.600 hectares de extensão do Estado, 5.915.852,40 hectares de terra estavam "usurpadas ao seu domínio, por meios escusos e ilícitos". Diante disso, ele orientou pela adoção de medidas capazes de obstar essa ação e assegurar que o Estado pudesse fazer valer os seus direitos, o que foi feito pelo Decreto-Lei 893, de 26 de novembro de 1938.

Erva-Mate

Neste setor, uma das primeiras medidas do novo governo foi a redução em 20% nos impostos de exportação, o que aumentou o volume enviado ao exterior, mas provocou a queda na receita. Entre as causas apontadas por Rivadavia de Macedo, em mensagem enviada ao governador Manoel Ribas no final do primeiro semestre de 1933, estavam o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil e as dificuldades impostas pelo governo argentino à entrada do mate brasileiro depois que o país vizinho se tornara produtor.

O secretário da Fazenda e Obras Públicas Flávio Carvalho Guimarães ficou apenas oito meses no cargo, entre 4 de abril e 1.º de dezembro de 1934, mas dirigindo-se ao interventor Manoel Ribas faz algumas observações sobre a agropecuária do Estado, incluindo a erva-mate, e distribui vários conselhos, visto que era um grande proprietário rural na região de Ponta Grossa. "Medite, V. Excia., que é uma riqueza paranaense e, ainda, o nosso principal produto. Fez a vida do Paraná até os nossos dias e é estranhável o desânimo que nos envolve. É uma mercadoria de vasto consumo, de qualidades medicinais, de sadia alimentação, que somente desapareceria, pela nossa fraqueza em encarar adequadamente".

Segundo ele, o mundo vivia sobretudo a falta de confiança na estabilidade da paz europeia, o que provocava o desequilíbrio

entre a oferta e a procura, além da redução no poder aquisitivo. Guimarães reforça a necessidade de defesa dessa riqueza. "Um dos remédios, tão inteligentes, preconizados, é a propaganda, a conquista de novos mercados", apresenta. No entanto, nada ou quase nada era feito. "Falta-nos a tenacidade, a coragem no sofrimento e, o que é mais grave, a continuidade de esforços, a unidade de pensar entre o governo e os institutos encarregados da propaganda do produto. É o elemento desgarrante em todos os problemas do Estado".

A resposta do governador foi enviada em 18 de maio de 1935 à Assembleia Legislativa, quando garantia que o Estado iria prestigiar toda e qualquer iniciativa a favor da erva-mate. A primeira ele próprio havia tomado decretando, em acordo com Santa Catarina, a padronização dos tipos de mate entre os dois estados, de tal forma que um não poderia tomar qualquer medida sem prévia concordância do outro. Em 1934 a Argentina reduziu drasticamente a importação de erva-mate brasileira, em razão de sua própria produção, passando o Uruguai a ser o primeiro comprador.

A retração das exportações da erva-mate, em contraste com o crescimento da venda principalmente de madeira e de café, ficou mais real no decorrer de 1935. No ano seguinte Ribas relata as situações tanto do exterior quanto internas. A Argentina praticamente dispensara as ervas do Paraná e Santa Catarina. "Esta é uma das principais causas do declínio da exportação do ouro verde", lamenta. A isso se somava a decisão do Rio Grande do Sul de pagar apenas 300 reais por quilo. "Outra coisa não é senão a proibição de importação das ervas paranaenses e catarinenses", desaprova. Ele garante apelar constantemente para o governo gaúcho, a fim de que a medida fosse revogada, mas sem êxito, e confessa resistir a apelos para que decretasse medidas de represália contra os produtos rio-grandenses.

Madeira

Produto até então de grande importância na pauta de exportações brasileiras, a madeira passou a viver uma situação precária a partir de 1930. Segundo o secretário da Fazenda e Obras Públicas Rivadavia de Macedo, à escassez de mercado somavam-se as tarifas ferroviárias elevadas. A primeira medida foi a redução em cerca de 30% nos impostos e taxas de embarque. No documento entregue ao interventor Manoel Ribas no final do primeiro semestre de 1933, Macedo reclama do Sindicato de Madeira do Brasil, que recebera apoio estadual para defender os madeireiros paranaenses, mas não dera as melhores orientações. "O insucesso trouxe as mais funestas consequências à indústria madeireira do Estado, levando-a de uma situação florescente e promissora à quase completa ruína", dispara. Por considerar a entidade prejudicial, o governo promoveu a liquidação.

Mas não foi suficiente. No final de 1934 o secretário Flávio Carvalho Guimarães, que substituíra Macedo, entregou o cargo, escrevendo sobre seu desânimo em relação a essa indústria. "A nossa produção é jogada aos mercados consumidores, sem preço, sem cogitações de que haja ou não necessidade do produto. Oferecemos a mercadoria a toda hora e a qualquer preço", critica. E conclui: "Os resultados são simplesmente sombrios, para o industrial e para a economia paranaense". Mas não era apenas com o mercado imediato que demonstrava preocupação. Para ele, o

O replantio da árvore aproveitada economicamente é uma questão de dignidade de nossa geração para com a posteridade.

que acontecia no Estado era um "crime", com a derrubada das florestas sem plantio de pinheiros. Por isso aconselha que se elabore lei com essa exigência. "O replantio da árvore aproveitada economicamente é uma questão de dignidade de nossa geração para com a posteridade", acentua.

O Código Florestal Federal, de 1934, foi adotado integralmente no Estado, mas dois anos depois Manoel Ribas chegou à conclusão de que apenas a aplicação dos rigores daquela legislação não seria suficiente. "Mais vale educar o caboclo do que multá-lo", proclama. Por isso sugeriu uma ampla campanha de defesa das florestas e pelo reflorestamento das áreas devastadas. Ao lado disso, e com vistas a aumentar a exportação e oferecer uma madeira de qualidade, o governador determinou que, em parceria com o Sindicato Patronal dos Madeireiros, fosse elaborado estudo para a padronização dos diferentes tipos. A medida foi recebida com aplausos.

Café

A mensagem do secretário da Fazenda e Obras Públicas Rivadavia de Macedo a Manoel Ribas, no final do primeiro semestre de 1933, apresenta a situação de intervenção promovida pelo Departamento Nacional do Café (DNC), com o objetivo de regularizar o mercado interno do produto. Com a produção brasileira bastante superior às demandas, os produtores enfrentavam sérias dificuldades. O plano do DNC consistia na compra do excesso para destruição. Os recursos para essa compra foram tirados de uma taxa adicional de 15 shillings (antiga unidade monetária inglesa, que valia a vigésima parte da libra) por saca exportada, que era embutida pelo produtor. Também foram proibidas novas lavouras, criado um imposto de Rs 1$000 por pé de café e fixadas cotas mensais exportáveis para cada Estado produtor. "Não obs-

A política cafeeira em meados da década de 30 era concentrada no governo federal e executada pelo DNC.

tante essas medidas protetoras, continua a lavoura cafeeira em situação embaraçosa, lutando com o baixo preço que os cafés brasileiros têm encontrado nos mercados consumidores", lamenta o secretário. No Paraná houve redução de 50% nas taxas e impostos sobre o produto.

No ano seguinte o novo secretário da Fazenda e Obras Públicas, Flávio Carvalho Guimarães, comenta que o café interessava à economia brasileira e, portanto, não podia ser tratado sob o ponto de vista meramente regional. Apesar de advogar a necessidade de regionalmente construir estradas, ligar cidades e campos, e estes à capital e aos portos. O Estado vinha aparelhando instituições financeiras para incentivar as lavouras e o comércio das regiões cafeeiras. Apesar disso o secretário alerta para se manter foco em duas questões: o aumento da porcentagem fixada para plantio e o aumento da cota de saída do produto pelos portos paranaenses ou, o que seria melhor, que todo café fosse exportado pelo litoral do Paraná.

A política cafeeira em meados da década de 30 era concentrada no governo federal e executada pelo DNC. "O Paraná, como bom filho e bom irmão, suporta com estoicismo todos os sacrifícios e todas as experiências que se lhe impõem, em nome dos interesses cafeeiros, embora suas condições econômicas em relação ao café não se assemelhem às dos estados de pequeno rendimento agrícola, alto custo da produção e volumosos esto-

Naquele ano de 1935 a exportação de café alcançou 315.130 sacas, com renda de Rs 16.774:155$700, considerada "extraordinária".

ques invendáveis", resigna-se Guimarães. O que coube ao Estado foi apoiar o produtor e auxiliar na construção da linha férrea da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, cedendo terras para que ela se estendesse à região produtora, além de manter em bom estado de tráfego as várias estradas de rodagem. "Enquanto em todas as outras regiões do Estado as obras públicas foram reduzidas e até suprimidas para desafogar as finanças públicas, no Norte, na zona cafeeira, os serviços prosseguiram sempre com normalidade e vêm sendo intensificadas cada vez mais", escreve.

Naquele ano de 1935 a exportação de café alcançou 315.130 sacas, com renda de Rs 16.774:155$700, considerada "extraordinária". No entanto, a falta de mão-de-obra, ainda que em boa parte fosse coberta por colonos que chegavam de São Paulo, Minas Gerais e Norte do Brasil, começava a preocupar. Paralelo a isso crescia a necessidade de se manter boa harmonia e normalidade do trabalho nas propriedades agrícolas. "Já é tempo de se estatuir em lei as obrigações, os deveres e os direitos recíprocos que devem reger as relações entre o trabalhador rural e o fazendeiro, atendendo-se às circunstâncias e às condições do trabalho nas fazendas de café do Paraná", cobra Manoel Ribas. A sugestão era que a Assembleia Legislativa criasse o Patronato Agrícola para coordenar a atividade.

Ele se mostra crítico da cota de exportação estabelecida pelo DNC de até 84 mil sacas de café paranaense saírem pelo Porto de Santos, achando número demasiadamente alto, mesmo porque em 1935 apenas 50.112 sacas tiveram o porto paulista como

destino. Se menos sacas pudessem sair por Santos aumentaria o volume em Paranaguá, melhorando a economia, pois cada saca transportada no Estado deixava cerca de Rs 8$000 a mais do que quando saia por São Paulo. "Esta restrição bem poderia ser feita sem afetar interesses individuais, que, aliás, nunca devem se sobrepor aos da coletividade e do Estado".

No documento enviado aos deputados estaduais em 1.º de setembro de 1937, Ribas não mais titubeia em relação ao que a cultura cafeeira representava. "É, ainda, o café, dos produtos brasileiros de exportação, o mais importante, e por isso mesmo, o que maior atenção requer dos poderes públicos", chama a atenção. "Possuindo o nosso Estado as mais ricas terras apropriadas à sua cultura, onde o cafeeiro tem um rendimento econômico jamais igualado, constitui essa lavoura um dos mais sólidos pilares da riqueza paranaense". No entanto, a situação preocupante naquele momento era o desequilíbrio entre produção e consumo. A estatística do DNC era de que em 30 de junho de 1938 o Brasil teria 35.457.347 sacas, entre estoque e a produção da safra 37/38. A exportação deveria alcançar 15 milhões, restando como excesso presumível 20.457.347 sacas.

Sem mercado para absorver toda a produção, as sobras – em 70% – seriam incineradas por decisão do Convênio dos Estados Cafeeiros, uma política adotada com vistas à melhora do preço internacional do café após a crise da Bolsa de Nova York em 1930.

Possuindo o nosso Estado as mais ricas terras apropriadas à sua cultura, onde o cafeeiro tem um rendimento econômico jamais igualado, constitui essa lavoura um dos mais sólidos pilares da riqueza paranaense.

Naquele ano a decisão prejudicaria muito o Paraná, que não tinha grãos retidos e exportara toda a produção. A estimativa da safra 1937/38 era de cerca de 800 mil sacas. Dessas, apenas 240 mil estariam livres para o comércio, e o restante teria como destino a queima. Reconhecendo o desastre, o Conselho autorizou o aumento da cota de livre comércio, desde que o Estado encontrasse colocação para o produto. O Paraná conseguiu sobreviver sem que o café fosse destruído. O Conselho também proibiu plantio de novos pés no território brasileiro até 31 de dezembro de 1939. Como a determinação abrangia apenas estados com mais de 50 milhões de cafeeiros, novamente o Paraná beneficiou-se, por ter 39 milhões na data da decisão. "Como os demais estados, continuamos a suportar os sacrifícios que o plano econômico de sua defesa exige", diz Manoel Ribas.

Para a safra 1940/41 o governo do Estado suspendeu a cobrança do imposto de exportação sobre o café, à razão de Rs 4$200 por saca. Na safra seguinte o imposto foi reduzido em 50%. "O imposto interestadual de exportação vem sendo rigorosa e gradativamente extinto, de modo a ser eliminado integralmente do orçamento do Estado no exercício financeiro de 1943", comunica o interventor ao presidente Getúlio Vargas. Para redução de custos e de fundamental importância na ligação de uma das regiões de maior intensidade produtiva do País ao litoral paranaense, comemorou-se em 1940 a entrega da Estrada do Cerne.

Trigo

Produção bastante oscilante na história da agricultura paranaense, o trigo sempre recebeu um olhar generoso dos governantes, que viam nele um produto com boas perspectivas tanto no campo como na exportação. Não foi diferente com Manoel Ribas. "A atenção de seu governo deve voltar-se com absoluto carinho para

a lavoura de trigo", aconselha Flávio Carvalho Guimarães, secretário da Fazenda e Obras Públicas, a cuja pasta o Departamento de Agricultura e Estatística estava vinculado. "Os gastos feitos, ainda que os orçamentos sejam deficitários, compensarão em dobro com a nova fonte de renda, que se anuncia em realidade promissora". O entusiasmo do secretário era explicado em razão da produção obtida em 1933, quando foram colhidas 26 mil toneladas diante de um consumo de 25 mil toneladas de farinha no Estado.

Ao escrever para o presidente Getúlio Vargas em 1939, Manoel Ribas destaca que os 109.520 quilos de sementes distribuídas propiciaram colheita de pouco mais de 13,1 mil toneladas, com predomínio da variedade rio sulino na região Sul e da sonora e puza 4 na região Norte. Ele faz questão de expor a avaliação da Seção Técnica da The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries Limited: "Ficamos surpreendidos por ver uma coleção de trigo tão boa, oriunda de toda a parte do Estado. Se as amostras examinadas não são de uma coleção especial, representam o padrão da qualidade do trigo paranaense. Este é tão bom como os melhores de qualquer parte do mundo", atesta o moinho inglês.

Pecuária

No setor pecuário, o primeiro registro feito pelo secretário da Fazenda e Obras Públicas Flávio Carvalho Guimarães foi de que grande parte do gado consumido no Paraná vinha de Mato Grosso. "O Paraná transforma-se em simples consumidor e as pastagens servem para o engorde de gados importados. Decadência completa e perturbação decisiva na economia do Estado", revolta-se. Ele pede que o governador imagine o que representaria futuramente o emprego dos recursos que saíam do Estado para comprar um produto do qual o Paraná poderia ser exportador, se fosse investido em melhoria das raças e de pastagens. "A ausên-

cia de indústria de laticínios, entre nós, é prova de que o desânimo se infiltrou na vida de nossos criadores", afirma.

Segundo Guimarães, era preciso buscar meios científicos, econômicos, técnicos e financeiros para ser fornecedor progressista e inteligente de carne para o mundo e não se resignar passivamente ao papel de consumidor. "É preciso que V. Excia. (interventor Manoel Ribas) mande plantar para estudos as gramíneas mais adaptáveis ao inverno, que resistam à geada, que se abeberem do meio ambiente e se forme a planta biológica que enriquecerá nossos campos". Ele sugere começar pelas pequenas propriedades e pelas fazendas em torno de cidades, estendendo-se depois por todo o território. "Onde há lucro, interesse, compensação econômica, o capital instala-se, desbasta os obstáculos, modifica a mentalidade". Como auxílio ao produtor e incentivo à pecuária, propõe que o interventor crie o Banco Rural Paranaense para oferecer dinheiro "a prazos longos e juros insignificantes", o que acabou não se concretizando.

Em 1935 Manoel Ribas reforça não ter negligenciado os interesses da pecuária, ainda que reconheça estar decadente no Estado, excetuando a região de Curitiba, onde observou aquisição de ótimos exemplares, que se adaptaram facilmente ao clima e à pastagem. "O mais, em matéria de pecuária, apresenta um quadro desolador, podendo-se asseverar que há 40 anos atrás tínhamos uma pecuária superior à atual", critica. Em relação ao rebanho

Segundo Guimarães, era preciso buscar meios científicos, econômicos, técnicos e financeiros para ser fornecedor progressista e inteligente de carne para o mundo e não se resignar passivamente ao papel de consumidor.

pastoril, o governador apresenta apenas os números: 1.200.051 suínos, 68.345 asininos, 78.222 caprinos e 139.603 ovinos.

Na década de 1940 o Estado fomentou a produção animal, com transporte gratuito a quem importasse exemplares de puro sangue. Nos dois primeiros anos foram mais de cem os que chegaram ao Paraná, principalmente equinos. O Estado também financiava a importação que ultrapassasse Rs 300:000$000. Empréstimos foram liberados pelo Banco do Estado do Paraná, assim como o governo, em parceria com prefeituras, passou a manter postos de monta permanente, com reprodutores de qualidade e das raças mais indicadas para as regiões. O Estado era ainda um dos maiores patrocinadores de exposições de animais e produtos agrícolas.

Outros Produtos

Como grande proprietário rural, o secretário da Fazenda e Obras Públicas Flávio Carvalho Guimarães tinha intimidade com o setor, por isso não se absteve de sugerir investimentos em várias culturas, como linho, cevada, batata paraguaia e algodão, em carta enviada ao interventor Manoel Ribas ao término dos nove meses que ficou à frente da pasta responsável pela agropecuária. "Para completar a necessidade de amparar a nossa agricultura, não busque V. Excia. senão os padrões clássicos, que são exemplos de quanto podem a técnica científica e a orientação inteligente de um governo", escreve. Como exemplo apresenta a Dinamarca, que possuía terras consideradas fracas, mas contou com a "tenaz persistência" do povo e venceu as dificuldades pelo estudo e trabalho. "Construa V. Excia. escolas de ensinamentos rurais nas cidades paranaenses, para implantar na alma da criança o amor da terra, o cultivo do solo, e a modificação inteligente da mentalidade brasileira".

Construa V. Excia. escolas de ensinamentos rurais nas cidades paranaenses, para implantar na alma da criança o amor da terra, o cultivo do solo e a modificação inteligente da mentalidade brasileira.

No balanço do exercício de 1935 a erva-mate e a madeira continuavam a ser os principais produtos tanto no campo quanto na pauta de exportação paranaense, com o café ameaçando subir de patamar. Mas Manoel Ribas começa a propagandear a necessidade de diversificação de culturas. "O Paraná, que em outros tempos assentava sua economia e suas finanças quase exclusivamente sobre a erva-mate e subsidiariamente na madeira, é hoje um Estado de produção variada. A policultura é o característico da sua produção agrícola". Entre os produtos agropecuários exportados em quantidades razoáveis, em meados da década de 30, estavam milho, batata, farinha de trigo, farelo, feijão, algodão, tanino, cebola, cerveja, papel, papelão, derivados de porco, banha, carne de porco congelada, couro, galináceos vivos e muares.

Dessas, o governador destaca o algodão, confessando que na falta de uma organização agrícola eficiente que representasse a cultura no Estado recorrera a São Paulo, que forneceu 7 mil sacos de sementes selecionadas. Foram distribuídas para plantio, com proibição de que qualquer semente sem garantia de boa procedência fosse plantada, ainda que sofresse "forte oposição de lavradores retrógrados". Mesmo com uma produção diminuta, não passando de 6 mil toneladas na safra 1935/36, foi a melhor do Estado e quase completamente isenta de defeitos e pragas. Para suprir a falta de entidade ligada ao setor algodoeiro, um acordo com o Ministério da Agricultura trouxe ao Estado o Serviço de

Plantas Têxteis, com seção de fomento e classificação, e a esperança de que a produção colocasse em atividade as oito máquinas de beneficiamento existentes no Paraná. Em 1939 o Estado produziu 7,6 mil toneladas de algodão.

A batata também foi lembrada pelo interventor. Por ser o maior centro produtor, com exportação de mais de 500 vagões em 1935, Irati seria a sede de uma câmara de expurgo, um campo experimental e várias unidades de multiplicação de sementes. "Todo o empenho faz o governo em fomentar a agricultura e a pecuária, pois está convencido que da terra promana a produção que fará a riqueza e a prosperidade econômica do Paraná", discursa Manoel Ribas.

A Secretaria

O fomento da agricultura e da pecuária, com a destinação de mais recursos ao órgão encarregado do serviço, foi notório. Em 1932 o orçamento previa Rs 240:200$000, valor que se elevou a Rs 2.879:488$600 em 1939. Na área da produção vegetal, os fomentos que eram feitos isoladamente passaram a ser sistematizados a partir de 1938, com a instituição de sete Inspetorias Agrícolas, dirigidas de forma descentralizada por engenheiros agrônomos. Para ajudar no trabalho dos produtores rurais, o Estado adquiriu diversas máquinas agrícolas em 1939. Elas foram cedidas por empréstimo ou vendidas a preço de custo e a prazo para os lavradores e criadores que tinham cadastro no Departamento de Agricultura. Naquele ano 508 inscreveram-se, aumentando o número total para 3.983 registros. Também de importância foi a assinatura de um acordo com o Ministério da Agricultura para execução de serviços relativos à Economia Rural e Cooperativismo. Da mesma forma o Estado passou a contar com o serviço de fiscalização e padronização da produção.

Em 1941 foi criado o Instituto de Biologia Agrícola e Animal (IBAA). Ele foi concebido com a ampliação das atividades do Laboratório de Análises e Pesquisas (LAP) para prestar serviço científico completo incluindo: Divisão de Análises Agrícolas e Tecnológicas, Divisão Científica de Bacteriologia e Indústria de Fermentação, Divisão Científica de Parasitologia e Zoologia, Divisão Científica de Fitopatologia e Entomologia, Divisão de Botânica e Citologia e Divisão Científica de Mineralogia,Geologia e Petrografia. Em 26 de dezembro do ano seguinte, pela Lei 110, a denominação foi alterada para Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), com ampliação das atividades. O nome perdurou até 1978, quando se transformou no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar).

Com mais recursos – o aumento do orçamento foi de 23 vezes entre 1932 e 1943 – e ampliação de pessoal, o Departamento de Agricultura passou a ter, além da administração geral, a Divisão da Produção Vegetal, a Divisão da Produção Animal, a Divisão de Organização Econômica da Produção e a Divisão de Ensino Agrícola. No entanto, o Paraná foi reduzido em sua extensão entre 13 de setembro de 1943 e 18 de setembro de 1946, com a criação do Território do Iguaçu[19], administrado diretamente pelo governo federal.

A determinação do interventor Manoel Ribas era por usar a educação agrícola também como alternativa para resolver os problemas da infância desprotegida. Por isso as quatro escolas de

Com a estrutura montada e a agropecuária paranaense ganhando mais força, Manoel Ribas decidiu pela criação de uma entidade que tivesse a agricultura e a pecuária como prioridades.

trabalhadores rurais à época e a escola de pescadores – com capacidade total para 500 alunos – priorizavam a matrícula de órfãos e menores desamparados, mas mantinham vagas para filhos de lavradores, levando-se em conta a renda. A idade mínima era 9 anos e a máxima, 18, em regime de internato. Além do ensino regular, os estudantes recebiam orientações práticas de horticultura, silvicultura, trato dos animais, laticínios e avicultura, entre outras atividades. Ao terminar o curso primário eram matriculados no curso profissional da Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti, de onde saiam com a formação de auxiliar prático de agrônomo e conhecimentos gerais de agricultura e pecuária. No início dos anos 40 a Escola Agronômica do Paraná, a Escola de Veterinária do Paraná e o Instituto de Química do Paraná foram congregados para se criar o Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná.

Com a estrutura montada no departamento e a agropecuária paranaense ganhando mais força tanto nacional quanto internacionalmente, sobretudo graças à indústria cafeeira, Manoel Ribas decidiu pela criação de uma entidade que tivesse a agricultura e a pecuária como prioridades.

Decreto-Lei n.º 251, de 21 de setembro de 1944

O Interventor Federal no Estado do Paraná, de conformidade com o art. 6.º nr. V, do Decreto-lei Federal 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA

Art. 1.º – Fica criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, desmembrados das Secretarias de Estado dos Negócios de Obras Públicas,

Viação e Agricultura e de Fazenda, Indústria e Comércio, os serviços e atribuições que estavam afetos, respectivamente, ao Departamento de Agricultura, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, e, Indústria e Comércio.

Art. 2.º – A Secretaria de Estado ora criada terá a organização e dotação constante do quadro anexo, compreendendo os seguintes órgãos:

a) – Gabinete do Secretário
b) – Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional;
c) – Departamento de Produção Vegetal;
d) – Departamento de Produção Animal;
e) – Departamento de Assistência ao Cooperativismo;
f) – Departamento de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

Art. 3.º – O pessoal pertencente aos quadros do pessoal fixo e variável dos Departamentos e Serviços desmembrados das Secretarias de Obras Públicas, Viação e Agricultura e Fazenda, Indústria e Comércio, passam a pertencer aos quadros correspondentes da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, com todos os direitos e vantagens que lhes assegura a legislação em vigor.

Art. 4.º – As atuais Secretarias de Obras Públicas, Viação e Agricultura e de Fazenda, Indústrias e Comércio passam a se denominar respectivamente, Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 5.º – O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, correndo as despesas com a sua execução pelas verbas nrs 503 e 505 do orçamento vigente e pelos créditos suplementares e especiais que forem abertos oportunamente.

Art. 6.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 18 de Setembro de 1944, 123.º da Independência e 55.º da República.

Manoel Ribas
Rozaldo Gomes de Mello Leitão
Angelo Lopes
Cap. Fernando Flores

Publicado no Diário Oficial de 21 de Setembro de 1944

A iniciativa ganhou elogios da sociedade. O jornal O Dia, de 19 de setembro de 1944, destacou a ação em dois momentos. No primeiro, com o título Creada a Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Indústria, apresentou detalhes sobre a dotação orçamentária, e, no segundo, na página intitulada Última Hora, fotos da assinatura do decreto ilustraram a reportagem A Nova Secretaria de Estado – A Significação do Decreto do Executivo Estadual.

Em decreto ontem assinado, o interventor Manoel Ribas criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
O ato do Chefe do governo paranaense ecoou favora-

velmente em todos os círculos sociais do Estado, que no momento estão aplaudindo a importante e oportuna realização do preclaro homem público, que há anos dirige com alto descortino e invulgar capacidade de trabalhos os destinos da nossa terra.

O Paraná atravessa em os dias que passam uma era de intenso labor e de desenvolvimento econômico.

A agricultura e a pecuária, que constituem a estrutura do organismo financeiro do Estado, cresce dia a dia, num surto de renovação, ampliando-se por todos os quadrantes do nosso território.

Grande parte da população paranaense entrega-se ao amanho da terra, de onde retira o sustento próprio e da família.

O governo que sempre procurou impulsionar e amparar o trabalhador rural, artífice da nossa grandeza, aparelha-se agora ainda mais com a criação da nova Secretaria, para intensamente proporcionar aos mesmos dedicado e eficaz apoio, concretizando dessa forma uma profícua e empolgante obra em prol do crescimento da terra paranaense.

A nóvel Secretaria, conforme o texto do decreto que a criou, vai superintender vários Departamentos, tais como o de Ensino Superior Técnico e Profissional, Produção Vegetal, Produção Animal, Assistência ao Cooperativismo e Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

Todos os setores mencionados, muitos deles já perfeitamente organizados dentro da sadia orientação que norteia a administração atual do Estado, com energia, dedicação e civismo, efetivarão um trabalho edificante, coroando-se assim a objetividade do importante decreto do interventor Manoel Ribas.

O assunto ganhou espaço também na primeira página do jornal O Diário da Tarde, de 19 de setembro, com o título Nova Secretaria de Estado.

> *Em decreto ontem assinado, o interventor Manoel Ribas creou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.*
> *A nóvel Secretaria, conforme o texto do decreto que a criou, vai superintender vários Departamentos, tais como o de Ensino Superior Técnico e Profissional, Produção Vegetal, Produção Animal, Assistência ao Cooperativismo e Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.*
> *O ato do chefe do governo paranaense ecoou favoravelmente em todos os círculos sociais. "Diário da Tarde" já havia frisado, tempos atrás, a importância dessa Secretaria, quer no incentivo à agricultura, quer na administração dos assuntos relacionados com a agricultura.*

O primeiro secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio foi o engenheiro agrônomo Manoel Carneiro Albuquerque Filho. Ele trabalhava no Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, e transferiu-se ao Paraná a convite do presidente Getúlio Vargas para assumir a função de secretário até o final de

A agricultura e a pecuária, que constituem a estrutura do organismo financeiro do estado, cresce dia a dia, num surto de renovação, ampliando-se por todos os quadrantes do nosso território.

De novembro de 1945 a março de 1947 passaram pela administração do Paraná cinco interventores ou substitutos: Clotário de Macedo Portugal, Brasil Pinheiro Machado, João Cândido Ferreira Filho, Mário Gomes da Silva e Antônio Augusto de Carvalho Chaves.

1945. Foi quem organizou as primeiras fazendas experimentais, privilegiando a produção de café e o desenvolvimento florestal.

De novembro de 1945 a março de 1947 passaram pela administração do Paraná cinco interventores ou substitutos: Clotário de Macedo Portugal, Brasil Pinheiro Machado, João Cândido Ferreira Filho, Mário Gomes da Silva e Antônio Augusto de Carvalho Chaves. No período em que Mário Gomes da Silva esteve no governo, o Estado oferecia nove escolas a crianças necessitadas de assistência social e trabalhadores rurais em diversos municípios e mais duas de pescadores no litoral. No entanto, estavam mal aparelhadas, reclama o diretor do Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, Mário Marcondes Loureiro, em contato com o secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Francisco Maravalhas Neto. "Podendo-se dizer mesmo que não há uma convenientemente dotada, onde o menino possa ingressar e, findo certo tempo, sair pronto, capacitado para desempenhar qualquer atividade da vida rural", afirma em 1947.

Um dos problemas apontados era reunir na mesma sala os filhos de lavradores e pescadores com aptidão e terra para lavrar, e os menores desamparados ou em estado correcional, sem nenhum conhecimento da atividade rural. Além da falta de ensino

agrícola prático que possibilitasse as escolas serem autossuficientes. "A escola rural que não produzir grande parte das utilidades de que necessita para sua subsistência é uma instituição artificial, praticamente falida, não só inútil como prejudicial", diz Loureiro. Maravalhas Neto, além de ocupar o cargo de secretário, foi criador e primeiro presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, em 1947.

Em junho do ano anterior fora criada a Associação Rural de Londrina, subordinada à Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo. O nome foi alterado para Sociedade Rural do Norte do Paraná em 1965 e, cinco anos após, transformou-se na Sociedade Rural do Paraná.

A escola rural que não produzir grande parte das utilidades de que necessita para sua subsistência é uma instituição artificial, praticamente falida, não só inútil como prejudicial.

Romário Martins e Harold Drummond de Carvalho no campo de seleção de sementes de trigo em Tindiguera. Araucária, 1930.
CURITIBA. Casa da Memória.

Entrega de algodão para beneficiamento na firma Anderson, Clayton e Cia Ltda. Londrina, 1936.
Acervo Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss".

Colônia Muricy, 1945.
CURITIBA. Casa da Memória.

Chegada do primeiro plantel de gado em Londrina, 1934.
Acervo Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss".

Jornal O Dia, em 19 de setembro de 1944. Assinatura de decreto de criação da Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
Reprodução Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

Mais uma secretaria de Estado para o Para

ULTIMA HORA

ILUSTRAÇÕES - REPORTAGENS — SERVIÇO TELEGRAFICO DO INTERIOR E — EXTERIOR —

ANO XXII — CURITIBA, — 2.ª FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1944 — NUMERO 6.474

QUINHENTOS ORFÃOS DE GUERRA — VIRÃO PARA O BRASIL

A NOVA SECRETARIA DE ESTADO

A SIGNIFICAÇÃO DO DECRETO DO EXECUTIVO PARANAENSE

BANCO DE CURITIBA

DR. MILTON VIANNA

VIDA MILITAR

ECONOMIZE COMPRANDO ROUPAS PARA CRIANÇAS E MENINOS "MARAVILHA"

DR. RIBEIRO DE CAMARGO

NOTICIAS DE TODO O PAIS

Serviço telegrafico e aéreo da Agencia Nacional e das nossas Sucursais do Rio de Janeiro e São Paulo

MENTIRA CARIOCA

HEMORROIDAS

DR. MENDES ARAUJO

BATALHA NAVAL ENTRE ALEMÃES E FINLANDES

Jornal O Dia, em 19 de setembro de 1944. Assinatura de decreto de criação da Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
Reprodução Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

Quarto Capítulo

Programas e Projetos

Empresário do comércio, indústria e agricultura, Moysés Lupion não teve dificuldades para vencer a eleição popular ao governo e assumiu em março de 1947. Foi um ano em que o Estado ganhou nova Constituição e 23 municípios foram emancipados em todas as regiões. *Tudo Por Um Paraná Maior* foi a frase mais repetida durante a campanha. No poder, o governador sentiu o reflexo da ainda recente Segunda Guerra Mundial[20]. Por um lado havia a "sensação de que aquele estado de coisas não iria mais terminar", mas de outro, "os olhos do Paraná todo se voltavam para o Norte do Estado, que nos apresentava o quadro de uma produção de prodigiosa abundância, como uma extraordinária realidade e a mais promissora anunciação para o futuro".

No primeiro relato, em 1.º de maio de 1948, ele salienta que o movimento de progresso não sofrera nenhum declínio. "O Paraná pode se contar hoje entre as primeiras unidades da Federação, pela sua situação econômica e financeira absolutamente privilegiada", assegura. "Nem mesmo alguns acidentes sumamente graves em nossa vida econômica, como a peste suína, a invasão dos gafanhotos e a broca do café, conseguiram exercer uma ponderável influência negativa naquele movimento ascendente". Mas não fechou os olhos aos problemas. No caso da agricultura observa que, apesar de serem culturas ricas, eram feitas em moldes que as convertiam em destruidoras da riqueza e da fertilidade do solo. "Temos necessidade de elaborar um plano e adotar medidas capazes de deter essa marcha para trás, e de obter ao menos a justa recuperação do que foi perdido", recomenda.

As dificuldades eram visíveis não apenas no campo, mas apareciam institucionalmente. "Neste setor da produção, ao mesmo tempo que os nossos problemas são graves, a nossa Secretaria da Agricultura, nós a encontramos absolutamente desaparelhada para ser o órgão capaz de cuidar a fundo dos problemas relacionados com a criação da abundância, que é a sua tarefa

fundamental". Lupion pondera que, independentemente do que se apontasse no plano de produção agropecuária, o mais importante era a circulação e movimentação em tempo adequado de tudo que se pudesse produzir, em direção aos centros de consumo. "Tenho consciência de que fiz o que estava no limite das minhas possibilidades para obter o seu escoamento para os seus mercados naturais. O que obtive está muito aquém dos meus desejos, apesar de tudo".

Ao apontar problemas que precisavam de solução, o governador critica a lavoura que se transformava em exploração do solo, em vez de cultura do solo. Para explicar melhor, usa o exemplo da "tão fundamental produção do café, com um futuro que fará de nosso Estado, obrigatoriamente, o seu maior produtor no Brasil", e apoia-se em palavras de, segundo ele, estudiosos do problema. Eram eles que apontavam um "ponto sombrio" na "risonha" produção de café do Norte do Paraná: "Os cafezais continuam a ser plantados pelo mesmo processo como o foram os de São Paulo e de todo o Brasil, ou seja, com a destruição da floresta virgem para explorar o filão de húmus enquanto ele existe, sem nenhum cuidado pela sua conservação". Da mesma forma os estudiosos citados pelo governador referiam-se às madeiras de lei, aproveitadas em mínima parte e com o restante queimado.

Segundo eles, a agricultura não podia mais ser produto apenas do pioneirismo. "Urge entrar na época do plantio científico ou, pelo menos, de um maior cuidado do que o que se vem tendo até hoje", propõe. "Estas observações todas ficam aqui com o intuito de mostrar que o nosso otimismo em relação ao grande ímpeto de progresso de nosso Estado, no plano econômico, não é nascido de termos fechado os olhos para as deficiências que apresentamos em nosso sistema de produção e para os males e mesmo calamidades que poderiam desaconselhar ou não autorizar aquele otimismo".

Assim que assumiu, Moysés Lupion pediu inspeção sobre a situação de cada uma das secretarias, incluindo a da Agricultura, Indústria e Comércio, chamada pelo governador de Secretaria da Produção. Ela possuía desde o governo anterior cinco Departamentos: Produção Vegetal, Produção Animal, Assistência ao Cooperativismo, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e Ensino Superior, Técnico e Profissional. Um extenso relatório foi preparado pela comissão designada. Da Agricultura foram detalhadas as atribuições de cada um dos departamentos.

O Departamento de Produção Animal tinha duas divisões: Fomento Animal e Controle da Produção Animal, além de nove serviços: produção animal, avicultura e apicultura, sericicultura, marcas e registros, controle de produtos de origem animal, assistência veterinária, controle veterinário, agrostologia e serviço de controle dos postos zootécnicos. "A organização acima, salvo algumas alterações que se fazem necessárias para acompanhar a evolução e desenvolvimento da pecuária, é boa e preencheria suas finalidades se os seus órgãos funcionassem harmoniosamente", prega o governador. "Infelizmente, a situação encontrada é anormal, e o Departamento não funciona com a regularidade exigida para atender as necessidades próprias de suas finalidades".

A desorganização tinha como razão a falta de pessoal. Em consequência, a mesma pessoa respondia pelo Departamento de Produção Animal e pelo de Ensino Superior, Técnico e Profissional, "não havendo, a rigor, um responsável legal e regular pelo funcionamento das mesmas". Na parte dos Serviços observava-se o mesmo acúmulo de funções, com chefes titulares em atividades diversas daquelas para as quais foram nomeados. O documento no qual o governador baseia a mensagem à Assembleia Legislativa expressa ainda a precariedade da assistência veterinária, particularmente pela falta de mão de obra. Em vez de assistir e inspecionar todos os postos zootécnicos e de monta e de orientar

O documento no qual o governador baseia a mensagem à Assembleia Legislativa expressa ainda a precariedade da assistência veterinária, particularmente pela falta de mão de obra.

sobre higiene, alimentação e trato dos animais, os funcionários restringiam-se a dispensar assistência aos positivamente doentes e apenas quando o fato era comunicado ao departamento. Não raro, ao chegar, o veterinário encontrava o animal já morto.

O Departamento de Produção Vegetal tinha como bases a Divisão de Experimentação Vegetal, a Divisão de Fomento Vegetal, o Serviço de Padronização de Produtos e o Serviço Florestal. O governador reconhece que o trabalho do departamento era restrito, em função da falta de mão de obra e de maquinários. No Departamento de Assistência ao Cooperativismo, a conclusão da inspeção, incorporada à mensagem pelo governador, é arrasadora. Segundo os inspetores, a causa principal da precariedade encontrada era terem passado oito diretores em cinco anos. "Outro fator importantíssimo e que tem concorrido para a situação dolorosa em que ele se encontra é o fato de esses diretores não possuírem tirocínio e conhecimentos técnicos sobre cooperativismo, indo adquiri-los dentro do Departamento e na sua direção", diz.

A situação causava embaraço inclusive para o serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura. Uma das exigências em acordos era que os atos do departamento estivessem subordinados ao controle absoluto do ministério. Mas a inspeção mostrou que, entre outros problemas, não havia fiscalização periódica às cooperativas e todos os contatos eram feitos por correspondências, o que resultava em ação morosa ou ineficiente para casos de irregularidades graves, levando à perda de confiança nas institui-

ções. O governo entendia que a propaganda era arma essencial para o cooperativismo, mas os inspetores observaram que nada era feito, ainda que uma subvenção anual fosse repassada pelo ministério com essa finalidade.

"Reconhecemos a imperativa necessidade de reaparelhar os vários órgãos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, para obter deles que se integrem plenamente em sua função de órgão técnico do governo ao serviço da produção, com o objetivo social da criação em abundância", admite o governador. Para isso ele determinou a inclusão das construções necessárias no Plano Geral de Obras e o estudo para que se fornecessem os materiais mais urgentes para as diversas unidades da secretaria diretamente ligadas à produção. "Cabe aqui repetir que os dois elementos – material e pessoal – devem ser proporcionais, e como para um setor essencialmente técnico não se podem improvisar chefes nem executantes, temos de nos deter ante a realidade e, mediante uma ação lenta e planificada, formar, progressivamente, os nossos quadros de técnicos capazes de direção e execução de grandes encargos".

Em meados do século 20 o Estado ainda vivia um déficit demográfico e os governantes estimulavam a colonização. Com Moysés Lupion não foi diferente, tanto que criou a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização. Como parte da política de atração, em 1947 chegaram ao Paraná cerca de mil imigrantes ucranianos e poloneses que o Brasil tinha recebido pelo acordo internacional de assentamento dos deslocados da guerra. Paralelo a isso ele dedicava atenção aos chamados "intrusos", que atraídos pelas terras roxas ocupavam as regiões fronteiriças com São Paulo. "Estabeleceu-se uma verdadeira corrida para o Norte e Noroeste paranaense e, por tal forma vultosa, que impossível se tornou à administração atender de pronto a tantos interessados", escreve. "Verificou-se então o que não estava previsto: a intrusão. Bons e

maus elementos, atraídos os primeiros pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses e, os segundos, pela facilidade dos negócios, deixaram os rincões de origem em São Paulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, apossar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente as mais das vezes, em terras já tituladas ou comprometidas".

Lupion registrou aproximadamente duas mil famílias nessa situação. "Fiel ao princípio de que as terras agrícolas devem ser destinadas àqueles que se proponham torná-las produtivas pelo trabalho, não tivemos dúvidas em aconselhar uma solução justa, equitativa e humana para o caso dos intrusos", profere. Assim determinou um levantamento aferidor da posição dos ocupantes e da situação jurídica para solucionar de imediato o que era possível e estudar a resolução dos demais. Em 1947 ele enviou à Assembleia Legislativa um anteprojeto de lei determinando que as posses com cultura efetiva e morada habitual em terras de domínio público estadual, mantidas por mais de 20 anos ininterruptos, habilitavam os detentores à obtenção do título de domínio pleno se não houvesse escrituras públicas de compra e venda ou documentos de sucessão hereditária.

O assunto da imigração continuava rendendo em 1.º de maio de 1948. "Ao Sul, são catarinenses e rio-grandenses vindos, diariamente e em massa, enquanto ao Norte são mineiros e paulistas, chegando, todos, numa proporção da qual não temos números certos, mas que, cremos, se poderia calcular em proximamente duas centenas de milhares nestes últimos anos", salienta o governador. Portanto cabia ao Estado proporcionar meios para que esse deslocamento fosse facilitado e que as condições de desenvolvimento da agropecuária fossem atraentes. "Seria quase um crime que aquele impulso de progresso encontrasse obstáculos porque o Estado não houvesse conseguido removê-los. E não é

Dentre as culturas que floresciam no Paraná, os olhos e a caneta de Lupion voltavam-se à pecuária e, em razão disso, buscava dar respostas às reivindicações dos produtores e às necessidades da população.

possível aceitar, igualmente, que o Estado se conforme com ir removendo as dificuldades num ritmo comum, desde que o surto de desenvolvimento de nossa terra impõe-nos um ritmo até agora incomum".

Lupion faz questão de reforçar que a situação de modo geral era boa, mas que havia dificuldades. Uma delas relacionada à pecuária, apresentada pela representação do Centro de Comércio e Indústria de Guarapuava na Conferência de Ponta Grossa. Era a atividade mais difundida nos campos de Guarapuava, passada de geração em geração. No entanto, os métodos de produção não tinham se modernizado – criação extensiva, rebanhos à solta nos campos nativos e pouca preocupação com a seleção. Além disso, o relato era de que o boi de corte reduzia, ano após ano, o rendimento em peso. De outra parte, o principal mercado era Curitiba, local de difícil acesso principalmente com a redução dos invernistas, que compravam os animais, engordavam e depois revendiam. O pedido dos pecuaristas era para que o Estado organizasse estabelecimentos frigoríficos ou charqueadas para dar escoamento à produção.

Desse problema estavam livres os suínos. De acordo com a comitiva enviada à Conferência de Ponta Grossa, havia uma organização modelar para beneficiamento do porco gordo e de seus subprodutos e facilidade para transporte por caminhão. No entanto, tanto um quanto outro sofriam com a falta de assistência veterinária. À época, segundo o relato dos produtores, as doen-

ças destruíam mais de 30% da produção anual. "Necessitam de uma vigilância sanitária permanente, constante e, sobretudo, de natureza profilática", pede o governador aos deputados. "Devemos, de passagem, assinalar a, por assim dizer, absoluta falta de técnicos veterinários entre nós, pois o número dos que possuímos é de todo insuficiente para as nossas necessidades. E para agravar o mal, a nossa Escola Superior de Veterinária vem tendo uma frequência insignificante".

Dentre as culturas que floresciam no Paraná, os olhos e a caneta de Lupion voltavam-se à pecuária e, em razão disso, buscava dar respostas às reivindicações dos produtores e às necessidades da população. "Tivemos oportunidade de dizer, em uma de nossas prestações de contas feitas diretamente ao povo, que não desejávamos, de nenhuma forma, que, de futuro, fosse possível dizer-se que faltava carne para o povo porque a nossa imprevidência, ou negligência, se descuidara das medidas necessárias", defende-se o governador. Para ele, o que os produtores precisavam era vender o gado a preços normais e no tempo adequado. Para isso havia necessidade de frigoríficos. A alternativa foi a instalação do Frigorífico do Atuba, nos arredores de Curitiba, com alta capacidade de produção.

A peste suína apareceu como um grande problema. "A enzootia verificada nos rebanhos suínos de vários estados do país transformou-se em epizootia, e se constituiu em verdadeira calamidade pública no Paraná", alerta Moysés Lupion. Em 1947 o prejuízo estimado alcançou 200 milhões de cruzeiros. Uma das soluções acordadas foi o trabalho em parceria com o governo federal. Este ficou com a responsabilidade de vacinar nas regiões mais afetadas, em que a exigência de recursos era maior. O governo federal prontificou-se a fornecer suínos para que o Estado, por meio do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Laboratório Regional de Jacarezinho, pudesse fabricar 30 mil doses mensais.

Apesar das dificuldades, sobretudo o número baixo de vacinas, o governador considerou que "o resultado de tão ingentes e continuados esforços é que hoje se pode dizer que, praticamente, não morrem mais porcos de peste suína no Paraná".

A produção de suínos estava estimada em cerca de 400 mil cabeças. Com isso o Estado qualificava-se como um dos grandes abastecedores de banha para São Paulo. Mas o apetite do governador era muito maior. Para compensar as perdas provocadas pela peste suína dois anos antes, o Estado contratou o fornecimento pela Argentina das raças duroc-jersey, poland-China e berkshire, e autorizou as compras no Brasil das raças canastra, canastrão, piau, caruncho e macau. Lupion determinou ainda um rápido estudo para iniciar, já em 1950, o Serviço de Inseminação Artificial.

No início de seu primeiro mandato como governador, Moysés Lupion deparou-se com a broca do café. Mas de acordo com o relato aos deputados estaduais, a situação no Norte paranaense não era tão grave quanto em São Paulo, onde a doença atingia quase a totalidade das plantações. Lá o serviço de combate dividiu o território em 16 setores e enfrentou o mal de uma vez só. "No Norte do Paraná encontramos uma região apenas mais intensamente atacada, isolada da maior parte dos cafezais indenes e principalmente das novas plantações", descreve. A orientação foi organizar uma faixa de defesa, separando os cafezais infestados dos indenes, e agir rigorosamente nos focos que existiam ou nos que pudessem surgir. Em 1948 havia no Estado 94.131.000 cafeeiros infestados com a broca, 68.416.000 em zonas ameaçadas e 61.471.000 em locais indenes.

Independentemente dos problemas fitossanitários, o café despontou na safra 1947/48 como principal produto agrícola regional, com 2,3 milhões de sacas. A perspectiva era de que em cinco anos aumentaria para 5 milhões de sacas, em razão de mais de cem milhões de cafeeiros novos que produziriam no período.

Aliado a isso o Estado apresentava mais terras roxas na região entre os rios Ivaí e Tibagi, próprias para a produção da rubiácea, que eram ocupadas por cerca de 80 mil a 100 mil migrantes de São Paulo e Minas Gerais.

Para a safra 1948/49 Lupion determinou, ainda com mais rigor, o trabalho de combate à broca. Os técnicos foram intimados a visitar as propriedades para analisar as lavouras e orientar sobre a correta composição e aplicação de inseticida. O Estado responsabilizava-se por 10% do trabalho de polvilhamento. O governador colocou à disposição o helicóptero Bell, de 178 HP, com capacidade para 160 quilos de carga. Cobrava-se Cr$ 0,10 por pé, o que era suficiente para cobrir as despesas com combustível e lubrificante. O Estado também cedeu todas as polvilhadeiras, misturadores, máscaras e óculos que possuía.

O término do exercício fiscal de 1949 veio mais uma vez provar que o café era o novo símbolo da riqueza paranaense. Enquanto a madeira e a erva-mate fecharam em prejuízo com relação à expectativa de imposto de exportação, o café, já em outubro, ultrapassava em quase 30% a previsão para o ano. "A inesperada e revolucionária reação do mercado deste produto servirá de estímulo aos nossos produtores e abre à nossa lavoura do Norte novas perspectivas de produção", diz Moysés Lupion. Nos anos de 1947 e 1948 foram exportados aproximadamente 2 milhões de sacas pelo Paraná. Em 1949, até novembro, ultrapassava 2,3 milhões.

A erva-mate, que desde antes de o Paraná se transformar em Província era o principal item da tábua de exportação, chegou ao

A produção de suínos estava estimada em cerca de 400 mil cabeças. Com isso o Estado qualificava-se como um dos grandes abastecedores de banha para São Paulo.

O cooperativismo como organização para os agricultores continuava a ser difundido, com delegação aos estados, por parte da União, das atribuições relativas a esse procedimento.

final dos anos 40 como a terceira força nessa grade. Mas ainda assim com peso forte, pois eram 40 milhões de quilos que saiam do Estado anualmente. Como acontecia desde os primórdios da Província, os governantes reforçavam a necessidade de abertura de novos mercados, particularmente o norte-americano e o canadense. No final da década o algodão produzia até 2 milhões de arrobas no Estado, que também se anunciava como grande produtor de tungue, com 1,5 milhão de toneladas, e com uma safra de cereais calculada em 20 milhões de sacas.

A mensagem de 1.º de maio de 1950 é bastante otimista em relação à agricultura. "Já foi possível que se dissesse que o Paraná representa, hoje, o maior centro agrícola do país, e se isso ainda não for completamente verdade, é certo que marchamos muito rapidamente para tal", exalta o governador. E tão importante quanto isso, ele menciona que o Estado já não se sustentava em monocultura, podendo dessa forma superar dificuldades momentâneas sem perder o foco. "Como se pode ver do fato que, em ocasião recente, tivemos, quase simultaneamente, ferida a nossa economia com os acidentes graves e até gravíssimos da peste suína, da praga dos gafanhotos, da broca do café e de dificuldades pesadas no comércio internacional da madeira e do mate, sem que todos esses fatores negativos somados pudessem chegar a alterar o sentido ascendente e de ascensão vertiginosa de nossa prosperidade econômica".

Com o objetivo de promover a melhoria do rendimento do trabalho rural, o setor de experimentações da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio aprofundou as pesquisas com milho, algodão e trigo. O governador anuncia aos deputados que o Estado havia comprado um imóvel para instalar e aparelhar uma estação experimental de batatas e cereais de inverno, além de realizar estudos para ter uma unidade de frutas tropicais. Moysés Lupion elogia os acordos com o governo federal, essencial para o fomento agrícola, mas destaca as iniciativas estaduais e apresenta como exemplo o trigo. A campanha tritícola levou à produção em 1949 de 55 milhões de quilos em grão para um consumo paranaense de 65 milhões de quilos. A expectativa era de 80 milhões, mas a estiagem no Norte e chuvas abundantes no Sul em períodos não propícios provocaram a quebra. Assim mesmo comemora o resultado, pois seis anos antes a produção era de 7,5 milhões de quilos. Também foram distribuídos mais de 1,5 mil quilos de sementes diversas aos agricultores, dos quais 431 de trigo – "o extraordinário fenômeno novo de nossa vida agrícola". A "racionalização" na distribuição de semente de trigo sarraceno naquele período proporcionou que em 1961 fossem colhidas cerca de 9 mil toneladas.

Em 1950, como vinha se tornando rotina, a economia brasileira capengava. Mas o orgulho paranaense transbordava nos escritos do governador: "Assim é que, não obstante as dificuldades que temos tido em relação às exportações de madeira e do mate, as estatísticas nacionais recentemente publicadas estão mostrando que, entre os estados do Brasil, o Paraná é o único no qual o vulto das exportações, tomadas em globo, cresceu no último ano, e isso de modo bem significativo".

O cooperativismo como organização para os agricultores continuava a ser difundido, com delegação aos estados, por parte da União, das atribuições relativas a esse procedimento. Entre elas

estavam orientação e assistência técnica, criação de novas cooperativas, expansão da doutrina cooperativista, assistência contábil às existentes, inspeção sistemática e fiscalização, e revenda de material agrícola para fins cooperativistas.

Casas Rurais

Bento Munhoz da Rocha Netto assumiu em janeiro de 1951 o cargo que fora ocupado por seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, por duas vezes. Três meses após se sentar à cadeira governamental ele prometeu examinar de maneira exaustiva as concessões de terras devolutas, e anunciou bons resultados na análise da situação dos posseiros de Porecatu[21], onde ocorreram conflitos violentos.

No mesmo documento anota um dos pontos que pretendia fosse essencial na administração: a assistência ao trabalhador rural. "Ao contrário do que acontece nas maiores áreas nacionais, é insignificante no Paraná o êxodo das populações para as cidades", constata. "E o movimento migratório interno que há tempos se processa no país, talvez o maior que a história nacional registra, está povoando intensamente as nossas melhores terras de lavoura". Entretanto ele sabia que isso podia ser um grande drama para o homem do campo. "É necessário que o poder público venha assisti-lo e aqui o pode fazer em condições melhores que na maioria dos estados brasileiros, evitando-se a formação de problemas complexos no futuro".

Preocupava o governador a falta de contato do poder público com o lavrador, que assim ficava privado da assistência técnica. Por isso ele criou as Casas Rurais, por meio da Lei 688/1951. O projeto foi inspirado no que existia em São Paulo. No ano seguinte havia pelo menos 50 distribuídas pelos principais municípios. Cada uma foi dotada de meios de transporte, maquinário agríco-

la, sementes selecionadas, corretivos, inseticidas e fungicidas, e produtos químicos de uso veterinário. "A receptividade do público para com estas verdadeiras delegacias da Secretaria da Agricultura, nas zonas de produção, veio evidenciar a necessidade desses órgãos de contato direto, verdadeiros agentes executores da política de fomento e de defesa da produção paranaense", declara Bento Munhoz.

Em 30 de novembro de 1951 a Lei 823 criou o Fundo de Equipamento Agropecuário (Feap), com Cr$ 10 milhões orçamentários, visando atender a produção paranaense com presteza, eficiência e elasticidade. A resposta foi imediata, possibilitando que no primeiro ano fossem vendidos a preço de custo 220 mil doses de vacina contra a peste suína, 160 mil medicamentos veterinários, 376 mil quilos de sementes e 87 tratores. Também foi possível colocar 486 trilhadeiras à disposição dos triticultores.

A assistência ao trabalhador rural era tema recorrente nas mensagens de Bento Munhoz da Rocha Netto aos deputados. Em 1952 ele comenta que particularmente na zona cafeeira "não existe o enriquecimento rápido, mas não há também, a miséria". Mas não era apenas nessa região que a assistência se fazia necessária. "Se no norte, no noroeste e no sudoeste do Estado, o povoamento se processa de maneira espetacular, já o centro e o sul sofrem a fascinação daquelas regiões pioneiras cuja fama chegou a todos os recantos do Brasil. As populações paranaenses também se deslocam para aquelas regiões". As Casas Rurais chegaram para cumprir a missão de melhoria das condições de saúde e de educação, além de ensinarem novas técnicas agrícolas. "O Paraná cumpre, assim, o seu dever de brasilidade e de humanidade, minorando as penas de tantos brasileiros que se encontram na dolorosa contingência de abandonar os velhos lugares em que viveram seus ancestrais".

Bento Munhoz acentua que as atividades da Secretaria da

Agricultura, Indústria e Comércio "não se resumem somente em fomentar a produção, mas, sobretudo, em organizá-la através de planos coordenados que permitam estendê-la com método e eficácia às zonas mais remotas do Paraná". No Departamento de Produção Vegetal, por exemplo, ele reclama a necessidade de aparelhamento material e pessoal para as estações experimentais de algodão, milho, trigo e batata, e sugere a instalação de outras para estudo aprofundado do café, agricultura tropical e fruticultura em zona de clima temperado. "Não se pode culpar os técnicos pela inoperância mais ou menos pronunciada, observada nas dependências da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. O principal responsável por todas as anomalias foi o próprio Governo que lançava os técnicos pelo interior sem recursos e com uma grande responsabilidade sobre os ombros", escreve.

O Departamento de Produção Animal tinha entre as principais finalidades a orientação dos pecuaristas em relação às raças que deviam ser criadas nas diversas regiões, de acordo com a finalidade a que se destinavam, além de facilitar a aquisição de bons reprodutores. Mas o governador apresenta a falta de campo de experimentação como problema a ser solucionado para cumprir a promessa de modificar a pecuária em poucos anos. "No Paraná, perdemos anos de trabalho que a própria natureza havia feito, criando raças regionais. Dentre elas podem ser citadas, com referência aos bovinos, a Raça Velha, a Turina, a Toscana e a Caracu. A última ainda existe e vamos aproveitá-la ao máximo", salienta Bento Munhoz da Rocha. Segundo ele, a mesma falha foi observada em relação a suínos e equinos. "Com um trabalho bem orientado de seleção e experimentação, teríamos as nossas raças já aclimatadas e formadas pela seleção natural, de acordo com as condições do meio".

Em outros setores, como apicultura, avicultura e sericicultura, a não presença de técnicos especializados dificultava os trabalhos.

Para o governador, a distribuição indiscriminada de reprodutores sem exame detalhado da propriedade, das matrizes, da idoneidade do criador, da mentalidade e da receptividade aos conhecimentos técnicos "tem resultado em enorme prejuízo para o Estado". De outro lado, a falta de fornecimento regular de forragem determinava o perecimento de uma parte do rebanho. "Quem conhece, entretanto, as deficiências da organização e funcionamento da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, admite como normal essa ocorrência", ironiza.

Em 12 de setembro daquele ano, por meio da Lei 682, a estrutura da Indústria e Comércio foi deslocada para a Secretaria de Estado de Negócios do Trabalho e Assistência Social. O setor agropecuário ganhava independência e passava a monopolizar as atenções na Secretaria de Estado da Agricultura (Seag).

A importância da cafeicultura paranaense estava clara nas tabelas de exportação. Na safra 1948/49 o Estado arrecadou Cr$ 4,6 milhões, o valor recuou um pouco no ciclo seguinte, marcando Cr$ 3,9 milhões, mas saltou para pelo menos Cr$ 22,4 milhões na safra 1950/51. Para garantir aos trabalhadores rurais a assistência, o governo propôs à Assembleia Legislativa a criação de uma Fundação, com recursos, entre outros, da Taxa Sobre o Café. Também determinou ampla reforma na Superintendência do Café, construção de armazém para 900 mil sacas em Paranaguá e estudo sobre "deságio apreciável" em relação a Santos para exportação pelo litoral paranaense. Igualmente congratulou-se com a criação da Associação Paranaense de Cafeicultores. "Em síntese, doravante, esse problema do café tem que ser preocupação permanente dos Governos do Paraná", determina Bento Munhoz da Rocha Netto.

Seu período no governo foi de grande impulso ao setor com vistas a se tornar o principal produtor brasileiro. "Ao Governo do Paraná assiste doravante o dever de não esquecer que estamos

em pleno ciclo cafeeiro de nossa economia. Consolidamos a posição de segundo produtor do Brasil e marchamos para a sua liderança", entusiasma-se Rocha Netto em 1.º de maio de 1951. Com isso, no entanto, sabia que somente aumentava a necessidade de transporte, armazenamento, escoamento e embarque em portos melhor aparelhados. "É um conjunto de problemas, esse, para cuja solução é necessária uma estreita cooperação dos poderes públicos com a iniciativa particular", adianta.

Em 1952, ao fazer um relato histórico da cultura cafeeira, o governador ressalta o nomadismo característico da produção. "Quando ficam bem estruturados os elementos econômicos, de transporte, armazenamento, financiamento, já a onda cafeeira fugiu para o sertão, exigindo novos esforços para organizar a sua economia", afirma. Mas aponta que no Paraná favoreceu um "ímpeto civilizador" e esse erro foi corrigido. "As terras roxas do Paraná constituem um dos ricos patrimônios nacionais, e depois de sua utilização, não se apresentam perspectivas de novas caminhadas, com iguais possibilidades de êxito". O Estado, segundo ele, foi inovador no ciclo do café brasileiro, ao produzir em pequenas propriedades – levantamento feito pelo governo apontava que elas representavam 79,5% do total. "Se os grandes fazendeiros trazem experiências e recursos para evitar o esgotamento das terras, aos pequenos lavradores, as Casas Rurais ensinando, esclarecendo e disciplinando, terão uma das mais altas missões nesta hora da economia nacional".

Ao Governo do Paraná assiste o dever de não esquecer que estamos em pleno ciclo cafeeiro de nossa economia. Consolidamos a posição de segundo produtor do Brasil e marchamos para a sua liderança.

A cafeicultura paranaense alcançou seu auge até então, com 350 mil hectares cobertos. O combate à broca era considerado eficiente. A geada de 1953 não foi capaz de reduzir a motivação. Logo após o fenômeno climático, as chuvas abundantes contribuíram para o restabelecimento das lavouras e para a colheita de 5 milhões de sacas na safra 52/53, para delírio de Bento Munhoz: "É a maior que já alcançamos, atinge o Paraná a 30% da produção nacional, contribuindo, sem computar os outros produtos de exportação, com 300 milhões de dólares para a balança comercial do Brasil".

As culturas da erva-mate e madeira estavam na berlinda e o governador pede que se lhes dê fisionomia característica para que estejam preparadas para o salto econômico. "Mas é preciso compreender que estamos em pleno ciclo cafeeiro", reforça. "O café continua a ser o grande produto brasileiro de exportação, o produto que salda nossas dívidas, fornece as cambiais necessárias para as nossas crescentes necessidades de importação de utilidades da vida moderna e compensa nossas imprevidências". O Paraná é partícipe atuante desse cenário. "Estamos, portanto, mais do que nunca, entrosados na economia nacional e decidindo nos seus destinos".

O entusiasmo, no entanto, não obscurece o alerta sobre o aproveitamento racional do solo, a fim de "evitar que à prosperidade trazida pelo café suceda o deserto ou então outro gênero de cultura, desorganizando sucessivamente os fundamentos da economia brasileira". A madeira era a segunda principal cultura agropecuária estadual. A exportação alcançara 700 milhões de cruzeiros. Mas o avanço dos cortes para beneficiamento ou para expansão da agricultura, particularmente o café, preocupava o governo. "Sua cultura vem crescendo de forma impressionante, formando verdadeiros tapetes verdes, onde antes imperavam soberanas e seculares florestas que vêm sendo abatidas incessante-

mente, sem nenhum plano previamente delineado", critica Bento Munhoz em 1953.

Desde o início do governo o administrador insistia no algodão, com o objetivo de apresentar culturas alternativas ao produtor. Segundo ele, a monocultura do café fora prejudicial a São Paulo e os riscos de geada forte no Norte do Paraná deveriam ser motivadores para se tomar o caminho da diversificação. "O cultivo do algodão em nossa terra deverá ser intensificado e protegido de forma especial, pois o progresso do Estado não se deve basear, exclusivamente, na plantação de cafezais, mas em produtos que constituem matéria-prima para a industrialização do País", provoca.

Como uma profecia, geadas cobriram o Paraná em 31 de julho e 1.º e 2 de agosto de 1955, atingindo mais de 76% da área cafeeira. Não bastando isso, seguiu-se uma castigadora estiagem entre setembro e novembro. Mais de 624 milhões de pés foram prejudicados. Os mais novos e aqueles que ainda se ressentiam do trauma de dois anos antes não resistiram. Eles estavam sobretudo na região do Norte Novo e vinham apresentando maior densidade e produtividade. Como resposta os produtores reforçaram o plantio de algodão. Os altos preços da fibra ajudaram na tomada de decisão. Somente a Secretaria da Agricultura distribuiu 1,2 milhão de quilos de sementes em 1953. O volume saltou para 2,9 milhões de quilos dois anos depois. Somados a outros fornecedores, em 1955 foram semeados mais de 3,8 milhões de quilos.

O feijão igualmente se expandiu, aflorando a aptidão estadual para essa cultura. Na metade da década de 50 ocupava pequenas e grandes propriedades, muitas vezes em consórcio com o milho, tendo como destino a subsistência, mas também se apresentando como boa alternativa de exportação interna. O arroz não ficava atrás, oferecendo apreciável margem de lucro aos produtores. "É, por assim dizer, uma das lavouras mais promissoras", acredita o governador. No documento do ano seguinte só elogios. "Os siste-

mas adotados para a obtenção do produto são variáveis, salientando-se alguns pontos do Estado em que o cultivo do arroz é praticado racionalmente, com a instalação de lavouras irrigadas", diz. "Por outro lado, predominam as lavouras do seco, efetuadas com critério e dentro das normas de perfeito preparo das terras, em cujo sentido a moto-mecanização apresenta excelente desempenho".

Cooperativismo e Comunicação

O cooperativismo ganhou impulso a partir de 1951. O governador queria que as organizações não se restringissem à produção, mas se lançassem em direção à agroindustrialização e à orientação social. "Longe de ser mera codificação de princípios econômicos, constitui antes de mais nada um programa de idealismo profundamente humanitário, de educação e formação social, de sistematização de esforços conjugados para o bem-estar coletivo", propõe. Para isso se vale do Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Naquele ano o Paraná possuía 167 cooperativas, das quais 35 agropecuárias, além de uma Cooperativa Central Agrícola. Mas a maioria era dependente do Estado por falta de regulamentação da legislação que concedia isenção de impostos.

O departamento também ressentia de condições para desempenhar a função de forma satisfatória. "Possui uma organização interna, falta-lhe, porém, a necessária ligação com as entidades, com as quais deveria manter contato permanente", critica Bento Munhoz da Rocha Netto. Para ajudar as cooperativas no processo de levar a produção até os consumidores, sobretudo de Curitiba, o governador concedeu amparo financeiro à Cooperativa Central. "Muito há que se fazer neste particular, uma vez que o cooperativismo é a fórmula única de livrar o pequeno produtor da voracidade do intermediário insaciável", justifica.

O elogio se estende aos alemães suábios que tinham acabado de se fixar em Entre Rios, distrito de Guarapuava.

Por considerar em completa desorganização o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, e sob acusação de desvirtuamento do objetivo de colonizar, o governador determinou a interrupção de tudo que se fazia. Foram removidos os funcionários com atividades ligadas ao serviço de terras, paralisados os trabalhos na região Norte do Estado, proibida a ocupação de áreas e impugnadas as contratações de engenheiros e agrimensores, com revisão de todos os atos. Tão logo retomado o processo, colonos holandeses deram início à Castrolanda, em Castro, que se tornou uma das colônias mais bem-sucedidas tanto em produção como em experiência cooperativa. Seguia o exemplo implantado na vizinha Carambeí com o nascimento, em 1925, da Sociedade Cooperativa Hollandeza de Laticínios, embrião da hoje Frísia Cooperativa Agroindustrial. Foi também em 1951 que alemães se instalaram na Fazenda Cancela, em Palmeira, para dar início à colônia e à Cooperativa Agroindustrial Witmarsum.

"Será sangue novo nas zonas mais antigas do Estado, de clima temperado, onde devem surgir novas fontes de produção, longe da área cafeeira", exalta. O elogio se estende aos alemães suábios que tinham acabado de se fixar em Entre Rios, distrito de Guarapuava. No ano seguinte Bento Munhoz volta a se referir ao auspicioso tema. "O êxito da colônia de Entre Rios, com a sua promissora cultura de trigo, está destinado a revolucionar os velhos

métodos agronômicos conservados em grandes áreas do Estado, valorizando-as decisivamente", enaltece. "O Paraná é buscado como um oásis, para onde se dirigem os homens insatisfeitos da instabilidade econômica nacional". À época o Estado tinha 2,5 milhões de habitantes.

O governador reconhece, nesse particular, o empenho do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, que recebera o reforço das Casas Rurais para o contato com os produtores. "A orientação e assistência têm sido prestados desde os primeiros movimentos para a organização da sociedade até ao seu funcionamento, estendendo-se mesmo à própria representação das cooperativas", ratifica. No exercício 1951/52, por exemplo, o departamento ajudou na organização e legalização da Cooperativa Agrícola Mista Copagrime, de Rebouças, da Cooperativa Agrária Limitada, de Guarapuava, da Cooperativa Mista Colonial Agromaletense, de Mallet, e da Cooperativa Mista Piquiri, de Guarapuava.

Para o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, que prestava assistência técnica e era responsável por investigações e pesquisas científicas, as palavras do governador são de aplausos exaustivos. "Inegavelmente, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas é, a bem dizer, o ponto alto da Secretaria de Agricultura, não obstante a deficiência de verba para material", evidencia. A nova orientação era que se investisse na efetiva aplicação dos conhecimentos científicos, mas que não se deixasse de lado os

Muito há que se fazer nesse particular, uma vez que o cooperativismo é a fórmula única de livrar o pequeno produtor da voracidade do intermediário insaciável.

trabalhos valiosos em pesquisa e investigação, que já eram realizados.

A publicidade não estava esquecida, com destinação de recursos para subvencionar rádios e jornais. As 22 emissoras de rádio patrocinadas dedicavam ao menos 15 minutos semanais à agropecuária. O Serviço de Publicidade Agrícola contava ainda com a colaboração externa de 23 jornais, quatro revistas e dois boletins. Com toda a verba carreada para subvenção, pouquíssima divulgação própria era editada, restringindo o contato mais direto da secretaria com os lavradores. "É nosso pensamento proceder uma reorganização do Serviço de Publicidade Agrícola, transformando-o em Serviço de Informação Agrícola e ampliando subsequentemente as suas atribuições e encargos, entre os quais destacamos a edição de um Boletim Técnico, preferencialmente de publicação mensal", anuncia. Ele propõe a suspensão dos serviços subvencionados, mas solicita que todos os órgãos de comunicação continuem na divulgação de assuntos de interesse agrário, sem ônus para os cofres estaduais.

Bento Munhoz da Rocha Netto deixou o governo antes do término do mandato, ao aceitar convite do presidente Café Filho para ser ministro da Agricultura. O presidente da Assembleia Legislativa, Antonio Anibeli, ficou um mês no cargo e foi substituído pelo advogado Adolfo Franco, eleito pelos deputados para completar o período entre maio de 1955 e 31 de janeiro de 1956. A partir daí Moysés Lupion estava novamente no comando do Estado, que possuía 14.525 carteiras de lavradores.

A publicidade não estava esquecida, com destinação de recursos para subvencionar rádios e jornais.

A urgência encarada por Lupion foi o escoamento da produção. Os moinhos de trigo já tinham comprado as cotas estabelecidas pelo Serviço Nacional de Expansão do Trigo, mas ainda havia cereal em posse dos triticultores. No café, o problema era a assistência aos produtores, que viviam as consequências das geadas fortes nos anos de 1953 e 1955.

No caso do trigo, o órgão de controle federal negociou a venda de 150 mil sacas com moageiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Norte do País, o que ajudou a desovar parte do excedente. Para o café, o Ministério da Fazenda determinou financiamento aos proprietários das lavouras danificadas. No entanto, era necessária solução mais profunda que o imediatismo. O governador criou, então, uma comissão para estudar medidas práticas para enfrentamento das geadas, negociou com o governo federal a construção de silos e armazéns em pontos nevrálgicos e iniciou a criação da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (Copasa), além de programar reuniões com produtores de trigo. Ao lado disso, o primeiro trilho da Central do Paraná foi inaugurado no sentido Ponta Grossa a Ipiranga.

Também havia questões a serem acertadas em relação à batata. O governador Moysés Lupion descreve o comportamento do tubérculo desde a Segunda Guerra Mundial. Cita que, naquele período, o Paraná despontou como um dos principais fornecedores para o consumo interno do País. Com o fim do conflito, as importações foram retomadas e os agricultores abandonaram nos campos quase toda a produção de 1947 e 1948. Quem mantinha o plantio era quase exclusivamente para consumo próprio. A posterior proibição da importação da batata-consumo e a importação de batata-semente de variedade mais produtiva provocou o ressurgimento do tubérculo como produto comercial e economicamente interessante.

Em 1955 a área foi ampliada e os produtores buscaram orien-

tações sobre as boas sementes, práticas modernas de adubação e tratos culturais, o que resultou em safra de 1,2 milhão de sacas. No entanto, São Paulo, principal comprador, da mesma forma conseguira grande produção. Acertos do governo estadual com o federal garantiram a compra e armazenagem do produto. Dessa forma, a batata paranaense foi escoada pelo Porto de Paranaguá para o Rio de Janeiro.

Das lavouras anuais, a do milho era a mais difundida e a que abrangia maior área. Considerada uma cultura nômade no Norte do Estado por acompanhar o café no desbravamento dos sertões, o milho normalmente era encontrado onde havia quantidade maior de cafeeiros novos, com os quais se consorciava. Para garantir que o produtor se mantivesse na atividade, o governo levantou uma rede de armazéns e silos, determinou a melhora dos meios de transporte onde o grão era semeado e instalou uma agência da Comissão de Financiamento da Produção para proporcionar financiamento e venda a preços compensadores.

Em 1956 o milho, assim como outras culturas, foi muito afetado por uma estiagem severa logo após o plantio, seguida de chuvas no período de colheita, com quebra de 50% da safra. Mas o aparecimento do milho híbrido, ainda que a produção de sementes fosse pequena, foi saudado pelo governador como um "sinal de prosperidade". O estabelecimento de um preço mínimo para os moinhos adquirirem o trigo nacional ajudou na ampliação da cultura. "Desde que possamos fornecer ao triticultor fertilizante por preço razoável e maquinário agrícola para a mecanização total da lavoura, temos capacidade de produzir dezenas de vezes mais do que produzimos atualmente", reage Lupion, diante de uma previsão superior a 75 mil toneladas para a safra 55/56.

Aos deputados o governador apresentou a soja, ainda que fosse cultura antiga no Estado – os relatos são de plantas no início do século 20. Mas era produzida em reduzidíssima escala e

quase que na totalidade utilizada para adubação verde. A geada de 1955 começou a provocar uma mudança na percepção do produtor em relação às possibilidades da oleaginosa. "O plantio de soja aumentou significativamente, como decorrência de ter sido aplicada em larga escala nas lavouras de café queimadas pela geada e em virtude também da procura que ultimamente vem tendo para fins de industrialização", relata. "Seu emprego está bastante difundido como 'adubo verde', planta forrageira e industrial. Cremos que deverá ser bastante ampliada esta cultura nos anos vindouros".

No início daquele ano o rami foi a cultura que maior interesse despertou nos lavradores, em razão da fixação de um preço altamente remunerador, de Cr$ 34,00 por arroba de fibra descorticada. "Houve verdadeira romaria na obtenção de rizomas apropriados à instalação de novas lavouras", comenta o governador. No entanto, em razão da grande produção, principalmente nos municípios de Uraí e Londrina, os preços recuaram para menos de Cr$ 10,00. "Reina grande desassossego entre os produtores", lamenta Moysés Lupion. O feijão firmava-se como cultura apropriada. "Cultivam-se no Estado quase todas as variedades conhecidas visto que as condições ecológicas do Paraná são adequadas para as mais diversas espécies e variedades".

Em 1956 as Casas Rurais continuavam como principal órgão de ligação entre os lavradores e os diversos departamentos e serviços da Secretaria da Agricultura. Havia 65 espalhadas pelo Estado. Além de colocar os equipamentos à disposição, os ensinamentos sobre a agricultura racional e conservacionista eram o ponto alto. Combate a pragas, doenças e erosão, a conservação do solo e a massificação do processo de curva de nível eram ensinados tanto em campo quanto nas diversas palestras, em que os agrônomos das Casas Rurais sempre se faziam presentes com incentivo do setor de Propaganda e Divulgação da Secretaria.

Apesar dos esforços dos governadores, a pecuária engatinhava na metade da década de 1950. "O estado atual da pecuária paranaense é, sem dúvida, o pior de todos os tempos e existem poucas probabilidades de melhora e aumento da produção animal, a menos que sejam dispendidos grandes esforços no sentido de uma produção racional", escreve Lupion em maio de 1956. A produção paranaense era suficiente para 25% do consumo estadual. Da mesma forma, detalha o governador, o leite e os derivados eram escassos e não primavam pela qualidade devido à falta de higiene nas propriedades e aos processos antiquados nas usinas de beneficiamento, que não comportavam a pasteurização total, vendendo boa parte *in natura* e com pouca fiscalização.

"Como podemos observar, existe um sério problema que tende a se agravar cada vez mais, se não forem estabelecidas medidas a fim de aumentar a produção racional de carnes e leites e seus derivados", alerta. Para Lupion a produção de carne era questão mais problemática, reivindicando urgência na solução. "Como é do nosso conhecimento, os nossos criadores vêm explorando as mesmas pastagens há dezenas de anos, sem se dar conta de que não se pode eternamente retirar de uma fonte, sem as consequências de um esgotamento total".

O café também estava na mira constante. Mas o relato de 1957 não é promissor. "No que toca à recuperação, as contrariedades são enormes", aponta. Na safra de 1956/57, primeiramente o Estado foi vítima de constantes correntes frias que prejudicaram as floradas, depois as chuvas fortes tornaram ainda mais complicada a situação das plantas que sobreviveram às geadas. A estimativa para aquela safra era de quebra de 50% em volume. Além disso, os produtores que precisavam vender para cobrir as despesas não encontravam interesse por parte dos compradores. "Nota-se o desânimo dos lavradores, que passaram a menosprezar suas la-

vouras e abandonar os cuidados que desenvolviam no programa das práticas de defesa do solo, adubação, irrigação, em suma, da restauração dos cafezais velhos e mesmo dos que se encontram na fase de recuperação", lamenta.

Como tentativa de evitar problemas mais graves com as geadas, foi criada uma Comissão de Estudos para a Defesa contra a Geada. Entre as ações estavam um acordo com o Serviço de Meteorologia para instalar postos em algumas zonas climáticas do café e um estudo detalhado, com orientações de especialistas brasileiros e estrangeiros, além de se buscar toda literatura possível sobre o assunto. "O fundamental, porém, é que as experiências realizadas com fumígeros e neblígenos e outros produtos capazes de acarretar a turvação da atmosfera, desenvolvidos no ano findo (1956) pela Comissão, coroaram-se de pleno êxito, fazendo justas quaisquer esperanças na dominação das geadas", escreve Lupion.

Seu júbilo é maior no ano seguinte, ao relatar aos deputados a previsão de colher na safra 1958/59 entre 10 e 12 milhões de sacas. "Colocará o Paraná como líder da produção cafeeira do país, arrebatando a São Paulo essa primazia, detida por mais de um século", alegra-se. A evolução era acentuada. Em 1948 o café ocupava 19,5% do total de área cultivada no Estado, em 1955 subiu para 28,5% e em 1960 estendia-se por 40,5%. Ainda que o algodão experimentasse "enorme incremento" em 1958, de tal forma que a Secretaria de Agricultura não conseguia atender as exigências da lavoura. Para dar conta, o governador Moysés Lupion patrocinou a organização da Comissão Algodoeira Paranaense, com o objetivo prioritário de auxiliar os poderes públicos na orientação técnica.

No início de 1956 o trabalho de extensão ganhou força, com a instalação de 11 unidades do Escritório Técnico de Agricultura (ETA-Projeto 15), a partir de convênio com o governo norte-a-

mericano para projetos de desenvolvimento rural, com atuação principalmente nos campos de educação, pesquisa, orientação e supervisão sobre crédito, economia doméstica e treinamento de técnicos. Três anos depois, findo o convênio, as ações foram assumidas pela recém-criada Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), entidade sem fins lucrativos.

"Três tendências distintas da história econômica brasileira agem no momento sobre a economia paranaense", afirma o governador Ney Braga em 1.º de maio de 1961. A primeira era a economia agrícola de subsistência que, aliada à extração de mate e madeira, permanecia no Leste e Sul do Estado. A essa estrutura somou-se a economia agrícola exportadora, com o café, que começou pelo Norte e se expandiu ao máximo por todo o território. Por fim, o Estado acolheu o transbordamento da economia agrícola do Rio Grande do Sul, que se estendeu pelo Oeste e Sudoeste. "São as características específicas dessas três estruturas, por si mesmas, e em choque umas com as outras, que definem a economia paranaense de hoje", salienta.

A população do Paraná em 1940 era de 1.236.000 pessoas. O número subiu para 2.129.000 em 1950, e saltou para 4.200.000 em 1960. Nessa última década o crescimento populacional foi de 7,1%, enquanto o Brasil evoluiu 2,7%. Em termos de renda regional, saiu-se de Cr$ 10,3 bilhões para chegar a Cr$ 59,7 bilhões, enquanto a renda per capita foi de Cr$ 4,8 mil para Cr$ 16,1 mil. Em documento aos deputados, o governador frisa que essa nova estrutura colocou o Estado na dependência de uma economia primária, com características de monocultura, que respondia por 58% da renda, enquanto o setor secundário participava com apenas 11%. "Isso trouxe ao Paraná uma situação de instabilidade", diz. O que se comprovou com as geadas de 53 e 55, que comprometeram bastante a economia, particularmente em razão dos estragos no café.

Industrialização e Diversificação

O Paraná entrou na década de 60 ocupando o quinto lugar entre as unidades da Federação em renda regional. Ney Braga considerava, no entanto, que a riqueza do Estado, por vir quase toda da cafeicultura, concentrava-se em poucas mãos. Com a agravante de que a maior parte do capital empregado vinha de fora, mas sua remuneração era retirada da economia regional. Posteriormente o setor destinava os investimentos ou à própria expansão ou a outras regiões do País. "A renda que realmente fica e circula no Paraná, contribuindo para o bem-estar de seu povo, é, portanto, menor do que as estatísticas mostram", critica. "É essa errônea interpretação das aparências que forjou a ideia de um Paraná rico, região privilegiada dentre as que formam o Brasil".

Em razão disso, o governador informa os deputados que a política que pretendia implantar era a da industrialização. "Os recursos naturais de que dispomos nos permitem prever que, através de medidas concretas, é possível criar no Paraná as bases de um processo de industrialização complementar ao que se desenvolve nas regiões já industrializadas do Brasil". No entanto, apressa-se a esclarecer que isso não significava relegar ao segundo plano o setor primário. "Uma economia mista, baseada na pluralidade industrial e agrária, dará ao Paraná e a seu povo as possibilidades de progresso e bem-estar que lhes desejamos", registra. "O homem que trabalha de sol a sol na lavoura paranaense terá em nós um amigo, pode confiar neste governo, que ele não o desapontará".

Em 1961, diante da fome que rondava o País, a administração estadual elaborou e apresentou ao governo federal o Plano de Alimentos para o Brasil, que visava à obtenção de recursos externos para o desenvolvimento do ensino agrícola, pesquisa, experimentação, extensão rural e fomento intensivo. A previsão era investir Cr$ 13 bilhões em quatro anos. "Documento que vem sendo, pela sua validade técnica, assunto de repetidos comentários de toda

a imprensa nacional", comemora o governador. Com o intuito de arrecadar recursos extraorçamentários e poder aplicar sem barreiras burocráticas, sobretudo no fomento à produção de algodão e na mecanização agrícola, foi criada a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (CAFE do Paraná).

No ano seguinte Ney Braga reforça a necessidade de o Estado assumir rapidamente o Plano de Diversificação da Lavoura, que tinha elaborado com vistas a apresentar alternativas à monocultura cafeeira e fomentar a cultura mais adequada a cada uma das regiões. "A localização geográfica do Estado dá-lhe condições excelentes para abastecer os grandes mercados consumidores do centro do país, aproveitando, inclusive, parte da infraestrutura surgida em função do café", analisa o governador no balanço de seus cinco anos de mandato. Ele garante ter colocado em andamento programas fundamentais para isso: plano rodoviário para dar escoamento à produção, capacidade de armazenagem, elevado índice de mecanização, maior qualidade de sementes, maior quantidade de fertilizantes e corretivos de solo, capacitação para combate a pragas, melhoria do rebanho e técnicos, particularmente de nível médio.

Além de investimento em outras culturas, a industrialização, inclusive dos produtos agropecuários, estava no foco, com estímulo a que o setor privado investisse no aproveitamento da matéria-prima e na absorção de mão de obra. "Se por um lado apenas uma política de fomento à industrialização pode garantir a mesma taxa de crescimento que o café proporcionou, as potencialidades da agricultura paranaense, hoje o terceiro Estado agrícola do Brasil, apontam para um planejamento objetivo de seu aproveitamento", encoraja.

A partir de 1961 o governo decidiu renovar a pecuária e iniciou um processo de troca dos animais comuns, oferecendo no primeiro ano 596 touros nelore e 25 charolês, com previsão de

distribuição de 1,2 mil cabeças anuais até o fim do mandato, incluindo ainda as raças gir, guzerá, jersey, santa gertrudes e canchin. O Estado também trouxe para si o registro do gado indiano, antes exclusivo de Minas Gerais. A pecuária leiteira entrou no projeto e o Estado passou a vender garrotes holandeses a preços 20% inferiores aos praticados no mercado. Um posto volante de inseminação artificial foi montado no Atuba, com sêmen de alta linhagem. Foram reaparelhadas as granjas do Canguiri, Guatupê e Tomaz Coelho, que tinham perdido animais por doenças. O plantel de suínos teve um início de renovação com a chegada de 350 reprodutores wessex, landrace e duroc. Outros 4 mil pintos de raça e exemplares de perus enriqueceram o Guatupê, assim como foram adquiridos ovinos, coelhos e búfalos.

No início da década de 60 o Estado chegou a produzir 21,3 milhões de sacas de café, o que correspondia a um terço da produção mundial. "É hoje o Paraná o maior Estado produtor de café e, na realidade, o último reduto da cafeicultura brasileira", ressalta o governador Ney Braga em 1.º de maio de 1963. No entanto, os fenômenos climáticos daquele ano – geada, estiagem e incêndio – fulminaram a cultura. A expectativa de colheita de 20 milhões de sacas na safra 64/65 baixou imediatamente para 3,1 milhões. Pelo menos 835,8 milhões de pés foram atingidos. Desses, 730 mil produzindo, o que representava 58% do total em produção, e 105,8 milhões em formação, ou 77% dos que estavam nessa fase. A restrição de crédito e o congelamento de preços aliaram-se ao desânimo provocado pelo clima. "Somente uma revisão ampla da política cafeeira, pela rápida melhoria das lavouras paranaenses, de forma a garantir melhor qualidade para os nossos cafés, aliada a pagamento compensador para o produto, evitará dentro de poucos anos a escassez de cafés exportáveis", alerta. Sob essa atmosfera nasceu a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), em 2 de março de 1963.

O drama daquele ano começou com as geadas que atingiram todo o território, causando danos particularmente na região cafeeira.

A mensagem de Braga, de 1.º de maio de 1964, não podia deixar de transparecer a situação política do Brasil, já sob o regime militar[22], amplamente apoiado pelo governador. Mas ele precisava fazer o relato do ano anterior. "Não devem ter ocorrido no Paraná, em qualquer fase de sua história, fenômenos semelhantes aos registrados no ano de 1963, os quais, pelas suas terríveis consequências, quase levaram o Estado ao colapso", lamenta. "Somente o indestrutível ânimo de nossa gente e a imensa capacidade de recuperação do nosso solo evitaram que isso ocorresse, superando, em pouco tempo, os danos causados pelas secas, geadas e incêndios que o transformaram, durante algumas semanas, em verdadeiro cenário de Apocalipse".

O drama daquele ano começou com as geadas que atingiram todo o território, causando danos particularmente na região cafeeira. Quando a crise parecia superada, as chuvas deixaram de cair durante meses estabelecendo uma seca rigorosa que afetou a produção agrícola, a pastagem dos animais e as represas que produziam energia. O Estado precisou sair à compra de geradores a diesel. À estiagem seguiu-se o maior incêndio ocorrido no Estado, "produto da imprudência de alguns", registra Ney Braga. "Após a geada, a seca castigou o Estado todo e, sem os devidos cuidados, os agricultores iniciaram o tradicional preparo das terras para plantio, utilizando o fogo como instrumento principal", destaca. Em poucos dias as chamas se alastraram por uma área

calculada em 21 mil quilômetros quadrados, com "presença escaldante" em pelo menos 128 dos 166 municípios que compunham o Paraná na época.

Ao apresentar a situação para a Assembleia Legislativa, o governador reproduz o comentário do diretor da Divisão de Controle do Fogo, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Merle Stephen Lowden, que se deslocou ao Paraná para ter uma visão melhor da catástrofe: "Considerando-se a concentração da área, o Paraná sofreu um dos maiores incêndios registrados no mundo, nos últimos anos". Segundo Braga, cerca de 600 mil alqueires de matas, lavouras e pastagens, além de casas, sítios, fazendas e animais foram devastados pelo fogo. O número de mortos, feridos e prejudicados pela tragédia até hoje continua incerto. O governo calculava em mais de 70 vidas perdidas e em torno de 30 mil flagelados (5,6 mil famílias), além de 4 mil habitações destruídas. "A fúria dos incêndios esteve a pique de abarcar todo nosso território, o que foi evitado com a ajuda de Deus pela pronta intervenção dos órgãos do Estado, auxiliados por forças federais aqui sediadas, pela colaboração de homens e equipamentos de outras unidades da Federação, pelo auxílio de técnicos norte-americanos e a solidariedade moral e material de todo o Brasil, além do exterior, o que nos deixa em perpétua dívida de gratidão para com todos", registra. As chuvas do final de setembro acalmaram a fúria do fogo.

A gravidade da situação trouxe o presidente da República João Goulart e todo o ministério para reuniões no Estado. O decreto de calamidade pública levou à criação da Operação Sementes e à efetivação do plano de diversificação agropecuária. A CAFE do Paraná e a Secretaria da Agricultura repassaram aos agricultores que tiveram as terras arrasadas, a preço de custo e com financiamentos especiais, 600 mil sacas de sementes de algodão, 60 mil de milho híbrido, 20 mil de soja, 20 mil de feijão, 20 mil de arroz,

15 mil de amendoim, 13 mil de trigo, 10 mil de centeio, 10 mil de milho azteca, 10 mil de mamona e 10 mil caixas de batata, adquiridas por meio de um empréstimo de 500 milhões de cruzeiros do governo federal. Foram mobilizados 55 agrônomos para prestar assistência técnica, 300 funcionários e 120 viaturas.

"Pretende-se, também, não somente recuperar a área flagelada, mas traçar novos rumos à agropecuária, a fim de elevá-la a melhores estágios de desenvolvimento", diz o governador. Com as matas devastadas, o governo implantou 12 viveiros que no primeiro ano produziram mais de 500 mil mudas de eucalipto, pinus ellioti e acácia, com o intuito de despertar o interesse dos proprietários de terra. Também foi posto em execução o plano de desenvolvimento avícola. "Serão abertas novas perspectivas ao homem do campo, com a execução da programação elaborada".

Paralelo a isso foi lançada a campanha Socorro ao Paraná em Flagelo, com pessoas não ligadas à administração incumbidas de gerir doações e os recursos arrecadados. "Vencida a borrasca, os ventos que passaram a soprar foram os do trabalho e da reconstrução, e, hoje (1.º de maio de 1964), após alguns meses, o Paraná se apresenta diante do Brasil com os maravilhosos contornos de sua extraordinária recuperação, voltando a ser o celeiro nacional", exulta Braga.

Mas havia uma preocupação adicional, pois a erosão ameaçava destruir a zona produtora do Noroeste do Estado, onde predominava o arenito caiuá. Naquela região as florestas tinham dado lugar à cultura cafeeira e cidades tinham se elevado em terrenos ondulados, sem planejamento racional para a infiltração das águas, o que colocava em risco também as áreas urbanas. "O solo, antes protegido pela vegetação, agora se encontra à mercê dos elementos erosivos naturais, pois o homem, ansioso por conseguir o máximo proveito da terra, não cuidou da preservação da flora, como devia", critica o governador.

A visão social do campo também marcou a gestão Ney Braga, com reforço ao trabalho da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR). Em 1963 foram montados ambulatórios médicos em 13 áreas, com atendimento a 33 mil trabalhadores e oferecimento de medicamentos a preço reduzido. Em serviço volante, 21 dentistas percorreram o Paraná com cerca de 92 mil ações nessa área. Cursos de orientação sindical, legislação do trabalho, elementos de Direito Constitucional e conhecimentos gerais estavam à disposição de agricultores. A economia doméstica, nutrição e alimentação, arte culinária, primeiros socorros e higiene faziam parte das orientações. "Nas aulas e demonstrações dadas em 1963, registraram-se mais de 270 mil comparecimentos de, principalmente, senhoras e moças da roça", informa o governador.

Novos Departamentos

Em 1963 o Departamento de Economia Rural aparece na estrutura da Secretaria da Agricultura, unindo-se ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo, à Diretoria de Administração, ao Fundo de Equipamento Agropecuário e ao Instituto de Defesa do Patrimônio Natural como atividades-meio da instituição. Entre as várias tarefas estavam os estudos e pesquisas que serviriam de subsídio para a determinação do preço mínimo, inicialmente das safras de algodão e cereais.

"A Secretaria da Agricultura, como principal organismo no setor, foi encontrada pelo atual governo completamente paralisada, limitada a atividades marginais, incapaz de fornecer os estímulos e apoio de que a agricultura carecia. Hoje ela se constitui numa das Secretarias de Estado mais dinâmicas, cuja ação se desenvolve segundo um programa previamente elaborado, à base de um estudo de profundidade sobre a estrutura agrária do Paraná, que

apontou as lavouras prioritárias a incrementar, cafeeiros a erradicar, zoneamento das culturas e todas as demais providências para elevar a produtividade do setor", resume o chefe do Executivo.

A influência exercida na elaboração de políticas agropecuárias para o País levou ao convite para que Ney Braga comandasse o Ministério da Agricultura, que assumiu em 19 de novembro de 1965, na gestão presidencial do Marechal Castello Branco. O secretário da Fazenda Algacir Guimarães foi escolhido pela Assembleia Legislativa para encerrar o mandato até 31 de janeiro de 1966. A partir daí o secretário da Agricultura Paulo Pimentel, de 37 anos, que vencera as eleições contra o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto, assumiu o governo. "Sem descuidar das atividades tradicionais, o Paraná procura partir para a diversificação da lavoura e para a diversificação da produção industrial", anuncia Pimentel.

No início de seu mandato a Secretaria deixou a sede na Rua André de Barros, no centro de Curitiba, e transferiu-se para a Rua dos Funcionários, n.º 1559, no Bairro Cabral, em prédio construído inicialmente para abrigar laboratórios da Divisão de Bioquímica do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), onde permanecia até o término das pesquisas para este livro. Uma das constatações em seu primeiro ano no governo estadual foi sobre a escassez de áreas disponíveis como fator de produção. Por isso defende o aumento de produtividade dentro de um Programa de Assistência e Integração Social. "Ele se inspira na filosofia do desenvolvimento integrado e tem como objetivo colocar o homem, sua família e sua comunidade como participantes diretos, responsáveis, e tanto quanto possível, dirigentes do processo de elevação de seus padrões de vida, pelo aumento da produtividade e, consequentemente, com maior rendimento econômico e social", aponta.

Fruto dessa política de parceria com o produtor, em agosto de

1966 o governo iniciou o programa Assistência Direta, que consistia em equipes de agrônomos, veterinários e auxiliares visitarem as propriedades para levar conselhos e orientações técnicas, e não esperar que eles viessem às sedes. Um dos focos era a coleta de amostras a serem enviadas aos laboratórios de análise de solos. As previsões de safra ampliaram-se com a coleta de dados em cerca de 100 municípios, enquanto o cadastro rural ganhou ritmo intenso, registrando-se naquele ano 5.846 propriedades.

A Acarpa passou por uma reformulação na estrutura para cumprir a política de o governo estar mais próximo do produtor. O número de escritórios regionais foi ampliado de 22 para 44, passando a atuar em quase 27% da área estadual. As ações expandiram-se ao campo da economia doméstica e na organização social rural, com incentivo ao cooperativismo, sindicalismo e conselhos municipais de desenvolvimento. “Graças à orientação prestada pela Acarpa às 171.152 famílias rurais, foi possível àquelas famílias um acréscimo de produção que resultou num aumento global de renda da ordem de Cr$ 1.184.904.518”, festeja Pimentel em 15 de maio de 1967.

A transformação dos produtos da lavoura alcançou em 1966 o maior índice de absorção de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE): 32%. Uma demonstração de que a proposta de agroindustrialização estava crescendo, sobretudo no ramo de óleos vegetais, que abocanhou 54,3% dos financiamen-

Sem descuidar das atividades tradicionais, o Paraná procura partir para a diversificação da lavoura e para a diversificação da produção industrial.

tos. O governador destaca, ao falar aos deputados, a ajuda para a instalação da empresa Cacique de Café Solúvel em Londrina, apresentada como a maior unidade produtora do mundo, com capacidade para 2 mil toneladas de solúvel anualmente. Ela nasceu exportando para os Estados Unidos, União Soviética e países da Europa. Em compensação, as indústrias de produtos de origem animal reduziram de 16,5% para 10,1% a demanda por financiamentos entre 1965 e 1966.

A partir daquele ano Pimentel instituiu o Plano Cinturão Branco, com vistas à melhoria do gado de leite. Tratava-se do financiamento, por meio do Fundo de Equipamento Agropecuário, para que leiteiros de Curitiba e municípios adjacentes pudessem comprar novilhas enxertadas. Na primeira remessa foram colocados à disposição 272 animais holandeses. A pecuária de corte também continuou agraciada com vendas financiadas. Para a suinocultura o governo optou pela distribuição de reprodutores de raça, por sorteio, e permuta por animais comuns. O início envolveu 1.195 da raça duroc-jersey. Reprodutores de caprinos da raça indiana buhj foram colocados em várias estações da Secretaria da Agricultura espalhadas pelo Estado, enquanto 20 búfalos importados da Índia foram para a estação de Morretes, com a intenção de incentivar a criação no litoral.

"Concretizou-se em 1967 um objetivo que somente esperávamos atingir muito mais tarde: o satisfatório nível de aperfeiçoamento técnico do plantel bovino do Estado, de tal sorte que já se pode parar com a distribuição por troca de reprodutores a criadores particulares", pondera Paulo Pimentel em mensagem de 1.º de março de 1968. Por esse sistema o governo trocou aproximadamente 10 mil animais. A decisão a partir dessa data passou a ser por ampliar a difusão dos trabalhos realizados no Posto de Inseminação do Canguiri. Ele ficava próximo ao Parque Presidente Castelo Branco, inaugurado pelo governador como palco de

exposições, em que o destaque era a qualidade dos animais do Estado, também apreciada em várias outras feiras.

No governo, a sanidade animal passou a ser enfrentada de forma mais intensa, com destaque para a febre aftosa. Em 1963 o Rio Grande do Sul promoveu a primeira vacinação contra a doença, com início de campanhas massivas. O Paraná começou a participar do plano integrado promovido pelo Ministério da Agricultura e em 1966 fez levantamento dos animais em 2.032 propriedades, com a vacinação de mais de 300 mil bovinos. Três anos depois o número de propriedades visitadas elevou-se a 14 mil. Em paralelo o governo propiciou tratamento clínico e cirúrgico a todos os animais encontrados no Estado, além de vacinar contra a peste suína, carbúnculo sintomático e raiva canina.

Em 1967 houve a instalação da primeira cooperativa de eletrificação rural, em Campo Mourão, que serviu como piloto para projetos que se estenderam por todo o Estado. Mas, além disso, o governador exalta a implantação do Serviço de Informação do Mercado Agrícola (SIMA), vinculado ao Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura. "O trabalho em causa é considerado da mais alta importância para a economia do Estado, constituindo-se no embrião de uma futura estrutura de informação e pesquisa de mercados", proclama Pimentel. O empenho pela diversificação de culturas culminou com a inauguração em 1969 do Laboratório de Análises de Sementes, em Maringá. "Veio realmente preencher uma falta visível existente no campo da produção de sementes melhoradas", frisa.

"A expansão da agropecuária se deve, basicamente, ao esforço da iniciativa privada, que vem correspondendo, com sua compreensão e apoio, às campanhas lançadas pelo poder público", afirma Pimentel em 31 de março de 1970. A mais recente fora a campanha Por Um Paraná Mais Verde, lançada em agosto de 1968. O objetivo era o plantio de 200 milhões de árvores em quatro

No mesmo ano o governo lançou uma campanha de incentivo à cafeicultura, com meta de plantio de 120 milhões de pés em três anos.

anos. Em um ano metade estava plantada. Com destaque para a produção de mudas nos parques florestais, que subiu de 850 mil em 1965 para oito milhões quatro anos depois. Em 1969 o Estado ganhou a Carteira Rural, operacionalizada pelo Banco do Estado do Paraná (Banestado). "O Banestado é o pioneiro nesse ramo de atividade no Paraná e vem desempenhando papel com eficiência, tanto na distribuição do crédito como na fiscalização dele", fala.

No mesmo ano o governo lançou uma campanha de incentivo à cafeicultura, com meta de plantio de 120 milhões de pés em três anos. "Esse plano resultou da evidente necessidade de suprir o déficit de produção de café no país decorrente da erradicação indiscriminada de cafeeiros e consequente queda da produção", acentua em 1970. "Visa garantir ao Paraná a hegemonia cafeeira, que está sujeito a perder se medidas acauteladoras desse porte não forem imediatamente postas em prática". Ao lado da tentativa de fortalecer o café, Pimentel empenhou-se na diversificação de culturas. Na safra 1968 o algodão cobriu o recorde de 335.860 hectares. "A se confirmarem os preços e as facilidades de comercialização atualmente oferecidos, tudo indica que nas próximas duas safras teremos um interesse crescente pelo cultivo dessa malvácea, quando então a cultura algodoeira deverá atingir a sua plenitude e estabilização nas diversas regiões ecológicas propícias", entusiasma-se.

A busca por incentivar produtos que não os tradicionais levou Pimentel a fortalecer o plantio de soja, que tinha se tornado uma cultura com forte apelo comercial. Em 1969 a oleaginosa beneficiou-se da distribuição de 18 mil sacas de sementes. O Estado foi inundado pela campanha Plante Soja, Use Melhor Técnica e Ganhe Mais. A receptividade levou à projeção de 300 mil toneladas na safra seguinte, um aumento substancial em relação às 48 mil toneladas obtidas cinco anos antes. "É essa receptividade do agricultor paranaense a fonte de estímulo para o Governo quando se lança em iniciativas que visam ampliar as possibilidades de produção do Paraná", vibra o governador. "Esse produto, além de ter ótimas condições de comercialização, apresenta enorme facilidade de plantio em terreno cultivado com o trigo".

Haroldo Leon Peres iniciou 1971 no comando do Estado, mas ficou pouco mais de oito meses. Com o mandato cassado, foi substituído por Pedro Viriato Parigot de Souza, que permaneceu no cargo até o falecimento em julho de 1973. Em seu período o cancro cítrico atingiu tal volume que o combate passou à responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, por meio da Polícia Rodoviária, com fiscalização rigorosa de tráfego em área interditada. O trabalho, em parceria com o governo federal, é lembrado pelo governador em 1972. "O apoio, permitido por essa integração, permite antever próxima a revolução tecnológica na agricultura", destaca.

Durante seu primeiro ano de mandato, representantes de 37 cooperativas realizaram em Curitiba a assembleia de criação da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), que passou a participar ativamente das decisões do setor agropecuário, juntamente com o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, um dos braços da Secretaria da Agricultura, e a Acarpa. Foi o elo para o fortalecimento do sistema cooperativista, que iniciava o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), com vistas à reorganização das

entidades no Oeste e Sudoeste. O processo foi complementado nos cinco anos seguintes com o Projeto Norte de Cooperativismo (Norcoop) e o Projeto Sul de Cooperativismo (Sulcoop).

Em 1972 Parigot de Souza refere-se com entusiasmo sobre o avanço da soja nos campos paranaenses. "Embora algumas culturas apresentassem um comportamento desfavorável, a economia agrícola passou a contar com um novo fator dinâmico de longo prazo, capaz de desempenhar, na próxima década, o mesmo dinamismo da cafeicultura até os anos recentes", salienta. "Esse novo fator dinâmico é a expansão da economia da soja e o advento de uma nova fase primário-exportadora, com características mais complexas que a anterior do café. Isto em virtude da tecnificação da produção e simultaneamente a consolidação e integração de um setor agroindustrial diversificado, voltado principalmente para o mercado externo".

O salto estava expresso nos números. Na safra 1969/70 a produção foi de 348 mil toneladas. E duas safras depois alcançou 1 milhão de toneladas. No Porto de Paranaguá o reflexo também se fazia sentir. Em 1970 saíram 26.198 toneladas de soja em grão. Dois anos depois foram embarcadas 184.822 toneladas, além de 446.694 toneladas de pallets. Era o início do grande salto na produção de grãos, incluindo o milho. A primazia paranaense na produção da oleaginosa foi ultrapassada pelo Mato Grosso durante a década de 1990. A partir desse período o Paraná passou a fortalecer o parque industrial, fornecendo ao mercado também alguns derivados, como o farelo e o óleo.

A pecuária mantinha-se em bom nível de crescimento no início da década de 70, com estimativa de 4,7 milhões de cabeças, particularmente no Noroeste do Estado. "As facilidades de criação e engorda de gado adquirido em outros estados permite ao Paraná um crescente nas exportações de carne bovina", garante o governador. Com plantas frigoríficas instaladas, a previsão era

de que se pudesse exportar 30 mil toneladas. O Oeste e o Sudoeste despontavam como grandes produtores de suínos, respondendo pela maior parte das 6,2 milhões de cabeças. No entanto, a febre aftosa continuava a incomodar os produtores e o governo. Em 1973, diante da gravidade, a Campanha de Controle à Febre Aftosa, em parceria com o Ministério da Agricultura e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Naquele ano estavam sob controle as áreas de Londrina, Jacarezinho e Campo Mourão.

A necessidade de tecnologia recheava as mensagens de Parigot de Souza. Mas a comemoração é pela criação em 1972 da Fundação Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), resultado de convênio entre o governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café (IBC). "Representa avanço importante, pelas possibilidades que seu funcionamento abre para a introdução de padrões técnicos e científicos na atividade agrícola estadual", celebra o governador. O Iapar foi importantíssimo na difusão e aperfeiçoamento da prática do Plantio Direto na Palha, que nasceu naquele mesmo ano em Rolândia como alternativa para conter a degradação do solo, com redução do escorrimento superficial das águas pluviais, aumento de infiltração, e, em consequência, a garantia de maior produtividade e rentabilidade ao agricultor.

Ganhou destaque a criação da Centrais de Abastecimento do Paraná (Ceasa), com participação do governo federal, governo estadual e prefeitura de Curitiba. "Permitirá a curto prazo atender a melhoria das condições de comercialização dos produtos primários, o aperfeiçoamento do abastecimento, a redução dos custos diretos e indiretos que gravam os produtos, além de promover a melhoria da qualidade e a normalização da oferta de hortigranjeiros". Mas a primeira unidade da Ceasa entrou em funcionamento somente em 1975, em Maringá.

A fundação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social (Ipardes) como parte da implantação de um sistema de planejamento, orçamento e modernização administrativa também foi obra de Parigot de Souza, um mês antes de falecer. Depois de uma breve passagem de João Mansur pelo governo, assumiu Emílio Hoffmann Gomes, com a determinação de que, entre outros assuntos, o Ipardes deveria estabelecer uma definição de tecnologias adequadas para o setor agrícola e ampliar estudo para integração dos polos agroindustriais. "A importância do setor agrícola paranaense, com uma participação crescente nas exportações, está a exigir a modernização da agricultura, uma sólida infraestrutura complementar, além de serviços de assistência técnica e financeiros adequados", reivindica.

O governador encomendou um estudo visando ao desenvolvimento do Noroeste, região seriamente ameaçada. "Trata do problema da erosão no Noroeste do Estado, que poderia ser qualificado como um verdadeiro 'quisto' a comprometer a vitalidade não só da Região como do próprio Paraná". Até porque o Noroeste, que representava 34% do território paranaense, era responsável pela produção de 48,21% dos seis principais produtos agrícolas à época – café, algodão, milho, feijão, arroz e soja – e abrigava 282 mil dos 555 mil estabelecimentos rurais paranaenses. "Uma das metas prioritárias para a área em pauta é a preservação das condições produtivas do solo como fator de desenvolvimento, para o qual será necessário efetuar mudanças no uso, subdivisão e ocupação da terra", escreve Emílio Gomes.

Em 1973 o setor primário respondia por 43,60% no contexto econômico estadual. Com a perspectiva de crescer mais, a Secretaria implantou o Sistema Integrado de Estatística Agrícola. Foi o segundo Estado a adotar essa metodologia para obter informações sobre a intenção de plantio, previsão de safras e acompanhamento geral das atividades no campo, desde a produção até industrialização e comercialização. Sem descuidar das tarefas

O Noroeste, que representava 34% do território paranaense, era responsável pela produção de 48,21% dos seis principais produtos agrícolas e abrigava 282 mil dos 555 mil estabelecimentos rurais paranaenses.

normais que eram feitas pelo Departamento de Economia Rural (Deral): serviço de acompanhamento de culturas, previsão de safras pelo método objetivo, serviço de informações sobre o mercado agrícola e preços pagos e recebidos pelos produtores.

Naquele ano Gomes apresentou um projeto de fruticultura. "Visa, principalmente, sanar com uma rápida e significativa resposta o desequilíbrio econômico de diversas regiões paranaenses", justifica. Uma Comissão Estadual de Fruticultura foi criada para auxiliar nos trabalhos de pesquisa, experimentação, ensino, assistência técnica, financiamento, produção de mudas e comercialização. "Os fatores ecológicos, econômicos e sociais indicam o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, que tem condições de promover o desenvolvimento de regiões menos favorecidas e incentivar a instalação de agroindústrias", propôs.

Respondendo a apelo do governo federal de que o País fosse autossuficiente em trigo, o Estado apresentou em 1974, em Campo Mourão, durante festa que contou com vários líderes do setor e produtores mobilizados pelas cooperativas, o Projeto para Aumento da Produção de Trigo no Paraná. "A colheita provou o acerto da iniciativa do Governo do Estado e o Paraná produziu cerca de 1 milhão de toneladas de trigo", relata o governador. Mas o grande feito apresentado por Emílio Gomes foi o lançamento da Campanha Nacional da Produção e da Produtividade, com a presença do presidente Ernesto Geisel, que assinou decreto criando o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Um ano depois dois terços das divisas geradas no Paraná provinham do setor agropecuário. "Daí a importância da agricultura e da pecuária do Paraná, em um mundo onde o alimento torna-se, cada vez mais, sinônimo de moeda forte", evidencia Jayme Canet Júnior. No entanto, a grande geada de 18 de julho de 1975 foi um pesadelo, sobretudo para os cafeicultores que ainda resistiam nessa cultura ou para os que tinham aderido à campanha de plantio em 1969. De um total de 900 milhões de pés, restaram aproximadamente 550 milhões.

As condições climáticas reduziram em cerca de 500 a 600 mil toneladas a produção de trigo, enquanto a cana-de-açúcar perdeu 60%. Mesmo assim o saldo agropecuário da safra 1976 foi bom, com crescimento de 21% em relação ao ano anterior, fechando em 16,6 milhões de toneladas, enquanto o valor aumentou 30,3%, cotado em Cr$ 20,8 bilhões. A previsão de crescimento dos 10 principais produtos – excluído o café, que não foi computado – era de 8,7% ao ano. "Esses números deixam claro que 1976 foi o ano da recuperação agrícola do Paraná", comemora Canet Júnior.

Ele mantinha a esperança em alta. "1977 será o ano da consolidação da cafeicultura paranaense, dentro de um quadro geral de uma agricultura em expansão e aperfeiçoamento, à procura de um equilíbrio desejável, não só do ponto de vista paranaense, mas a partir dos interesses nacionais, pois sabemos que o café emprega três vezes mais mão-de-obra do que qualquer outra cultura e que a formação de empregos rurais tem um custo muitas vezes menor do que a de empregos industriais", proclama.

Na mensagem de 1.º de março de 1977 o otimismo estava aceso: "Felizmente, podemos relatar, hoje, a vitória do agricultor e do pecuarista paranaense sobre os desafios do clima, que se manifestaram principalmente através da geada de 75, com a destruição de cafezais que constituíam, até então, o maior e mais tradicional suporte da economia estadual". As áreas liberadas pela

cafeicultura foram rapidamente cobertas com lavouras não perenes. Algumas de forma temporária, outras já se projetando que se tornariam definitivas. Apesar disso, Canet Júnior acreditava que os cafeicultores iriam se entusiasmar rapidamente, mantendo o produto como um dos mais importantes itens do agronegócio paranaense. "Mas terá nas outras lavouras um fator de equilíbrio econômico e uma garantia do conjunto da produção contra novos acidentes climáticos", registra.

Sua preocupação era com a forma como isso ocorreria, visto que as estimativas apontavam restar apenas um milhão de hectares agricultáveis. "Chegamos ao limite da expansão da produção pela simples incorporação de novas áreas", reforça. "Necessitamos novas técnicas, mais implementos, fertilizantes e defensivos. Necessitamos, principalmente, aprender a usar melhor os insumos e a fazer com que eles rendam o máximo". Por isso incluiu cursos sobre a melhor forma de aplicar defensivos ao elaborar o plano de objetivos e metas. E imaginava poder contar com as cooperativas nesse intento: "O cooperativismo é a resposta a uma real necessidade de fortalecimento do empresário agrícola, em seu afã de buscar novos recursos para investimento e ampliar conhecimentos técnicos e comerciais".

Naquele ano de 1976 projetos agroindustriais de cooperativas agrícolas receberam financiamento de Cr$ 200 milhões, além de outros Cr$ 100 milhões que foram investidos livremente. "A produção e a industrialização de aves e suínos foi estimulada através de outros projetos aprovados e em fase de implantação", informa Canet Júnior. Entre eles destaca o programa de melhoramento genético, com previsão de importação de 2 mil bezerras do Canadá até 1978, "que servirão como matrizes de animais de alta linhagem". Um lote de 400 chegou em 1976 para processo de pré-imunização no Parque Castelo Branco e o restante já estava revendido para pecuaristas de várias regiões. Para o chefe do Executivo, o

Para materializar as discussões frequentes à época sobre a política redistributiva, o governador lançou o Projeto Integrado de Promoção de Produtores de Baixa Renda.

grande desafio que se apresentava era a expansão adequada da rede de circulação e escoamento da produção. "A inexistência de uma rede de transporte e armazenamento, adequada à nossa potencialidade produtiva, acarretará a impossibilidade de escoamento das grandes safras de cereais. Esforço humano e húmus da terra serão perdidos quando o país mais necessita de alimentos".

Os estragos causados pela erosão estavam no visor governamental. Para isso foi projetado o Programa Integrado de Conservação de Solos, que contemplava cinco municípios: Ponta Grossa, Toledo, Rolândia, Campo Mourão e Paranavaí. "Os esforços para superar os prejuízos que a erosão representa vão sendo intensificados, a partir de uma consciência conservacionista e da exigência de conservação do solo para financiamentos rurais", diz.

Foi em 1976 que o governador Canet Júnior lançou o Programa Estadual de Industrialização da Cevada, entre outras razões pela oportunidade de gerar atividade econômica para o Alto e Médio Iguaçu e para Tibagi, regiões prioritárias para o desenvolvimento. "Assim agindo, o Paraná estará contribuindo para a autossuficiência de cevada e malte, auxiliando na substituição de importações na tentativa de buscar melhor equilíbrio na balança de pagamentos, além de promover a descentralização industrial e o desenvolvimento agroindustrial do Estado", justifica. O programa previa 6.707 toneladas em 1977, aumentando gradativamente

até chegar a 177.200 toneladas em 1983 – o que foi conseguido somente após 2010.

O primeiro programa radiofônico O Homem e a Terra, produzido pela área de Comunicação Social da Acarpa, foi ao ar em 10 de maio de 1976, com o objetivo de manter um contato mais íntimo com o homem do campo e passar as mensagens educativas a respeito dos cuidados com a lavoura. Aquele ano também foi o de consolidação da reforma administrativa promovida pelo Decreto n.º 625/1975, pelo qual se institucionalizou a denominação de Secretaria de Estado da Agricultura e se instituiu o Sistema Estadual de Agricultura (Seagri), composto pela Secretaria e suas sete vinculadas – Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Associação de Crédito e Assistência Rural (Acarpa), Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (CAFE do Paraná), Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (Copasa), Fundação Instituto de Terras e Cartografia (ITC), Centrais de Abastecimento S/A (Ceasa) e Serviço do Acordo de Classificação (SAC).

O resultado imediato foi a interiorização dos trabalhos com a criação de 14 Núcleos Regionais. Eles ficaram responsáveis por operacionalizar as políticas públicas e pela articulação das atividades das entidades vinculadas nas respectivas regiões. "Operando com a mesma estrutura existente na sede, inclusive com os serviços de apoio e sustentação para finanças, planejamento e administração, o Núcleo Regional foi definido como uma autêntica minisecretaria, onde a pessoa de seu chefe funciona como um representante pessoal do secretário, investido da autoridade para resolver e dar encaminhamento a todos os problemas a nível da região, só recorrendo à sede em casos de extrema necessidade", explica Jayme Canet Júnior.

Para materializar as discussões frequentes à época sobre a política redistributiva, o governador lançou o Projeto Integrado de Promoção de Produtores de Baixa Renda. O objetivo era atender

minifúndios, posseiros e arrendatários dos chamados "bolsões de pobreza" de 57 municípios, beneficiando 25 mil pessoas. O funcionamento era simples. O governo procurava o produtor e propunha o aumento da produção, com a garantia da compra. Reunidos em cooperativas, os produtores recebiam assistência técnica e acesso ao mercado. "Trata-se de um projeto que, pela sua simplicidade e eficácia, oferece condições de realmente assegurar, aos produtores de baixa renda, oportunidade de ampla realização pessoal e familiar", defende em 1.º de março de 1978. Em dezembro do ano anterior fora criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), assumindo as funções da Acarpa.

No encerramento do governo, Canet Júnior reconhece o crescimento da agricultura paranaense a partir de 1974, principalmente em função do milho e da soja, mas não fecha os olhos para as dificuldades ainda a serem enfrentadas. "A diversificação resolveu vários e criou novos problemas", salienta. Entre eles cita a vulnerabilidade em relação ao clima e às oscilações do mercado de grãos, o sério problema do desmatamento que fez reduzir de 63% para menos de 6% a cobertura vegetal em 20 anos, a erosão rural e a necessidade de criar empregos nos setores secundário e terciário para a mão de obra liberada pela mecanização.

Por isso elogia a reforma promovida na estrutura da Secretaria da Agricultura, que eliminou a duplicidade de ações e órgãos paralelos, além de descentralizar as atividades e delegar às entidades vinculadas a execução dos programas. Ele se refere ainda aos concursos de produtividade a partir da safra 76/77, "com resultados classificados como impressionantes". "Apesar dos padecimentos em virtude da geada, em 1975, e da estiagem, no ano passado e agora, a agricultura paranaense afirmou-se neste período como da maior importância para a sustentação do desenvolvimento estadual", vibra. Para possibilitar que os alimentos gerados

no campo chegassem a um maior número de consumidores, a Ceasa de Curitiba começou a operar o Varejão em agosto de 1977, com venda direta nos boxes aos sábados e linha de ônibus especial que fazia o trajeto entre bairros ou do centro da Capital até a Ceasa.

Apoio ao Pequeno

Em janeiro de 1978 o Sistema Estadual de Agricultura passou a contar com um jornal mensal, com o objetivo de apresentar as principais ações do Seagri, mas também primava pela orientação aos produtores. Chegou a ter 15 mil exemplares por edição e estendeu-se até dezembro de 1982. A primeira edição trouxe como destaque o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, pioneiro no País e que beneficiava cerca de 30 mil pessoas de nove mil famílias em 65 municípios. "Em dois anos espera-se que o Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor gere excedentes agrícolas, na área de minifúndio, no total de 312 milhões de cruzeiros, os quais ficarão em poder dos lavradores, em detrimento dos especuladores", observa o jornal. Em 4 de dezembro daquele ano o governador Jayme Canet Júnior promulgou a Lei 7.055, conhecida como Lei da Terra, que tratava de terras devolutas e buscava reestruturar o ambiente rural, com medidas que possibilitassem a criação e sustentação das propriedades familiares. No mesmo período o Serviço de Acordo de Classificação foi transformado em empresa pública recebendo a denominação de Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (Claspar), como uma alternativa mais eficiente para que os produtores tivessem acesso aos benefícios da Política de Preços Mínimos. Com a sua criação, deu-se por encerrado o processo de modernização do Seagri, iniciado em 1975.

No ano seguinte Ney Braga ampliou o programa de seu antecessor e lançou a primeira versão do Projeto Integrado de Apoio

ao Pequeno Produtor Rural (ProRural), com o objetivo de assistência técnica, crédito e infraestrutura básica. O financiamento viria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que o considerou um dos projetos de desenvolvimento integrado mais completos apresentados à instituição. Para aperfeiçoar e simplificar o processo de comercialização foi introduzida a Nota do Produtor Rural, além da elaboração do Plano Estadual de Comercialização (Planec). O Conselho Estadual de Cooperativismo aproximou ainda mais as cooperativas do trabalho governamental. Por meio de convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a secretaria passou a exercer as atividades de promoção, assistência e fiscalização do sistema cooperativista paranaense.

Com a finalidade de incluir mais áreas ao processo produtivo, o governador decidiu participar do programa nacional Provárzea, assim como determinou dragagem de rios no litoral, regularização fundiária em várias partes do Paraná e o desenvolvimento de projetos para plantio de 15 milhões de mudas de erva-mate em 32 municípios e de citros na região de Cerro Azul. Para garantir boas estradas no interior, a Secretaria de Transportes do Paraná criou o Programa Especial de Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para o Escoamento das Safras (Prosafras). Em 1980, por exemplo, realizaram-se 6.634 quilômetros de revestimento primário e construção ou reconstrução de 587 pontes. Além do escoamento dos produtos agropecuários, diminuição de perdas e melhores índices de ocupação da rede de armazenagem, o programa ajudou na permanência das pessoas no interior, visto ter criado 31.200 empregos durante a vigência dos contratos.

A criação pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) do Programa Agroindústria – Pagri, em 1980, foi um marco para a agroindustrialização paranaense. Logo de saída nove projetos foram aprovados, cinco dos quais eram do ramo de frigoríficos

de suínos e aves nas regiões Oeste e Sudoeste. A crise do petróleo, aliada à queda no preço do açúcar, fez com que novas plantas de produção de álcool surgissem, apoiadas pelo Badep e pelo Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE). Pelo menos quatro grandes financiamentos foram concedidos em 1980. Em paralelo, a Emater elaborou dois pré-estudos sobre destilarias de mandioca para os municípios de Mandirituba e São Miguel do Oeste, enquanto a CAFE do Paraná providenciou outro para destilaria de álcool de cana-de-açúcar no litoral.

A busca por alternativas sustentáveis em produção de energia elétrica já se manifestava no início da década de 80, com a elaboração do Programa Paranaense de Biodigestores, envolvendo o Badep e a Emater. Foram destinados Cr$ 1,9 milhão para atender 30 propriedades. As quatro primeiras consumiram Cr$ 491 mil e foram instalados biodigestores em Siqueira Campos, Piraí do Sul, Coronel Vivida e Toledo. O Banco do Estado do Paraná também abriu linha especial para biodigestores, com demanda para mais de Cr$ 50 milhões.

Por existirem muitos pequenos produtores não envolvidos no sistema cooperativista e que, por isso, tinham dificuldade em vender a produção, a Ceasa criou em 1980 uma atividade pioneira entre as similares do País, implantando a Divisão de Auxílio à Comercialização. "Essa Divisão, atuando como agente mediador e suplementar à esfera privada, utiliza-se das estruturas de apoio já existentes como a Divisão Técnica e Econômica e das informações de mercado já disponíveis, tornando possível escoar os excedentes da produção hortigranjeira", expõe Ney Braga. A estratégia possibilitou que 2 mil produtores da região do Alto Ribeira obtivessem incremento de 200% na venda dos produtos, que foram para Florianópolis, Porto Alegre, Maringá e São Paulo.

A piscicultura ganhou espaço. Em convênio, a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Surehma) deu con-

tinuidade à construção do Centro de Piscicultura do Estado, em Toledo, para pesquisa e estímulo à preservação e repovoamento dos cursos de água. O projeto abrangia 120 tanques com 10 mil metros quadrados. Ao mesmo tempo a Copel ampliou o estudo experimental no reservatório do Rio Capivari, com vistas aos trabalhos que pretendia desenvolver em toda a bacia do Rio Iguaçu. Das cinco espécies estudadas, a truta foi utilizada no reservatório da Usina Hidrelétrica Pedro Viriato Parigot de Souza, alevinos de carpa e a tilápia foram doados a pequenos proprietários rurais como fomento, e o bagre e o peixe-rei continuaram em pesquisas. O Iapar também aderiu às pesquisas, que projetavam produções de até 10 toneladas/ano de pescado por hectare. Prevendo o aumento nas áreas alagadas, a Casa Civil propôs a criação do Instituto de Desenvolvimento da Piscicultura, ligado à Secretaria da Agricultura, que não foi efetivado.

A Emater passou a incentivar o uso da adubação orgânica. Para isso instalou 25 unidades de observação e 11 demonstrativas de adubação verde nas culturas do milho, café e algodão, em área de 15,560 hectares. Os resultados foram imediatos. No Noroeste a produtividade chegou a 60 sacas por mil pés de café, enquanto na adubação química ficou em 20. O Iapar conquistou mais um degrau em suas pesquisas com a entrega da Mitacoré, a primeira variedade de trigo desenvolvida no instituto. A pecuária ganhou em qualidade com a importação de bovinos e ovinos canadenses, que chegavam de avião. Internamente foi criada a Associação dos Funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura em 1980.

Na mensagem de 1.º de março de 1982 Ney Braga reconhece que a agropecuária era e continuaria sendo a grande prioridade setorial. “Pelo fato incontestável de que ainda somos uma economia com grande dependência em relação ao setor agrícola, apesar dos avanços já registrados na senda da industrialização”, justifica. “Além do mais, é também o agropecuário o setor que, no

Paraná, dá resposta mais imediata aos investimentos, tanto no que se refere aos resultados econômicos quanto às suas repercussões sociais". Em discurso no ano de 1982 ele volta a tocar no assunto da prioridade agrícola: "Sem outras atividades, o homem pode viver, mas sem a agricultura o homem morre. Se não há produção agrícola, na realidade, não há vida. Então, a prioridade à agricultura é ditada até em razão do próprio instinto de sobrevivência".

O governador fala da existência de um Paraná com padrões tecnológicos elevados, com níveis de produção e produtividade excelentes, com reflexos nos volumes produzidos e exportados pelo Brasil. "Por outro lado, os pequenos produtores rurais, principais geradores de alimentos básicos, têm sofrido em razão de limitada assistência, os dramas da baixa produtividade nas suas culturas, por conseguinte, do baixo nível de renda, os quais lhe dificultam o acesso a padrões mais adequados de qualidade de vida". Para os pequenos afirma ter conduzido as políticas públicas, cujas diretrizes repete: atendimento amplo, adequado e permanente ao pequeno produtor rural; ampla difusão de tecnologia e de orientações para o adequado emprego de insumos modernos; pesquisa de meios e difusão de técnicas para conseguir melhor produtividade e aumento de renda ao produtor; condições para que o produtor encontre na economia de mercado e associativismo a melhoria na comercialização; melhoria de abastecimento para a população do Estado; supressão, a curto prazo e de modo definitivo, dos problemas de regularização da terra; defesa irrestrita da conservação dos recursos naturais e manutenção de condições ecológicas adequadas; oportunidade para que os produtores participem das discussões da política econômica ligada à produção, comercialização e abastecimento; formulação de proposições para normalizar a situação trabalhista no campo; e execução de pesquisas e experimentações em amplitude que respeite a magnitude do setor agropecuário estadual.

Sem outras atividades, o homem pode viver, mas sem a agricultura o homem morre. Se não há produção agrícola, na realidade, não há vida. Então, a prioridade à agricultura é ditada até em razão do próprio instinto de sobrevivência.

Segundo ele, "a opção pelos pequenos e médios agricultores, que caracteriza os programas do Governo, não significa relegar a plano inferior a agricultura comercial e os produtores de maior porte". Para estes, salienta que o Estado trabalhava de forma institucional, como no aprimoramento das relações de mercado, melhoria de condições de crédito para comercialização, aperfeiçoamento da política de preços mínimos, abastecimento e divulgação de informações agrícolas, além da definição de uma política de industrialização que privilegiasse as agroindústrias nas regiões de produção e que apoiasse projetos industriais nas cooperativas. "A Secretaria da Agricultura atuou também no sentido de influir, junto ao Governo Federal, para que o modelo de mercado seja baseado na livre iniciativa – mantendo-se a intervenção governamental para a correção de imperfeições aleatórias surgidas nos processos de produção, comercialização e abastecimento – bem como na compatibilização das medidas econômicas aplicadas ao setor agrícola", diz.

Ney Braga informa que em 1981 a Secretaria da Agricultura criara e incorporara à sua estrutura o Centro de Diagnóstico Marcos Augusto Enrietti, estruturado em convênio com a Universidade Federal do Paraná, como apoio às programações de defesa sanitária animal e vegetal. No primeiro ano de atividade efetuou 19.564 exames, entre fitopatológicos e virológicos. Naquele mesmo ano as atividades de defesa sanitária animal, que eram atribui-

ções da Emater, passaram para o Departamento de Fiscalização (Defis), órgão incluído na estrutura da Secretaria da Agricultura na reforma administrativa de 1975. Foi quando começaram, de forma efetiva e sistemática, os trabalhos de combate à peste suína.

O município de São Tomé foi o palco do lançamento do Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste (Pronoroeste) em meados de 1981. "É preciso trabalhar para as gerações do futuro, para que a terra não se vá com as águas, para os nossos descendentes poderem plantar", declara o governador. Com o mesmo objetivo foi lançado em 1982 o Programa de Manejo Integrado de Solos e Água (PMISA). O enfoque estava em microbacias e integração de terraços entre as propriedades, correção de acidez do solo, retificação de estradas e controle de voçorocas.

Movimentos de ocupação de terras ressurgiram no País a partir do final da década de 70 e início de 80, começando pelo Sul. No Paraná eles foram tratados como "tensão social" e ganharam espaço na mensagem de 1982. O Instituto de Terras e Cartografia (ITC), que era vinculado à Agricultura, foi designado como mediador nos conflitos, trabalhando em conjunto com o Incra. Em 1980 havia tensão envolvendo 71.751 hectares em 15 estabelecimentos rurais, onde se concentravam 6.142 famílias. Nessas áreas o Estado intervinha por meio de seus negociadores. Ao mesmo tempo o ITC trabalhava para encontrar locais onde pudessem ser estabelecidos os proprietários das terras que seriam inundadas para a formação da barragem da Usina de Itaipu. Mas o principal impasse com que o ITC se deparou foi na fixação do preço real para a terra nua na região Oeste.

Líder na produção de soja no início da década de 80, o Paraná foi bastante afetado em decorrência da queda no preço do produto e seus derivados no mercado internacional. Aliado a isso, fenômenos climáticos provocaram perdas na produção, o que redundou em crescimento de 87% no Imposto sobre Circulação de

Mercadorias (ICM) em 1982, enquanto o índice inflacionário foi de quase 100%. Sem qualquer medida à vista, coube ao governador José Hosken de Novaes promover uma anistia fiscal, que possibilitou alívio às empresas. Paralelo a isso, o serviço de segurança pública passou a exigir cada vez mais atenção. "E o pior é que a criminalidade está avançando para o meio rural, onde não são poucos os atos de violência e de roubo de produtos agrícolas armazenados em fazendas, cooperativas e unidades de benefício", adverte em 1.º de março de 1983.

Entre as ações que marcaram 1982, Novaes cita a inauguração da Ceasa em Londrina, que contribuiu para o acréscimo na movimentação de hortigranjeiros no Estado, chegando a 578,9 mil toneladas. Ele se refere ainda ao treinamento que a Central de Abastecimento fez de 911 pessoas, das quais 171 atacadistas foram orientados sobre comercialização, marketing e eficiência em vendas e outros 192 varejistas aprenderam psicologia de vendas e comercialização.

Quando 1983 chegou, o País realizara novamente uma eleição direta, com José Richa no cargo de governador a partir de março, e uma diretriz clara no plano de ação do governo: democratização do poder e participação comunitária. Em 1.º de março de 1984 ele lembra que o País entrava no quarto ano consecutivo de recessão econômica, com desemprego, miséria e inflação alarmantes. Richa aponta ter ciência da situação grave e que sabia serem essas as principais dificuldades a enfrentar. Mas o Estado foi novamente vítima de condições climáticas desfavoráveis, particularmente enchentes no Sul e Sudoeste e chuvas intensas em todo o território, que levaram à perda de 1,6 milhão de toneladas de grãos, com prejuízo aproximado de Cr$ 138,7 milhões.

Não apenas isso. A leitura do quadro da agropecuária paranaense, a partir da política agrícola do Governo Federal, apontava para a necessidade de mudanças. Segundo o governador, ela in-

centivava a exportação e induzia o produtor ao consumo acelerado de insumos modernos e máquinas agrícolas. Como consequência promovia o deslocamento das culturas alimentares para solos menos férteis e mais distantes, mudando a forma de produzir e as modalidades de emprego da força de trabalho. "As consequências inevitáveis do modelo agrícola foram a exacerbação do êxodo rural com expulsão de 1,3 milhão de pessoas para fora do Estado, o empobrecimento de produtores que ainda resistiram no campo, o processo de destruição dos recursos naturais pelas práticas inadequadas de cultivo, o desmatamento indiscriminado e a produção agrícola em solos inadequados", analisa. Com isso o Estado vivia constantes crises de abastecimento alimentar interno, com elevação de preços e, portanto, transformando-se em fonte de pressão inflacionária. Além de que o setor primário havia perdido bastante espaço para o secundário e terciário como elemento gerador da renda interna.

Para vencer esses desafios, mesmo não tendo a autonomia desejável para a formulação da política agrícola como um todo, Richa determinou o redirecionamento da atuação dos diversos órgãos ligados à Secretaria de Estado da Agricultura, com foco no apoio prioritário aos pequenos e médios produtores rurais. A secretaria concentrou a atenção basicamente em três áreas: abastecimento urbano, regularização fundiária e meio ambiente. A Ceasa foi importante no Programa Estadual de Abastecimento de Hortigranjeiros (Prohorti), que partia da ótica do consumidor, tratando o problema segundo as classes de renda e priorizando a população urbana de menor poder aquisitivo. Assim constituíram-se equipamentos como o Sacolão e o Varejão, com preços controlados, que estabeleciam parâmetro no mercado varejista. Também foi introduzida a Política Estadual de Abastecimento e a Feira do Produtor.

A política fundiária coube ao ITC, com participação de outros

organismos estaduais e federais, além de movimentos organizados de agricultores. “Estes pela primeira vez chamados a contribuir e a opinar sobre o problema fundiário”, destaca o governador. Foi lançado o Programa de Reassentamento dos Agricultores Sem Terra. No primeiro ano 100 famílias foram reassentadas em uma área de 1.500 hectares em Castro. Elas receberam orientações para uso de tecnologias adequadas às suas condições socioeconômicas.

Para cumprir o previsto na terceira área, de meio ambiente, a primeira medida foi a criação do Programa de Manejo Integrado do Solo, com vistas a introduzir práticas conservacionistas em cerca de 5 milhões de hectares, abrangendo 350 mil estabelecimentos rurais, entre 1983 e 1986. Um dos pontos era a conservação do solo em microbacias. No final do primeiro ano, 71 estavam tecnicamente manejadas e outras 139 em andamento. As famílias passaram a ser orientadas para o uso de adubação orgânica, e a Ceasa, em parceria com a Universidade Católica do Paraná, desenvolveu um projeto de aproveitamento do lixo orgânico para produção de biofertilizantes e biogás. Três anos depois o governador anuncia que outros estados estavam copiando o projeto: “Atende a objetivos da maior significação para o desenvolvimento futuro do Paraná: aumentar a produtividade das lavouras nas propriedades assistidas; educar o pequeno produtor e despertar sua consciência para a necessidade e as vantagens das práticas preservacionistas, mostrando que ele também aufere lucro pessoal, quando defende o patrimônio comum”.

Entre as obras colocadas como prioritárias para o setor agropecuário aparecem as de transporte. “Assegurar o escoamento permanente das safras agrícolas e de outros produtos do setor agropecuário, em direção aos mercados externo e interno, além de garantir o fluxo de insumos dos mercados para os produtores, como também entre eles, é tarefa essencial do sistema de trans-

portes do Estado", justifica. No entanto, Richa reconhece a necessidade de investimentos e destaca ser "inadiável" a implantação do pedágio em determinadas rodovias. Como alternativa a elas, o Governo contratou estudos para aproveitar a hidrovia do Rio Ivaí. "Se este projeto não se transformar em realidade, a médio prazo será muito difícil aos produtos paranaenses, com o encarecimento dos fretes rodoviários, competir nos mercados nacional e internacional", adverte o governador.

Como imprescindível para o setor agropecuário, Richa refere-se à eletrificação rural. "Do ponto de vista social, o empreendimento mais importante do Governo", assevera. O Programa de Desenvolvimento do Sistema de Eletrificação Rural, que ficou conhecido como Clic-Rural, foi lançado em janeiro de 1984. "Com o propósito de melhorar as condições de vida do homem do campo, fixando-o ao seu meio, economizando combustível e criando condições para a descentralização do desenvolvimento industrial do Paraná", propôs. "Estamos pagando, com ele, a grande dívida que o Paraná tem com seus produtores rurais, heróis que sustentaram, por muito tempo, a quase totalidade do esforço de desenvolvimento do Estado".

A meta inicial era atender 80 mil estabelecimentos rurais até 1987, imediatamente alterada para 100 mil e, logo depois, para 120 mil. "Conseguimos esse feito – construir mais, com os mesmos recursos – com o emprego de tecnologias alternativas mais simples nos projetos e escolha de materiais mais baratos, sem prejuízo da qualidade das obras", justifica Richa em 1.º de março de 1986. A Copel intensificou, por recomendação do Governo, os estudos sobre fontes alternativas de energia, que tinham entre as matérias-primas bagaço de cana e biomassa florestal.

Em 1984 o Paraná participava com 27% da produção brasileira de grãos e de algodão destinada ao segmento exportador. Internamente, porém, os produtos básicos de alimentação – como mi-

lho, arroz, feijão e batata – viviam uma situação de instabilidade. "No conjunto, a atividade agrícola não evoluiu na medida de sua potencialidade em nosso Estado e, hoje, tem seus preços e a decisão de produção estreitamente vinculados às cotações internacionais", observa Richa. "Ademais, uma postura histórica de ufanismo quanto à vocação agrícola do Estado encobriu equívocos como a perda e o esgotamento dos solos férteis, consequência do manejo inadequado e exploração imediatista, fatores que se agregam à expansão da agricultura comercial de exportação – expulsora de mão de obra pela mecanização intensiva – para agravar o êxodo rural e intensificar a queda da produção alimentar básica".

Por isso ele reafirma a decisão de privilegiar o pequeno agricultor, estimular o abastecimento alimentar e defender o meio ambiente. Richa considera como um dos mais importantes programas para o pequeno produtor o de Desenvolvimento da Tração Animal, objetivando restabelecer o uso de cavalos de raças apropriadas na agricultura. "O advento da mecanização incentivou o abandono da tração animal, processo de grande potencialidade para os pequenos produtores e com múltiplas possibilidades de desenvolvimento no Estado", argumenta. A CAFE do Paraná auxiliou no repasse, a preço abaixo do custo, de máquinas, implementos e arreamentos. Ao mesmo tempo foram feitas reuniões com mais de 300 mil agricultores para discutir o papel e função das cooperativas, pois o governador entendia que essa era uma boa alternativa para o desenvolvimento integral da atividade, desde a produção, passando pela armazenagem, até a comercialização dos produtos. "Estimulou-se a participação consciente dos pequenos produtores nessas entidades", diz.

No setor de pesquisa, a orientação ao Iapar foi a mesma: preferência a projetos que beneficiassem o pequeno agricultor, contemplassem a produção de alimentos e se voltassem à engenharia agrícola – em 1986 surgiu o *Tamanduá Iapar*, arado a tração

animal que operava em qualquer terreno. O projeto de Sacolões rapidamente estendeu-se para o interior, assim como o Projeto de Compras Comunitárias destinado a pessoas com renda de até dois salários mínimos. Projeto semelhante foi levado às praias no verão, atendendo pessoas com renda entre três e sete salários. As atividades foram coordenadas pela Ceasa, que também forneceu sementes e ajudou a montar hortas comunitárias.

Desde o início o governador assumiu perante a Assembleia Legislativa a obsessão por resolver questões sociais, visto considerar que sua eleição tinha muito a ver com a proposta de mudanças nesse setor. "Há problemas ingentes à espera de soluções. Entre eles, certamente o mais grave, o mais dramático, o mais urgente, é o das populações marginalizadas, as famílias dos sem-terra à procura de um chão, ou aquelas que, expulsas do campo, vegetam em condições sub-humanas de existência nas periferias das cidades", escreve.

Ele abraçou a causa dos agricultores sem-terra. Os processos levados a efeito em 1984, perante o Incra, visavam beneficiar 1.334 famílias. De sua parte, o governo estadual mediou acordos entre proprietários e posseiros, possibilitando que outras 264 famílias recebessem a posse. O Banestado e o Badep tornaram-se importantes agentes para custeio e atendimento aos pequenos produtores e cooperativas. Em 1985 o governo enviou documento com critérios para impedir a comercialização das posses de

Desde o início o governador assumiu perante a Assembleia Legislativa a obsessão por resolver questões sociais, visto considerar que sua eleição tinha muito a ver com a proposta de mudanças nesse setor.

terra, melhorar a identificação de imóveis caracterizáveis como latifúndios improdutivos e promover o levantamento das terras devolutas pertencentes ao Estado e viáveis para assentamento rural. Naquele ano foram expedidos 351 títulos de domínio e 91 de incorporação.

Em 1986 Richa exalta outro programa, o de Manejo Integrado de Pragas. "Está revolucionando as práticas agrícolas no Estado", constata. O destaque era para o trabalho que integrava entidades estaduais de pesquisa, assistência técnica, comercialização e fiscalização com as cooperativas de produtores agrícolas. O resultado no ano anterior tinha gerado economia de Cr$ 100 bilhões só com a diminuição de agentes químicos.

Para participar da campanha ao Senado, em maio de 1986 Richa passou o governo a seu vice, João Elísio Ferraz de Campos, que deu continuidade aos programas voltados à agropecuária, embora mostrasse revolta pela retirada do poder de decisão dos estados sobre questões fiscais, o que os colocou dependentes da União. "Entre 1970 e 1980, o valor da produção agrícola multiplicou-se duas vezes e meia e o Estado continua sendo um dos principais esteios da agricultura nacional: participa com mais de dez por cento da geração da renda do setor e vinte por cento da produção de grãos – soja, trigo, milho e feijão", acentua. "Mas os paranaenses não puderam desfrutar, plenamente, dos benefícios desse esforço. Os confiscos cambiais do café e da soja, por exemplo, drenaram para os cofres da União parte substancial da renda gerada pela nossa agricultura, sem a equivalente contrapartida de investimentos federais de interesse para nossa economia e o nosso desenvolvimento", critica em 1.º de março de 1987.

Ele retoma o discurso do antecessor: "A expansão, sem o necessário planejamento, dos produtos agrícolas que exigem mecanização intensiva resultou na redução drástica do pequeno produtor rural, um dos esteios da ocupação equilibrada do espaço

interno com pequenas e médias cidades, características da ocupação econômica do Estado antes do predomínio do modelo exportador assentado na produção intensiva de grãos: a soja, principalmente", critica Ferraz de Campos. Como resultado, 1,2 milhão de pessoas abandonaram o Paraná na década de 70, enquanto as grandes cidades absorveram, de forma desordenada, 2,6 milhões de camponeses. O governador complementa, afirmando que o crescimento da indústria, mesmo que tivesse sido elevado em termos relativos, partiu de base baixa, impossibilitando absorção da mão de obra.

Segundo ele, o que se observava em 1986, com as frequentes crises econômicas e recessões, era o esgotamento do que se convencionou chamar de "modelo paranaense de desenvolvimento". "A agricultura não tem conseguido aumentar sua produção, nos últimos anos: não há fronteiras a ocupar e a produtividade das culturas de exportação já está ao nível dos padrões internacionais de hoje, o que não ocorre com a maioria dos produtos alimentícios", observa. Além disso, o ritmo do setor industrial vinha se reduzindo constantemente desde o início da década.

"A crise recente serviu para evidenciar que atingimos o limite do crescimento possível, com o modelo que adotamos até agora. Mostra, também, que precisamos inovar, mudar a forma de produzir, criar novas oportunidades econômicas, como meio para resolvermos os problemas econômicos e sociais que nos afligem", discursa. "Sabemos, por exemplo, que a nossa agricultura, embora moderna e com alta produtividade para alguns produtos, pode, rapidamente, tornar-se obsoleta se não incorporar novas tecnologias; se não ingressar, sem perda de tempo, no campo da biogenética; se não expandir o processamento industrial de seus produtos e não acelerar o adensamento do parque industrial".

No período de dez meses em que ficou na administração, Ferraz de Campos adotou o lema *Preparando o Paraná do Futuro.*

Entre as atividades, iniciou a construção de armazéns a seco e a frio, adotou a sistemática de emissão de títulos da dívida pública para apoio ao empresariado, dilatou prazo de recolhimento de ICMS e implementou o Programa de Estímulo às Atividades Produtivas. Mas reconhece diante dos deputados que foi pouco para adequar a infraestrutura aos novos tempos. Ele sugere reforço para ter mais armazéns, organização de um novo sistema de distribuição e comercialização dos produtos, aumento da disponibilidade de energia nas fazendas e oferta de novos serviços públicos que melhorassem a qualidade de vida nos estabelecimentos rurais. "Na indústria, esta necessidade de novos avanços é mais nítida e mais urgente", reforça Ferraz de Campos.

Ao discorrer sobre a atividade agrícola, o governador ressalta que o principal instrumento a influenciar o desempenho era o crédito para custeio, comercialização e investimento, que, por sua vez, era manejado pelo Governo Federal. Segundo ele, o Plano Cruzado, lançado naquele ano, causara uma euforia nos produtores rurais em um primeiro momento, sobretudo porque o Paraná saia de uma safra frustrada, inferior em 40% às previsões. "O produtor rural tomou consciência da necessidade de investir em lugar de especular; de melhorar a produtividade e racionalizar a produção para obter os recursos de investimento cada vez mais escasso", analisa. No entanto, a política agrícola do Governo Federal mudou durante o ano e os empréstimos para custeio ficaram difíceis. Nos investimentos, os recursos eram ainda mais escassos, apesar da demanda por máquinas e equipamentos. Para evitar mal maior, no fim do ano o Governo Estadual lançou o Programa Pró-Leite, com destinação de Cz$ 100 milhões para garantir investimento a mini e pequenos produtores rurais.

O Governo Estadual também deu continuidade ao processo de regularização fundiária e assentamento de famílias, mas outra necessidade urgente surgiu: garantir o abastecimento mensal dos

trabalhadores sem-terra assentados, pois na maioria dos casos podiam ser caracterizados como miseráveis. "Desse modo, a alimentação é o requisito mais urgente a ser atendido, antes do início de qualquer trabalho de produção nas áreas desapropriadas, até que os assentados logrem autossuficiência", defende o governador.

Paraná Rural

Ao tomar posse em 1987 Álvaro Dias declara não ter sido eleito apenas para administrar crises. "Temos compromisso com o Paraná. Assumimos obrigações com a construção de seu futuro", apregoa. À agropecuária ele propôs o Projeto Paraná Rural, para o qual pleiteou, e conseguiu, recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mais conhecido como Banco Mundial. "Mas o grande símbolo da construção do futuro é o projeto da estrada de ferro Paraná Oeste, a Ferroeste", anuncia em 1.º de março de 1988. "Antiga aspiração das principais regiões produtoras de grãos, o projeto começa a sair do papel para os trilhos". Para isso foi criada uma empresa com participação majoritária de capitais privados e reduzida parcela do Estado e da União – a Ferrovia Paraná Oeste S/A (Ferroeste).

O governador retoma as críticas ao Governo Federal, que tinham sido apresentadas pelos seus antecessores, em razão do estímulo às culturas de exportação, em detrimento da produção de alimentos para abastecimento interno. "A estratégica situação geográfica do Estado, em relação aos principais centros consumidores do País, deveria ter orientado nossos esforços para a produção de alimentos; entretanto, as principais culturas alimentícias, como arroz e feijão, sofreram drástica redução tanto na área plantada como na produtividade", reclama.

Diante dessa realidade, Dias afirma: "Esta incoerência, que em

última análise leva os paranaenses a pagar custos adicionais, inclusive de frete, pelos alimentos que consome, suscitou a prioridade da política do atual Governo para o setor agropecuário: conduzir todos os programas tendo como referência o abastecimento alimentar". Como simbolismo e para dar novo rumo aos trabalhos da secretaria, ele alterou, por meio da Lei 8.485/1987, a denominação do órgão encarregado de aplicar essa prática, passando a se chamar Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab). "Não significa simplesmente uma troca de nomes: reflete a decisão e o empenho de reverter o processo que conduziu a produção agropecuária do Estado ao impasse em que se encontra", salienta.

Dias pondera que muito dependia da política agrícola adotada pelo Governo Federal, por isso em 1987, por iniciativa do Paraná, os secretários de Agricultura de todo o País reuniram-se em Brasília. Um dos resultados foi o deslocamento dos órgãos responsáveis pela política de abastecimento do Ministério da Fazenda para o da Agricultura. Segundo o governador, a pressão teve bons resultados, com a destinação em sete meses e meio de mais recursos para a agropecuária do que nos quatro anos anteriores. No Paraná a execução dos programas ficou com o Departamento Operacional da Agricultura e do Abastecimento.

No primeiro ano o governo iniciou o Programa de Irrigação e Drenagem, com o objetivo de aumentar a produtividade e incorporar à esfera produtiva a última fronteira agrícola inexplorada do Estado, as áreas de várzeas irrigáveis. "É um instrumento inovador na prática agrícola do Paraná", vibra o governador. Em menos de seis meses do programa foi possível irrigar mais de 12 mil hectares, quase metade do que se tinha até então. O Programa de Desenvolvimento Florestal foi introduzido, tendo como foco a reposição florestal e a preservação ambiental, com o viés de ga-

rantir alternativa de renda a pequenos e médios produtores. Em 1987 foram distribuídas 7 milhões de mudas.

Dois anos depois o Estado assinou contrato com o Bird para execução do Programa Paraná Rural. "Trata-se da concretização do Plano de Agricultura e Abastecimento da administração estadual que, ao dar efetiva prioridade ao meio rural, incorpora ao conceito de produzir o enfoque conservacionista e de recuperação dos recursos naturais, itens básicos e de referência", frisa o governador. "Desta forma, o ano de 1989 foi marcado pela consolidação dos esforços de uma administração que investiu na potencialidade do campo e na competência dos produtores". Ao término do governo, Dias exalta as ações, atribuindo à sua administração vários nomes: governo do pequeno produtor, governo do subsídio, governo do abastecimento e governo do cooperativismo.

Durante a administração de Álvaro Dias, as ações em relação à pecuária foram desenvolvidas nas áreas de melhoramento genético, sanidade e alimentação animal. Para integrar os trabalhos, o governo apoiou a fundação de associações de criadores, sendo a União Paranaense das Associações dos Criadores uma das primeiras. Foi instituído o Programa de Produção Animal, que teve, entre as ações pioneiras, a implantação do centro de bubalinocultura em Morretes, apoio para abatedouro de coelhos em Corbélia, instalação de unidades de abate e processamento de produtos animais em Santa Mariana, Santo Antônio da Platina e Cândido de Abreu e instalação de 73 postos de inseminação artificial em estabelecimentos de prefeituras, cooperativas e associações.

Como garantia da qualidade sanitária dos produtos de origem animal, foi instituído o Serviço de Inspeção do Paraná (SIP), com estímulo à criação de abatedouros municipais, para que o controle fosse mais efetivo. Uma das atividades foi o fechamento temporário das fronteiras para o trânsito de animais com vistas à pre-

Na Agricultura, o Paraná demonstrou ser possível e necessário caminhar em sentido contrário à política econômica recessiva. Os programas e ações desenvolvidos são geradores de renda e de emprego.

venção contra a entrada de novos tipos de vírus de febre aftosa. Mas também teve trabalho interno de combate a focos na região de Paranavaí, o que levou à suspensão de eventos agropecuários naquela área. Como os problemas sanitários não respeitavam divisas geográficas, por iniciativa paranaense foi criado o Conselho Centro-Sul de Defesa Sanitária Animal, para uniformizar medidas a serem adotadas no controle das mais diversas enfermidades. Com essas atitudes, Álvaro Dias comemorou em 1989 a liberação de exportação de carnes bovinas para a Comunidade Econômica Europeia.

O governador Roberto Requião assumiu em 1991. "Na Agricultura, o Paraná demonstrou ser possível e necessário caminhar em sentido contrário à política econômica recessiva. Os programas e ações desenvolvidos são geradores de renda e de emprego", proclama dois anos depois. Uma das iniciativas consideradas por ele das mais importantes foi o Crédito Equivalente Produto, adotado no programa Panela Cheia, pelo qual era fornecido crédito, sob condição de correção monetária equivalente à valorização do produto agrícola tomado como referência (milho ou cota-leite). "É uma iniciativa que, além de gerar renda e emprego, recupera o poder de investimento do produtor rural, não o deixando à mercê das incertezas e oscilações da política econômica".

Como premissa, defende que as ações da secretaria e das vinculadas "visaram à conservação e recuperação dos recursos naturais, ao aumento da produção e da produtividade, à produção

de alimentos básicos e ao abastecimento". Ele menciona o Programa de Melhoramento do Rebanho Bovino Leiteiro, o de adequação de estradas rurais, abastecedouros comunitários, práticas de conservação de solos e distribuição de essências florestais. Em 1993 começou o Programa Estadual de Revitalização da Cafeicultura, que preconizava o modelo tecnológico do café adensado, desenvolvido pelo Iapar, pelo qual se estimulava a ampliação da lavoura na mesma área. Seguiu-se o Programa Mutirão do Calcário. No Noroeste o governo lançou o Programa de Recuperação Intensiva de Pastagens do Arenito Caiuá. A ovinocultura igualmente entrou no foco da Seab, com distribuição de animais a serem pagos em ovelhas, três anos depois do recebimento. Ainda com foco na melhoria do rebanho de corte, o Programa de Produção de Novilha Precoce trouxe a mesma sistemática de correção monetária por equivalência-produto.

"A síntese disso tudo é o Paraná Rural, apontado pelo Banco Mundial como modelo para o mundo", enaltece o governador. O Paraná Rural era o guarda-chuva sob o qual se abrigavam vários programas e projetos desenvolvidos pela Seab, tanto de conservação do solo em microbacias hidrográficas, quanto de ações integradas de fomento, pesquisa, extensão e organização dos produtores. Para dar suporte técnico e operacional a ele, o governo expandiu os escritórios locais da Emater e em 1993 praticamente todos os municípios tinham suas unidades. "Permite que a Extensão Rural esteja cada vez mais próxima da família rural, que seja mais eficaz nas suas ações, proporcionando facilidades para o agricultor participar, em conjunto, na busca do desenvolvimento rural", justifica. Foi no primeiro ano de governo que Requião autorizou a Copasa a incorporar a CAFE do Paraná, passando a se chamar Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar).

O Paraná estava credenciado como exportador de carnes,

principalmente bovina e de frango. Ao discursar para os deputados, o governador lembra o fato de ter sido o primeiro Estado a assumir a inspeção de produtos de origem animal, "buscando a qualidade higiênico-sanitária dos produtos e, por consequência, a saúde da população". Durante o governo o programa Clic-Rural foi renomeado, passando a se chamar Força Rural. A projeção era de 50 mil ligações ao final do quadriênio 1991-1994. O Estado também assinou convênio com entidades públicas paranaenses para a criação do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) em 1993, com a coordenação do Iapar. A Seab implantou ainda o Banco de Dados Informatizado sobre Agrotóxicos, com informações agronômicas de 789 marcas comerciais.

A primeira mensagem do governo Jaime Lerner, em 15 de fevereiro de 1996, foi assinada pela vice-governadora Emília Belinati. O destaque foi dado ao desenho do Anel de Integração, apresentado como "nova concepção de desenvolvimento estratégico e geoeconômico para o Estado do Paraná". O Anel ligava as cidades-polo de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava. "Ele define uma matriz básica de vida e trabalho no Estado, à qual todas as regiões poderão ter rápido acesso", garante a vice-governadora. Naquele ano começaram os estudos para a implantação do pedágio, que se efetivou em novembro de 1997, com contratos que vigorariam por 24 anos.

A novidade para a agricultura foi o Programa Paraná 12 Meses, que previa investimento de US$ 353 milhões – US$ 175 milhões de empréstimo do Bird e US$ 178 milhões do tesouro estadual – em seis anos. "Tem como objetivo concentrar esforços para amenizar o grau de carência da população residente e trabalhadora no meio rural, possibilitar a implementação de estratégias para assegurar a competitividade dos produtores rurais paranaenses frente às novas imposições do mercado e garantir a extensão dos trabalhos de manejo e conservação do solo às regiões ainda não

atingidas", define. Visava também ao aumento da renda dos produtores e à geração de empregos no campo e na cidade durante os 12 meses do ano.

Em 1995, primeiro ano do governo, foi apresentado o programa das Vilas Rurais, estruturas para serem instaladas nas proximidades de centros urbanos, onde se agrupavam famílias de trabalhadores rurais, popularmente conhecidos como boias-frias, com o objetivo de fixá-los no lugar. A proposta era ter residências em lotes de 5 mil metros quadrados, com todos os recursos básicos necessários, pavilhão comunitário e área para produção de alimentos de subsistência, educação, saúde, lazer e aperfeiçoamento profissional para as famílias. Naquele ano quatro foram instaladas, sob coordenação da Secretaria de Habitação.

O programa Clic-Rural, lançado em 1984, que havia se transformado em Força Rural na administração anterior, passou a se chamar Lig-Luz Rural, e, a partir de 1996, o Programa Vale-Semente incorporou-se como apêndice dele, com o fornecimento de três sacas de semente de milho ao produtor. A estimativa era que a produção de um ano garantisse o pagamento da ligação de energia na propriedade. Emília Belinati destaca, ao discorrer sobre defesa, fiscalização e classificação de produtos agropecuários, a criação do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Fundepec) em 14 de novembro de 1995, em parceria com entidades do setor agropecuário. O fundo, administrado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), passou a se constituir em um dos instrumentos de maior segurança aos agropecuaristas no combate a doenças animais, particularmente a febre aftosa. Com vistas ao abastecimento, o Estado executou o Programa de Melhoria da Comercialização Agropecuária e do Abastecimento Alimentar, que veio a ser conhecido como Paraná Mais Alimento.

Um dos destaques apresentados por Lerner, ao enviar seu relatório à Assembleia Legislativa em 1997, foi o Supersopa, ad-

ministrado pelo Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar). Consistia no processamento do excedente de hortaliças e leguminosas da Ceasa para produzir sopas, que eram enlatadas e atendiam principalmente crianças carentes até seis anos. Em 1996, ano de sua criação, foram produzidas 8.688 latas de sopa concentrada com 4,2 quilos cada na cozinha industrial da Ceasa. Ao ser diluída em água, cada lata rendia 7 quilos de sopa. Elas foram entregues a 120 entidades sociais que atenderam 37 mil famílias. Para esse processo foram doadas 1.760 toneladas de alimentos sem padrão comercial. Outras 6.070 toneladas de produtos *in natura* alimentaram 28 mil famílias. Também foi instituído o CoopNutri, um termo de cooperação nutricional com prefeituras e entidades filantrópicas que oferecia cursos sobre reaproveitamento de alimentos, ministrados na própria Ceasa.

Em fevereiro de 1998 o governador Jaime Lerner entregou a mensagem aos deputados estaduais com elogios ao Paraná 12 Meses. "Está destinado a apoiar o desenvolvimento e a superação das pequenas economias do setor agrícola, ao mesmo tempo que prevê a preservação de nosso solo e modernização de unidades produtivas, preparando-as para o acirramento da concorrência dentro da realidade do Mercosul", diz. No ano seguinte amplia a análise sobre o programa: "Tem por base a descentralização administrativa e a inclusão da participação ativa dos produtores na organização e definição de todos os gastos, como a escolha das comunidades a serem assistidas, ou a escolha das atividades e práticas a serem desenvolvidas".

Visando ao desenvolvimento agropecuário regional, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento executou em 1997 dois projetos: cadeias produtivas e áreas demonstrativas. No primeiro foram estudados 20 produtos, com o objetivo de ter uma base de informações para referenciar políticas públicas e planejar as organizações. Como parte do processo, foi institucionalizado o

Fórum de Desenvolvimento do Agronegócio, reunindo setores público e privado, com a coordenação entregue à Faep. Foram implantadas 22 áreas demonstrativas, selecionando-se 13 cadeias produtivas para comprovar a eficiência das tecnologias de produção e/ou transformação de produtos e da organização rural na melhoria da renda dos produtores. Nasceram daí o Programa Paraná Agroindustrial, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e de Política Agrícola (Conderpa), o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa) e Câmaras Setoriais para formular políticas públicas para cadeias produtivas.

Igualmente criou-se a Universidade do Campo, englobando várias instituições públicas e privadas. Fruto dessa parceria, o Estado passou a oferecer o Alerta Geada, serviço desenvolvido pelo Iapar. Surgiu ainda o Programa de Formação e Qualificação Rural, iniciativa da Seab com a Secretaria de Estado da Educação. Em 1997 o Departamento de Economia Rural aprimorou a sistemática do cálculo do Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP) para compor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e continuou a realizar diversos levantamentos sobre o comportamento e desempenho do agronegócio paranaense.

O governador Jaime Lerner registra em 1999 a identificação de focos de febre aftosa quatro anos antes, no município de São Jorge do Patrocínio. A partir de 1998 as vacinações passaram a ser feitas duas vezes ao ano, em maio e novembro. "O Paraná completou 42 meses sem ocorrência da enfermidade, evoluindo dentro da classificação de risco de febre aftosa, elaborada pelo Ministério da Agricultura, passando de médio para baixo risco", enuncia. Segundo ele, o Estado aguardava apenas uma definição do Ministério para iniciar o processo para a obtenção do reconhecimento de Área Livre de Febre Aftosa.

No ano seguinte anuncia: "Consolidando um trabalho de três décadas, o Paraná recebeu o reconhecimento pelo Escritório Internacional de Epizootias, em maio de 2000, como Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação, cujas campanhas obtiveram índices superiores a 96% dos animais imunizados em um rebanho de 8.883.177 bovinos". O número de postos fixos de fiscalização subiu para 28 como medida de reforço no controle de trânsito. Em 2001 o Estado serviu de palco para o lançamento do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal e foi declarado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Livre da Peste Suína Clássica, ainda que fizesse parte de um bloco com várias unidades federativas.

Em fevereiro de 2002 Lerner reforça a opção pela industrialização durante sua gestão, com destaque para o complexo automotivo, que, segundo ele, foi responsável por 56% dos investimentos e 33% dos empregos gerados no eixo Ponta Grossa-Paranaguá. "Como decorrência dessas mudanças, o Paraná passou a ocupar o quarto lugar no ranking da competitividade nacional". Mas o governador garante não ter deixado de lado outros setores industriais e nem o primário, pois as Vilas Rurais continuavam a ser expandidas. Nas palavras de Lerner, era uma forma de conter o êxodo rural. Como iniciativa para fortalecimento da agroindústria, apresenta o Programa Fábrica do Agricultor. "Tem o objetivo de agregar valor aos produtos agrícolas, por meio da implantação de novas unidades, melhoria das existentes, apoio à comercialização e promoção das mercadorias produzidas", explica. Para ajudar na comercialização foi criada a Feira Sabores, realizada em Curitiba.

No mesmo documento Lerner comemora que, pela primeira vez no Brasil, foram obtidas plantas transgênicas de *C. canephora* (café robusta) com gene que condicionava resistência a herbicidas. Os experimentos foram feitos no laboratório de biotecnologia vegetal do Iapar, onde também se obtiveram tecidos embrio-

Em fevereiro de 2002 Lerner reforça a opção pela industrialização durante sua gestão, com destaque para o complexo automotivo.

gênicos de *C. arabica*, o cv. IAPAR-59, transformado com genes para maior uniformidade de maturação de frutos. "Com estes resultados, o Brasil integra-se ao seleto grupo que detém a tecnologia de transformação de café, tornando-se capaz de aplicar esta tecnologia de ponta sem a necessidade de depender de grupos de pesquisa/empresa de outros países", salienta. Coube ao Iapar o desenvolvimento das primeiras laranjas transgênicas nacionais, com gene para aumentar a resistência ao cancro cítrico.

O novo Regulamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de 31 de outubro de 2002, reduziu para cinco as empresas vinculadas: Emater, Iapar, Claspar, Ceasa e Codapar. Fundiu ainda o Departamento Operacional com o Departamento de Pecuária, nascendo o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (Deagro), que se juntou ao Deral e ao Defis.

Foi em 2003, já sob o governo de Roberto Requião, que o Estado aderiu ao Programa Banco da Terra, com o objetivo de promover a reordenação fundiária e assentamentos rurais, visto que atravessava uma situação de conflito, com muitas ocupações e desocupações de terras, algumas com resultados graves, incluindo mortes. O balanço fundiário mostrava 331 assentamentos, com 16.118 famílias. Também foram contabilizadas 404 Vilas Rurais a serem entregues até o final daquele ano, beneficiando 15,5 mil famílias, com investimento total de R$ 186,9 milhões.

Naquele ano se instalou o Banco de Hortifrútis, também chamado de Banco de Alimentos ou Ceasa Amiga, substituto do Supersopa, para reaproveitar produtos não vendidos. Ele se uniu ao Armazém da Família, Varejão e Mercado do Produtor, todos na Ceasa. Em 2003 havia 557 entidades assistenciais cadastradas, com benefício a mais de 96 mil pessoas em situação de vulnerabilidade. Em seis meses foram reciclados mais de 350 mil quilos de hortigranjeiros. Ao mesmo tempo eram realizados cursos, oficinas e palestras com vistas à orientação para nutrição, saúde e reaproveitamento dos produtos alimentícios.

Em fevereiro de 2004, quando relata ações do primeiro ano de seu segundo mandato, o governador Roberto Requião carimba a administração como "clara, inequívoca opção pelos mais pobres". Por isso uma de suas primeiras informações é sobre o Programa Leite das Crianças, lançado em Cândido de Abreu, em 15 de maio de 2003, para atendimento a crianças com idade entre seis e 36 meses sob risco de desnutrição. "Enquanto falcatruas multinacionais desorganizam nossa pecuária leiteira, o Programa Leite das Crianças organiza e viabiliza a pequena pecuária leiteira paranaense, alimenta as crianças e dá vida aos nossos produtores rurais", afirma. "É a garantia de um desenvolvimento saudável e sem as terríveis sequelas que a desnutrição e a fome provocam". Acrescido da proposta de melhoria na qualidade do produto.

O Programa Paraná 12 Meses teve continuidade com aplicação de recursos em vários projetos, entre eles o de regularização de leitos de estradas rurais, com objetivo de melhoria da drenagem e controle de erosão, além de garantir a trafegabilidade nas vias. Na Secretaria de Transportes surgiu o Programa Caminhos da Roça, com vistas a recuperar, manter e realizar pavimentação poliédrica em estradas rurais para escoamento de produção local e geração de empregos. A Fábrica do Agricultor foi expandida e, no primeiro ano, efetivadas 31 Feira Sabores do Paraná, além

da criação de um centro de comercialização em Guarapuava. As ações de segurança alimentar e nutricional ficaram sob responsabilidade da Coordenadoria de Programas Especiais de Enfrentamento à Pobreza, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que passou a operar no Paraná os programas Fome Zero e Bolsa Família, entre outros.

De outro lado, o Governo do Paraná proibiu Organismos Geneticamente Modificados (OGM) dentro do seu território. Em consequência, fiscais foram colocados a campo para coleta e análise de amostras de sementes de soja, enquanto se realizavam reuniões de esclarecimento. Ao mesmo tempo houve direcionamento de esforços para a produção de alimentos da agricultura orgânica e somente em 2003 foram expedidas pelo menos 300 certificações a novas propriedades. Para atender a esse apelo, a Estação Experimental do Canguiri, localizada na Área de Proteção Ambiental do Rio Iraí, reorientou as atividades para agricultura e pecuária orgânicas, incorporando o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA). "Queremos fazer do Paraná o principal produtor agroecológico do nosso País", salienta Requião.

2004 foi o ano de criação do Fundo de Aval, com a finalidade de apoiar o financiamento da atividade rural para agricultores sem titularidade da terra ou outro bem para hipotecar na instituição de empréstimo. "O Estado será o avalista, ou seja, assumirá a responsabilidade pelo produtor", assegura Requião. Ao lado disso, o governo perdoou as dívidas de pequenos agricultores que tinham financiado a produção pelo Programa Panela Cheia, de seu primeiro mandato. "Livres desse peso, podem produzir com tranquilidade e segurança", argumenta em 2006. Também nasceram os programas Irrigação Noturna e o Tarifa Rural Noturna, oferecendo desconto de 60% a 70% entre 21h30 e 6 horas. O Estado passou a contar com o zoneamento agrícola, possibilitando informações mais claras sobre o que, quando e onde plantar, a fim

de reduzir os riscos. Ao mesmo tempo começou a ser realizado o estudo para implantação do seguro rural regional. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Trigo entrou em vigor em 2009, garantindo até 30% do valor total do prêmio a quem tivesse aderido ao programa nacional.

Em 2005 surgiu o Programa Paranaense de Bioenergia, com o propósito de fomentar ações de pesquisa, desenvolvimento, aplicações e uso de biomassa no Paraná, assim como incentivar a produção e utilização do biodiesel. Várias unidades de pesquisa foram instaladas, tendo girassol, nabo forrageiro, amendoim, mamona, canola, colza, palmáceas e pinhão manso como culturas analisadas, "por apresentarem grande potencial como matéria-prima para o biodiesel em uma agricultura familiar sustentada e eficiente economicamente".

A mensagem apresentada pelo governador Roberto Requião em fevereiro de 2006, referente às ações de 2005, desconhece o anúncio feito em outubro, pelo próprio governo, de febre aftosa em estabelecimentos rurais do Estado. O documento traz apenas os números de vacinações realizadas naquele ano. Uma nota a respeito do assunto será acrescentada em 2007: "Visando à recuperação da condição de área livre de febre aftosa com vacinação, foram realizados os trabalhos de saneamento nas propriedades notificadas com focos de febre aftosa, seguidos de inquéritos sorológicos envolvendo 1.539 propriedades e 20.778 amostras de soros bovinos para análise laboratorial".

O terceiro mandato de Requião foi de reforço no programa Fábrica do Agricultor. "A Agroindústria Familiar constitui hoje a base principal dos negócios de alguns grupos de agricultores, conquistando espaços como atividade econômica, lucrativa, envolvendo-se cada vez mais com outros setores, como o artesanato rural, turismo rural e demais atividades não-agrícolas", escreve. Em 2006 o Paraná 12 Meses chegou ao final, com aplicação de

99% do total de US$ 175 milhões do contrato de empréstimo. Na Seab foi criada a Divisão de Cultivos Florestais, no âmbito do Deagro, desligando-se essa questão da Secretaria de Meio Ambiente. O objetivo era garantir ampliação da base florestal produtiva madeireira, sob a égide da sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com foco em pequenas e médias indústrias e propriedades rurais.

O trabalho de assistência técnica e extensão rural acentuou a partir de 2006 as ações visando à diversificação e à reconversão da agricultura. Ganhou mais força a produção orgânica, a fruticultura, a olericultura, a piscicultura e pesca, a produção de café com qualidade e o cultivo florestal. Houve um novo posicionamento em relação à melhoria da sustentabilidade na produção de grãos, o desenvolvimento de novo modelo para uma carne de mais qualidade, o cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares, além de palmáceas. Incluiu-se ao trabalho ações com as comunidades quilombolas e a construção de redes de referência para propor alternativas técnicas que contribuíssem para a inclusão social e redução de passivo ambiental. O turismo rural começou a despontar com o projeto Caminhadas da Natureza.

É de 2007 o Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, que ficou conhecido como Trator Solidário, com a finalidade de ampliar as possibilidades de agricultores familiares terem acesso a novas tecnologias, especialmente em relação à mecanização adequada e compatível com o tamanho das propriedades. "Os efeitos da mecanização da pequena propriedade são fantásticos, aumenta a produção e a produtividade, aumenta a renda, fixa a família à terra, diminui o êxodo e, por consequência, melhora a vida nas cidades", enumera Requião. A esse programa ele soma o Fundo de Aval e o Irrigação Noturna entre os mais importantes para a agricultura familiar. "Fala-se no verda-

deiro milagre de produtividade da pequena agricultura japonesa, chinesa, coreana e mesmo europeia. Pois bem, estamos construindo a mesma coisa no Paraná. Com crédito agrícola, mecanização, irrigação, pesquisas e assistência técnica".

Adapar e IDR-Paraná

Na mensagem de 1.º de fevereiro de 2012 o governador Beto Richa refere-se primeiramente ao diálogo estabelecido com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que, segundo pontua, garantiu que não houvesse nenhuma ocupação de terras no ano anterior. "Assumimos o compromisso de levar paz ao campo e provamos que é possível conciliar o acesso à terra com a inviolabilidade da propriedade rural produtiva", observa. "E por iniciativas concretas de apoio, na forma de crédito, insumos e assistência técnica, para que os assentamentos sejam efetivamente integrados aos mercados de consumo e se tornem sustentáveis".

Ele também ressalta a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) em 20 de dezembro de 2011. A autarquia, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, passou a realizar as atividades de defesa sanitária animal e vegetal, que até então estavam sob a responsabilidade do extinto Departamento de Fiscalização (Defis). "Será um instrumento decisivo em nossos planos de abrir novos mercados internacionais à produção agropecuária e no objetivo específico de tornar o Estado livre de aftosa sem vacinação até 2013", declara Richa. No entanto, a nova estrutura nasceu com trabalho rigoroso a fazer, em vista do aparecimento de foco de aftosa no Paraguai e a inclusão do Paraná em situação de alerta sanitário pelo Ministério da Agricultura. A estrutura da Seab passou a contar com o Deagro e o Deral, 22 Núcleos Regionais e seis vinculadas: Adapar, Emater,

Iapar, Ceasa, CPRA e Codapar, que havia incorporado a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (Claspar).

Ao comentar as atividades anuais realizadas por cada uma das estruturas da Seab e de suas vinculadas, o governador ratifica, no caso do Iapar, as diretrizes que conduziam as pesquisas: agroecológica, socioeconômica e independência tecnológica e inovação. "A partir destas, busca-se o desenvolvimento de tecnologias voltadas à criação de alternativas para a permanência dos agricultores, para o aumento da renda no campo, à recuperação e proteção dos recursos naturais e ao aumento da eficiência ou substituição de insumos na produção agropecuária", frisa. "Tais atividades têm atuação articulada com os serviços de assistência técnica e extensão rural para a difusão da tecnologia gerada". Fruto do trabalho do Iapar, houve o desenvolvimento da raça composta bovina Purunã na Fazenda Modelo, em Ponta Grossa, e a criação da Associação de Criadores de Purunã, em Cascavel.

Na Ceasa, o Banco de Hortifrútis – Ceasa Amiga, instituído no governo anterior para intermediar a distribuição de hortaliças e frutas sem apelo comercial e alimentar populações carentes, passou a se chamar oficialmente Banco de Alimentos. Reforçou-se a proposta de diminuir o desperdício e ele passou a compor as ações de segurança alimentar e nutricional nas cinco unidades da Centrais de Abastecimento do Paraná. Essas ações eram coordenadas pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, que representou o governo na assinatura em 2011 do termo de adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). No ano seguinte foi criado o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Desan) como órgão da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, que passou a administrar as políticas públicas voltadas a garantir o cumprimento do direito humano à alimentação adequada.

Em 2012, no documento enviado à Assembleia Legislativa, Ri-

cha fala da conclusão do Manual Operacional do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial (Pró-Rural), que teve aprovação do Banco Mundial, financiador dos trabalhos. Além de vários eventos para divulgação do programa, falava-se do investimento de R$ 2 milhões para compra de veículos e equipamentos de informática. O objetivo era aumentar a competitividade dos pequenos produtores rurais da Região Central. O programa previa ainda regularização fundiária por meio de ações de usucapião, o que começou a ser feito naquele ano. A Codapar teve suas ações estruturadas com a missão de atuar na logística de escoamento da produção agrícola, mediação em matérias de classificação de produtos, apoio às atividades pós-colheita e rastreabilidade dos produtos agrícolas. A esses acrescentou-se o gerenciamento do Programa de Adequação e Conservação de Estradas Rurais (Estradas da Integração), coordenado e executado pelo Sistema Estadual de Agricultura (Seagri), com o conceito de adequar as estradas rurais integradas às práticas conservacionistas. A Codapar montou o projeto Patrulha do Campo, pelo qual os consórcios intermunicipais recebiam equipamentos para a manutenção da trafegabilidade das estradas.

O Departamento de Florestas Plantadas (Deflop) passou a figurar na estrutura da Seab em 2013. As atividades iniciais foram na elaboração de plano de apoio à plantação de seringueiras em 11 municípios do Noroeste do Estado, no auxílio à difusão

Em termos de produção, o Paraná chegou em 2015 com liderança em trigo, feijão e aves; segundo em soja, milho e cana-de-açúcar; e terceiro em suíno, leite, batata e mandioca.

e capacitação de produtores para o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e no mapeamento de florestas plantadas. Naquele ano o Programa de Subvenção ao Seguro Rural, que havia iniciado apenas com o trigo, estendeu-se a outras 23 culturas. Em parceria com entidades públicas estaduais e federais e com a iniciativa privada, o Estado lançou a campanha Plante Seu Futuro, para difundir as boas práticas de produção no campo, sobretudo no combate a pragas e doenças.

No ano seguinte o Instituto de Florestas do Paraná assumiu as funções relacionadas às florestas plantadas, no lugar do Deflop. "Atua no controle, fiscalização, prevenção de incêndio e vigilância nas áreas próprias e de terceiros sob a administração da empresa, em aproximadamente 45 mil hectares", descreve o governador Beto Richa. Parte da produção de pinus foi vendida no primeiro ano e o instituto trabalhou na preservação de aproximadamente 25 mil hectares de florestas nativas.

Em termos de produção, o Paraná chegou em 2015 com liderança em trigo, feijão e aves; segundo em soja, milho e cana-de-açúcar; e terceiro em suíno, leite, batata e mandioca. O Deagro assumiu a partir daquele ano o gerenciamento dos programas da Patrulha Rural e das Estradas da Integração. Mas a novidade na estrutura da Seab foi a incorporação do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Desan), com a missão do "desenvolvimento, articulação intersetorial e apoio técnico, no âmbito estadual, da promoção da segurança alimentar e nutricional, tendo como referência a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e a consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)". Sob a responsabilidade do Desan ficaram as compras e doações de alimentos da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Leite das Crianças (PLC).

Em 2016, por meio da Portaria 249, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reconheceu a raça bovina Purunã e concedeu à Associação dos Criadores de Bovino Purunã a autorização para efetuar registro genealógico de animais da raça. No mesmo ano o Iapar conseguiu, perante o Tecpar, a certificação da produção orgânica de leite de búfala, realizada na Estação Experimental da Lapa. Na mensagem o governador fala da formação do grupo Mulheres do Café do Território Integração Norte Pioneiro, com 250 integrantes, que começara a dar os primeiros passos três anos antes. "Elas integram uma rede mundial formada por mulheres envolvidas em toda a cadeia do negócio café, desde a produção do grão até a colocação do cafezinho na xícara", festeja Richa. Naquele período o Estado possuía aproximadamente 8 mil cafeicultores, dos quais 85% em regime de agricultura familiar. É também de 2016 o Decreto 4.966, que criou o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), com o objetivo de estabelecer ações coordenadas entre órgãos públicos e privados, voltadas à conservação do solo agrícola e da água.

"2017 marcou o fim da severa recessão que abalou o País por três anos, e o reaquecimento da atividade econômica favoreceu a elevação, de forma consistente, dos investimentos estaduais", inicia o governador em fevereiro de 2018. "Esse reaquecimento foi ainda bastante tímido, mas beneficiou-se amplamente da forte queda dos índices de inflação, consequência da safra nacional recorde, para a qual o Paraná deu contribuição fundamental". O Estado produziu 41,6 milhões de toneladas de grãos na safra 2016/17.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21), realizada em Paris em 2015, o Brasil assumiu compromisso de reduzir em 37% até 2025, e em 43% até 2030, as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). A agricultura foi citada como um dos setores mais importantes para o resultado positivo

da missão. Por isso a Seab estabeleceu como prioridade, a partir de 2017: renda no campo, sustentabilidade, qualidade de vida e segurança alimentar. Todas as ações priorizaram a agricultura familiar e tiveram foco em: planejamento e ação em microbacias hidrográficas; redução das taxas de perda do solo e do uso de agrotóxicos; e inovação tecnológica para o aumento da produção, produtividade e renda.

Com vistas ao estímulo à implantação de boas práticas de produção, maior geração de renda, fomento à produção orgânica, melhores condições de saneamento básico e de qualidade de vida, além da redução da pobreza e de desigualdades sociais, uma das primeiras ações do Projeto Mais Renda no Campo foi a destinação de R$ 9 milhões a 57 projetos classificados. O Estado também reforçou o apoio para a construção de restaurantes populares em municípios com mais de 80 mil habitantes. As prefeituras foram orientadas para a confecção de projetos de cozinhas e hortas comunitárias e de outros equipamentos de segurança alimentar e nutricional.

O relato do governador aponta que em 2016 a piscicultura registrou aumento de 23% no Valor Bruto de Produção em relação ao ano anterior, atingindo 93,5 mil toneladas. “Vale ressaltar que, enquanto a produção da pesca encontra-se estagnada por volta de 12,5 toneladas por ano e sem perspectivas de crescimento devido às limitações ambientais, a piscicultura continua apresentando crescimento expressivo, acima do nível nacional”, diz. Como parte do esforço nos programas Leite, Agroindústria Familiar e Turismo Rural, o Estado organizou o primeiro Concurso Estadual de Queijos Artesanais.

Em 2018 a governadora Cida Borgheti, que administrou o Estado nos últimos nove meses do ano, refere-se à obtenção por parte do Iapar do certificado de biossegurança, pelo qual a Comissão Nacional de Biossegurança possibilitou que os eventos

transgênicos de plantas cítricas com resistência às principais doenças fossem avaliados em condições de campo. Naquele ano o Paraná tomou nova atitude pioneira ao criar o PronaSolos Paraná. Foi o primeiro Estado a trazer para seu território os princípios estabelecidos pelo governo federal no Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil (PronaSolos), envolvendo dezenas de instituições dedicadas à investigação, documentação, inventário e interpretação de dados de solos brasileiros, sob coordenação da Embrapa Florestas.

No ano seguinte, durante a gestão do governador Carlos Massa Ratinho Junior, o Instituto de Florestas do Paraná passou a fazer parte do Instituto Água e Terra (IAT). Em consequência, o Deflop voltou para a estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. A mensagem reafirma a missão da Seab: "Prover políticas públicas para o setor agropecuário no sentido do desenvolvimento rural sustentável social, econômico, ecológico, cultural, geográfico, reduzindo as desigualdades regionais e garantindo segurança alimentar e nutricional à população, qualidade de vida aos agricultores e respeito ao meio ambiente, tendo como referência a inovação tecnológica, bem como a inclusão produtiva do agricultor familiar individual ou em grupo, associações, cooperativas e outras formas de organização".

No relato à Assembleia Legislativa em fevereiro de 2020 o governo aponta as diretrizes que norteavam as ações na Agricultura, tendo como base os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas: competitividade e renda, inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, produção sustentável, segurança alimentar e nutricional e melhoria da qualidade de vida no meio rural. Entre as principais novidades do ano anterior são citadas a aquisição, pelo Seagri, de uma Aeronave Remotamente Pilotada para levantamentos fitossanitários e fiscalização de rotina em propriedades e a implantação do Termo de Fiscaliza-

ção Eletrônico e da Guia de Trânsito Animal Eletrônica. Também foi lançado o aplicativo Iapar Clima para informar as condições agrometeorológicas em tempo real nas regiões produtoras.

Um dos destaques foi a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a suspensão da vacinação de bovinos e bubalinos contra a febre aftosa a partir de 31 de outubro de 2019, com vistas ao compromisso do Estado de conquista do status definitivo de livre da doença. Com o fim da vacinação, o Paraná iniciou as campanhas anuais de atualização do rebanho, capitaneadas pela Adapar. Em outubro daquele ano a Secretaria apresentou o Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná (Coopera Paraná), com proposta de fortalecer pequenas associações e cooperativas da agricultura familiar. Foi importante ainda a implantação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Suasa/Susaf/PR), possibilitando que estabelecimentos da agricultura familiar, inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM), pudessem comercializar seus produtos em todo o território estadual.

"O desempenho econômico do Paraná em 2020 será marcado, indubitavelmente, pelos efeitos contracionistas da pandemia da covid-19", inicia o documento enviado em fevereiro de 2021 pelo governador Ratinho Júnior. Em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde havia declarado que o surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2) constituía Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Com o primeiro caso da doença covid-19 confirmado no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, medidas de restrição ao contato entre as pessoas foram tomadas. Houve interrupção ou retração de vários serviços pelo País, estendendo-se com maior intensidade até meados de 2021. Ratinho Júnior salienta que a economia brasileira, de forma geral, foi bastante afetada. No caso específico do Paraná, pondera que poderia

ter sido pior, não fosse a "notável performance" do setor primário, particularmente em razão da safra de grãos de verão 2019/20. O Estado produziu 24,8 milhões de toneladas, o que representou volume 25,9% superior ao do ciclo anterior.

No setor institucional do Seagri, a novidade foi a efetivação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná), criado pela Lei 20.121, de 31 de dezembro de 2019. O instituto resultou da incorporação do Emater, do CPRA e da Codapar pelo Iapar. Ele nasceu com as responsabilidades de: (a) promoção do desenvolvimento rural, tecnológico, socioeconômico e cultural da família rural e seu meio; (b) pesquisa e inovação técnico-científica no meio rural mediante desenvolvimento e transferência de tecnologia e execução de políticas públicas que priorizem a inclusão social e produtiva; (c) divulgação, apoio e promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis; (d) coordenação e provimento de soluções de engenharia rural em empreendimentos voltados ao desenvolvimento agropecuário, na infraestrutura logística de estradas rurais e de armazenamento, do abastecimento e segurança alimentar, de classificação de produtos de origem vegetal e de energias renováveis; (e) ações coordenadas visando à produção de alimentos saudáveis e de qualidade; e (f) certificação de propriedades rurais produtivas, sustentáveis e éticas, com emissão de selo certificador.

Nova comemoração relacionada aos avanços em relação à febre aftosa foi o reconhecimento, por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que o Estado era área livre da doença sem vacinação. Durante 2020 a Adapar deu início ao processo de desburocratização e conversão digital tanto no oferecimento de serviços aos usuários quanto no compartilhamento de informações com outras estruturas públicas e privadas. A Agência de Defesa Agropecuária implantou ainda o Selo Arte

no Paraná, com o objetivo de qualificar mais os produtos alimentícios artesanais. O programa de Revitalização da Viticultura Paranaense (Revitis), formalizado no ano anterior, começou a vigorar no apoio à cadeia produtiva da uva, privilegiando quatro eixos: pesquisa e produção, comercialização, agroindústria e turismo. Ao mesmo tempo instalou-se um viveiro administrado pelo IDR-Paraná em Santa Tereza do Oeste, com capacidade de produzir 152 mil estacas por ano.

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento iniciou o programa Compra Direta Paraná, possibilitando que produtores da agricultura familiar tivessem relação direta com os beneficiários da alimentação, congregados em entidades socioassistenciais ou em estabelecimentos que atuavam no cumprimento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para pessoas mais vulneráveis da sociedade. Ao Estado coube a tarefa de administrar o programa e realizar os pagamentos após a comprovação da entrega dos produtos. Como medida emergencial na pandemia da covid-19, foi lançado o programa Comida Boa, pelo qual pessoas em condição de vulnerabilidade social receberam três parcelas mensais de R$ 50,00 para serem gastos exclusivamente na compra de alimentos em estabelecimentos comerciais previamente cadastrados. O governo investiu R$ 113 milhões atendendo a mais de 794 mil famílias nos 399 municípios. Findo aquele pra-

O programa Compra Direta Paraná possibilitou que produtores da agricultura familiar tivessem relação direta com beneficiários da alimentação, congregados em entidades socioassistenciais.

zo, o programa transformou-se em política pública e passou a ser administrado pela Secretaria da Justiça, Família e Trabalho.

Em 2020 o governo também instituiu a alimentação escolar orgânica em todo o sistema estadual de ensino. A Ceasa ampliou o programa Banco de Alimentos e passou a processar os hortigranjeiros sem padrão de comercialização para serem distribuídos a entidades socioassistenciais e pessoas em vulnerabilidade social juntamente com os produtos *in natura*. Para o trabalho de processamento dos alimentos foi estabelecida parceria com o Departamento Penal do Estado, possibilitando que pessoas privadas de liberdade se integrassem ao serviço recebendo pagamento, aprendendo um ofício e conseguindo remição da pena. O programa passou a ser chamado de Banco de Alimentos Comida Boa.

Contrapondo-se ao início da mensagem do ano anterior, em 2022 o governador ressalta: "Sem dúvida, o ano de 2021 será marcado pela melhoria dos indicadores socioeconômicos do Paraná, após os impactos intensos da pandemia sobre as atividades produtivas em 2020". Os dados do Ipardes mostraram que em 2020 o PIB estadual recuou 2%, encerrando a sequência de três taxas anuais positivas. Mas no primeiro semestre de 2021 – dados disponíveis no momento da preparação do relatório à Assembleia Legislativa – verificou-se expansão de 4,2%. "É importante colocar que a retomada paranaense vem ocorrendo apesar dos resultados do setor agrícola, cujo peso na economia estadual é relevante e que vem exibindo retração em 2021, devido às adversidades climáticas", constata Ratinho Junior. O ano fechou com crescimento de 3,33%.

As geadas, uma das piores estiagens no Paraná e doenças, particularmente o enfezamento do milho, causado pela cigarrinha *Dalbulus maidis* e detectado com mais amplitude a partir da safra 2018/19, provocaram a perda de 9,9 milhões de toneladas em relação ao estimado. Isso resultou em uma safra de verão 2021/22

de 15,6 milhões de toneladas, ou 33% inferior às 23,3 milhões de toneladas de 2020/21. Para enfrentar o enfezamento, a Seab e suas vinculadas uniram-se a outros órgãos do setor agropecuário em campanhas de boas práticas no trato da cultura.

O Banco do Agricultor Paranaense foi apresentado em abril de 2021 e imediatamente passou a financiar investimentos em vários setores da agropecuária paranaense. A proposta foi de o Estado subsidiar o pagamento de parte da taxa de juros (até 3 pontos porcentuais do juro contratado com as instituições financeiras) com o intuito de alavancar a aplicação de recursos, além de promover inovação tecnológica, sustentabilidade, geração de emprego e melhoria da competitividade. As atividades incluídas para financiamento foram: agroindústria; apicultura; cadeias produtivas (produção de seda, café, olerícolas, floricultura, fruticultura e sistemas de produção orgânica ou agroecológica); pequenas cooperativas; pecuária de leite; piscicultura; produção de pinhão e erva-mate; produção, captação e reservação de água; turismo rural; energia renovável e irrigação. Nas duas últimas o Estado assumiu o compromisso de pagar toda a taxa de juro para projetos que dessem entrada até 31 de dezembro de 2022.

Ao final de 2021 foi lançado o Programa Energia Rural Renovável (RenovaPR), pelo qual o IDR-Paraná passou a credenciar empresas especializadas em energia renovável solar e de biomassa para auxiliar os interessados a elaborar os projetos, visando à difusão mais ampla de processos sustentáveis na área energética. Com o estímulo à geração própria, foi extinto o Programa Irrigação Noturna, criado em 2004.

Em 27 de maio de 2021 o Paraná conseguiu o coroamento de uma batalha que se intensificou a partir de 1965, com a primeira grande campanha de erradicação visando ao reconhecimento internacional de Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação. O documento emitido pela Organização Mundial de Saúde Animal

transformou-se no principal selo a atestar a qualidade do rebanho paranaense. Com isso abriu-se a possibilidade de o Estado acessar mercados internacionais que só aceitavam proteínas animais de regiões certificadas. "Este certificado configura um marco histórico para o Estado, que agora passa a ostentar o mais elevado selo de sanidade", registra a mensagem governamental. O Paraná conquistou também a chancela como Zona Livre de Peste Suína Clássica de forma independente. A classificação retirou o Estado de um bloco formado por 14 unidades federativas, isolando-o de problemas que pudessem ocorrer distante de suas fronteiras.

Em 2022 o mundo vivia a instabilidade causada pelo conflito bélico entre Rússia e Ucrânia[23], no Brasil havia um recrudescimento do quadro inflacionário, enquanto o Paraná ainda sentia o reflexo da estiagem. "Será lembrado indubitavelmente como um período de grandes desafios colocados à economia paranaense", escreve o governador Carlos Massa Ratinho Júnior em fevereiro de 2023. Mas, apesar das turbulências, a exportação paranaense cresceu em dólares, com alternância em produtos. No setor vegetal, houve aumento em farelo de soja e óleo de soja bruto. "A despeito da queda da produção estadual da soja em grão, houve um maior direcionamento do volume disponível da oleaginosa à industrialização, o que é positivo em termos econômicos, dada a internalização do processo de adição de valor", avalia. O setor de proteínas animais também se destacou. "A soja em grão não vem liderando a relação dos bens exportados pelo Estado, sendo superada pela carne de frango *in natura*, cujas vendas ao exterior somaram US$ 3,1 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2022, refletindo o dinamismo paranaense nesse segmento em que é líder nacional de produção". O ano fechou com US$ 3,6 bilhões em exportações.

Especificamente na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento houve continuidade dos programas desenvolvi-

dos na gestão, particularmente os que priorizavam a agricultura familiar. Como novidade, implantou-se na Região Metropolitana de Curitiba o projeto-piloto para certificação de produção de morangos com o Selo Adapar. O objetivo era diferenciar ao mercado consumidor os produtores que cumpriam todas as normas estabelecidas pela Agência de Defesa Agropecuária para o cultivo. O relatório ressalta a execução de 111 projetos de pesquisa no IDR-Paraná. "Estes projetos têm forte aderência com as diretrizes estratégicas do Sistema Estadual de Agricultura", afirma. Além de ter se efetivado no ano o lançamento de oito cultivares de café, aveia, mandioca, cártamo, canola e milho.

O documento cita ainda a primeira auditoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação à obtenção, no ano anterior, dos certificados de Estado livre de febre aftosa sem vacinação e de peste suína clássica. "As práticas e os controles adotados em relação ao trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal foram chancelados como adequados para a manutenção dos referidos status recém-conquistados", anuncia.

O novo mandato de Carlos Massa Ratinho Júnior começou em janeiro de 2023. No Sistema Estadual de Agricultura, a decisão foi por desenvolver durante os quatro anos de gestão trabalhos pautados em seis eixos: segurança alimentar, segurança da informação, segurança energética e conectividade, segurança hídrica e sustentabilidade, segurança produtiva e tecnológica e segurança sanitária. Um dos grandes desafios agropecuários que se impôs ao Brasil naquele ano foi o combate à influenza aviária de alta patogenicidade (H5N1), letal para as aves e com potencial de suspender as exportações. O vírus foi detectado pela primeira vez no País em 15 de maio, em aves silvestres migratórias no litoral do Espírito Santo. O Paraná imediatamente colocou-se em alerta, pois era o maior produtor de carne de frango do País, com abate de 2 bilhões de cabeças ao ano, e o maior exportador, com cerca

de 1,8 milhão de toneladas de carne enviadas anualmente para mais de 130 países. Além disso, os dados de sindicatos apontavam cerca de 100 mil pessoas empregadas diretamente na atividade.

As exigências para a Adapar e demais entidades públicas e privadas, e sobretudo para os produtores de frango, foram grandes, particularmente nos cuidados para não deixar nenhuma possibilidade de o vírus chegar à produção comercial. Os focos da doença em aves silvestres foram prontamente debelados. Sem que o vírus atingisse granjas comerciais até o fechamento deste livro, o status de livre de influenza aviária era mantido pelo País, não acarretando nenhum prejuízo para a exportação.

O Banco do Agricultor Paranaense ganhou novo desenho em 2023 com a criação de uma linha específica para mulheres investirem na propriedade rural, comprometendo-se o poder público a pagar a totalidade da taxa de juros. O Estado também renovou o juro zero para investimentos em energias renováveis e estendeu esse benefício para outras linhas do programa. A energia renovável atraiu bastante a atenção dos agricultores do Estado. Em apenas três anos tinham sido financiados mais de 4 mil projetos em valores superiores a R$ 670 milhões.

Foi um ano em que o Sistema Estadual de Agricultura assumiu compromissos visando à sustentabilidade do Planeta. Um deles por meio do Plano Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+ Paraná). Os desafios propostos até 2030 contemplavam recuperação de 350 mil hectares de pastagens degradadas, qualificação do uso do Sistema de Plantio Direto de Grãos em 400 mil hectares e a ampliação em quatro mil hectares do Sistema de Plantio Direto de Hortaliças. A tecnologia de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta fez parte das propostas com vistas a estender para mais 500 mil hectares, assim como o aumento do uso de bioinsumos em 430 mil hectares e de sistemas de irrigação em 48 mil hectares.

Para ajudar neste último propósito, foi aprimorado o Programa Estadual de Proteção de Nascentes, com a meta de preservar 30 mil fontes e minas d´água até 2026.

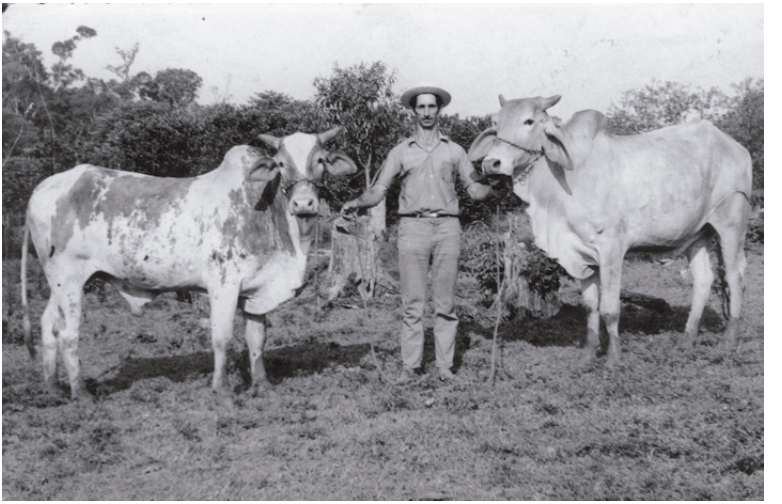
Os esforços dos agricultores e pecuaristas e a prosperidade da terra paranaense têm sido altamente expressivos quando da finalização de cada safra, dando razões ao presidente Jesuíno Marcondes, que em 1889 convidava seus contemporâneos a antecipar o prazer sobre "o grandioso futuro que nossa bela província reserva a nossos filhos". A safra 2022/23, última antes do término deste livro, apresentou 45,8 milhões de toneladas de grãos, enquanto o Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP) de 2023 alcançou R$ 198 bilhões. O Paraná destacava-se nacionalmente como o principal produtor de proteínas animais. Nesse setor exercia a liderança na produção de frango, peixes e bicho-da-seda, além de estar na dianteira em feijão, fécula de mandioca, erva-mate e cevada. Ocupava a segunda colocação como produtor de soja, milho, trigo, suíno e leite. Também tinha presença importante no mundo da madeira, sendo líder em exportação de compensados de pinus, painéis reconstituídos e molduras.

Foi um ano em que o Sistema Estadual de Agricultura assumiu compromissos visando à sustentabilidade do Planeta.

Funcionários do IBPT nas instalações do Serviço de Combate à Broca do Café, em Jacarezinho, 28 de janeiro de 1943.
TECPAR. Acervo.

Abanadoras de café – Londrina, década de 1950.
Acervo Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss".

Pulverização costal em Araucária, em 1951.
PARANÁ. Arquivo Público. Fotografia pertencente ao fundo documental Ruy Wachowicz PI 014.



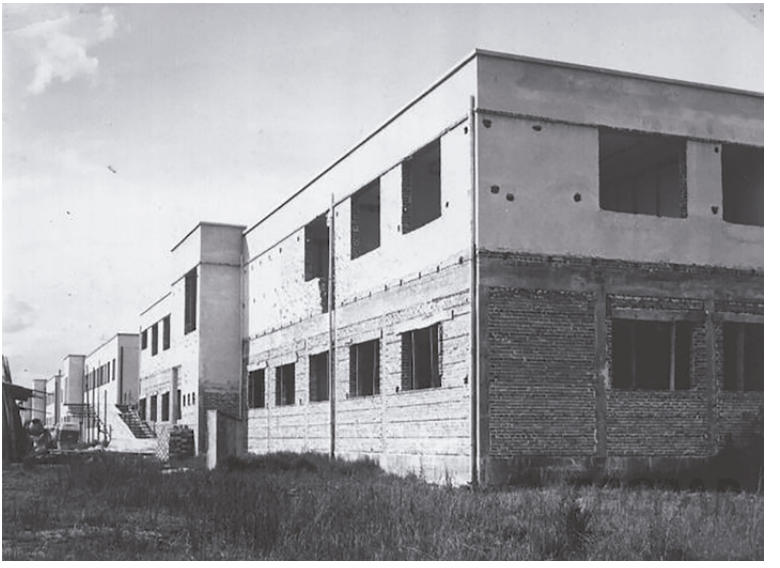
Primeira criação de gado zebu, 1956.
PARANÁ. Arquivo Público. Fotografia pertencente ao fundo documental Ruy Wachowicz PI 014.

1944 - Paraná dividido com a criação do Território do Iguaçu.
PARANÁ. Instituto Água e Terra (IAT) - Divisão de Gestão Territorial.

Fachada do Laboratório Regional de Jacarezinho IBPT.
Local destinado à fabricação de vacina contra peste suína, 1949.
TECPAR. Acervo.

Revolta dos Posseiros em Francisco Beltrão, 1957.
PARANÁ. Arquivo Público. Coleção Moysés Lupion PI 026.

Moysés Lupion em Londrina, 1959.
PARANÁ. Arquivo Público. Coleção Moysés Lupion PI 026.



Prédio do IBPT, que passou para a Seab, transformando-se na sede em Curitiba, 1964.
TECPAR. Acervo.

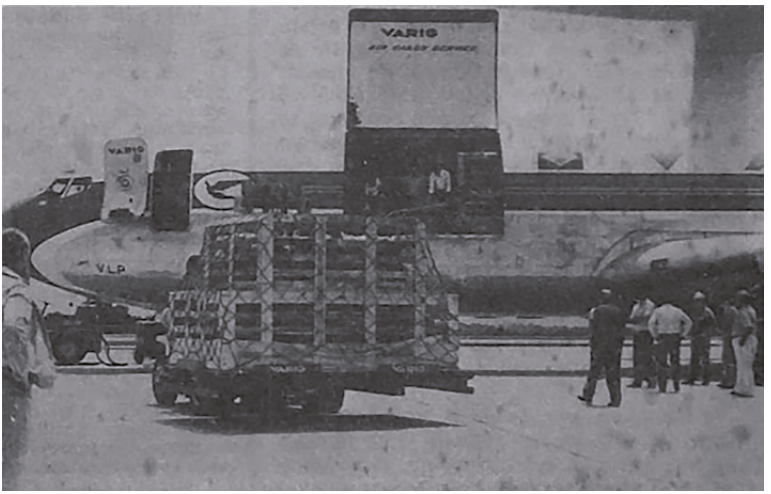
Trigal em São Mateus do Sul, 1970.
PARANÁ. Arquivo Público. Fotografia pertencente ao fundo documental Ruy Wachowicz PI 014.

Varejão da Ceasa, 1978.
SEAGRI. Jornal.

Família em plantação de soja em Marechal Cândido Rondon, 1979.
PARANÁ. Arquivo Público. Fotografia pertencente ao fundo documental Ruy Wachowicz PI 014.

Helicóptero PP-H5 utilizado no combate à broca do café em 1979.
MUSEU PARANAENSE. Coleção Bento Munhoz da Rocha Neto.

SEAB, fevereiro de 1982.
CURITIBA. Casa da Memória. Foto Haraton Maravalhas.



Importação de 268 ovinos e 41 bovinos do Canadá, 1982.
SEAGRI. Jornal.

Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, Parque Castelo Branco, em outubro de 1981.
PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Acervo.

Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, Parque Castelo Branco, em outubro de 1980.
PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Acervo.

Curso para cafeicultores em Siqueira Campos, 1998.
PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Acervo.

Secretários

A História por Quem a Fez

Paulo Pimentel

O encontro com o ex-secretário da Agricultura e ex-governador do Paraná Paulo Pimentel foi em ambiente interno, no agradável e amplo escritório em Curitiba. Mas ele insistiu ao estender o convite para uma visita às fazendas no Norte do Paraná, onde costuma se refugiar com frequência e se dedicar à produção de cana-de-açúcar e soja e à criação de gado. "Sempre fui agricultor, mas esta não era minha principal atividade. Depois que deixei o governo do Estado é que restabeleci as fazendas, que estavam abandonadas", diz. "Eu era inteiramente afinado com a minha profissão de advogado em São Paulo e nunca imaginei que viria para o Paraná, muito menos para Curitiba".

Jovem, era um dos 12 advogados que atendiam a Votorantim, além de manter um escritório em São Paulo e morar em casa própria no Jardim Paulista. A profissão e o parentesco com a família Lunardelli, da qual sua mulher, Yvone, era integrante, levaram a trabalhar em um inventário familiar. O grupo era grande, com 16 milhões de pés de café e usina de cana-de-açúcar em Porecatu. Por conta desse trabalho pisou pela primeira vez no Norte do Paraná, onde ficou advogando por dois anos e, nos dois seguintes, tornou-se superintendente da Usina Central do Paraná.

Em 1960, aos 33 anos de idade, houve o encontro que mudou sua trajetória profissional. Pimentel morava na hospedaria da usina, onde Ney Braga, candidato ao governo, passou uma noite, após comício na cidade, e conversaram. "Certamente ele sabia que eu dirigia a usina, mas ele não sabia o que eu tinha na cabeça, a minha experiência, eu tinha um bom preparo". Na noite de Natal recebeu o convite para estar em Curitiba no dia seguinte, para reunião com o governador eleito.

Ney Braga foi direto: "Quero você como meu secretário da Agricultura". A resposta: "Não posso aceitar porque eu ganho muito bem, tenho casa em São Paulo, já tenho três filhas, a mais velha está na escola e tenho duas pequenas, não conheço ninguém em Curitiba, serei um estranho em seu governo".

O governador eleito não se deixou convencer. "Assumi a Secretaria da Agricultura, onde tinha um time experiente, mas sem estímulo; estava desaparelhada, não tinha programa, não tinha nada; então, tive que inventar e a primeira coisa foi unir o time", afirma. Depois partiu para um dos principais projetos de pecuária. "Eu sabia que a pecuária de corte do Paraná era uma porcaria, bolei tirar o boi ruim e colocar o bom", salienta. Sem dinheiro, apelou para três criadores de nelore do Estado, pedindo 100 garrotes de cada um. "Vou pagar quando puder porque não tenho dinheiro, mas vou mudar a pecuária para vocês terem campo para vender seus bezerros", prometeu.

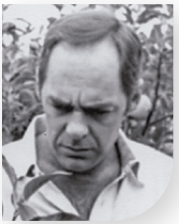
As trocas começaram por Castro e se estenderam para quase todo o Paraná, num total de 7 mil bois, a maioria adquirida em Uberaba (MG). "O caboclo trazia um garrote bem ruim e recebia um garrote de dois anos, enxuto, um pelo outro", comenta. A cada mil era sorteado um animal registrado. Para a região Sul foram comprados o touro Richard, que ficou famoso e conhecido como Ricardão, e três vacas charolês, que inicialmente iriam para o Rio Grande do Sul, mas em negociações acabaram no Paraná. Eles deram um milhão de descendentes em inseminação artificial. A região de Paranavaí recebeu o nelore, Ibiporã ficou com o gir e Joaquim Távora com o guzerá. Mas o que mais se adaptou ao Estado foi o nelore, em razão da rusticidade. "No imediato pode ter prejuízo, mas o que vem lá na frente é lucro certo", garantiu Pimentel ao governador.

Em paralelo, foram construídos os parques de exposição de Londrina e de Curitiba. Além de um incentivo à produção agrícola. Mesmo com a soja começando a despontar, o algodão predominava no Norte, enquanto no Sul o trigo tinha preferência. Um departamento da secretaria era responsável pelo fornecimento de sementes e venda de máquinas e equipamentos agrícolas liberados no Porto de Paranaguá, ou pelos serviços por eles prestados. Quando a demanda ficou grande, foi criada a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (CAFE do Paraná). "Precisava daquilo para que a gente pudesse movimentar dinheiro, foi o

grande órgão executor na Secretaria". Por meio da empresa foi adquirido um monomotor, mas logo trocado por um bimotor, mais confortável e seguro. "Como é que eu iria ser secretário da Agricultura e não viajar? A agricultura era omissa no atendimento ao agricultor", justifica.

O trabalho na agricultura conduziu-o à chefia do governo, que assumiu em 31 de janeiro de 1966. "Enquanto secretário não tinha nenhuma expectativa de ter carreira política, meu limite era a Secretaria da Agricultura, atendendo bem o lavrador. Cheguei em Curitiba no zero e com 37 anos era governador". Decidiu unir o Estado, que, segundo ele, se dividia informalmente em três partes: Sul, com a capital em Curitiba; Norte, com capital em Londrina; e Oeste, com capital em Foz do Iguaçu. Para realizar o objetivo, traçou quatro planos. O primeiro, a energia elétrica. Começou por comprar centrais com geração de óleo diesel, à espera da Usina Capivari Cachoeira. Com a inauguração dela, gerando 400 megawatts, foram desativadas 40 centrais. "Unimos o Paraná com energia elétrica", acentua.

O segundo era a telefonia. Pimentel fez a primeira concorrência da Telepar, criada no governo Ney Braga. "O telefone também ajudou a juntar o Paraná", garante. O terceiro plano era levar o ensino superior para o interior, e começou com a criação das universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. "Enchi de faculdades, que estão todas transformadas em universidades", afirma. Por fim, decidiu completar a união por meio de estradas. Segundo Pimentel, foram 1.800 quilômetros de asfalto com sete camadas de brita. "E essas possíveis separações foram eliminadas".



Reinhold Stephanes

Especialista em orçamento e gestão na área financeira, Reinhold Stephanes foi chamado desde cedo a contribuir em vários órgãos municipais, estaduais e federais. Na Secretaria da Agricultura do Paraná, que assumiu em 15 de março de 1979, a convite do governador Ney Braga, não precisou utilizar sua experiência e conhecimento nessa especialidade. "Naquele momento a agricultura do Paraná tinha duas características a ressaltar: já era a melhor agricultura do Brasil e a Secretaria da Agricultura era extremamente organizada, fugindo aos padrões da época e até aos atuais", atesta.

O governador anterior tinha sido o agropecuarista Jayme Canet Júnior, que teve como secretário Paulo Carneiro Ribeiro, também da agricultura. Ele contratara a Fundação Getúlio Vargas para selecionar e treinar um grupo de técnicos, agrônomos e veterinários que teriam funções de coordenadores e chefes, tanto em Curitiba quanto no interior. "Quando cheguei, como homem de organização, encontrei isso. Não mudei um técnico. Usei a mesma equipe para administrar", destaca Stephanes. "Encontrei a casa arrumada e tudo conspirava a favor. Era um momento de muita riqueza na agricultura".

Segundo ele, o Banco Mundial havia observado algo novo acontecendo na agricultura brasileira e propôs-se a auxiliar. "O Pró-Rural – Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – foi 100% elaborado na minha gestão, ainda que o dinheiro tenha chegado mais tarde", salienta. O programa, que teve financiamento do banco, objetivava aumentar a competitividade de pequenos produtores rurais de regiões mais carentes. Stephanes foi um dos idealizadores da

expansão da Ceasa para Londrina. Assunto que conhecia bem, pois entre o final da década de 60 e início de 70 representara o Ministério da Agricultura no comitê que estudava a introdução no Brasil das companhias de abastecimento, conceito nascido na Espanha.

O tema da conservação de solo estava em alta no término da década de 70. Stephanes reforça que sua gestão na Secretaria foi bastante favorecida com a técnica do plantio direto, que começara em 1972 no Norte do Paraná e se expandira pelos Campos Gerais a partir de 1976. "Foi um momento interessante, com essa técnica coordenada por três agricultores importantes, Herbert Bartz, Franke Dijkstra e Manoel 'Nonô' Pereira", recorda. "Pode-se dizer que o plantio direto foi a grande revolução agrícola do século passado, sem a qual não teria sido possível avançar no plantio de soja, por exemplo".

Entre os desafios que se impuseram, o controle do cancro cítrico foi um dos mais difíceis, em razão da necessidade de se cortar toda laranjeira existente nas propriedades, muitas vezes administradas por pequenos produtores. "Era a única forma de combater e houve um choque meio grande", recorda. "Mas vencemos e inclusive ganhamos prêmio de marketing, porque tinha de fazer campanha, além de indenizar os produtores". Mas também enfrentou a Itaipu na indenização a agricultores da região, deslocados das terras que seriam inundadas. "Técnicos da Itaipu iam na propriedade, avaliavam a terra, os bens e atribuíam uma indenização, mas era pouco, ainda mais que as terras começaram a aumentar de preço, então, além de arrancar do habitat, ainda se dava menos do que valia", afirma. "Achei isso injusto e liderei movimento contra, o presidente da República chegou a ligar para o (governador) Ney Braga, mas contei a história e ganhamos, a Itaipu teve de reajustar as indenizações".

Valorizar a terra Stephanes havia aprendido na infância. Criado pelos avós, cresceu ouvindo as histórias de grilagem em propriedades de familiares. Nascido em Santa Cruz do Timbó (SC), frequentou a Escola Agrícola de Rio Negro (PR) que à época recebia filhos de lavradores, órfãos e menores desamparados. Dois anos depois estava na Escola Técnica de Curitiba. Cabo do Exército, com indicação de promoção para sargento, cursou Economia, o único que possibilitava compatibilização de horários. Ao se inscrever para um curso de verão, a vida profissional mudou. Um dos professores indicou-o para trabalhar no governo do Es-

tado. "Caí no melhor lugar do mundo, na Diretoria Central de Orçamento", diz. "Ao aprender a técnica orçamentária, e ter tido grandes mestres nessa área, acabei me tornando uma pessoa importante dentro do contexto da administração".

A projeção levou ao convite para ser chefe de orçamento da prefeitura de Curitiba, e com 26 anos de idade, recém-formado, passou a comandar a Secretaria da Fazenda. Quando o ex-prefeito Ivo Arzua foi convidado para o Ministério da Agricultura, levou Stephanes para organizar a área financeira. "Fui a Brasília em 1967 e tive o primeiro contato com a agricultura, comecei a entender a agricultura", recorda. Participou da criação e implantação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A experiência de organização das duas empresas e da gestão financeira do Ministério da Agricultura levou ao convite para a organização da Previdência Social. Ele presidiu o antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de 1974 a 1979, foi ministro do Trabalho e da Previdência Social (1992), ministro da Previdência e Assistência Social (1995-1998) e ministro da Agricultura (2007-2010).

Eugênio Stefanelo

Eram 17 horas de 17 de julho de 1975 quando o governador Jaime Canet Júnior telefonou para o secretário de Estado da Agricultura Paulo Carneiro pedindo que os servidores do Departamento de Economia Rural (Deral) ficassem de prontidão. "Ele queria todos a postos para relatar a evolução do frio que se prenunciava", revive o então diretor do Deral, Eugênio Stefanelo. Às 20 horas e, logo depois, às 21 horas, Canet Júnior falou com o próprio diretor. "Lamentavelmente a temperatura está baixando", comunicou Stefanelo. Como naquela época, o ex-diretor do Deral, que depois assumiu o comando da Secretaria, não contém as lágrimas e a forte emoção ao lembrar sua resposta no telefonema seguinte do governador, à meia-noite. "Lamento dizer, mas acredito que pela marcha da temperatura os cafezais terão um grande baque". Prognóstico confirmado pela manhã. "Pegou tudo". Era o momento de percorrer o Estado para avaliar o estrago. "Nunca chorei tanto em minha vida quanto naquele período. Era sistema de colonato e vi famílias indo para a estrada, para a rua, com todos os pertences, e não tinha muito o que fazer", afirma.

Stefanelo formou-se agrônomo em Santa Maria, com pós-graduação em Economia Rural em Porto Alegre, e imediatamente passou a trabalhar na Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura (Suplan), em Brasília. Ali ajudou a estruturar políticas públicas para os sistemas de pesquisa, assistência técnica, crédito, preços mínimos e seguro rural. Em 1976 decidiu retornar ao Rio Grande do Sul, mas havia o Paraná no caminho. A intenção era ficar um dia na casa de um amigo. Tempo suficiente para ser conduzido a uma reunião em que se discutia a rees-

truturação das políticas públicas paranaenses. Tornou-se funcionário da Secretaria da Agricultura. "Era apenas um dia, mas permaneço até hoje, não cheguei ao Rio Grande", brinca.

Ele ajudou a estruturar o sistema de defesa animal e vegetal e o de pesquisa. E teve papel importante no reordenamento do Deral, fortalecendo o acompanhamento mais apurado da política agrícola, dos preços, das estimativas de safra e da conjuntura agropecuária. Com a chegada do secretário Reinhold Stephanes, Stefanelo assumiu a direção-geral da Secretaria da Agricultura, com dedicação maior ao combate à erosão, ampliando o Programa Integrado de Conservação de Solo (Proincs). "Mudamos a forma de trabalho, não se restringindo à propriedade, mas ampliando para toda a bacia hidrográfica", conta. Também foram acentuados os trabalhos de manejo de pragas e doenças e a técnica do plantio direto na palha.

Em 1981, durante o governo José Hosken de Novaes, Stephanes deixou a secretaria para concorrer às eleições e Stefanelo assumiu. "Demos continuidade ao que vinha sendo feito", declara. Ao mesmo tempo foi-se reduzindo a importância da Claspar e da CAFE do Paraná, que já tinham suas funções exercidas pela iniciativa privada, centrando as ações públicas na pesquisa, via Iapar, na extensão, por meio da Emater, e na comercialização, com maior participação de produtores nas vendas da Ceasa. Stefanelo acentua ainda o fortalecimento das cooperativas, com definição de área de atuação e novo sistema de gestão envolvendo treinamento, educação e qualificação. "Isso fortaleceu o sistema", salienta. A segunda parte – novo sistema de gestão – permanece até hoje. A área definida de atuação, não mais. Como legado da administração, fala do impulso à agroindustrialização. "Desde os anos 70 achávamos que a cooperativa receber produtos e repassar para outros industrializarem era forma não muito eficiente e economicamente não desejável" diz. "A agroindustrialização no local de recepção possibilita agregação de valor à cooperativa e aos cooperados".

Antes de encerrar a conversa, Stefanelo retoma o assunto do início deste texto. Segundo ele, a geada de 1975, apesar do sofrimento a muitas pessoas no momento da ocorrência, possibilitou o fortalecimento da diversificação agropecuária, particularmente em relação aos grãos, e a adoção da suinocultura e avicultura modernas. O trigo teve reforço de sementes do México. No Norte do Estado a sericicultura cresceu, mas já

começava a sentir efeitos da deriva de produtos químicos. A horticultura e a fruticultura tiveram impulso com reforço em frutas de caroço, que se juntaram às lavouras de maçã e citros, já estabelecidas. A instituição de viveiros de essências florestais igualmente deu novo estímulo à produção florestal. "A diversificação foi um fato importante que presenciei, dava satisfação", conclui Stefanelo.

Claus Germer

Entusiasmado com o programa de combate à fome do governo João Goulart, Claus Germer foi ao Rio de Janeiro em 1962 para estudar Agronomia na Universidade Federal Rural do Brasil (URB), atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mas logo sentiu-se atraído pelos aspectos econômicos e políticos do problema da fome, e dedicou-se à economia rural, área de concentração da Agronomia. Mais tarde obteve os títulos de mestrado em Economia Rural (Esalq/USP, 1976), e doutorado em Economia (Unicamp, 1995). "Eu havia me iludido, pensando, ingenuamente, que a solução do problema da fome era a produção de alimentos, mas logo que ingressei na universidade e me inteirei dos debates públicos da época, verifiquei que o problema era o acesso aos alimentos, devido à concentração da renda, ao desemprego, aos baixos salários, à política econômica elitista, o que me conduziu à área de concentração de economia rural".

Nascido em Blumenau (SC), Germer passou a infância no Paraná e a adolescência em Santa Catarina. Em 1976, após a conclusão do mestrado, retornou ao Paraná, atuando no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), onde participou, como responsável pelo segmento de Agricultura, do grupo que elaborou o documento Subsídios ao Diagnóstico Socioeconômico do Paraná. Atuante na Associação de Engenheiros Agrônomos, foi convidado a participar da equipe que preparou o plano de governo de José Richa, na primeira eleição direta após o fim da ditadura. Com a eleição, Germer aceitou o convite para assumir a Secretaria de Estado da Agricultura em 1983.

"Nos anos 70 a agricultura do Paraná passou por uma mudança estrutural profunda, uma transição, assim como o Brasil", relata o ex-secretário ao desenhar o contexto de sua passagem pela entidade. No Paraná, o café era o produto mais importante até meados da década. Com o seu rápido declínio, e de outras culturas tradicionais, expandiram-se novas lavouras, com destaque marcante da soja. "Essa substituição implicou mecanização e isso alterou totalmente a forma de funcionamento da agricultura e, especificamente, do trabalho", afirma. "O principal tipo de agricultor do Paraná era o pequeno, no café os chamados colonos, e nas demais áreas os pequenos parceiros ou arrendatários. Com o desenvolvimento das novas culturas, essa forma de produção em pequena escala foi entrando em colapso, os colonos foram expulsos das zonas cafeeiras – com o café praticamente reduzido às áreas de encosta, onde era impossível mecanizar – e parceiros e arrendatários das demais regiões".

Segundo ele, à mecanização somou-se o uso dos insumos modernos, especialmente agrotóxicos, que muitas vezes eram carregados para os rios devido à erosão. "Também surgiram os chamados boias-frias ou trabalhadores volantes, filhos de pequenos lavradores que ou foram expulsos porque o emprego no café tinha se esgotado ou tiveram de sair das pequenas explorações que, pelo tamanho, não suportavam o novo padrão", comenta. A desapropriação para a construção de Itaipu também "causou um problema enorme". Além disso, o Brasil vivia um período turbulento na política, com o fim do regime militar e ajustes para as eleições governamentais e, na economia, a crise do petróleo causava turbilhão mundial, que se refletiu no País, onde a inflação girava perto de 100%.

"Entre os agrônomos desenvolveu-se e adquiriu destaque o debate crítico sobre o modelo agrícola exportador e as profundas mudanças tecnológicas e sociais e, devido às circunstâncias da minha atuação profissional, adquiri certa projeção nesse ambiente, o que levou à indicação para a secretaria", acentua Germer. "A grande bandeira era a tentativa de correção dos problemas criados pelas grandes mudanças que estavam ocorrendo na agricultura e que afetavam a todos, como o problema da pobreza devido ao êxodo rural, o acúmulo de gente nas periferias e o crescimento das favelas, inclusive no interior do Paraná". Em função disso, uma das prioridades estabelecidas pelo governo foi o abastecimento.Germer lembra a inovação que foram os sacolões e vare-

jões, que vendiam hortigranjeiros a preço único. "Tiveram grande repercussão", observa. Na região de Curitiba e no litoral, a secretaria estimulou a organização de associações de pequenos produtores, incluindo pescadores artesanais, com instalação de frigoríficos e financiamento para caminhões. "Foi algo interessante e abria perspectivas para uma continuidade que poderia ter dado certo", opina.

Segundo ele, outras bandeiras estabelecidas pelo governo José Richa, por meio da Secretaria da Agricultura, foram o atendimento prioritário aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais e a questão ambiental. Com o intuito de preservar os recursos naturais, foi estabelecido o Programa de Manejo Integrado de Solo e Água do Paraná, realizado a partir de microbacias. "Um dos problemas que afetavam a agricultura de um modo intenso era a erosão. As técnicas para o controle eram bem conhecidas, mas, em uma agricultura de pequenos agricultores, o controle tinha que ser feito em conjunto por todos os agricultores de uma mesma bacia hidrográfica. Por isso foi chamado de programa de microbacias e foi um enorme sucesso", diz o ex-secretário. O programa passou a fazer parte de um trabalho mais amplo que abrangia várias secretarias, o Programa Estadual de Meio Ambiente (PEMA).

Germer recorda que nesse início da década de 80, a Seab começou um dos principais programas de controle biológico de pragas, com o uso do baculovírus para a lagarta da soja. "A partir daí fizemos um projeto de educação para o uso adequado de agrotóxicos, com a ideia geral de reduzir ao máximo a aplicação", afirma. "Chamavam de defensivos, mas nós achávamos que eram ofensivos – daí o nome agrotóxicos – porque são venenos e muitos deles prejudiciais, se aplicados sem os devidos cuidados". As primeiras leis relacionadas aos agrotóxicos no Paraná são desse período.

Germer deixou a secretaria em agosto de 1985, retornando para o Ipardes, onde ficou até 1990, quando se desligou para assumir em tempo integral a função de professor da Universidade Federal do Paraná, onde era concursado desde 1980. "O período na Secretaria foi uma experiência extraordinária, especialmente por ter demonstrado que o poder público pode instituir políticas voltadas ao interesse das maiorias", completa.

Brazílio de Araújo Neto

Em meados da década de 80 o Paraná via florescer os cereais nos campos antes recheados de café. No governo do Estado, João Elísio Ferraz de Campos assumiu no lugar de José Richa, que deixou o cargo para disputar uma cadeira como senador constituinte. Campos permaneceu no comando entre 9 de maio de 1986 e 15 de março de 1987. Para a Secretaria da Agricultura buscou em Londrina o economista, agropecuarista e seu amigo Brazílio de Araújo Neto, que, como presidente da Sociedade Rural do Paraná, havia dado um dinamismo à agropecuária na região Norte, o que o governador pretendia fosse levado para todo o Estado.

A substituição da cafeicultura pelos cereais e pelo crescente processo de produção mecanizada era uma evidência da mudança de modelo de desenvolvimento econômico rural. Por isso exigia-se mais das instituições públicas que, segundo o ex-secretário, responderam positivamente. “Foi importante a estrutura da secretaria, que tinha a Emater como braço forte, inclusive atuante dentro da área do associativismo, do cooperativismo que estava começando a se desenvolver mais”, diz. “O Iapar também era importante porque definia uma porção de práticas e técnicas para as lavouras que estavam sendo implantadas”.

Segundo ele, a Codapar igualmente atendia às necessidades da agropecuária, visto que o Estado avançava em infraestrutura, particularmente com estradas rurais integradas ao modelo de trabalho em microbacias. “Esse foi um trabalho importante que começou a ser feito, uma concepção boa”, acentua Araújo Neto. Ele recorda ainda as melhorias promovidas no sistema de armazenagem e o aumento de exportação pelo

Porto de Paranaguá. "Tudo começou a acontecer naquele momento", reforça.

Mas o declínio do café, atividade que exigia bastante mão de obra, trouxe consequências que se transformaram em desafios a serem vencidos, como o aumento no número de boias-frias – trabalhadores rurais que realizavam tarefas temporárias sem vínculo empregatício e de modo itinerante – e a migração de pessoas da lavoura para as cidades. "A Emater agia para organizar os produtores e procurava atividades em cinturões verdes, mas não era um trabalho muito efetivo, visto que resultara da pressão de pessoas que moravam nas fazendas, perderam essa condição e foram para as periferias ou se transformaram em boias-frias".

Ele salienta que nem mesmo a pequena agricultura conseguia sobressair diante daquele cenário. "Não era só produzir, essa era uma parte da história, a comercialização era outra questão, pois precisava de um direcionamento do produto ao mercado", frisa. Uma saída era vender em estabelecimentos como a Ceasa, mas os preços eram muito flutuantes, e os atravessadores, habituados ao mercado, aproveitavam-se. "Aqueles ideais propostos pela ideologia, eles não funcionaram muito bem", comenta o ex-secretário.

Segundo ele, o Estado procurou interferir nos meios produtivos, propondo programas de açude, de criação de peixes, de arroz irrigado, normalmente com a ideia de autossuficiência e aproveitamento máximo. O que, às vezes, se chocava com a questão ambiental. "Tem coisas que nós começamos a enfrentar porque começaram a acontecer dentro daquele modelo de desenvolvimento, mas o Paraná cresceu bastante a partir dali", analisa.

Foi durante seu período como secretário que o governo federal lançou o Plano Cruzado, com vistas a tentar controlar um processo hiperinflacionário que, entre outras consequências, retirara a carne dos mercados. Uma das estratégias para manter o abastecimento, nascida nos gabinetes de Brasília, foi o confisco de bois nos pastos. Foram usados até mesmo helicópteros para a captura dos animais. "Aquilo foi uma loucura, um absurdo, querer tabelar a carne e depois buscar boi gordo no pasto achando que o fazendeiro estava escondendo", dispara Brazílio de Araújo Neto. "No Paraná a gente não sofreu tanto porque o pessoal da fiscalização estava bem orientado, bem equipado e não deixou a coisa pegar rumos errados como em outros lugares onde foi um desastre, um

vexame que trouxe consequências, porque as pessoas que tiveram animais confiscados entraram com ações contra o Estado".

O ex-secretário lembra ainda que no período em que comandou a Secretaria da Agricultura havia muita discussão ideológica, pois alguns movimentos sociais relacionados ao campo estavam se firmando. "O governo tinha criado um direcionamento diferente, que era mais ou menos a tendência do PSDB, do pessoal que fez a constituinte, que queria colocar novos direitos, novas aberturas sociais, e criou uma convulsãozinha ali, conflitos dentro do setor, e eu entrei meio que para jogar um pouco de água fria nos ânimos, e acho que acabei sendo um conciliador", afirma.

Depois de deixar a secretaria, Araújo Neto ocupou mais uma vez a presidência da Sociedade Rural do Paraná. Também foi presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no período de 1991 a 1994, mesmo cargo que exerceu no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1995, e diretor da Itaipu Binacional no ano seguinte.

Osmar Dias

O ex-secretário Osmar Dias não titubeia à pergunta sobre o principal programa de sua gestão de quase oito anos na Secretaria de Estado da Agricultura e crava o Paraná Rural. "Acredito que seja o maior projeto já desenvolvido na agricultura do Paraná", repete por três vezes durante a conversa. O programa teve recursos internacionais no valor de US$ 150 milhões e englobava 84 práticas com vistas à conservação do solo, melhoria das produtividades e fortalecimento sobretudo da agricultura em pequenas propriedades. "Fizemos a conservação do solo em 1.200 microbacias, foram 6 milhões de hectares de terras trabalhados, preservamos os recursos naturais com plantios de matas ciliares, e o solo do Paraná ganhou nova fertilidade, ficou muito mais produtivo", salienta Osmar. "Isso marcou a história da agricultura do Paraná porque antes a erosão estava tomando conta das terras".

O Paraná Rural levou à readequação de 44 mil quilômetros de estradas rurais em todas as regiões paranaenses. "Constituímos como obrigação para o produtor rural fazer a readequação das estradas de acordo com o projeto técnico desenvolvido, em que a estrada deixaria de ser escoadouro para passar a ser distribuidora de água", observa. A construção de murunduns ou terraços era uma das técnicas para que a água permanecesse no solo e ajudasse a irrigar as lavouras.

Aliás, o Programa de Irrigação e Drenagem foi uma das grandes iniciativas para a exploração das terras do Arenito Caiuá, que apresentavam problemas de rentabilidade. No entanto, para que florescesse a cultura da laranja, alternativa que se mostrou mais viável para aquela região, Osmar precisou enfrentar o Ministério da Agricultura e provar que a alegada presença de

cancro cítrico não passava de um "lobby paulista" para que o Paraná não fosse competidor. "Nós tínhamos respaldo nas pesquisas do Iapar e no trabalho dos extensionistas do Estado e sabíamos não ser verdade, por isso peitamos, montamos um viveiro e hoje a citricultura está lá com plantios e indústrias, promovendo renda e emprego na região", observa. "Foi uma ação correta insistirmos com o Ministério da Agricultura para ter a autorização de plantio".

Segundo Osmar Dias, o Paraná Rural possibilitou que o governo estadual como um todo, e não apenas a Agricultura, unido ao setor privado, promovesse uma "verdadeira revolução ambiental". "O projeto das microbacias foi considerado modelo mundial pela FAO", destaca. "Tenho orgulho de ter participado desse projeto como coordenador, junto com a Emater, as demais vinculadas e uma série de entidades e pessoas que nos ajudaram a fazer".

A pecuária também saiu vitoriosa no período em que ele comandou a Agricultura pública paranaense. Entre as ações mais aplaudidas está a de inseminação artificial. "Foi um programa voltado para as pequenas propriedades e muitos recebiam de forma gratuita, com isso conseguimos melhorar principalmente as bacias leiteiras", registra. Paralelo a isso, o Estado importou embriões do Canadá e da Alemanha e trouxe 100 mil vacas holandesas da Argentina e Uruguai com vistas a qualificar a genética. "As bacias leiteiras de Castro e Marechal Cândido Rondon tiveram impulso muito grande com esse programa", atesta. Do Uruguai chegaram 200 mil ovelhas, com distribuição de 20 por produtor e a obrigação de restituir e multiplicar o programa. "São projetos que parecem simples, mas deram uma nova cara à agropecuária do Paraná", afirma o ex-secretário.

Osmar Dias comandou a Pasta entre 1987 e 1994, período em que o Estado foi governado por seu irmão Álvaro Dias e por Roberto Requião. "Não foi por acaso que entrei no ramo da agropecuária, foi por vocação", reforça. Vocação alimentada pelo pai, Silvino, que em 1938 se deslocou de Quatá (SP) para adquirir 100 alqueires de terra virgem nos limites do território que em 1947 se transformaria na cidade de Maringá. Uma propriedade estrategicamente localizada a 10 quilômetros do traçado da ferrovia e com ao menos uma nascente de água, como queria. Ali seu pai iniciou a produção de café, acompanhando de perto em idas e vindas até 1954, quando se mudou definitivamente, trazendo a nu-

merosa família e o caçula Osmar, com apenas dois anos de idade. "Fui muito tempo trabalhador dessa fazenda, ajudava a plantar e colher café, tirar leite. Eu era um funcionário", recorda o ex-secretário.

Com o passar do tempo e o crescimento de Maringá, Silvino passou a lotear a fazenda e, com o resultado, foi servindo aos filhos propriedades para administrar. "Passei a cuidar das minhas e para isso fui fazer agronomia e me especializei nessa área", diz Osmar Dias. Produtor de suínos, ele viu os negócios declinarem em 1978, quando a peste suína africana (PSA) foi detectada no Brasil. Mas não por causa da doença. Seu irmão Álvaro era deputado federal e ácido oponente ao regime militar. Segundo Osmar, inventou-se que havia a PSA na propriedade que os militares acreditavam ser de seu irmão. Dezenas de porcos foram mortos. Foi quando decidiu se afastar um pouco da lida diária no setor produtivo e passou a se dedicar à docência e a um cargo de direção na Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, em Bandeirantes, onde havia se formado. Ocupou ainda a função de gerente técnico da Fazenda Experimental da Cocamar.

A entrada no setor público aconteceu cinco anos depois, com a eleição de José Richa para o governo em chapa que colocou Álvaro no Senado. Osmar Dias foi convidado para assumir e dar uma nova fisionomia para a CAFE do Paraná. A dinamicidade imprimida no órgão levou ao convite para secretário de Estado da Agricultura em 1987, continuando na gestão seguinte. O trabalho conduziu-o ao Senado em 1994, com reeleição em 2002 e ativa atuação, entre outras, na relatoria da Lei de Biossegurança e na Proposta de Emenda Constitucional 64/1995, que resultou na Emenda Constitucional 28/2000, equiparando o trabalhador rural ao urbano em questões de prazo prescricional dos contratos. Também atuou como vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas no Banco do Brasil entre 2011 e 2016.

Luiz Roberto de Souza

Servidor concursado da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – com dois concursos na mesma instituição – Luiz Roberto de Souza ocupou o posto mais alto da agricultura pública do Estado entre 24 de janeiro e 1.º de abril de 1994. Pouco tempo, mas pleno de trabalho, sobretudo na recuperação e conservação do solo paranaense, tarefa que vinha realizando desde que passou no primeiro concurso para a secretaria em 1974, um ano após terminar o curso de Agronomia na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

"Comecei a trabalhar no Departamento de Extensão e Fomento, designado para Paranavaí na área de conservação de solo, que naquele ano começava a ter ação dentro da Secretaria da Agricultura, com um agrônomo enviado para cada região do Estado", diz. As orientações seguiam manual do Instituto de Pesquisa de Campinas (SP), que foi pioneiro no trabalho. No caso da região em que atuou, Souza destaca a ação na cultura do café, de acordo com as boas práticas de conservação do solo. "O plantio em nível, coisa que na agricultura, em 1974, nem existia", exemplifica.

No mesmo ano o governo federal convocou os estados para um esforço no tocante à conservação de solo em microbacias. "Não se sabia nada de microbacias à época", afirma. A primeira ação foi na do Ribeirão do Rato, no município de Rondon, com o auxílio da Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Ministério do Interior. "Foi um esforço muito grande, muitos milhões de dólares foram investidos para recuperação das áreas da bacia do Ribeirão

do Rato, identificada como uma microbacia padrão para a situação que o Brasil vivia". O governo brasileiro fora denunciado pelo argentino por assoreamento no Porto de Buenos Aires. Os estudos mostraram que o problema tinha origem no Noroeste do Paraná, além de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O Estado estruturou o Programa de Conservação de Solos em Microbacias, com o intuito inicial de trabalhar 25 municípios nas regiões de Maringá, Paranavaí, Umuarama e Campo Mourão. "Foi uma força-tarefa muito grande para que se estancasse o problema da erosão", observa Souza. Mas não se contava com a geada de 1975. "Com ela veio uma ordem geral para parar e ajudar o pessoal que perdeu café, para ver o que poderia se fazer". As primeiras medidas aconselhadas à época foram o plantio de milho e soja. "Começou o destoque de tudo para poder entrar um trator para arar e plantar soja", lembra. "Com isso vieram problemas de erosão nas áreas de lavouras de ciclo curto, e não mais só em pastagens ou no café, que era lavoura permanente".

Em 1975, com a reforma administrativa na Secretaria da Agricultura, o Departamento de Extensão e Fomento passou para a Emater, com a transferência de todos os funcionários. Souza foi um deles. No entanto, em 1981 ele optou por realizar novo concurso na Secretaria da Agricultura, retornando para a casa em que havia entrado primeiro. Agora trabalhava em Curitiba, de onde coordenava o programa Pró-Noroeste. Em 1983 foi transferido para a CAFE do Paraná, atuando com o presidente Osmar Dias para ampliar a companhia de fomento. "Se transformou na mais dinâmica empresa do gênero no Brasil", frisa.

Quando Dias assumiu a secretaria em 1987, Souza foi junto para trabalhar no Departamento de Economia Rural (Deral). Novamente envolveu-se com a conservação de solos, agora em todo o Estado, com ajuda do Banco Mundial e contando com o orçamento da Secretaria, que girava em torno de 5% a 6% do orçamento geral. Foi a oportunidade que se abriu para visitas técnicas a vários países, a fim de estudar a forma como estavam vencendo o problema da erosão. Como resultado surgiram os conselhos municipais e as secretarias municipais de agricultura, envolvendo o poder público e toda a comunidade na solução do problema. "Foi um período de grande maratona junto aos municípios".

Souza era diretor-geral da Secretaria, quando em janeiro de 1994 o

secretário desincompatibilizou-se para disputa eleitoral. Tornou-se secretário. "Foi uma continuação de tudo aquilo que a gente já vinha fazendo, um trabalho de engajamento de todos os municípios nas práticas de manejo e conservação de solo e água e nas práticas de sanidade animal e vegetal", afirma. "O trabalho foi feito com muita firmeza para a obtenção de resultados positivos, e se conseguiu".

Hermas Brandão

Seguindo a profissão de seu pai, Eurides, Hermas Brandão iniciou a carreira como serventuário da Justiça em Andirá, ainda que tivesse nascido em Campinas (SP). A herança política do pai, que foi vereador na primeira votação direta em Andirá, em 1947, também foi legada a ele, que administrou o município entre 1977 e 1982. Advogado formado pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, foi convidado por Jayme Canet Junior para concorrer a uma vaga de deputado estadual naquele ano, eleito com o segundo maior número de votos - 48.921. "Fiquei surpreso porque Andirá tinha sete mil eleitores, mas a votação foi expressiva no Norte Pioneiro", diz. Na Assembleia Legislativa, onde foi reeleito nas disputas de 1986, 1990 e 1994, o deputado procurou uma atuação mais direcionada às ações do agronegócio. "O diálogo sempre foi muito franco com todos os setores", afirma.

A indicação por diversos segmentos do setor de agronegócios paranaense e o convite do governador Jaime Lerner levaram ao comando da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento em 1995. Brandão buscou conversar com ex-secretários para entender o funcionamento da máquina administrativa, além de orientar-se com a equipe de servidores do órgão para traçar os planos. "Optamos por dar apoio particularmente aos pequenos produtores", declara. "Os grandes tinham mais condições financeiras e mais facilidades para buscar empréstimos para custeio e investimento em máquinas e na melhoria da propriedade, por isso deveríamos direcionar os programas aos pequenos".

Entre esses programas, Brandão destaca a distribuição gratuita de calcário e sementes de milho. Com isso conseguiu ajudar na recuperação de solos desgastados pela pecuária e direcioná-los para a produção agrícola. "Houve um aumento muito bom de produ-

ção e produtividade de soja, milho e algodão no Estado", acentua. Ele lembra que quase todos os pequenos produtores receberam calcário. Experiente como agropecuarista no Norte Pioneiro, onde possuía propriedades em Bandeirantes e Andirá, o secretário encaminhou a melhoria do rebanho paranaense por meio de doação de reprodutores aos pequenos proprietários, principalmente na região central do Estado.

A avicultura teve impulso semelhante, mesmo que inicialmente tivesse que enfrentar um surto da doença de Newcastle, rapidamente vencido. "A Secretaria da Agricultura do Paraná tinha, e tem, uma equipe excelente, que vinha de um tempo anterior à minha administração, foi ela que nos deu condições de fazer um bom trabalho", elogia o ex-secretário. "É bom realçar sempre que sem o apoio dos funcionários não teria condições de fazer um bom trabalho".

O Paraná vinha fazendo um esforço para iniciar o processo de obtenção do reconhecimento internacional de Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação. Mas em 1995, depois de alguns casos da doença, Brandão liderou, pelo poder público, a constituição do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec). "Iniciamos esse processo quando estávamos na Secretaria da Agricultura, com a participação muito colaborativa da Federação da Agricultura do Estado do Paraná", comenta. O fundo reúne instituições representativas de produtores rurais e da indústria, para promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento da pecuária, produção vegetal e defesa sanitária. "Foi período muito importante para mim e acho que também para o setor agropecuário e de agronegócios do Paraná", comenta.

Em 1998 Brandão retornou à Assembleia Legislativa para seu quinto mandato de deputado estadual, cargo para o qual seria eleito mais uma vez em 2002. Em 2000 passou a presidir a Casa, ficando nessa função até 4 de setembro de 2006 quando, em razão da saída do governador Roberto Requião e do vice Orlando Pessuti para disputar eleições, assumiu o governo do Estado até 31 de dezembro daquele ano. Em março de 2007 tornou-se conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, onde se manteve até maio de 2013, quando foi oficializada a aposentadoria por atingir a idade-limite de 70 anos.

O ex-secretário nunca deixou de lado o setor agropecuário. "Hoje estou mais na pecuária de corte", afirma Hermas Brandão, que administra propriedades no Paraná e no Pará. A agricultura restringe-se ao plantio de milho para silagem. Também se dedica a atividades na área imobiliária e acrescentou ações turísticas ao currículo, com um resort em Ribeirão Claro.

Antonio Poloni

Em um encontro casual com Jaime Lerner na Argentina, em 1996, Antonio Poloni foi questionado sobre sua proposta caso fosse elaborar um plano de agricultura. “Mais do que o produtor e o mercado, o plano de agricultura é a profissionalização”, afirmou. Diante da resposta, Lerner perguntou se poderia contar com a ajuda dele, caso algum dia fosse eleito governador. “Disse que dependeria do que ele iria querer”.

Passaram-se os anos e Lerner ascendeu à principal cadeira do Palácio Iguaçu. Em novo encontro, o governador disse a Poloni que precisava da ajuda para coordenar um programa que teria financiamento do Banco Mundial para combate à pobreza rural. “Meus olhos ficaram interessados”, salienta Poloni. Vinha ao encontro do pensamento que ele acalentava para o setor. “Precisava transferir duas coisas para o produtor rural: conhecimento e capacidade de investimento em equipamentos, ainda que coletivos”.

Com US$ 353 milhões de empréstimo e empenho da equipe da Secretaria e suas vinculadas, nasceu o Programa Paraná 12 Meses. Mas a primeira missão foi diplomática. O Banco Mundial exigia 30% de contrapartida, o que seria inviável. “Eu não podia executar um programa que não tivesse segurança financeira garantida”, justifica. Em missão a Washington (EUA), Poloni comunicou que o Paraná não tinha os recursos financeiros exigidos pelo banco, mas que possuía mais de 400 especialistas técnicos da antiga Emater. “Disse que iríamos colocar esse exército como contrapartida”. A instituição financeira aceitou o desafio. A participação monetária do Estado caiu para algo em torno de 10% e Poloni iniciou a trajetória como integrante do Governo do Paraná.

Nascido em Bento Gonçalves (RS), formou-se em Estudos Sociais e Direito e optou por morar em Barracão (PR). A grande iniciação na agricultura, no entanto, aconteceu aos 23 anos, quando decidiu se aventurar na França, auxiliado pelo amigo e tutor Euclides Scalco, que o encaixou no programa Associação Francesa das Casas Familiares. "Fui morar na casa de um agricultor para sentir como eles se formavam na produção agrícola lá", diz. "Eu queria viver aquilo para depois, quando eu fosse alguém, ter condições de passar isso no Brasil".

O programa francês enviou Poloni para a casa de uma família na região da Bretanha. Ao voltar, já como político em Barracão, onde foi vereador, presidente da Associação Comercial e Agroindustrial e prefeito por dois mandatos, criou a primeira Casa Familiar, nos moldes que havia conhecido na França. Elas se estenderam por outros municípios paranaenses e venceram os limites do Estado. "Na França entendi a importância da formação do agricultor e de uma assistência técnica de verdade, permanente e associativa, além da socialização", afirma.

Aliás, a socialização lhe foi pedida pelo governador Jaime Lerner, que queria uma boa convivência com as entidades representativas dos produtores rurais. Poloni foi chamado para apresentar a elas as prioridades do governo. Falou do Paraná 12 Meses e solicitou ajuda. As entidades responderam que a prioridade, naquele momento, era abrir mercados, limitados por conta de questões sanitárias, mesmo que os produtos fossem de qualidade. "O governador ponderou: se é prioridade deles, também é nossa, mas não se esqueça que a sua tarefa é trabalhar esse programa do Banco Mundial de combate à pobreza rural", lembra Poloni.

O ex-secretário ainda se emociona quando fala dos técnicos que encontrou ao assumir o cargo. "Escolhi técnicos da própria secretaria para montar a equipe, havia total confiança na gestão deles e eu me sentia inteiramente à vontade para viajar e articular as políticas públicas do Estado", diz. "Estabelecemos o combate à pobreza e a sanidade como prioridades, com as entidades a nosso favor e com uma equipe interna que me dava segurança". Para o combate à pobreza foram transferidos recursos, máquinas e genética animal por meio do Paraná 12 Meses, enquanto as entidades privadas forneciam conhecimento e capacitação. Do setor público os produtores recebiam a assistência técnica.

Poloni instituiu os agentes sanitários, que passaram a socializar conhecimento. "Tinha que ter segurança de que, se tivesse um problema

sanitário, precisávamos imediatamente resolver e não destruir o produtor", reforça. "Tivemos a coragem de pedir para o produtor contribuir financeiramente para gerar um fundo garantidor para indenização quando houvesse necessidade de um abate sanitário, como efetivamente aconteceu. Isso transformou o Paraná em um Estado igual aos melhores países do mundo nesse aspecto sanitário". Por isso hoje o Paraná comemora o status paranaense de livre de febre aftosa sem vacinação. "Todos tiveram mérito nessa questão porque houve um trabalho de parceria. O poder público entendeu as demandas do setor privado, que deu resposta positiva às políticas de Estado".

Deni Schwartz

O engenheiro civil Deni Lineu Schwartz navegou por diferentes áreas durante a carreira política. Foi ministro do Desenvolvimento Urbano no País e ocupou a titularidade das Secretarias da Agricultura e do Transportes no Paraná. Respondeu pelo Meio Ambiente e pela Habitação nacionais e pela Diretoria de Assuntos Institucionais da Companhia Paranaense de Energia (Copel). No currículo consta ainda os cargos de deputado estadual, deputado federal e prefeito de Francisco Beltrão. Uma atuação política que começou em 1962, um ano depois de ter iniciado o trabalho como engenheiro civil no governo do Paraná.

"Não tinha nenhuma ligação com a agricultura, não era o meu chão, ela começou a partir de 1962 quando eu conheci realmente a bravura do tal homem do campo", diz. Ele foi um dos quatro paranaenses indicados pelo governo estadual para compor, junto com cinco nomeados pelo governo federal, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop). A disputa por terras e os conflitos de documentações envolvendo posseiros, colonos, empresas privadas e os governos federal e estadual na região Sudoeste estendiam-se desde a época do império e culminaram com uma revolta em 1957, que tomou conta das ruas de Francisco Beltrão.

"Era uma verdadeira convulsão social, que levou alguns dias para ser acertada", recorda Deni Schwartz. O Getsop conseguiu estabelecer critérios e orientou a colonização de mais de 500 mil hectares de terra, com a entrega de aproximadamente 43 mil títulos de propriedade, promovendo uma reforma agrária na região. Mas não se restringiu a isso. O grupo foi responsável pela abertura de estradas, construção de escolas, reflo-

restamento e fortalecimento da agropecuária. Além de projetar o nome de Schwartz, eleito prefeito de Francisco Beltrão na gestão de 1969 a 1972. Uma região que ele, nascido em União da Vitória, conheceu na pré-adolescência em passeio a Pato Branco para tentar esquecer a derrota brasileira na Copa de 1950.

Entre 1974 e 1982 ocupou um dos gabinetes da Assembleia Legislativa como deputado, de onde foi guindado por José Richa para assumir a Secretaria de Transportes do Paraná. Estrada pavimentada para chegar ao Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente entre 1986 e 1987, no governo de José Sarney. Em 1993 estava na Câmara dos Deputados, de onde saiu em 1995 para voltar à Secretaria dos Transportes do Paraná. Entre 1996 e 2002 exerceu o cargo de diretor de Assuntos Institucionais da Copel, sendo convidado por Jaime Lerner, que foi seu contemporâneo de estudos na Universidade Federal do Paraná, para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, onde ficou por um ano.

Era um setor sobre o qual começava a ganhar razoável conhecimento. A atuação nos cargos públicos em um Estado predominantemente agrícola levou-o a ter interesse pelo assunto, o que resultou na compra, em 1972, de uma fazenda em Nova Prata do Iguaçu, às margens do Rio Iguaçu. "Fiquei apaixonado pela agricultura, pela pecuária, por isso virei pequeno agropecuarista", afirma. É um dos criadores de gado angus meio-sangue, mantidos em confinamento e vendidos com a média de 15 meses de idade. "Em vez de mandar milho para a China, transformamos em silagem e em carne, ganha-se em custo, em transporte e em várias coisas", sugere.

Uma lição que difundiu no período em que esteve à frente da Agricultura pública paranaense. "A minha maior preocupação era com a industrialização dos produtos no próprio Estado para manter o produtor paranaense competitivo, pois se exportasse somente o produto *in natura* não conseguiria competir com países que concediam subsídios", reforça. Ciente de que o período de um ano seria pouco para implantar programas, Deni Schwartz procurou estudar o que os antecessores haviam feito para impulsionar ainda mais. Assim foi, por exemplo, com o melhoramento do rebanho bovino intensificado na década de 60 e a conservação de solos, que vinha ganhando impulso no final da década de 80, além da experiência de seu antecessor, Antônio Poloni, com atu-

ação em pequenas propriedades. "Procurei dar continuidade, inclusive com a mesma equipe", prossegue. "Foi um período de transição e de aprendizado, e nem poderia ser usado para fazer novas propostas".

O ex-secretário salienta que um dos fatos novos em seu período no cargo foi a Instrução Normativa n.° 1, de 9 de janeiro de 2002, pela qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criava o Sistema de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). "Era coisa da cabeça de Brasília, que não conhecia o interior do País, e não podia dar certo; imediatamente surgiram as picaretagens tradicionais", comenta. Segundo ele, o pequeno produtor não conseguiria contratar alguém para realizar o serviço. "Fomos a Brasília, pois, se tinha que fazer a rastreabilidade, nós queríamos que o governo do Estado fizesse, que a Secretaria da Agricultura fizesse certo". Conseguiu o objetivo, mas não foi efetivado de imediato. A rastreabilidade só se tornaria concreta anos mais tarde e depois de várias mudanças nas normas para atender as exigências do mercado.

De seu tempo como ministro ele destaca algumas ações em favor do meio ambiente como a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que fixou metas para a indústria automobilística colocar catalizadores com vistas à redução da poluição pelos gases do cano de escape. Foi em seu período que começou a discussão nacional e internacional mais profunda em relação ao banimento do amianto, mineral utilizado em larga escala e que pesquisas mostravam ser prejudicial à saúde. "Foi uma briga séria", recorda o ex-ministro. A proibição de extração, industrialização, comercialização e distribuição do amianto na variedade crisotila em todo o Brasil aconteceu somente em 2017. Da mesma forma ele provocou a discussão sobre as matas ciliares em 100 metros ao redor de lagos, e o Conama passou a exigir o Relatório de Impacto Ambiental (Rima). "Foi algo muito importante para evitar uma degradação maior".

As passagens pelas instâncias públicas municipal, estadual e federal deixaram ao menos uma lição para Deni Schwartz: "Temos que observar mais o povo". Segundo ele, há uma distância muito grande entre os governantes e a população. "O que as pessoas fazem é porque elas têm força, porque elas progridem, e não porque um líder quer isso", opina. "O povo faz seu próprio caminho".

Orlando Pessuti

Antes de iniciar a conversa, o ex-secretário da Agricultura Orlando Pessuti rabisca em um pedaço de papel os principais projetos e programas de sua gestão, que se estendeu de 1.º de janeiro de 2003 a 31 de março de 2006. "Os programas permanecem até hoje", observa. É assim com o Programa Leite das Crianças (PLC), que distribui um litro diário a crianças com idade entre seis e 36 meses em risco de desnutrição. "Cito como um dos principais feitos de minha passagem como secretário da Agricultura". Como deputado estadual, Pessuti havia proposto e presidido entre 2001 e 2002 a CPI dos Alimentos, que ficou conhecida como CPI do Leite. Uma das sugestões do relatório era a criação de um programa que doasse leite para as crianças. Coube a ele colocar em prática.

Sob a visão da saúde pública, o objetivo era garantir boa nutrição às crianças de famílias vulneráveis. No aspecto social, optou-se pela entrega nas escolas para que se acostumassem a gostar daquele lugar desde cedo. Com os pequenos produtores trabalhou-se a qualificação da produção e o cumprimento dos calendários de vacinações e higiene. "A ideia era fazer com que o produtor fosse melhor qualificado e melhor estruturado para ter mais renda".

Natural de Califórnia, à época distrito de Apucarana, Pessuti passou a infância ajudando a família de pequenos agricultores em Jardim Alegre. Em 1971 estava em Curitiba preparando-se para a faculdade de Medicina Veterinária. Formado, optou por concurso na Acarpa e escolheu Ivaiporã como local de trabalho. "Queria trabalhar onde eu conhecia a realidade", justifica. Em 1982 aceitou convite para concorrer a uma vaga à Assembleia Legislativa, onde ficou até 2002.

Destacou-se na Comissão de Agricultura e Pecuária e posteriormente no Bloco Parlamentar da Agropecuária.

Em 2002 foi eleito vice-governador na chapa liderada por Roberto Requião, já com a promessa de que ocuparia a Secretaria da Agricultura. "Conhecia toda a equipe, montamos o nosso time com as pessoas que estavam mais diretamente ligadas a nós e iniciamos o trabalho dentro daquilo que tínhamos nos comprometido, como a questão de ter uma legislação muito mais forte sobre o uso de agrotóxicos e fazer com que a agricultura familiar fosse olhada de forma diferenciada", diz.

De pronto foi criado o Conselho de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf), o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e o Conselho de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola (Conderpa). Depois veio o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar. "Foi outra grande marca do período", afirma Pessuti. Para atender demandas, iniciaram-se os estudos e a formalização do programa Trator Solidário. "Queríamos, por meio de uma política diferenciada, promover a justiça no campo, porque os agricultores familiares não tinham acesso ao crédito", reforça.

Ele cita ainda os programas Luz Fraterna e Irrigação Noturna, que reduziam os valores de energia elétrica rural no período noturno. "Na época também fizemos um grande trabalho, em parceria com a Cocamar, para implantar a logística reversa, com o recolhimento das embalagens de agroquímicos", recorda. Elas eram destruídas em fornos do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias.

O Programa de Povoamento dos Rios é lembrado. "Conseguimos colocar 33 milhões de unidades de alevinos e peixes juvenis, com a ideia de repovoar, estimular pesca artesanal e acompanhar a qualidade das águas", observa. Assim como a continuação do Paraná 12 Meses, com início do projeto de moradia rural, distribuição de sementes e calcário, orientação para criação de ovinos e caprinos e estímulo para projetos de criação de peixes em tanques escavados e tanques-redes. "Ajudou para que hoje o Paraná possa ser o principal produtor de tilápias".

Mas intempéries igualmente fizeram parte da trajetória. A primeira relacionada aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Nesse particular, houve atrito entre Pessuti e o governador. "Havia um posicionamento, no meu modo de ver exagerado, do governador em relação aos OGM", critica. Segundo ele, durante o período de transição foi aceita

pelo setor produtivo a proposta de que os transgênicos seriam tolerados, desde que houvesse rastreabilidade, segregação e rotulagem. "Eu concordava com isso e o Requião quase me demitiu antes de me nomear. Foi um momento difícil que enfrentei".

A outra dificuldade relacionava-se ao caso de febre aftosa em outubro de 2005. "Mato Grosso do Sul e o Ministério da Agricultura não nos avisaram que investigavam casos da doença nas regiões de Naviraí, Mundo Novo e Eldorado, e isso permitiu que duas exposições acontecessem no Paraná, uma em Toledo e a Eurozebu em Londrina, na Sociedade Rural do Paraná, e nesses dois eventos tivesse a presença de animais vindos do Mato Grosso do Sul, onde a febre aftosa estava presente", afirma. "Os animais dentro do Paraná não tinham e não tiveram febre aftosa, mas principalmente 120 novilhas trazidas para o leilão 10 Marcas, ao ser feita a sorologia, algumas delas apresentaram teste positivo". Seguindo os protocolos internacionais houve decisão por parte das entidades de sanidade pelo sacrifício dos animais que tiveram vínculo com o leilão de Londrina e pela indenização dos proprietários.

"Na ocasião eu anunciei que tínhamos uma suspeita e que não tivemos a febre aftosa. Mas, por interesses os mais variados, inclusive políticos, fomos crucificados como alguém que teria criado a febre aftosa no Paraná. Não. Febre aftosa existia no Mato Grosso do Sul e as autoridades sanitárias não nos avisaram", protesta Pessuti. "Fiz tudo aquilo que estava escrito nos acordos internacionais. Se tivéssemos empurrado para debaixo do tapete e tivesse surgido algum problema, nós estaríamos marcados para a história como alguém que descumpriu aquilo que a legislação sanitária do mundo estabelecia".

Como vice-governador, Pessuti assumiu o cargo de chefe do Executivo entre 1.º de abril de 2010 e 1.º de janeiro de 2011.

Newton Pohl Ribas

O médico veterinário Newton Pohl Ribas entrou na Secretaria de Estado da Agricultura em 1973 como estagiário administrativo no Departamento de Produção Animal (DPA), saiu para se dedicar à docência, e voltou para encerrar a atividade no setor público como secretário, cargo que ocupou entre 30 de março de 2006 e 12 de fevereiro de 2007. Mas antes atuou contratado pela Emater em São José dos Pinhais, no programa de inseminação artificial e controle de zoonoses, sendo transferido logo em seguida para o Parque Castelo Branco em razão da chegada, em 1976, de bezerras trazidas do Canadá pelo governador Jayme Canet Júnior. Encerrado o processo, prestou concurso para uma vaga de professor no Departamento de Zootecnia da Universidade Federal do Paraná, para onde se transferiu em 1977.

Em 2003 Ribas retornou à Seab, a convite do secretário Orlando Pessuti, para ser diretor-geral. Desse período lembra a coordenação do Programa Leite das Crianças. "Foi demanda dos produtores, pelas associações de criadores, pois o setor estava em crise e houve essa ideia de o governo entrar na compra do leite", diz. Uma das propostas era a compra de leite processado de grandes indústrias, logo descartada, para se concentrar apenas em pequenos e médios produtores paranaenses. Da mesma forma descartou-se a ideia de distribuição nas prefeituras, para evitar caráter político. "É um programa básico, importante e fundamental, que nos deu muito orgulho, inclusive de um ponto de vista espiritual, porque tem compromisso com as crianças carentes e cria um vínculo da mãe carente com a escola", comenta.

Ele destaca ainda o programa Feira Sabores, que

atendia pequenos e médios produtores da agricultura familiar: "A ideia era levar para eventos os produtos processados pelos pequenos e médios produtores". Em Curitiba acontecia no Parque Barigui. "O povo da capital participava, era vendido tudo, era um sucesso", reforça. A partir dessa experiência, o programa estendeu-se pelas exposições agropecuárias do interior. "Esse programa foi importante, ele justifica todo esse processo com os pequenos e médios produtores do Estado do Paraná". Segundo Ribas, a etapa que se seguiu foi a colocação dos produtos da agroindústria familiar em gôndolas de grandes redes de supermercados. "Hoje ainda tem essas gôndolas", afirma.

A compra de 115 veículos para renovar a frota do Sistema Estadual de Agricultura é lembrada por Ribas. "A gente recebeu uma frota antiga, com média de 200 mil quilômetros e decidimos comprar essa frota para a sede e núcleos regionais, o que gerou um sentimento positivo na equipe". A reforma e a ampliação do Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti também estão entre os destaques apresentados pelo ex-secretário. "A gente desafiou os técnicos do laboratório a reescreverem como eles gostariam de ter o novo, qual a metragem adequada, qual a tecnologia, enfim, como poderíamos ter um novo laboratório, mais atualizado", pontua. A ala nova foi entregue em 25 de setembro de 2006. "Praticamente duplicou em termos de tamanho". Igualmente refere-se aos programas Trator Solidário e Fundo de Aval. "O Trator Solidário foi interessante para atender os pequenos e médios proprietários, enquanto o fundo abriu a oportunidade de se ter um garantidor para financiar os produtores, o que também foi importante", salienta. Por fim, Ribas fala dos financiamentos à instalação de resfriadores de leite nas propriedades e à inseminação artificial, por meio do programa Paraná 12 Meses. "Isso ajudou muito na qualidade do leite", atesta.

Ao deixar a secretaria, Newton Pohl Ribas atuou como assessor de Pecuária-Produção Animal, junto ao Gabinete do Ministro, na gestão de Reinhold Stephanes no Ministério da Agricultura. "Eu fiquei quatro anos e minha principal tarefa, dentro da questão pecuária, era a liberação do Estado do Paraná junto à OIE pelos focos de febre aftosa que tivemos em 2005 e 2006", encerra.

Valter Bianchini

Como um dos fundadores do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser) em 1988 e membro atuante da entidade, sobretudo na sistematização de informações e realização de pesquisas e estudos, com vistas a elaborar propostas e políticas para movimentos vinculados à agricultura familiar, Valter Bianchini projetou-se após ser demitido da Emater, por, segundo ele, divergências políticas. O trabalho com esse segmento levou ao convite para participar da elaboração de propostas para a agricultura familiar no programa do então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a eleição em 2002, Bianchini passou a comandar a Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e ajudou na elaboração, entre outros, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Fome Zero. Ficou até 2007, quando assumiu a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná a convite do governador Roberto Requião, permanecendo até 2010.

Bianchini nasceu em Santo André (SP), depois que os pais deixaram a lavoura de café no interior do Estado, nos anos 50, no grande movimento de busca de oportunidades de trabalho em razão da industrialização do ABC paulista. "Mas sempre tive relação com as origens rurais da família, pois passava as férias na nossa região de Serra Negra e Monte Alegre", diz. Foi ali que nasceu e cresceu o desejo de cursar Agronomia, realizado em Botucatu. Formado, foi dar aula na escola agrícola em Paraguaçu Paulista. Um concurso da Acarpa trouxe o agrônomo ao Paraná em 1976. "Hoje eu me considero paranaense", pontua.

Era uma etapa de reestruturação da Secretaria da Agricultura e das atividades públicas no campo. "Eu

peguei um período muito rico, a fase de crescimento exponencial da estrutura da Acarpa, um incremento das culturas de exportação, a reestruturação da cafeicultura, o início do ciclo da soja, o início das políticas de conservação do solo", lista. "E quase junto, em função dos efeitos da chamada modernização conservadora da agricultura, havia acordos com o Banco Mundial em programas de combate à pobreza e programas de apoio ao cooperativismo". Por três anos Bianchini trabalhou em Santo Antônio da Platina, depois foi para Francisco Beltrão e fixou-se em Curitiba em 1983, atuando como pesquisador na Emater durante o governo José Richa. Cinco anos depois aconteceu a demissão, a criação do Deser e a passagem por Brasília.

Ele assumiu a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento sob a orientação de Requião pela "clara e inequívoca opção pelos mais pobres". Por isso dirigiu as maiores atenções aos pequenos agricultores, particularmente na mecanização da agricultura familiar, algo que fizera na passagem pelo governo federal. "No governo Lula tiramos o Imposto sobre Produtos Industrializados dos tratores, passamos o Pronaf para 10 anos, fomos trabalhando toda uma estrutura para criar uma política de fomento à mecanização, mas o programa ainda não estava pronto", explica. "Quando vim para a Secretaria da Agricultura, o Requião pediu a imediata implantação de um programa de trator popular". O Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários para a Agricultura Familiar do Estado do Paraná – Trator Solidário foi efetivado no primeiro ano de governo. No seguinte o Programa Mais Alimentos, do governo federal, incluiu o trator como ferramenta a ser financiada. "Foi um grande programa que colocamos no governo, uma revolução".

Ele lembra o programa de irrigação noturna: "Quando saí entreguei ao governador o projeto de número 2 mil". Bianchini reforça que o setor de assistência técnica foi estruturado e revitalizado com a criação de plano de cargos na Emater. Com o Incra e a Fundação Terra foram feitos convênios para que todos os assentamentos tivessem técnicos. "A gente universalizou a assistência técnica dos assentamentos", acentua. Segundo ele, o grande salto em relação ao combate à aftosa foi dado durante aquele período. Foi renovada toda a frota do Defis, realizadas contratações e conseguiu-se a equivalência do serviço do departamento com o serviço federal. "Avançamos bastante nessa questão da aftosa e ficou quase tudo estruturado para fazer o Paraná livre da febre aftosa",

comenta. Foi em sua gestão, em 26 de maio de 2008, que a Comissão Técnica da Organização Mundial da Saúde Animal encerrou os dois anos de suspensão de exportações de carnes bovinas e suínas pelas ocorrências de febre aftosa.

A pesquisa estava no foco e no empenho do governo. A intenção era utilizar área doada pela Syngenta em Santa Tereza do Oeste para essa finalidade. "A ideia era criar uma unidade de agroecologia, mas o conservadorismo do Iapar não ajudou a avançar", afirma Bianchini. "O Requião, naquela luta contra os transgênicos, deu muita força para o alimento saudável, uma agricultura mais limpa, e nesse barco a gente embarcou também, por isso a Emater e o Iapar tiveram um referencial, mas poderia ter sido muito melhor".

Por ter bom relacionamento com o governo federal, Bianchini foi contemplado várias vezes com recursos para implementar os projetos na secretaria. "Fizemos uma parceria muito grande com Brasília, foi um período muito rico de recursos", comenta. Uma das últimas atividades antes de deixar a Seab em março de 2010 foi a solenidade de entrega de 124 veículos para a defesa sanitária, conseguidos em convênio com o governo federal. Bianchini saiu reintegrado aos quadros do Estado por lei aprovada na Assembleia Legislativa. Em 2013 retornou à Secretaria Nacional da Agricultura Familiar, onde permaneceu dois anos antes de ocupar função na estrutura descentralizada da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Curitiba.

Erikson Camargo Chandoha

Quando Orlando Pessuti assumiu o governo do Paraná em 1.º de abril de 2010, o então chefe do Núcleo Regional de Campo Mourão, engenheiro agrônomo Erikson Camargo Chandoha, passou a comandar a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab). "A retomada com maior intensidade do programa de conservação dos solos e da água, sobretudo com a conscientização dos produtores para preservar suas terras, rios e lagos, foi uma das prioridades da administração", diz o ex-secretário, que ficou nove meses no cargo. Mas deu continuidade ao que vinha sendo desenvolvido naquela gestão, particularmente os programas Trator Solidário e Leite das Crianças. "Fechamos com chave de ouro esse período do governo do Estado".

Natural de Laranjeiras do Sul, Chandoha teve a vida profissional ligada à iniciativa privada desde o término do curso de Agronomia na Universidade Federal do Paraná e pós-graduação em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas. Também exerceu atividade como conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) e como membro da comissão técnica de bovinocultura de corte na Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). Eles foram parceiros, juntamente com a Ocepar e outras entidades de classe, na difusão de cursos e seminários sobre uso, manejo e conservação de solos e água para produtores e técnicos de todo o Paraná. "Somente a técnica do plantio direto não era suficiente como prática de conservação, ela precisava ser complementada com outras, como o terraceamento e os murunduns, por isso reforçamos os cursos e treinamentos em todo o Estado", afirma. "Discutíamos o processo de resgate

da agricultura conservacionista para projetá-la em ações futuras, como um desafio a ser assumido por todos".

Quase ao término de sua missão à frente da Secretaria, e devido à prioridade estabelecida em favor da conservação do solo, Chandoha determinou levantamento aéreo, em cooperação com a Embrapa Florestas, para conhecer as condições das terras paranaenses e complementar os aprendizados dos cursos. O primeiro voo foi na região de Ponta Grossa, com mostras de vários trechos de erosão e plantios morro abaixo sem técnica de proteção. Voçorocas foram observadas em áreas de pastagens. Como resultado da parceria, técnicos foram treinados para o uso do sensoriamento remoto, com imagens de satélite, programas de informação geográfica e outros métodos tecnológicos. As ações de combate à erosão reforçaram-se a partir de 2016, com a criação do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), complementado em 2018, com a efetivação do PronaSolos Paraná, em que os levantamentos e interpretação passaram a ter importância fundamental na conservação de solos.

A safra de verão do período 2009/10 alcançou 21,4 milhões de toneladas, aumento de 29% sobre o volume do ano anterior. "Foi uma recuperação boa de safra, mas muito melhor foi o preço pago ao produtor", recorda-se Chandoha. "Leite e derivados tiveram recuperação nos preços em plena safra, o que era situação inédita". O ex-secretário lembra ainda a interiorização do governo, quando os gabinetes das secretarias se transferiram para os municípios. Numa dessas interiorizações, em Cascavel, ele recebeu a proposta de um plano de desenvolvimento do Oeste, com ações para diversificação das atividades agrícolas e ênfase em agroindustrialização. "Foi um plano pioneiro, que definitivamente marcou o caminho do Paraná para a diversificação e agroindustrialização, pois não interessava ser apenas um grande produtor de grãos, era preciso fazer o que era bom para o agricultor, que ele agregasse renda com sua atividade".

No período em que esteve à frente da direção da Seab, Chandoha viajou à China para ampliar a pauta de comércio, que se restringia basicamente à soja. "Foi uma abertura importante, particularmente em relação às proteínas animais", comemora. A obtenção da chancela de Estado livre de febre aftosa sem vacinação também fez parte dos desafios colocados pelo ex-secretário. A campanha de vacinação em 2010

chegou próximo a 96% do rebanho até 24 meses de idade. "Foi um trabalho quase perfeito", acentua. Para complementar, naquele ano o governo nomeou 74 funcionários, entre veterinários, agrônomos e técnicos, que passaram no concurso de 2007, para atuar na defesa sanitária animal e vegetal.

Assim que deixou a Seab, Chandoha assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

George Hiraiwa

O agrônomo George Hiraiwa assumiu a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento em 2018, durante oito meses do governo de Cida Borghetti. "Quando recebi o convite da governadora veio um sentimento de que eu precisava aceitar porque em junho iríamos comemorar 110 anos da imigração japonesa e em nenhuma oportunidade um descendente tinha sentado na cadeira de secretário, e eu queria essa oportunidade por tudo que os antepassados deixaram de benefício para o agro no Brasil", afirma. A homenagem era o pano de fundo. Na linha de frente ele projetou a modernização do agro a partir da experiência de ecossistemas de inovação que ajudara a montar em Londrina, com hackatons e 15 startups já ativas à época. Afinal, essa tinha sido a motivação para o convite.

Hiraiwa nunca pensou que um dia ocuparia esse cargo. Natural de Assaí, viveu no campo desde o início da vida, acostumado com as lidas familiares na cafeicultura, floricultura e fruticultura. "Tanto por parte do pai quanto da mãe eram agricultores e, quando chegou a época da faculdade, resolvi fazer Agronomia", diz. Formou-se na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba (SP). Após a formatura, em 1982, ele comprou um sítio de 14 alqueires com 60 mil pés de café em Monte Carmelo (MG), região que conhecera pouco antes em visita a colegas. "Ali começou minha vida de cafeicultor", salienta. A propriedade ficou em posse de Hiraiwa até 1992.

Dois anos antes, em visita a cafezais na Colômbia e Costa Rica, com cooperados da antiga Cooperativa Agrícola de Cotia, parou para um lanche no McDonald's, que também estava começando a ganhar força

no Brasil. "Decidi trazer um McDonald's para minha terra, em Londrina, e desde então venho me dedicando mais à área comercial", relata. Após esse empreendimento, ele fundou a cooperativa de crédito Sicoob, deixando as propriedades rurais sob os cuidados dos irmãos e tios. "Em 2015, durante confraternização em Piracicaba, eu notei que o agro vinha sofrendo um processo de digitalização, como eu já tinha empresas de tecnologias nos meus investimentos, falei: olha, que bacana, vou dar uma olhada nisso".

No ano seguinte, junto com parceiros, ele promoveu o primeiro hackaton do agronegócio na Sociedade Rural do Paraná, com vistas a incentivar jovens a formarem startups e novas empresas com visão tecnológica. Foi um sucesso, o que levou ao segundo e ao terceiro. Neste, a Fundação Certi, de Florianópolis, foi contratada para estudar as potencialidades de ecossistemas da região. Daí surgiu uma governança estruturada em empresas atuantes de Londrina, chamada Agro Valley. Foi quando a governadora Cida Borghetti visitou a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina – ExpoLondrina e conheceu o ecossistema. Alguns dias depois o presidente da Sociedade Rural de Londrina Afrânio Brandão chamou Hiraiwa à sua sala para comunicar que a entidade havia sugerido o nome dele para secretário. Ciente do conhecimento que tinha de gestão, aceitou imediatamente. "A governadora disse que gostaria que fosse feito em todo o Estado o trabalho que fazíamos em Londrina e eu respondi que poderia pelo menos dar o início", relembra.

Ele esclarece não se recordar com detalhes dos programas desenvolvidos na secretaria, até porque encontrou o ambiente propício para o trabalho sem necessidade de nenhuma alteração. "Ao assumir vi a grandeza que é a nossa secretaria, muito bem focada, e o antecessor tinha deixado tudo organizado, apenas dei continuidade aos projetos", constata. "Eu nada mais fiz que a gestão, mas a minha grande vontade era falar sobre inovação na máquina, essa era uma curiosidade muito grande e consegui fazer muito network, conheci presidentes de grandes cooperativas e a eles pude dizer um pouco o que é essa questão de inovação e os benefícios".

Segundo ele, no ano seguinte, quando já havia deixado a secretaria, houve consolidação das sementes que plantara. O Paraná promoveu 15 hackatons agro em todas as regiões. "Foi sensacional, a gente conseguiu deixar uma semente, os hackatons são muito importantes porque eles

têm a finalidade de incentivar os jovens, você coloca na cabeça do jovem que é possível ele empreender e, através da tecnologia, ajudar a modernizar as empresas", destaca. Os contatos que reforçou durante a passagem pela secretaria foram importantes para as ações que Hiraiwa continuou após a saída, quase todos ligados à inovação, tanto na governança Agro Valley quanto no Cocriagro, hub de inovação para o agronegócio sediado em Londrina. "É fantástico o que está acontecendo hoje no mundo, no Brasil e no Paraná em questão de inovação no agro, e eu diria que a minha contribuição no Estado foi ajudar a oxigenar a máquina em relação à inovação e acho que consegui deixar um legado", conclui.

Norberto Ortigara

Acostumado a levantar cedo desde criança para as lidas do campo, Norberto Anacleto Ortigara não perdeu a disposição e podia ser encontrado por volta das 6h30 iniciando o expediente na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), sempre em companhia de uma cuia de chimarrão. Uma jornada que não tinha hora para acabar, mesmo porque o número do telefone celular era conhecido de jornalistas, prefeitos, secretários municipais, políticos, lideranças e muitos agropecuaristas do Estado. Todos atendidos ao primeiro toque. A dedicação ao trabalho e o carinho no trato com grandes e pequenos agricultores contribuíram para que permanecesse no cargo de 2011, com um breve intervalo de nove meses no final de 2018, até maio de 2024, quando foi convidado para assumir a Secretaria de Estado da Fazenda.

O reconhecimento está no título de Cidadão Honorário do Paraná em 2014 e outros que lhe foram concedidos por municípios do Estado. Mas Ortigara é gaúcho. Nascido em uma pequena propriedade do distrito de Osvaldo Cruz, em Seberi, labutou desde cedo com os pais Bortolo e Vitória e 12 irmãos para retirar da terra o sustento básico. Era um solo fértil, do qual brotava arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, hortaliças, frutas... e que garantia a produção de porcos, galinhas, ovos e gado de leite. O conhecimento técnico foi adquirido em um colégio agrícola da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A tendência e a vontade era cursar Agronomia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Estado para o qual se transferiu em janeiro de 1974. “Queria fazer Agronomia, mas precisava trabalhar, então

a decisão foi por estudar à noite". O único curso que possibilitava o trabalho era Economia. Foi nesse que se graduou pela UFPR em 1977.

A agricultura continuava a pulsar e o caminho para voltar às origens foi o concurso na Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, onde entrou em 15 de março de 1978, e a designação para o escritório do Departamento de Economia Rural (Deral) em Paranavaí. No ano seguinte Ortigara estava em Curitiba como analista de mercado de diversas cadeias agropecuárias. Às funções de pesquisador de campo seguiram-se a de gerente de produto, coordenador de áreas e diretor do Deral. Também foi diretor-geral da Secretaria em duas oportunidades.

Na prefeitura de Curitiba ocupou o cargo de secretário de Abastecimento entre 2006 e 2010. "Foi um período de revolução no setor, com novos espaços no mercado municipal, incluindo o de orgânicos, os armazéns da família, as hortas urbanas, a revitalização das feiras livres, sacolões, varejões, restaurantes populares e o novo mercado do Capão da Imbuia", enumera. Uma experiência que o incentivou para o retorno ao meio acadêmico especializando-se em Gestão Pública em Segurança Alimentar e Relações de Trabalho.

O reconhecimento do trabalho levou ao convite para assumir a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento em janeiro de 2011. "Trabalhamos fortemente os princípios da sustentabilidade, com incentivo ao desenvolvimento de boas práticas agrícolas e na garantia da sanidade plena, segurança dos alimentos, adequação de estradas rurais e agroecologia", afirma. "Creio que foi uma grande revolução na política de abastecimento, sanidade animal e vegetal, e segurança alimentar no Estado".

Entre as maiores conquistas enumeradas pelo secretário está o Certificado Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação e o de Livre de Peste Suína Clássica de forma independente, concedidos ao Paraná pela Organização Mundial de Saúde Animal em 27 de maio de 2021. "Atuei ativamente durante 43 anos para chegarmos a essa conquista, mas ela não é vitória de uma pessoa ou de uma entidade em particular. Ela representa aquilo que o Paraná tem de característico na governança do setor agropecuário: quando a causa é justa e benéfica para a sociedade há uma união muito forte entre o segmento público e

os diversos atores do setor privado. Foi isso que levou ao sucesso contra a febre aftosa".

Nesse caminho, um passo importante com vistas a garantir a sanidade da produção animal e vegetal paranaense e ter maiores condições de buscar mercados pelo mundo foi a articulação para a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que se deu em dezembro de 2011. "Nós precisávamos fortalecer a capacidade de ação com uma estrutura que tivesse mais autonomia para percorrer o Estado e se estabelecer em áreas mais críticas, de forma a preservar a sanidade animal e vegetal", justifica.

Em 2019 o secretário posicionou-se à frente da criação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná), que teve como foco unir pesquisa e extensão e colocá-los a serviço direto do produtor rural. O instituto resultou da incorporação do Emater, do CPRA e da Codapar pelo Iapar. "Tornamos mais racional o serviço público e o atendimento ao agricultor quando aproximamos o pesquisador do técnico que presta assistência e aproximamos ambos do agricultor", defende Ortigara.

Além das alterações na estrutura do Sistema Estadual de Agricultura (Seagri) e da atuação forte no aumento e qualificação da produção rural paranaense, o secretário participou de muitos avanços sociais. A começar pela incorporação à Seab do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Desan), ocorrida em 2015. "Com o departamento sob nosso cuidado ficou mais fácil e prático unir a produção agropecuária à missão do Estado de colocar alimento principalmente na mesa dos mais necessitados", discorre. O Desan passou a fazer a gestão de programas federais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e dos estaduais como o Programa Leite das Crianças (PLC). E outros foram desenvolvidos como o Compra Direta Paraná, o de restaurantes populares e os de cozinha, padaria e hortas comunitárias. Eles foram essenciais sobretudo no período da pandemia da covid-19, quando se criou o Cartão Comida Boa para possibilitar que pessoas em vulnerabilidade social recebessem R$ 50,00 ao mês para comprar gêneros alimentícios. "Esse foi talvez um dos maiores e mais importantes programas de auxílio às pessoas em situação de vulnerabilidade, e também conseguimos garantir um pouco mais de rendimento a estabelecimentos comerciais que igualmente estavam em dificuldade, colocando milhões em recur-

sos nos municípios", ressalta Norberto Ortigara. O programa movimentou R$ 113 milhões e possibilitou 2,7 milhões de transações em compras nos 399 municípios paranaenses.

Por ser o Paraná um território em que as pequenas e médias propriedades dominam, Ortigara desenvolveu sua administração tendo elas como prioritárias das ações. Por isso projetou a criação do Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná (Coopera Paraná), que oferece recursos para investimentos em cooperativas e associações da agricultura familiar sem necessidade de reembolso, com vistas a agregar valor aos produtos. Foi importante ainda a implantação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Suasa/Susaf/PR), possibilitando que estabelecimentos da agricultura familiar, inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM), pudessem comercializar seus produtos em todo o território estadual. Ortigara acentua que em sua administração houve um grande reforço no trabalho de melhoria das estradas rurais, que receberam pavimentação com pedras irregulares, blocos sextavados ou foram revestidas pelo asfalto. "Isso fortaleceu a economia regional e acentuou o cuidado com o ambiente, mas também contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial aquelas que vivem no campo".

Foi pensando no agricultor familiar que se criou o Banco do Agricultor Paranaense, com o Estado subvencionando parte ou a totalidade de juros para investimentos. Com esse programa, o Paraná conseguiu dar um grande passo no campo da energia renovável. Programas de revitalização de culturas tradicionais como a produção de uva, de cafés especiais e de fio de seda, além de orientação pelo cultivo mais orgânico, amparado no bioinsumo, balizaram as gestões de Ortigara. "Nunca me omiti diante de qualquer necessidade do Estado, participei de várias discussões em instâncias decisórias envolvendo não apenas a agricultura, sempre apoiei e caminhei ao lado dos grandes agropecuaristas e das autoridades municipais em prol do Paraná, mas nunca deixei e nunca deixarei de estar nas pequenas comunidades, pois ali eu sinto e vejo a necessidade do apoio da mão amiga do Estado, e ali nascem muitos de nossos projetos e programas", diz.

Com 45 anos de participação na economia paranaense e atuação como profissional do agro, mas com toda a vida dedicada aos negócios

do campo, Ortigara sabe que é nesse chão que continuará para sempre. Ele tem uma propriedade na Lapa, onde cultiva soja e milho e cria gado para corte, além de manter frango caipira e se beneficiar das frutas e do pinhão. "Precisamos continuar melhorando o jeito de fazer agricultura e respeitar de todas as formas possíveis a natureza e o meio ambiente para que o solo se mantenha bom física, química e biologicamente", prega. "O agro é o ganha-pão do Brasil e do Paraná, ele vai permanecer vivo".

A pesquisa para o livro foi encerrada ao final de 2023, fechando os 170 anos previstos para esta história. No entanto, os ajustes finais estenderam-se por alguns meses de 2024. Tempo para nova alteração no comando da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. Em maio o agrônomo Natalino Avance de Souza, paranaense de Jaguapitã, deixou o cargo de presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná) para assumir como secretário.

Febre Aftosa

Plantio Direto

Febre Aftosa

A conquista do certificado de livre de febre aftosa sem vacinação e a criação de um dos mais bem estruturados sistemas de sanidade animal do País têm as digitais de vários atores, tanto do setor público quanto privado do Paraná, e remonta há dezenas de anos. Não é triunfo particular, mas uma das maiores vitórias coletivas do Estado.

O primeiro registro de aftosa no Brasil é de 1895, com a descoberta do vírus no Triângulo Mineiro. Houve mobilização nacional imediata com a reestruturação do Ministério da Agricultura em 1909 e atenção preferencial para essa doença. No entanto, a Campanha Contra a Febre Aftosa foi instituída somente em 1963 e estruturada dois anos depois. As áreas prioritárias para a profilaxia foram estabelecidas e os estados, incluindo o Paraná, uniram forças para um combate conjunto.

Centenas, ou mais provavelmente milhares de atores estiveram no palco ou nos camarins trabalhando para que o espetáculo tivesse um bom desenvolvimento e um final feliz no Estado. Entre eles o médico veterinário Ângelo Garbossa Neto, que atuava na Secretaria de Estado da Agricultura e entrou na campanha em 1973 na região de Dois Vizinhos, com a tarefa de imunizar cerca de 80 mil bovinos.

"Os vacinadores iam de propriedade em propriedade com a caderneta onde estava anotada a quantidade vacinada na etapa anterior", lembra. Semanalmente era preciso rodar nas sedes municipais para controlar a temperatura das vacinas, mantidas pelas casas agropecuárias em refrigeradores. Dali eram transportadas às propriedades em caixas de isopor com gelo e serragem, que mantinham a refrigeração adequada, visto que nesse período a energia elétrica era precária e em muitas localidades sequer chegava. "Dessa forma era possível manter no mínimo por dois dias", recorda Garbossa Neto.

Segundo ele, o bom relacionamento com as lideranças municipais foi importante para vencer as barreiras iniciais. "O padre passava a programação das missas nas capelas e íamos juntos, enquanto ele atendia confissões nós fazíamos palestras", recorda. "A secretaria também tinha uma turma pegadeira, pessoas que vestiam a camisa e faziam da campanha a vida delas".

No início dos anos 80 a vacina não estava totalmente assimilada e os focos da doença multiplicavam-se. O médico veterinário Onésimo Locatelli, igualmente servidor público, morava naquele tempo na região de Planalto, no Sudoeste, e atendia desde Barracão, próximo à fronteira com a Argentina, onde a febre aftosa também se alastrava, até Capanema. "As dificuldades eram grandes, muitos focos, quatro vacinações ao ano, e muitos questionamentos, pois não protegia quase nada e em alguns casos chegava a dar choque anafilático em animais", conta. "Havia 30 mil propriedades rurais e o descrédito era muito grande, um tempo difícil".

A melhoria nas vacinas aquosas, que passaram a garantir maior imunidade e, logo depois, a chegada das oleosas, foi acompanhada de um aumento sucessivo da confiança dos produtores. As campanhas de vacinação começaram a ser feitas duas vezes ao ano. Os focos visivelmente reduziam, o controle do trânsito melhorava. O Brasil começava a expandir o comércio e os olhos voltavam-se para o exterior.

Mesmo com a boa receptividade, a Secretaria da Agricultura do Paraná reforçava o trabalho em prol da defesa sanitária. As barreiras foram ampliadas, com atuação intensa da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (Claspar), e os controles estenderam-se para as exposições-feira e leilões. "Entrou em campo a habilidade dos médicos veterinários de saber conversar, usar rádios, palestras e reuniões", registra Locatelli, um dos idealizadores do Departamento de Fiscalização (Defis). "As sociedades rurais, os sindicatos, as entidades e federações abraçaram a causa".

De uma hora para outra e de forma natural o percentual de vacinações saltou de cerca de 30% para 95%. As dificuldades foram molas que impulsionaram ainda mais os envolvidos no processo a planejar e executar a construção de um dos melhores sistemas de vigilância sanitária do País. "O Paraná teve linha de evolução crescente de qualidade", diz Silmar Pires Bürer, médico veterinário aposentado da Secretaria da Agricultura. Começou como estagiário em agosto de 1982, designado para a unidade veterinária de Nova Aurora, com a estreia justamente em coleta de material de febre aftosa. Dois anos depois assumiu a unidade de Castro.

Rádio e televisão eram os melhores veículos para a propagação das campanhas contra a doença. Além das cooperativas que estimulavam a prática da pecuária leiteira com base na alta genética de rebanho. Um período em que as vacinas já tinham alcançado grande potencialidade. E começou-se a perceber que o controle do trânsito animal era algo importantíssimo, pelo risco de contaminação. Bürer chegou a Curitiba em 1986 e em 2001 assumiu o cargo de secretário executivo do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), que chegou a ter 38 entidades em sua composição, onde ficou até 2006.

A chegada dos anos 90 trouxe a obrigatoriedade de os produtores vacinarem os rebanhos, que se reforçou em 1992, com o programa nacional de erradicação da doença. Em 1995, após novos

A chegada dos anos 90 trouxe a obrigatoriedade de os produtores vacinarem os rebanhos, que se reforçou em 1992, com o programa nacional de erradicação da doença.

focos, o setor mobilizou-se e, com a cooperação entre os diversos atores do processo, foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec). Ele reúne instituições representativas de produtores rurais e da indústria, para promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento da pecuária, produção vegetal e defesa sanitária. O fundo fechou 2023 com mais de R$ 100,2 milhões em caixa. Com o desenvolvimento do Estado, o avanço tecnológico nas propriedades e a mudança no perfil do pecuarista, que passou a mirar com mais atenção o mercado exportador, a vacinação dos rebanhos virou rotina.

A última referência a foco de aftosa no Paraná foi em outubro de 2005, justamente no ano em que o Estado lançara o lema: Paraná 10 Anos Sem Febre Aftosa, Defenda Essa Conquista. Um grupo de bezerros chegou para um leilão em Londrina. O evento já fora realizado e os animais estavam nas propriedades dos compradores, quando exames em bovinos na origem, em Mato Grosso do Sul, comprovaram a presença do vírus. Os que vieram ao Paraná eram de Eldorado. Lá foram sacrificados 582 animais com sintomas clássicos e sorologia positiva para febre aftosa. "Pela rastreabilidade, a gente soube que animais do Mato Grosso do Sul entraram no Paraná naquela data, naquele dia, naquele horário", recorda Newton Pohl Ribas, à época diretor-geral da Secretaria de Estado da Agricultura. As propriedades dos compradores foram interditadas e os animais submetidos a exames. Em 20 de fevereiro de 2006 o Ministério da Agricultura confirmou seis focos de febre aftosa no Paraná: dois em Maringá, um em Loanda, um em Grandes Rios, um em Bela Vista do Paraíso e um em São Sebastião da Amoreira.

"Os animais conviveram com o vírus no Mato Grosso do Sul, por isso, apesar de não terem sintomas, eram sorologia positiva e isto bastava à OIE para decretar o foco e o sacrifício desses animais e de todos os que tiveram contato com eles", elucida Ribas.

A notícia mais aguardada pelo setor agropecuário chegou em 27 de maio de 2021, quando a Organização Mundial de Saúde Animal emitiu o certificado reconhecendo o Paraná como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação.

Os registros mostram que no Paraná foram sacrificados 6.781 bovinos. "Os donos das propriedades ficaram indignados porque os animais não tinham os sintomas, só sorologia positiva, mas é isso que está na regra da OIE, da qual o Brasil é signatário", completa o ex-diretor-geral. A OIE, sigla a partir de seu nascimento como Office International des Epizooties, mudou o nome para Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

Onésimo Locatelli atuava na época na regional de Jacarezinho, no Norte Pioneiro, e atendia também Cornélio Procópio. Por isso foi o responsável pelo trabalho na fazenda em São Sebastião da Amoreira. "Estava tudo interditado desde outubro e ficamos na propriedade 24 horas por dia, inclusive no Natal e Ano Novo", conta. "Encerrou-se dia 18 de março, um sábado. Abatemos o último dos 2,7 mil animais da propriedade, com média de 400 quilos, às 22 horas, e às 23 horas demos por encerrado".

Os proprietários foram indenizados com recursos do Fundepec e participação do Ministério da Agricultura e Pecuária. "No dia em que o fundo indenizou o último produtor rural eu apresentei o pedido de exoneração do cargo de secretário-executivo do Conesa", salienta Silmar Bürer. Em virtude do evento, 56 países restringiram a importação de carne de Mato Grosso do Sul e Paraná. O mercado normalizou-se em 2008.

A partir de dezembro de 2011 a vigilância sanitária animal e

vegetal do Estado passou a ser coordenada pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), sendo extinto o Departamento de Fiscalização da estrutura da Seab. "O Defis tinha história fantástica como departamento de fiscalização e na defesa agropecuária, mas precisava de mais autonomia para expressar a pujança da agropecuária paranaense", justifica Bürer. Ele participou do grupo que projetou a nova agência e foi o primeiro chefe de Gabinete.

A Adapar assumiu a conquista do certificado de Estado livre de febre aftosa sem vacinação como prioridade. A vacina continuou a ser aplicada duas vezes ao ano até maio de 2019. Em outubro daquele ano o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizou o Estado a encerrar o processo de vacinação. Ela foi substituída pela obrigatoriedade do cadastro de rebanho, realizado em novembro de 2019, em maio e novembro de 2020, e, a partir de então, em uma única vez, nos meses de maio e junho de cada ano.

A notícia mais aguardada pelo setor agropecuário chegou em 27 de maio de 2021, quando a Organização Mundial de Saúde Animal emitiu o certificado reconhecendo o Paraná como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação. No mesmo dia outra vitória para a pecuária com a aprovação e emissão de certificado de Zona Livre de Peste Suína Clássica independente. Até então o Paraná fazia parte de um bloco com 14 unidades federativas. Com isso o Estado passou a estar isolado, livrando-o de ser afetado caso a doença fosse detectada a centenas de quilômetros de distância.

Sacrifício de 84 cabeças de gado da Fazenda Flor do Café, em Bela Vista do Paraíso, em razão da febre aftosa, em 2005.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Comunicação. Foto: Roberto Corradini. Acervo.

2008 - Vacinação contra febre aftosa.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Comunicação. Acervo.

Plantio Direto

Em 1972 o agricultor Herbert Bartz, de Rolândia, no Norte do Estado, preocupado em conter as erosões que observava na lavoura de soja de sua propriedade, buscou ajuda profissional, o que resultou em viagens ao exterior para estudo de uma técnica que nascera na década de 1940 em Ohio (EUA). Ele encomendou o maquinário que havia conhecido e iniciou o primeiro experimento de plantio direto na palha no Brasil. Outros produtores interessaram-se, entre eles Franke Dijkstra, de Castro, e Manoel "Nonô" Pereira, de Ponta Grossa, que levaram a técnica para os Campos Gerais, onde nasceu o Clube da Minhoca, com objetivo de trocar informações e experiências.

O plantio direto elimina a aração e a gradagem do solo, que eram comuns em cada ciclo, mantendo-se uma cobertura de palhada, que, após sua decomposição, aumenta a matéria orgânica. A semeadura é feita com a abertura de sulcos e inclusão de fertilizantes sem o revolvimento do solo. O método também contempla a rotação de culturas, o que reduz impactos ambientais de monoculturas, a incidência de doenças e pragas e inibe o aparecimento de ervas daninhas.

Pesquisas feitas por vários institutos agropecuários do País, o Clube da Minhoca e entidades semelhantes ajudaram a difundir a técnica, ao comprovar benefícios como redução de erosão, germinação mais homogênea das sementes, otimização no uso de fertilizantes, auxílio na infiltração de água e manutenção da umidade e temperatura ideal do solo.

Textos Explicativos

[1]Presidente

No Período Imperial e até a Revolução de 1930 os governantes das províncias eram denominados presidentes. Inicialmente a nomeação era feita por Carta Imperial, após aconselhamento do partido que estivesse no poder. Não havia mandato e eles poderiam ser afastados a qualquer momento ou pedir exoneração. A Assembleia Provincial escolhia um vice-presidente, que, nesse caso, exercia o cargo interinamente até nova nomeação pelo imperador. Após a Proclamação da República, em 1899, passaram a ser eleitos.

[2]Moedas do Brasil

Império – Real português (1822-1889)

O real ou réis era moeda portuguesa desde o século 15. Em 1568 foi oficializada por D. Sebastião I a circulação dessa moeda metálica no Brasil. As primeiras moedas fabricadas no País são de 1645 e traziam a palavra Brasil gravada.

República - Real brasileiro (1889-1942)

Mesmo com a Proclamação da República, a moeda continuou sendo o real, mas valia mil vezes mais. Por isso era conhecida como mil réis. Um milhão do antigo real era chamado de conto de réis.

Cruzeiro (1942-1967)

O cruzeiro substituiu o real a partir de 1942, com o objetivo de conter a inflação. Ele inaugurou os centavos. Um cruzeiro equivalia a um conto de réis.

Cruzeiro Novo (1967-1970)

O cruzeiro novo cortou três zeros do cruzeiro. Assim, 1.000 cruzeiros passaram a valer 1 cruzeiro novo. Inicialmente as cédulas eram as mesmas, apenas com um carimbo com o novo valor.

Cruzeiro (1970-1986)

Apenas um retorno no nome da moeda e novas cédulas. O valor continuou o mesmo do cruzeiro novo. A desvalorização era seguida de emissão de cédulas com valores e tamanhos maiores, chegando a até 100 mil.

Cruzado (1986-1989)

A moeda perdeu três zeros e 1.000 cruzeiros passaram a valer 1 cruzado. No

começo houve apenas um carimbo com o novo valor nas antigas cédulas de cruzeiro.

Cruzado Novo (1989-1990)
O cruzado novo apareceu em 1989, com três zeros a menos em relação ao cruzado. A transição também foi feita com notas carimbadas.

Cruzeiro (1990-1993)
O cruzeiro retornou em 1990, sem mudança de valor em relação ao cruzado novo. Devido à inflação, as notas subiam de valor periodicamente, chegando à emissão de cédulas de 500 mil cruzeiros.

Cruzeiro Real (1993)
Em 1993 cortaram-se três zeros e foi instituído o cruzeiro real. Novamente as cédulas foram carimbadas com o novo valor.

Real (1994 até hoje)
Em julho de 1994 criou-se o real, com a proposta de frear a hiperinflação. Na transição não se usaram cédulas e os preços passaram a ser valorados em Unidade Real de Valor (URV), que valia CR$ 2.750,00. Quando o real foi implantado definitivamente, passou a valer 1 URV, ou seja, CR$ 2.750,00. Novas cédulas foram impressas na Casa da Moeda.

[3]Abolição da Escravatura
A abolição oficial da escravatura no Brasil aconteceu em 13 de maio de 1888, quando a Lei Áurea foi assinada pela princesa Isabel. Mas, para se chegar a essa data, o tema foi discutido por quase todo o século 19, com muitas manifestações e ações, às vezes violentas. Os eventos legais também foram lentos, passando entre outros pela Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibiu o tráfico de negros; pela Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que concedeu liberdade a filhos de escravos nascidos a partir dessa data, mas ainda com condicionantes como a possibilidade de exploração do trabalho até os 21 anos e a criação de um fundo para indenizar os "senhores" que concedessem o direito aos 8 anos de idade; e pela Lei dos Sexagenários, em 1885, que estendeu a liberdade aos que tivessem mais de 60 anos, mas mantendo obrigações destes para com seus senhores.

[4]Grande Crise – 1857
A prosperidade do início da década de 1850 levou a apostas ousadas e arriscadas de comerciantes e banqueiros norte-americanos. Em setembro de

1857, no entanto, a instituição financeira Ohio Life Insurance and Trust Company sentiu as consequências dos investimentos indiscriminados, sobretudo em negócios da agricultura, e trancou o escritório. A notícia espalhou-se rapidamente por todo o mundo, carregando pânico, fechamento de outras empresas, queda de preços e desemprego. Na América do Sul, a Argentina e o Uruguai recuaram nas compras de erva-mate, o que afetou profundamente o Brasil. Também houve queda forte no preço internacional do café. Os banqueiros ingleses começaram a cobrar dívidas, o que levou à fuga de divisas, abalando a economia mundial, incluindo a brasileira.

[5]Guerra do Paraguai
As causas do conflito são controversas, mas fazem parte da formação territorial de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e das discussões em relação a seus interesses econômicos e políticos, tanto interna quanto externamente. O estopim foi a interceptação e aprisionamento, por parte do Paraguai, do vapor Marquês de Olinda, seguido da invasão de Mato Grosso em agosto de 1864. Essas ações foram justificadas como represália à intervenção brasileira na guerra civil no Uruguai, que os paraguaios imaginavam seria o início de uma ofensiva para anexação de seu país. No entanto, Brasil, Uruguai – que estava com novo governo apoiado pelos brasileiros – e Argentina, que teve a região de Corrientes invadida pelo exército paraguaio, uniram-se e partiram para o ataque. O desfecho ocorreu em 1870, quando Francisco Solano López, que comandava o Paraguai, foi morto, deixando como legado um país empobrecido, com dívidas e com redução territorial. O acordo de paz somente foi estabelecido em 1876, na Conferência de Buenos Aires. O número total de mortos nos quatro países é controverso, mas estima-se em pelo menos 220 mil. Somente do Brasil foram entre 50 mil e 60 mil.

[6]Mohl
Hugo von Mohl (1805-1872), botânico alemão que se dedicou a pesquisas sobre a anatomia e fisiologia das células vegetais.

[7]Eróstrato
Eróstrato é apresentado como um cidadão grego comum, mas que queria fama a qualquer preço e conseguiu ao incendiar o templo de Artemis, em Éfeso, na atual Turquia, na noite de 21 de julho de 356 a.C. A construção tinha 91 metros de comprimento, 45 de largura e 127 colunas de mármore com 20 metros cada uma. É considerada uma das Sete Maravilhas da Antiguidade. A execução de Eróstrato e a proibição da menção de seu nome para toda a posteridade não o fizeram esquecido.

[8]Agricultura Vampiro
Expressão criada provavelmente pelo químico, professor e inventor alemão Justus von Liebig (1803-1873). Foi um expoente da química orgânica, descobrindo muitos compostos e aplicando alguns deles na agricultura. Nesse setor, defendeu a ideia de que as plantas absorvem alimentos inorgânicos. Entre os resultados de suas experiências estão os fertilizantes químicos e alimentos desidratados. Uma de suas obras é Química Orgânica aplicada à Agricultura e Fisiologia Vegetal. O bacharel em Direito, político e sócio da Sociedade Campista de Agricultura João José Carneiro da Silva, o Barão de Monte Cedro (1839-1882), de Macaé (RJ), foi quem afirmou na obra Estudos Agrícolas, de 1872, que a expressão "agricultura vampiro" fora criada por Liebig para designar a cultura de extermínio das matas, com o objetivo de se obter da terra a maior soma possível de produtos, sem reparar as suas perdas.

[9]Cidadão Francês
Provavelmente ele se referia a José Bailly, proprietário rural que deixou admirado inclusive o imperador D. Pedro II. Em seu diário, o imperador escreve em 28 de maio de 1880, quando da passagem por Castro: "Conversei com o francês José Bailly que parece conhecedor de agricultura. Ofereceu-me uma bandeira cuja haste, etc. é formada dos produtos vegetais de sua plantação e da província. Centeio, cevada, trigo, aveia, vinha, batata, etc. Deu-me duas garrafas de vinho feito por ele com dois cachos de uva americana. Talvez Bailly seja aproveitável, mandei-o ao Ministro".

[10]Estado
A Constituição de 1891 alterou a denominação de Província para Estado, estabelecendo no capítulo 2.º que "cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União". No artigo 6.º afirmava como norma geral que "o Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados". Portanto não foi apenas mudança de nomenclatura, mas ganho de autonomia, representatividade e poder decisório. A Constituição também criou o Poder Legislativo bicameral, com mandato de três anos para deputados e de nove para senadores, e instituiu o voto universal para os cidadãos alfabetizados maiores de 21 anos.

[11]Revolução Federalista
Conflito que se desenrolou nos três estados do Sul entre 1893 e 1895, em que se digladiaram republicanos, que defendiam mais poder ao presidente da República, e os federalistas, que queriam maior participação dos estados. A investida federalista foi derrotada, deixando mais de 10 mil mortos.

[12]Questão de Palmas

Foi uma disputa de fronteiras entre Brasil e Argentina, que abrangia o Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e a Província argentina de Misiones. O Tratado de Madri, de 1750, foi o primeiro acordo entre Espanha e Portugal sobre as divisas. Ele tinha como princípio o *uti possidetis* - pertence a quem estiver ocupando. Logo depois, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso estabeleceu uma linha, tendo os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio como limites. No entanto, a fronteira foi apontada apenas em mapas, sem que houvesse uma demarcação no local. Isso abriu brecha para interpretações, inclusive porque novos rios descobertos podiam ser conhecidos popularmente com nomes que já constavam em mapas, confundindo ainda mais. Em 1888 a Argentina passou a defender que o Peperi-Guaçu seria o Rio Chapecó e o Santo Antônio, o Rio Chopim ou Jangada como também era conhecido, reivindicando para si mais de 30,6 mil quilômetros quadrados. No Tratado de Montevidéu, de 1890, estabeleceu-se uma linha vertical que cortava esses rios ao meio. Mas o Congresso brasileiro rejeitou o acordo, mantendo o posicionamento original desenhado pelo Tratado de Santo Ildefonso. Com a tensão crescente na região, o caso foi levado ao arbitramento internacional. Em 6 de fevereiro de 1895 o presidente dos Estados Unidos, Glover Cleveland, escolhido como árbitro, proclamou as divisas ajustadas em 1777, com as terras garantidas ao Brasil.

[13]Raiffeisianas

Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) foi pioneiro do cooperativismo, da economia social e do regime de crédito mútuo, além de inspirador do sindicalismo agrário. Como prefeito de Heddesdorf, na Alemanha, fundou uma associação de caridade que logo se transformou em associação de empréstimo entre seus membros. Era a primeira cooperativa de crédito rural, que virou banco cooperativo.

[14]Antônio Rebouças

Antônio Pereira Rebouças Filho nasceu em Cachoeira (BA) em 13 de junho de 1839. Seu pai foi advogado e conselheiro de Dom Pedro 2.º, um dos poucos negros a ocupar alto cargo hierárquico e político no Império. Rebouças Filho estudou engenharia na Escola Militar do Rio de Janeiro. Ele e seu irmão, o também engenheiro André Rebouças, foram os primeiros afrodescendentes brasileiros a cursar universidade. Especializaram-se em construção de ferrovias e portos marítimos na Europa. Entre outras estradas e pontes de ferro, foram projetistas da que liga Paranaguá a Curitiba. Os irmãos fundaram em 1871 a Companhia Florestal Paranaense, no Rio

de Janeiro, e tiveram uma filial na Borda do Campo, próximo à Estrada da Graciosa, no Paraná, que funcionou por cerca de 10 anos, tocada a vapor. Rebouças Filho faleceu em 1874 de febre tifoide, com 35 anos de idade.

[15]Primeira Guerra Mundial
A Primeira Guerra Mundial desenvolveu-se entre 1914 e 1918, tendo como principal cenário o continente europeu. O conflito era desenhado havia vários anos, a partir de disputas econômicas entre os países e visões ultranacionalistas. O estopim foi o assassinato do arquiduque e herdeiro do trono da Áustria-Hungria Francisco Ferdinando e de sua mulher, Sofia, em Sarajevo, na Bósnia. Ao final, a Rússia saiu enfraquecida economicamente e abalada politicamente, o que resultou em guerra civil e na formação da União Soviética em 1921. Os Estados Unidos entraram quase no fim apoiando França e Inglaterra contra a Alemanha, e saíram como grande potência. A Alemanha foi derrotada e obrigada a ceder territórios, além de ressarcir financeiramente os vencedores, principalmente a França.

[16]Guerra do Contestado
A Guerra do Contestado movimentou as fronteiras entre Paraná e Santa Catarina durante os anos de 1912 a 1914. A disputa envolvia terras que produziam sobretudo erva-mate. Era uma área contestada pelos dois estados, o que deu o nome ao conflito. Com o término da construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, vários operários ficaram desempregados, do que se aproveitaram beatos para pregações messiânicas de uma vida melhor. Isso levou muitas pessoas a se armarem para defender as comunidades. O governo federal tentou dispersar as concentrações, mas acabou acirrando os ânimos dando início a uma guerra sangrenta. Ao final, as tropas federais venceram os sertanejos. Os dois estados, em acordo, estabeleceram as divisas.

[17]Grande Depressão
A crise econômica/financeira de 1929 foi um dos acontecimentos mais impactantes da História Contemporânea, com início entre setembro e outubro nos Estados Unidos, quando o governo norte-americano freou a emissão de títulos e dinheiro pelo Federal Reserve System (espécie de Banco Central dos EUA). Sem oferta monetária e com a política de restrição de empréstimos, muitas pessoas correram para retirar recursos dos bancos. As ações na Bolsa de Valores de Nova York, que atrelava toda a economia mundial à época, despencaram bruscamente, provocando a quebra total. Foi o início da Grande Depressão Americana, que persistiu durante os anos 1930, contagiando a economia mundial com recessão e desemprego.

[18]"Grilo"
A grilagem é entendida como um ato visando tomar a posse da terra por meio ilícito. Entre as práticas estão a invasão e apropriação indevida de terras públicas, falsificação de título de propriedade e desmatamento ilegal para simular ocupação e venda. O termo remete à prática de deixar documentos falsos em caixa com grilos provocando escurecimento e o aspecto de antigos, o que poderia "garantir autenticidade".

[19]Território do Iguaçu
Em 13 de setembro de 1943, por meio do Decreto-Lei n.º 5.812, o presidente Getúlio Vargas criou o Território do Iguaçu e outros quatro – Amapá (hoje Estado), Ponta Porã (hoje parte do Mato Grosso do Sul), Rio Branco (hoje Roraima) e Guaporé (hoje Rondônia) – administrados diretamente pelo governo federal. O Iguaçu estendia-se por 68,8 mil quilômetros quadrados, englobando o Oeste e Sudoeste paranaense e o Oeste de Santa Catarina. A primeira capital foi Foz do Iguaçu, mas um ano depois transferiu-se para a Colônia Mallet, chamada de Vila do Xagu, distrito de Guarapuava. A denominação foi alterada para Iguaçu. Logo após a extinção do território, a localidade passou a município, com o nome de Laranjeiras do Sul. Entre os objetivos da criação do território estava a colonização com mais intensidade do interior do País, no que ficou conhecido como Marcha para o Oeste. Também tinha a intenção de reforçar a segurança nacional, com vistas à manutenção dessa porção de terra como parte do Brasil se a Segunda Guerra Mundial se espalhasse para a América do Sul, visto ser uma área pretendida pela Argentina. O Território do Iguaçu foi extinto com a Constituição de 1946. Nesse período teve como governadores João Garcez do Nascimento e Frederico Trotta.

[20]Segunda Guerra Mundial
A Segunda Guerra Mundial desenvolveu-se entre 1939 e 1945, com batalhas travadas em várias regiões do mundo. Maior conflito já registrado, com milhões de mortes e destruição de grande magnitude, foi provocado pelo expansionismo da Alemanha nazista. O início deu-se na invasão da Polônia em 1.º de setembro de 1939. Somente em 7 de maio de 1945 os alemães renderam-se colocando fim ao conflito na Europa. A rendição do Japão foi em 2 de setembro, encerrando definitivamente a guerra.

[21]Revolta de Porecatu
Propagandas do governo federal e a disponibilização de mais de 120 mil hectares de terras para colonização, na década de 40, levaram muitos pos-

seiros, pequenos proprietários e trabalhadores a ocupar áreas rurais no Norte do Paraná, particularmente em Porecatu, Jaguapitã e Centenário do Sul, muitas sem regularização definitiva e sem que se soubesse se eram do Estado ou de particulares. Com boa produção, as terras valorizaram-se e passaram a ser cobiçadas por grandes fazendeiros. Assentados, mas sem títulos de propriedade, os colonos começaram a ser expulsos e terem as terras griladas. Foi montada a resistência, inicialmente com interdição de ruas e avenidas. Depois parte dos posseiros aderiu à luta armada e à invasão das terras. O governo posicionou-se a favor dos fazendeiros, com mobilização de todas as forças, inclusive o Judiciário, conseguindo desarticular o movimento em 1951. Muitos assentados foram removidos para outras regiões.

[22]Regime Militar
O período entre 1964 e 1985 é conhecido como Regime Militar, em razão de o Brasil ficar sob o comando das Forças Armadas. Todos os presidentes e boa parte dos ministros e autoridades influentes do Estado pertenciam à hierarquia militar.

[23]Rússia e Ucrânia
No início de 2022 tropas da Rússia invadiram a Ucrânia provocando alerta mundial. Houve uma disparada internacional nos preços de alimentos, petróleo e energia elétrica, que redundou em pressão inflacionária. Entre as causas que levaram à guerra estavam interesses territoriais e econômicos, acusações de genocídio por parte dos russos e a réplica dos ucranianos de que a Rússia estaria tentando restabelecer a zona de controle da antiga União Soviética. O estopim da invasão foi o temor russo de que a Ucrânia pudesse integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que se expandia pelas antigas repúblicas da União Soviética.

Gratidão

Gostaria que este trabalho não tivesse ocupado nenhum minuto do horário de expediente na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab). Não foi possível. Algumas horas foram consumidas agrupando as letras que você acabou de ler. Conto com a generosidade dos paranaenses – que pagam o salário enquanto sirvo ao Estado – para ao menos tolerar que escrever esta história seja uma parte do serviço que a sociedade espera de mim. Por isso meu primeiro agradecimento é a você, leitor.

Foi no apagar das luzes de 2022 que este livro ganhou os contornos que o definiram. Estava programado para ser monotemático, dissecando apenas a história do combate à febre aftosa. Um empurrão daqui, duas mãos amigas ali e a fisionomia mudou. Tenho imensa consideração por servidores do Sistema Estadual da Agricultura que incentivaram e com os quais me aconselhei nas vezes em que senti insegurança em relação a aspectos conceituais do agronegócio. Se equívocos existirem toda a responsabilidade seja atribuída a mim.

Precisava que alguém leigo em relação ao assunto agropecuário olhasse o trabalho, afinal não foi feito pensando exclusivamente em leitores iniciados nesse ramo de atividade. A tarefa coube a minha filha, Mayara, que também tem formação em Letras. A maioria de suas observações foi proveitosa. Não apenas por isso, um beijo.

Agradecido ainda aos secretários que contribuíram para que a agropecuária paranaense tivesse a fisionomia apresentada neste livro e aos servidores ouvidos para contar esta história. De forma generosa atenderam ao convite e enriqueceram o material que tinha em mãos. Neles a minha homenagem aos outros milhares que serviram ao Estado nos 170 anos de sua oficialização e que têm as suas vidas gravadas na História.

Grato à Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio) e ao Serviço Social do Comércio (Sesc) pela disposição em imprimir esta edição do livro. A gratidão estende-se ao Sistema Ocepar, que reúne cooperativas do Estado do Paraná e é protagonista em muitas das páginas, por garantir o trabalho de diagramação, muito bem realizado por Celso Arimatéia.

Os mesmos sentimentos de consideração estendo a diretores e servidores do Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, Museu da Imagem e do Som do Paraná, Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), Sociedade Rural do Paraná, Casa da Memória de Curitiba, Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, Agência Estadual de Notícias, Instituto Água e Terra (IAT) e Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. Foram amáveis e receptivos tanto ao abrir as portas para pesquisa quanto na liberação de fotos e documentos para uso nesta edição.

Muitas pessoas mostraram entusiasmo ao saberem do projeto. Sou grato a todas e, mesmo não nomeando aqui por realmente serem muitas, guardo a imagem de cada uma no local em que o amor reside. Afinal, foram imensamente generosas com alguém que queria apenas uma aventura diferente no reino do Jornalismo. Agradecer é uma forma de reverenciar. Que assim seja!

Referências Bibliográficas

A NOVA Secretaria de Estado. **O Dia**, Curitiba, 19 de setembro de 1944, ano 22, n. 6474.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria – **História do Paraná**, Curitiba: Grafipar, 1969.

BAPTISTA, Martha; OLIVEIRA, Sérgio – **Adeus ao vírus:** erradicação da febre aftosa: a participação de Mato Grosso na maior epopeia veterinária das Américas. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2021.

BEDIAGA, Begonha – **A moléstia da cana-de-açúcar na década de 1860:** a lavoura em busca das ciências. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702012005000003. Acesso em 01 ago. 2023

BEDIAGA, Begonha (Org.) – "Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)". Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/. Acesso em 25 mar. 2023

CASÃO JUNIOR, Ruy; ARAÚJO, Augusto Guilherme de; LLANILLO, Rafael Fuentes – **Plantio Direto no Sul do Brasil:** fatores que facilitaram a evolução do sistema e o desenvolvimento da mecanização conservacionista. Londrina: Iapar, 2022.

CAVECHINI, Benê – **Paraná cooperativo:** modelo econômico e social. São Paulo: Metalivros, 2021.

COSTA, Janice do Rocio Colodel; COSTA, Nelson; COSTA, Ericson Ives – **Nossas origens:** as imigrações italianas no Brasil. Curitiba: Gráfica Radial, 2014.

CREADA a Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. **O Dia**, Curitiba, 19 de setembro de 1944, ano 22. n. 6474.

FERNANDES, Cláudio. **"O que é a Lei Áurea?"**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-lei-aurea.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

FONTANA, Francisco Fernando – **Desvendando Manoel Ribas:** o homem, a obra, o mito. Curitiba: Exklusiva Gráfica e Editora: SESC PR, 2015.

FURTADO, Celso – **Formação econômica do Brasil.** 16.ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GARRETT, Cleverson – **Vim, vi, venci.** Curitiba: Arte & Letra, 2019.

GAZZONI, Décio Luiz; DALL´AGNOL, Amélio – **A saga da soja: de 1050 a.C. a 2050 d.C.** Brasília: Embrapa, 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1093166/a-saga-da-soja-de-1050-ac-a-2050-dc. Acesso em 20 dez. 2023

GOMES, Iria Zanoni – **1957:** A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 2005.

GUIL, Luiz Francisco – **Pato Branco.** Editora do Autor, 2021.

IAT. Coletânea de Mapas Históricos do Paraná. Disponível em https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana. Acesso em: 23 ago. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 1872. Rio de Janeiro: IBGE, 1874. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477. Acesso em 17 mai 2023

JORNAL SEAGRI. Curitiba: Cecom (Órgão de Comunicação Social do Sistema Estadual de Agricultura do Paraná). Janeiro de 1978 a Dezembro de 1982. Disponível em http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/exhibits/show/exp_jornal_seagri/item/4969. Acesso em: 05 jun. 2023

KOSLOVSKI, João Paulo – **Cooperativismo paranaense:** experiências, resultados e propostas. Curitiba: Ocepar, 2018.

LUNARDI, Maria Elizabeth – **Organização da ciência no Paraná:** a contribuição do IBPT. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/61983. Acesso em: 24 jan. 2023

MARTINS, Ana Luiza – **História do café.** São Paulo: Contexto, 2008.

MOEDAS do Brasil: a história do nosso dinheiro desde 1500. Disponível em: https://www.hipercultura.com/moedas-do-brasil-historia-dinheiro/. Acesso em: 25 nov. 2022

MONTE CEDRO, João José Carneiro da Silva, barão de – **Estudos Agrícolas.** Campos dos Goytacazes: Essentia, 2017. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/9999/7566. Acesso em: 01 ago. 2023

NAROZNIAK, Jorge – **Histórias do Paraná.** Curitiba: Arowak, 2010.

NOVA Secretaria de Estado. **Diário da Tarde,** Curitiba, 19 de setembro de 1944, ano 46. n. 15.120. http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=67317. Acesso em: 18 ago. 2023

NUNES, José Luiz Alves – **1963: o Paraná em chamas.** Londrina: Ed. do autor, 2013.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba, SEED, 2001.

PARANÁ. **Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa do Paraná** (2000-2002). Coleção pertencente ao acervo da Biblioteca Pública do Paraná. Seção de Documentação Paranaense.

PARANÁ. **Mensagens enviadas ao Congresso Legislativo Estadual e à Assembleia Legislativa do Paraná** (1853-1999). Coleção pertencente ao acervo do Departamento Estadual de Arquivo Público.

PARANÁ. **Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa** (2003-2022). Coleção pertencente ao acervo da Secretaria de Estado do Planejamento.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. SEAB: 60 anos** 1944-2004. Curitiba: SEAB, 2004.

RAMOS, Renê Wagner – **O Paraná moderno de Bento Munhoz da Rocha Netto:** ações para implantação de novo modelo agrário (1951-1955). Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

RECCO, Rogério – **Trilhos, café e terra vermelha.** Maringá: VISEU, 2022.

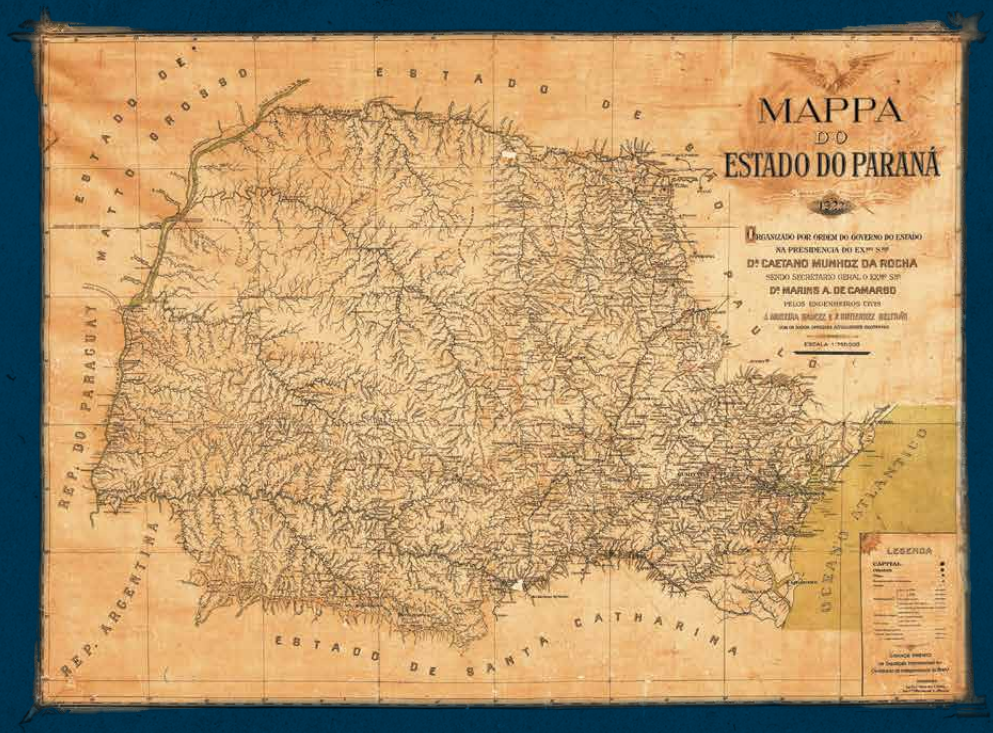
SCHULZ, John – **A crise financeira da abolição:** 1875-1901. São Paulo: Edusp: Instituto Fernand Braudel, 1996.

SILVA, Daniel Neves. **"Lei dos Sexagenários";** Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/lei-dos-sexagenarios.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

WACHOWICZ, Ruy Christovam – **História do Paraná.** 2 ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010.

WACHOWICZ, Ruy Christovam – **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

Este livro foi composto em Cheltenham Light (texto),
GT Super Display (títulos) e impresso sobre
pólen bold 80 gramas (miolo) e Duo Design 300 gramas (capa).



Fecomércio PR
Sesc Senac IFPD

Sesc

SistemaOcepar
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

ISBN: 978-65-86651-28-7
CTL
9 786586 651287